



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Sociologia

Mestrado em Turismo

Especialização em Turismo e Desenvolvimento

Dissertação

**Desenvolvimento de um Turismo Sustentável em Áreas de Montado:
O Caso do Concelho de Coruche**

Carlos Manuel Freira Palmeiro

Orientador:

Doutor Renato Miguel Emídio do Carmo

Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa

Junho de 2011

Mestrado em Turismo
Especialização em Turismo e Desenvolvimento

Dissertação

**Desenvolvimento de um Turismo Sustentável em Áreas de Montado:
O Caso do Concelho de Coruche**

Carlos Manuel Freira Palmeiro

Orientador:

Doutor Renato Miguel Emídio do Carmo
Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Lourenço. Hoje a minha pequena lua, amanhã o meu planeta.

À Zita, a minha melhor amiga. Minha esposa. Pela tolerância e apoio incondicional.

Aos meus pais e sogros pela sua admiração e apoio.

Aos meus antepassados.

Aos amigos.

À Paula Reis, por todo o apoio prestado.

Ao Doutor Renato Miguel Emídio do Carmo, meu orientador, pela disponibilidade, apoio e prontidão.

Ao Alentejo, terra a que pertence a minha alma.

Ao Município de Coruche.

RESUMO

Desenvolvimento de um Turismo Sustentável em Áreas de Montado: O Caso do Concelho de Coruche

Esta dissertação aborda o quadro teórico relativo ao Montado, ao desenvolvimento local, ao turismo e à sustentabilidade do turismo, apresentando conceitos e abordagens que objectam conduzir à operacionalização do turismo sustentável, numa perspectiva de planeamento do desenvolvimento do destino turístico, no concelho de Coruche.

No âmbito da investigação empírica, propõe-se um plano de desenvolvimento do turismo no concelho de Coruche, com ênfase para o aproveitamento turístico dos recursos endógenos oferecidos pelo ecossistema de Montado, numa perspectiva sustentável. O plano proposto assenta na informação crítica emanada da auscultação dos principais *stakeholders* presentes no território, da análise das percepções dos residentes no concelho e da análise e diagnóstico efectuados em relação ao território alvo da investigação.

Argumenta-se assim nesta dissertação que o desenvolvimento turístico sustentável exige a participação informada de todos os *stakeholders* relevantes, assim como uma liderança política forte para assegurar uma ampla participação e a criação de consensos. A prossecução da sustentabilidade do turismo no concelho de Coruche deverá caracterizar-se como processo contínuo, com constante monitorização de impactes e atempada introdução das medidas necessárias em termos preventivos ou correctivos. O destino “Montado do concelho de Coruche” deve oferecer uma experiência turística de qualidade, de modo a satisfazer os turistas, contribuindo para a repetição da visita e a recomendação do destino e, paralelamente, deve estimular a adopção de práticas mais sustentáveis e influenciar o comportamento dos turistas, tendo em vista a protecção do ambiente, a preservação da identidade cultural da comunidade local e a potencialização sustentada dos recursos endógenos.

Palavras-chave: Coruche; desenvolvimento do turismo; desenvolvimento local; Montado; planeamento; recursos endógenos; *stakeholders*; turismo; turismo sustentável.

ABSTRACT

Development of a Sustainable Tourism in Montado Areas: The Case of the Coruche County

This dissertation deals the theoretical framework for the Montado, for the local development, for the tourism in general and for the sustainable tourism in particular, presenting concepts and approaches to drive the operationalization of sustainable tourism with a view to planning the development of tourist destination within of territory of Coruche.

In the context of empirical research, is proposed a plan to develop tourism in the county of Coruche, with emphasis on the tourist use of endogenous resources offered by the Montado ecosystem in a sustainable perspective. The proposed plan relies on critical information emanating from the consultation of key stakeholders on the territory, from the analysis of the perceptions of residents in the county and from the analysis and diagnosis carried out in relation to the target area of research.

It is argued in this dissertation that sustainable tourism development requires the informed participation of all relevant stakeholders, as well as strong political leadership to ensure wide participation and consensus building. The achievement of sustainability of tourism in the county of Coruche should be characterized as a continuous process, with constant monitoring of impacts and timely introduction of preventive and corrective measures. The destination "Montado of the Coruche County" must offer a quality tourism experience in order to satisfy the tourists, contributing to a visit repeat and recommendation of the destination and, in parallel, should encourage the adoption of more sustainable practices and influence the behavior of tourists in order to protect the environment, preserve of cultural identity of the local community and potentiate endogenous resources sustainably.

Keywords: Coruche; endogenous resources; local development; Montado; planning; stakeholders; sustainable tourism; tourism; tourism development.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	IV
ABSTRACT.....	V
ÍNDICE DE FIGURAS.....	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS	X
ÍNDICE DE IMAGENS.....	XI
ÍNDICE DE MAPAS	XI
ÍNDICE DE QUADROS.....	XI
ÍNDICE DE TABELAS	XI
LISTA DE ABREVIATURAS	XIV
1. INTRODUÇÃO	16
1.1. ENQUADRAMENTO	16
1.2. OBJECTIVO.....	17
1.3. PROBLEMÁTICA E PERGUNTAS DE PARTIDA	19
1.4. METODOLOGIA.....	20
1.4.1. Pressupostos metodológicos	20
1.4.2. Estudo de caso	21
1.4.3. Unidade de análise.....	22
1.4.4. Questionário.....	24
1.5. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	25
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	27
2.1. CARACTERIZAÇÃO DO MONTADO	27
2.1.1. Definição de Montado	27
2.1.2. Geografia do Montado.....	28
2.1.3. Biodiversidade e as actividades do Montado.....	30
2.1.4. Desafios e ameaças do Montado.....	32
2.1.5. Montado como paisagem cultural.....	33
2.2. DESENVOLVIMENTO LOCAL	35
2.2.1. Apresentação do conceito de desenvolvimento local	35
2.2.2. Desenvolvimento local em Portugal.....	37
2.2.3. Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade.....	38
2.2.4. Conceito de desenvolvimento sustentável.....	39
2.3. TURISMO.....	44
2.3.1. Caracterização do turismo	44

2.3.1.1.	<i>Enquadramento mundial</i>	44
2.3.1.2.	<i>Evolução do turismo em Portugal</i>	46
2.3.2.	<i>Definição de turismo</i>	49
2.3.2.1.	<i>Procura turística</i>	50
2.3.2.2.	<i>Oferta turística</i>	53
2.3.2.3.	<i>Destino turístico</i>	58
2.3.2.4.	<i>Mercado turístico</i>	60
2.3.2.5.	<i>Efeitos do turismo</i>	63
2.3.2.5.1.	<i>Potenciais benefícios e malefícios do turismo</i>	63
2.3.2.5.2.	<i>Efeitos económicos do turismo</i>	66
2.3.3.	<i>Turismo: estratégia de desenvolvimento local</i>	68
2.3.3.1.	<i>Papel do turismo no Portugal rural</i>	68
2.3.3.2.	<i>Uso dos recursos locais</i>	71
2.3.3.3.	<i>Efeitos e repercussões do desenvolvimento turístico</i>	72
2.3.3.4.	<i>Cooperação entre os stakeholders</i>	75
2.3.4.	<i>Turismo sustentável: evolução do conceito</i>	77
2.3.4.1.	<i>Conceito de turismo sustentável</i>	77
2.3.4.2.	<i>Significado e âmbito do conceito de turismo sustentável</i>	85
2.3.5.	<i>Turismo sustentável: operacionalização do conceito</i>	94
2.3.5.1.	<i>Perfil do turismo e os instrumentos de sustentabilidade do turismo</i>	94
2.3.5.2.	<i>Desafios à operacionalização do turismo sustentável</i>	96
2.3.5.3.	<i>Princípios para a implementação do turismo sustentável</i>	97
2.3.5.4.	<i>Abordagens de operacionalização do turismo sustentável nos destinos turísticos</i>	100
2.3.5.4.1.	<i>Planeamento estratégico e capacidade de carga</i>	100
2.3.5.4.2.	<i>Análise dos stakeholders</i>	107
3.	O CASO DO CONCELHO DE CORUCHE	109
3.1.	CORUCHE: RETRATO TERRITORIAL	109
3.1.1.	<i>Enquadramento geográfico</i>	109
3.1.2.	<i>Dinâmicas</i>	112
3.1.2.1.	<i>População e economia</i>	112
3.1.2.2.	<i>Sociedade, empresas, educação, saúde, Lazer e cultura</i>	118
3.1.2.3.	<i>Actividade agrícola</i>	120
3.1.2.4.	<i>Floresta de Montado em Coruche</i>	121
3.1.3.	<i>Coruche e os concelhos vizinhos</i>	121
3.2.	O DESENVOLVIMENTO LOCAL, O TURISMO E A FLORESTA DE MONTADO ...	124

3.2.1. Percepções dos residentes sobre o modo de vida no concelho, o turismo, a sustentabilidade e as potencialidades do Montado.....	124
3.2.1.1. <i>Objectivos</i>	124
3.2.1.2. <i>Universo do estudo e amostra</i>	124
3.2.1.3. <i>Análise e caracterização sóciodemográfica dos residentes inquiridos</i>	125
3.2.1.4. <i>Análise das percepções dos residentes inquiridos</i>	129
3.2.2. Auscultação dos <i>stakeholders</i>	151
3.2.2.1. <i>Análise das entrevistas aos stakeholders</i>	152
3.3. <i>PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM TURISMO SUSTENTÁVEL NA ÁREA DE MONTADO DO CONCELHO DE CORUCHE</i>	168
3.3.1. Preâmbulo.....	168
3.3.2. Um plano para o desenvolvimento do turismo	170
3.3.2.1. <i>Enquadramento</i>	170
3.3.2.2. <i>Concepção do plano de desenvolvimento</i>	171
3.3.2.3. <i>Planeamento Interactivo</i>	172
3.3.2.4. <i>Horizonte, visão de futuro e objectivos estratégicos</i>	173
3.3.2.5. <i>Situação do turismo no concelho de Coruche</i>	173
3.3.2.6. <i>Questões-chave para a estratégia turística</i>	174
3.3.2.7. <i>Orientações seguidas na formulação estratégica</i>	175
3.3.3. Avaliação dos recursos turísticos.....	175
3.3.4. Diagnóstico interno.....	177
3.3.4.1. <i>Análise SWOT do turismo de Coruche</i>	177
3.3.5. Áreas de oportunidade para o turismo	180
3.3.6. Factores de estruturação do destino turístico	182
3.3.7. Estratégia de desenvolvimento turístico	183
3.3.7.1. <i>Orientações do planeamento estratégico</i>	183
3.3.7.2. <i>Missão territorial e objectivos</i>	187
3.3.7.3. <i>Questões-chave para o Futuro</i>	189
3.3.7.4. <i>Articulação de estratégias competitivas</i>	190
3.3.8. Plano de acção	191
4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES FINAIS.....	194
BIBLIOGRAFIA.....	200
ÍNDICE DE ANEXOS.....	217
ÍNDICE DE APÊNDICES	217

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - PERGUNTAS DE PARTIDA DA INVESTIGAÇÃO	19
FIGURA 2 - ANÁLISE DOS DADOS.....	23
FIGURA 3 - REPRESENTATIVIDADE INTERNACIONAL DE PORTUGAL NO SECTOR DA CORTIÇA ...	30
FIGURA 4 - SISTEMA TURÍSTICO	50
FIGURA 5 - CLASSIFICAÇÃO DOS VIAJANTES.....	51
FIGURA 6 - MODELO DE COMPORTAMENTO E DE ESCOLHA DO DESTINO TURÍSTICO POR PARTE DO TURISTA	60
FIGURA 7 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA CADEIA DE VALOR DO TURISMO.....	62
FIGURA 8 - TIPOS DE EFEITOS ECONÓMICOS DO TURISMO	68
FIGURA 9 - A EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE DO TURISMO ..	79
FIGURA 10 - PRINCÍPIOS BÁSICOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DE ACORDO COM A OMT	81
FIGURA 11 - PARCEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL.....	82
FIGURA 12 - OS TRÊS PILARES DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO, PROPOSTOS PELA OMT ..	83
FIGURA 13 - OS TRÊS PILARES DA SUSTENTABILIDADE	84
FIGURA 14 - O PENTÁGONO MÁGICO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	86
FIGURA 15 - “PARADIGMA DOMINANTE” DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL....	88
FIGURA 16 - MODELOS CONCEPTUAIS ALTERNATIVOS DA RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	89
FIGURA 17 - INTERPRETAÇÕES DO TURISMO SUSTENTÁVEL	91
FIGURA 18 - ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	92
FIGURA 19 - TERMOS RELACIONADOS COM O CONCEITO DE TURISMO SUSTENTÁVEL	93
FIGURA 20 - AS QUESTÕES ENVOLVIDAS NA DISCUSSÃO SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL	94
FIGURA 21 - FACTORES DE DIFERENCIAÇÃO DO TURISMO EM RELAÇÃO A OUTRAS ACTIVIDADES	95
FIGURA 22 - HIERARQUIA DE NECESSIDADES PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE TURISMO	104
FIGURA 23 - FACTORES QUE LIMITAM A CAPACIDADE DE CARGA	106
FIGURA 24 - FACTORES RESTRITIVOS À UTILIZAÇÃO DO CONCEITO DE CAPACIDADE DE CARGA TURÍSTICA.....	106
FIGURA 25 - MAPA DO CONCELHO DE CORUCHE, POR FREGUESIAS	109
FIGURA 26 - POSICIONAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE CORUCHE	111
FIGURA 27 - PRODUTOS ESTRATÉGICOS PARA O CONCELHO DE CORUCHE.....	180
FIGURA 28 - ÁREAS DE PRODUTO DE 1ª PRIORIDADE.....	181

FIGURA 29 - ÁREAS DE PRODUTO DE 2ª PRIORIDADE.....	181
FIGURA 30 - MATRIZ DE ATRACTIVIDADE: SITUAÇÃO ACTUAL E EVOLUÇÃO PRETENDIDA	182
FIGURA 31 - INTENSIDADE DE MOVIMENTAÇÕES LABORAIS (2001)	218
FIGURA 32 - ÁREA PORTUGUESA DE MONTADO DE SOBRO	219
FIGURA 33 - IDADE MÍNIMA, MÁXIMA, MÉDIA E MAIS FREQUENTE DOS RESIDENTES INQUIRIDOS	272

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CORUCHE (1991 E 2001)	110
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CORUCHE POR GRUPOS ETÁRIOS (1981 A 2008).....	113
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CORUCHE POR SEXO (1981 A 2008).....	114
GRÁFICO 4 - NÚMERO DE RESIDENTES INQUIRIDOS POR GRUPOS ETÁRIOS.....	125
GRÁFICO 5 - DIMENSÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES DOS INQUIRIDOS.....	126
GRÁFICO 6 - NÚMERO DE RESIDENTES INQUIRIDOS POR ESTADO CIVIL.....	127
GRÁFICO 7 - NÚMERO DE RESIDENTES INQUIRIDOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	128
GRÁFICO 8 - NÚMERO DE RESIDENTES INQUIRIDOS POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL.....	128
GRÁFICO 9 - SATISFAÇÃO DOS RESIDENTES EM RESIDIR NO CONCELHO DE CORUCHE.....	129
GRÁFICO 10 - AFERIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE FAMILIARES DOS RESIDENTES INQUIRIDOS NO CONCELHO DE CORUCHE	132
GRÁFICO 11 - AFERIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE NO LOCAL ONDE RESIDEM OS DOS RESIDENTES INQUIRIDOS	133
GRÁFICO 12 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES SOBRE O FUTURO DOS JOVENS NO CONCELHO	137
GRÁFICO 13 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO CONCELHO	138
GRÁFICO 14 - QUE IMPORTÂNCIA, NA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS, DESEMPENHARÁ A ACTIVIDADE TURÍSTICA NO CONCELHO DE CORUCHE NOS PRÓXIMOS 10 ANOS	139
GRÁFICO 15 - AFERIÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS SOBRE O CONCEITO DE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”	144
GRÁFICO 16 - AFERIÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS SOBRE O CONCEITO DE “SUSTENTABILIDADE DO TURISMO”	144

GRÁFICO 17 - AUSCULTAÇÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS SOBRE A AQUISIÇÃO PRODUTOS PRODUZIDOS LOCALMENTE	145
GRÁFICO 18 - ESTRUTURA DO EMPREGO DE TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM POR SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (2006)	219
GRÁFICO 19 - DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS POR FREGUESIA	271

ÍNDICE DE IMAGENS

IMAGEM 1 - FLORESTA DE MONTADO DE SOBRO, RIBATEJO (PORTUGAL).....	28
---	----

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1 - MONTADO DE SOBRO EM PORTUGAL E NO MUNDO	29
--	----

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - PLANO DE ACÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DAS ACÇÕES PELOS PROGRAMAS	192
--	-----

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ESTUDO DE CASO.....	21
TABELA 2 - ÁREA DA FLORESTA DE MONTADO PORTUGUESA	31
TABELA 3 - METAS E PRINCÍPIOS LEGAIS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMAD)	41
TABELA 4 - PRINCIPAIS COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	42
TABELA 5 - PRINCIPAIS ÉPOCAS QUE MARCARAM A ACTIVIDADE TURÍSTICA A NÍVEL MUNDIAL	45
TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA PRÁTICA DE TURISMO EM PORTUGAL	47
TABELA 7 - ELEMENTOS DIFERENCIADORES E QUALIFICADORES QUE JUSTIFICAM A IMPORTÂNCIA DE PORTUGAL COMO DESTINO TURÍSTICO	48
TABELA 8 - ESTIMATIVAS E PROECÇÕES DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE TURISMO EM PORTUGAL	48
TABELA 9 - DEFINIÇÕES DE TURISMO NA PERSPECTIVA DE DIVERSOS AUTORES	49
TABELA 10 - FACTORES QUE EXPLICAM A PROCURA TURÍSTICA	52
TABELA 11 - DEFINIÇÕES E TIPOLOGIAS DE PRODUTOS TURÍSTICOS	52
TABELA 12 - CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA	55

TABELA 13 - PRODUTOS CARACTERÍSTICOS DO TURISMO PELO TIPO DE SERVIÇO	56
TABELA 14 - CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA OFERTA TURÍSTICA	57
TABELA 15 - DIFERENTES DEFINIÇÕES DE DESTINO TURÍSTICO	58
TABELA 16 - COMPONENTES ESSENCIAIS DE UM DESTINO TURÍSTICO	59
TABELA 17 - CARACTERÍSTICAS DO MERCADO TURÍSTICO	61
TABELA 18 - FACTORES ESTRUTURAIS QUE PODEM DESENCADear O DESEQUILÍBrio NO MERCADO TURÍSTICO.....	63
TABELA 19 - POTENCIAIS BENEFÍCIOS DO TURISMO.....	64
TABELA 20 - PRINCÍPIOS DO CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO.....	65
TABELA 21 - PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E CUSTOS ECONÓMICOS DO TURISMO PARA AS REGIÕES DE DESTINO.....	67
TABELA 22 - TURISMO SUSTENTÁVEL VERSUS TURISMO NÃO-SUSTENTÁVEL.....	78
TABELA 23 - OBRAS PRECURSORAS DO CONCEITO DE TURISMO SUSTENTÁVEL	79
TABELA 24 - METAS E CARACTERÍSTICAS DO TURISMO SUSTENTÁVEL.....	83
TABELA 25 - ALGUMAS “VERDADES FUNDAMENTAIS” SOBRE O TURISMO.....	85
TABELA 26 - INTERPRETAÇÕES DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO.....	90
TABELA 27 - CARACTERÍSTICAS DA “NOVA ERA DO TURISMO”	95
TABELA 28 - INSTRUMENTOS POLÍTICOS DE GESTÃO TURÍSTICA	96
TABELA 29 - PRINCÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL, MENCIONADOS NA AGENDA 21 PARA O SECTOR DAS VIAGENS E DO TURISMO	98
TABELA 30 - PRINCÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL, ENUNCIADOS PELA WTO.....	98
TABELA 31 - RESOLUÇÃO ADOPTADA PELO COMITÉ DE TURISMO SUSTENTÁVEL, POR OCASIÃO DA CDS-7, DA ONU	99
TABELA 32 - OS <i>STAKEHOLDERS</i> DE UM DESTINO TURÍSTICO	102
TABELA 33 – PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E VISÃO ESTRATÉGICA	103
TABELA 34 - TIPOS DE CAPACIDADE DE CARGA.....	105
TABELA 35 - CONCEITOS DE CAPACIDADE DE CARGA	105
TABELA 36 - POSICIONAMENTO DE CORUCHE NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL	113
TABELA 37 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO ATINGIDO (1991 E 2001)	115
TABELA 38 - POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ACTIVA, EMPREGADA E DESEMPREGADA (1991 E 2001)	116
TABELA 39 - NATURALIDADE DOS INQUIRIDOS	127
TABELA 40 - OPINIÃO DOS RESIDENTES RELATIVAMENTE A UM CONJUNTO DE FACTORES QUE INFLUENCIAM A RESIDÊNCIA NO CONCELHO DE CORUCHE.....	131

TABELA 41 - A INFLUÊNCIA DE DETERMINADOS GRUPOS NA VIDA DO CONCELHO	134
TABELA 42 - PARTICIPAÇÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS NAS ACTIVIDADES CULTURAIS, SOCIAIS E CÍVICAS DO CONCELHO	136
TABELA 43 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS RELATIVAMENTE À IMPORTÂNCIA DE UM CONJUNTO DE ENTIDADES IMPORTANTES DO CONCELHO.....	137
TABELA 44 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS RELATIVAMENTE À IMPORTÂNCIA DE UM CONJUNTO DE ACTIVIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO	140
TABELA 45 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS RELATIVAMENTE A UM CONJUNTO DE AFIRMAÇÕES RELACIONADAS DIRECTA OU INDIRECTAMENTE COM A ACTIVIDADE TURÍSTICA.....	142
TABELA 46 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS SOBRE OS RECURSOS QUE O CONCELHO DE CORUCHE POSSUI E QUE PODERÃO PERMITIR UM DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ADEQUADO	143
TABELA 47 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS SOBRE AS ENTIDADES OU INICIATIVAS MAIS INFLUENTES PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO ...	146
TABELA 48 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS SOBRE AS ENTIDADES QUE PODEM CONTRIBUIR, ATRAVÉS DA SUA ACÇÃO, PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ACTIVIDADE TURÍSTICA NO CONCELHO	147
TABELA 49 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS SOBRE AS MELHORES OPÇÕES PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO	148
TABELA 50 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS SOBRE AS POTENCIALIDADES DA FLORESTA DE MONTADO	149
TABELA 51 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO MONTADO NA GARANTIA DE UM CONJUNTO DE FACTORES.....	150
TABELA 52 - AUSCULTAÇÃO DA OPINIÃO DOS RESIDENTES INQUIRIDOS SOBRE POTENCIAIS AMEAÇAS À FLORESTA DE MONTADO	151
TABELA 53 - LISTAGEM DE ENTREVISTAS REALIZADAS.....	152
TABELA 54 - QUADRO SÍNTESE DE AVALIAÇÃO DOS RECURSOS PATRIMONIAIS.....	177
TABELA 55 - ANÁLISE SWOT APLICADA AO TURISMO NO CONCELHO DE CORUCHE.....	178
TABELA 56 - DETERMINAÇÃO DAS QUOTAS DE RESIDENTES A INQUIRIR	270
TABELA 57 - CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA FINAL (POR SEXO E FREGUESIA / POR GRUPO ETÁRIO E FREGUESIA / POR IDADE E SEXO).....	270

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACCC – Associação dos Comerciantes do Concelho de Coruche
- ADL – Associações de Desenvolvimento Local
- AIA – avaliação de impacte ambiental
- ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
- APCOR – Associação Portuguesa de Cortiça
- APFC – Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes
- ARBD – Áreas rurais de baixa densidade
- BDP – Banco de Portugal
- CITAT – Classificação Internacional de Actividades Turísticas
- CLAS – Conselho Local de Acção Social
- CMAD – Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento
- CMC – Câmara Municipal de Coruche
- COAC – Coruche Outdoor Adventure Club
- CST – Conta Satélite do Turismo
- CSTP – Conta Satélite do Turismo em Portugal
- ENBC – Escola Náutica Búzios Coruche
- ERT – Entidade Regional de Turismo
- EUROSTAT – Escritório de Estatística das Comunidades Europeias
- GAL – Grupos de Acção Local
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IUCN – International Union for Conservation of Nature
- LEADER – Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
- MEICST – Manual Europeu de Implementação da Conta Satélite do Turismo
- NAL – Novo Aeroporto de Lisboa
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OMT¹ – Organização Mundial de Turismo
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAC – Política Agrícola Comum
- PAL – Planos de Acção Local
- PDM – Plano Director Municipal
- PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

¹ OMT, UNWTO e WTO são siglas, frequentemente referidas na literatura sobre turismo, que designam a mesma organização.

PROT-OVT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RETECORK – Rede Europeia de Territórios Corticeiros

RIME – Regime de Incentivos às Micro Empresas

SAJE – Sistema de Apoio a Jovens Empresários

TIES – The International Ecotourism Society

UNCED – United Nations Conference on Environment and Development

UNEP – United Nations Environment Programme

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNWTO¹ – United Nations World Tourism Organization

VAT – Valor Acrescentado do Turismo

WCED – World Commission on Environment and Development

WTO¹ – World Tourism Organization

WTTC – World Travel and Tourism Council

WWF – World Wildlife Fund

1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO

Os territórios de cariz marcadamente rural estão a atravessar um processo de mudança irreversível, o qual se deve, como na grande maioria dos territórios rurais da União Europeia, ao êxodo populacional e à depressão económica associada ao declínio das actividades tradicionais. O turismo surge assim, frequentemente, como um dos caminhos para a diversificação económica. Consequentemente, as estratégias de desenvolvimento dos territórios rurais têm vindo a apontar o turismo como um dos sectores fundamentais para o desenvolvimento, pois potencia a sua reconstituição e preservação, contribuí para o desenvolvimento da economia local, através da criação de novos empregos, quer na área do turismo, quer na área das actividades artesanais e proporciona outras fontes complementares de rendimentos. Nesta perspectiva, o turismo, em particular as tipologias de Turismo Sustentável, pode contribuir para conjugar interesses sociais, ambientais e económicos com a protecção específica do património ambiental, através de estratégias adequadas, no qual os “actores” territoriais devem desempenhar um papel essencial.

A regressão populacional que se verifica em diversos espaços, particularmente nas áreas rurais em maior “depressão”, tem vindo a suscitar preocupação crescente por parte de diversas entidades na procura de medidas que contrariem ou atenuem os efeitos gravemente prejudiciais ao nível do êxodo rural e do envelhecimento demográfico. Desde os incentivos de âmbito local para a fixação de população jovem, passando pelo reforço de investimentos públicos, pela promoção de planos de correcção das assimetrias regionais, até algumas iniciativas comunitárias, há um largo conjunto de medidas que têm vindo a procurar solucionar os problemas dos territórios.

O desenvolvimento do turismo assente nas tipologias de Turismo Sustentável poderá ser fundamental para potenciar determinados territórios rurais através da rentabilização sustentada dos seus recursos endógenos, ajudando a solucionar, porventura, os problemas sociais, económicos e ambientais diagnosticados nessas áreas “deprimidas”. E é neste contexto, de território rural que urge potenciar de forma responsável, ética e sustentável, que ganha ênfase um recurso excepcional, a floresta de Montado. O Montado consiste num sistema agro-silvo-pastoril de desenvolvimento rural, com base numa profunda relação entre a natureza e a cultura (Freitas, 2009), que reúne *per si* um potencial turístico bastante relevante.

O Turismo tem hoje uma importância mundial inegável, tendo ganho relevo em termos económicos, sociais e ambientais. Todavia, e apesar de ser aceite que o desenvolvimento do turismo acarreta benefícios que as populações ambicionam, o desenvolvimento desta actividade

pode acarretar também um vasto conjunto de problemas potencialmente devastadores e que devem ser evitados ou francamente minimizados. A cada vez maior consciência ambiental dos governos e das instituições tem levado a que o desenvolvimento local sustentável esteja em foco nos estudos académicos promovidos na área do turismo. Todavia, são colossais as dificuldades de acção, e até de reflexão, como sejam a elevada complexidade de funcionamento das actividades turísticas, os múltiplos agentes que nelas interferem e a escassez de tecnologias e de conhecimentos estratégicos para a aplicação prática de um desenvolvimento local sustentável efectivo.

Torna-se assim necessário reflectir e estudar sobre métodos e estratégias que permitam que o turismo possa contribuir para um desenvolvimento local sustentável, integrando as directivas e as recomendações diversas sobre questões ambientais e de sustentabilidade. Uma das vias poderá ser o desenvolvimento das tipologias de turismo inseridas no âmbito do designado Turismo Sustentável. O Turismo Sustentável poderá considerar-se um modelo de desenvolvimento, e não um tipo de turismo, pois integra múltiplos tipos de turismo assentes em práticas de sustentabilidade alavancadas nos tipos de turismo emergentes compatíveis, sendo exemplos o turismo sénior, natureza, aventura, rural, cinegético e pesca, que valorizam os recursos endógenos existentes que emergem da riqueza dos recursos agrícolas, florestais e hídricos, da qualidade de vida e da tranquilidade das áreas de Montado.

Numa estratégia de desenvolvimento do espaço rural é necessário garantir o equilíbrio entre as actividades existentes e as alternativas, criando uma maior oferta de oportunidades para as populações residentes, sem esquecer o respeito pela natureza de forma a não comprometer o seu usufruto pelas gerações vindouras. Só uma multiplicidade de oportunidades poderá contribuir para travar a saída das populações para os centros urbanos e o abandono das zonas rurais. O turismo surge como uma resposta atraente enquanto actividade complementar, permitindo uma ligação à natureza e a fruição do ambiente, criando condições para uma mais consciente conservação ambiental.

A presente dissertação ambiciona constituir-se contributo válido para a materialização de um desenvolvimento das tipologias de turismo relacionadas com os espaços rurais e naturais, que ajudem na concretização pragmática do desenvolvimento local, com particular ênfase sobre o Montado, de modo geral, e da área de Montado do concelho de Coruche em particular.

1.2. OBJECTIVO

O objectivo geral da presente dissertação é investigar alternativas de desenvolvimento local sustentado com base no desenvolvimento de um Turismo Sustentável nos territórios rurais

de Montado, em resposta a um desejo crescente de aproximação à natureza e de conhecimento e fruição dos valores e saberes do mundo rural.

Constituem-se também objectivos específicos determinar as possibilidades de usufruto sustentável das áreas de Montado, propondo e reflectindo sobre as estratégias mais adequadas ao desenvolvimento de um Turismo Sustentável; avaliar os problemas da utilização turística das áreas de Montado e propor soluções conducentes à conservação de recursos naturais; entender e reflectir sobre as dimensões do desenvolvimento turístico e a acção dos agentes que nele intervêm; analisar as ferramentas de implementação de um Turismo Sustentável; identificar as estruturas e actividades que conduzam à utilização mais adequada de recursos endógenos das áreas de Montado; avaliar as potencialidades do concelho de Coruche para o desenvolvimento de produtos turísticos relacionados com o Turismo Sustentável; e propor um plano de desenvolvimento do turismo para o concelho de Coruche que procure traçar os principais objectivos que poderão vir a orientar a gestão pública na próxima década (2011-2020) para que o turismo do concelho possa emergir como uma actividade qualificada, sustentável e diferenciada no contexto regional e nacional.

Na definição do objectivo geral e dos objectivos específicos, e inclusive na definição do próprio objecto de estudo preconizado, considera-se o seguinte programa de investigação:

- Estudo do desenvolvimento local em territórios rurais (os espaços rurais; as diversas faces do desenvolvimento; os problemas do desenvolvimento turístico);
- O turismo sustentável (turismo sustentável e conceitos relacionados; objectivos do turismo sustentável; enquadramento histórico da sustentabilidade do turismo; abordagem às iniciativas relacionadas com o conceito de turismo sustentável; bases para um turismo sustentável);
- As dimensões do turismo sustentável (a sustentabilidade no sistema turístico; a dimensão ambiental; a dimensão social; a dimensão económica);
- Os intervenientes no desenvolvimento turístico sustentável;
- As estratégias para um turismo sustentável (planeamento; estratégias políticas; capacidade de carga; indicadores de turismo sustentável; a percepção e decisão dos turistas; códigos de conduta; campanhas de sensibilização);
- Aplicação do conceito de turismo sustentável a diferentes contextos (áreas de floresta de Montado; mundo rural; áreas rurais);
- Estudo de caso do concelho de Coruche.

1.3. PROBLEMÁTICA E PERGUNTAS DE PARTIDA

O problema está relacionado com a possibilidade de um desenvolvimento local sustentável assente na adopção dos conceitos de Turismo Sustentável em áreas de Montado.

O problema afigura-se assim da seguinte forma: pode o concelho de Coruche, nomeadamente a sua vasta área de floresta de Montado, local de inegável riqueza e especificidades naturais, culturais e sociais, tornar-se um destino de Turismo Sustentável, oferecendo melhores condições de vida às populações locais, evitando a depressão daquele território e a degradação do Montado?

Em relação às perguntas de partida, Quivy & Campenhoudt (1992) sustentam que a melhor maneira de iniciar uma investigação passa por procurar enunciá-la na forma de uma, ou várias, pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir, o mais exactamente possível, o que procura saber, elucidar e compreender melhor (Quivy & Campenhoudt, 1992). Designar as perguntas de investigação torna-se assim um dos passos decisivos de todo o processo de investigação. Para uma correcta construção das perguntas de investigação considerou-se importante ponderar a seguinte premissa:

As áreas de floresta de montado encontram-se em declínio devido a doenças e pragas, ao aumento do risco de incêndio florestal face às alterações climáticas, à expansão urbanística, à promoção de novos empreendimentos turísticos de sustentabilidade duvidosa, ao êxodo rural e à grave regressão populacional em curso

Da constatação da premissa referida, considera-se que a investigação deverá dar resposta às seguintes perguntas de partida:

Figura 1 - Perguntas de partida da investigação

-
- Em que medida o turismo sustentável pode significar um factor de desenvolvimento local de espaços em situação de marginalização social e económica?
 - Pode o desenvolvimento de um Turismo Sustentável constituir um factor de manutenção da integridade dos montados enquanto ecossistemas de elevada importância ambiental?
 - Que tipo, ou tipos, de turismo pode conduzir à conservação dos recursos naturais e, por consequência, ao desenvolvimento local das áreas rurais de montado?
 - Que dimensões devem ser consideradas no desenvolvimento de um Turismo Sustentável e que acções devem ser inculcadas pelos agentes que nele intervêm?
 - Que estruturas e actividades podem conduzir à utilização mais adequada dos recursos turísticos endógenos das áreas de montado?

1.4. METODOLOGIA

1.4.1. Pressupostos metodológicos

De acordo com Creswell (2003) os pressupostos (ou paradigmas), as estratégias e o método contribuem como um todo para uma abordagem de pesquisa quantitativa, qualitativa ou multi-método. Para o autor a importância dessas três abordagens recai sobre a existência de um crescente interesse no uso da pesquisa qualitativa, uma emergência nas abordagens multi-método e um contínuo uso das formas tradicionais de delineamento quantitativo.

A distinção das abordagens é descrita da seguinte forma: Uma abordagem quantitativa é a que o investigador utiliza em primeiro lugar os pressupostos pós-positivistas para o desenvolvimento do conhecimento, emprega estratégias como experiências, levantamentos e recolha dados por instrumentos pré-determinados que resultem em dados estatísticos. Alternativamente, a abordagem qualitativa baseia-se em perspectivas construtivistas ou participativas. Utiliza estratégias de pesquisa como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos de *grounded theory* ou estudos de caso. O investigador recolhe dados não estruturados e emergentes. Finalmente, a abordagem de multi-método é aquela em que o investigador tende a basear os seus pressupostos em campos pragmáticos. Emprega estratégias que envolvem a recolha de dados, tanto simultaneamente, tanto sequencialmente, para melhor entender os problemas da pesquisa. A recolha de dados envolve informações numéricas e informações textuais (Creswell, 2003).

Na escolha da metodologia a utilizar, tendo em conta os objectivos planeados para a presente investigação, optou-se pela combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Com efeito, Bardin (1999) considera que a complementaridade dos métodos de investigação quantitativos e qualitativos aumentam a fiabilidade dos resultados. Na mesma linha Patton, citado por Carmo & Ferreira, 1998, afirma que uma forma de tornar um plano de investigação mais “sólido” é através da triangulação, isto é, da combinação de metodologias no estudo.

Em relação aos pressupostos específicos para a investigação a realizar considera-se que constituem uma linha de orientação basilar na reflexão sobre o modo de como inverter as tendências de exclusão actualmente em curso nos territórios rurais do interior português e de como elevar os “patrimónios” com potencial turístico da região.

Em relação ao processo de desenvolvimento de um Turismo Sustentável em particular, importa referir que a sua base metodológica resulta da constatação das vantagens em adoptar processos de desenvolvimento integrados e compreensivos, orientados para objectivos que respondam a desafios e a oportunidades. Por outro lado, sustenta a necessidade em garantir uma

estrutura de participação, que dê coerência ao projecto colectivo representado pelos actores e agentes do território (DGOTDU, 1996).

No seguimento da reflexão feita considera-se que a estratégia de investigação mais adequada para a realização desta investigação será o Estudo de caso cuja descrição de seguida se efectua.

1.4.2. Estudo de caso

De acordo com Eisenhardt (1989) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que procura o entendimento da dinâmica presente num determinado local. A existência de múltiplas fontes de evidência no estudo de caso fica-se a dever, segundo a autora, à combinação de métodos de recolha de dados, como arquivos, entrevistas, questionários e observações. Yin (2003) refere-se ao estudo de caso como uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos. Yin (2003) refere ainda que a investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única, pois baseia-se em várias fontes de evidências beneficiando do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir à recolha e análise de dados.

Creswell (2003) destaca algumas características do estudo de caso. Segundo o autor um estudo de caso é a exploração de um “sistema fechado” ou um caso/múltiplos casos, com fronteiras que definem tempo e espaço, utilizando-se de múltiplas fontes de informação, envolvendo um contexto social, físico, histórico e/ou económico, podendo ser um estudo intrínseco (pela sua unicidade) ou instrumental (ilustrativo).

Tabela 1 - Descrição da estratégia de Estudo de Caso

Estratégia	Principais aplicações	Autores	Pontos fortes	Preconceitos e limitações
Estudo de caso	Estudo de acontecimentos contemporâneos, resposta a questões do tipo “como” e “porque” (Yin, 2001); Testar teoria, produzir descrições e gerar teoria (Eisenhardt, 1989).	Yin (2003); Stake (1995); Gomm, Hammersley e Foster (2000).	Múltiplas fontes de evidência (Yin, 2001); Informações detalhadas sobre o caso (Gomm e Hammersley, 2000); Emprego de múltiplos níveis de análise (Yin, 2001).	Crítérios de escolha dos casos e processo de generalização (Stake, 2000); Tempo de realização e inúmeros documentos ilegíveis (Yin, 2001).

Fonte: Adaptado de Massukado, 2008 (todos os autores referidos foram citados por Massukado)

1.4.3. Unidade de análise

As unidades de análise são as áreas de Montado em Portugal, em geral, e a área de Montado do concelho de Coruche em particular.

As várias metodologias de investigação existentes definem um conjunto de métodos, técnicas e ferramentas para conduzir o processo de investigação.

As técnicas de recolha de dados utilizadas foram as seguintes:

- Análise de documentos - Consiste na recolha, leitura e análise de documentos escritos ou outros artefactos sobre a área de investigação. O método Estudo de Caso utiliza esta técnica;
- Inquérito por questionário - A realização de um inquérito por questionário visa caracterizar e aprofundar o conhecimento sobre os valores e as opiniões da população local, recolhendo informação variada sobre o “espaço local”, o desenvolvimento turístico, o desenvolvimento local e sustentável e sobre a floresta de Montado;
- Elaboração de entrevistas - A elaboração de entrevista visa aprofundar um determinado tópico ou apurar a opinião de um determinado interveniente do fenómeno em estudo. O método Estudo de Caso utiliza esta técnica.

O inquérito por questionário teve como objectivos centrais abordar a população local, no sentido de conhecer os seus valores e opiniões, visando recolher a informação acerca da importância integrada do turismo e da floresta de Montado para o desenvolvimento local.

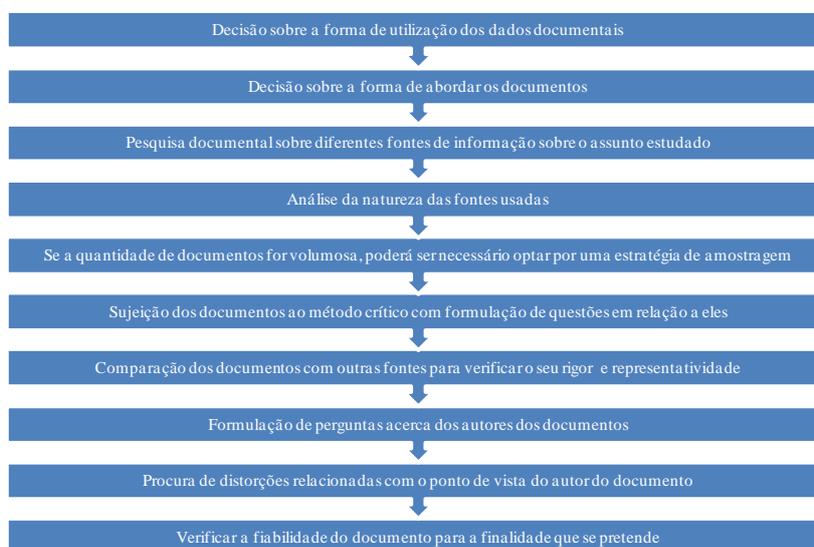
A técnica de pesquisa utilizada para a abordagem aos *stakeholders*, para o efeito considerados informadores privilegiados, foi a entrevista semi-estruturada. A entrevista semi-estruturada caracteriza-se pela existência de um guião (Anexo 2) previamente preparado que serve de eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista. O método procura garantir que os diversos participantes respondam a questões de temática muito idêntica, não exigindo uma ordem rígida nas questões. O desenvolvimento da entrevista vai-se adaptando ao entrevistado, mantendo-se um elevado grau de flexibilidade na exploração das questões. Os pontos fortes deste método de entrevista estão na optimização do tempo disponível para a tarefa, um tratamento mais sistemático dos dados e a flexibilidade na introdução de novas questões. O ponto fraco do método está no facto de este tipo de entrevista exigir uma boa preparação por parte do entrevistador que deverá estar bem informado sobre a temática das questões (Carmo & Ferreira, 1998). Entendeu-se que esta metodologia seria enriquecedora na medida em que permitiria, quer a partilha de diferentes vivências, quer a flexibilidade necessária para adaptar a abordagem às especificidades dos interlocutores, tendo em conta a própria natureza das organizações.

A aplicação das técnicas descritas obriga à realização de um conjunto de etapas (Bell, 2008).

- Definição do pressuposto e orientação da investigação - Define-se o objectivo da investigação e a estratégia a seguir (selecção de metodologias, técnicas e posições filosóficas);
- Recolha de dados - Existem diversas técnicas para a recolha de dados, que poderão ser utilizadas em conjunto ou isoladamente. As técnicas utilizadas serão as já referidas anteriormente;
- Análise e Síntese - As técnicas de análise de dados têm como objectivo guiar o investigador no desenvolvimento de categorias, na exploração de similaridade e diferença entre dados e na identificação das suas relações. No entanto, as técnicas adoptadas dependem da metodologia escolhida, da posição filosófica assumida e da disciplina em questão. Nos métodos qualitativos os dados são analisados qualitativamente segundo as directivas especificadas em normas ou aceites, em teoria, na comunidade científica. O exercício de síntese é o culminar de uma repetição do processo de investigação e é aquele que permite construir conhecimento. O exercício de síntese segue-se à análise dos dados, sendo suportado por diferentes técnicas.

No que se refere à análise dos dados recolhidos, estes serviram para complementar a informação obtida constituindo o método de pesquisa central. A abordagem aos dados documentais foi orientada para o problema, ou seja, para obter respostas às perguntas de investigação. Os documentos analisados serão tanto de ordem primária como secundária. A análise dos dados prosseguiu os passos referidos na Figura 2.

Figura 2 - Análise dos dados



Fonte: Baseado em Bell, 2008.

1.4.4. Questionário

Conforme se mencionou anteriormente, optou-se pela realização de um questionário à população local (Anexo 4) como instrumento de recolha de informação quantitativa, tirando partido das suas vantagens, nomeadamente a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação (Quivy & Campenhoudt, 1992). O inquérito por questionário pode-se definir como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos alargado de questões apresentadas por escrito aos inquiridos, geralmente representativo de uma população, que visa dar resposta à temática em estudo. O questionário à população residente foi construído tendo em conta a revisão da literatura sobre as reacções da comunidade em relação ao desenvolvimento local, ao turismo e à sustentabilidade.

No desenho do questionário começou-se pela caracterização dos inquiridos. Foram consideradas as seguintes dimensões: freguesia de residência do inquirido; sexo; idade; estado civil; número de pessoas do agregado familiar; naturalidade; nível de escolaridade; e situação profissional.

De seguida formulou-se um conjunto de questões, distribuídas por 4 grupos, que procuram dar resposta a um conjunto alargado de dimensões relacionadas com os objectivos propostos:

- Grupo II. Conhecer a opinião e as expectativas dos residentes relativamente ao “seu” espaço de residência e modo de vida;
- Grupo III. Conhecer a opinião e as expectativas dos residentes relativamente ao desenvolvimento do turismo no concelho de Coruche;
- Grupo IV. Avaliar as percepções dos residentes sobre o “estado” do desenvolvimento local e sobre as questões da sustentabilidade;
- Grupo V. Conhecer a opinião e as expectativas dos residentes relativamente às potencialidades da Floresta de Montado.

Quanto ao método de implementação do questionário e recolha dos dados, o questionário engloba duas partes distintas: uma, relativa à caracterização do indivíduo e outra, relativa à opinião sobre o desenvolvimento local, o turismo e a sustentabilidade no concelho de Coruche. Na primeira parte obtiveram-se informações sobre variáveis que permitem efectuar a caracterização sócio-demográfica da amostra. A segunda parte incluiu um conjunto de questões relativas à opinião sobre o desenvolvimento local, sobre o desenvolvimento da actividade turística e sobre o potencial da floresta de Montado.

Utilizou-se um vocabulário simples, de forma a não impor quaisquer barreiras de compreensão aos residentes inquiridos.

O questionário à população residente foi aplicado aos residentes das 4 freguesias seleccionados para o estudo, através de entrevista directa e por via de questionário *on-line* (fazendo uso da ferramenta de questionário do Google Docs) dirigido por e-mail a indivíduos pré-seleccionados, nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2010. Foi garantida a confidencialidade e o anonimato das respostas.

O tratamento estatístico iniciou-se com a análise univariada das variáveis incluídas no questionário.

Para o tratamento dos dados estatísticos provenientes dos recenseamentos foram constituídas diversas bases de dados em formato Excel, tendo as análises descritivas sido realizadas por intermédio do mesmo programa informático. Os dados do inquérito aplicado aos residentes do concelho de Coruche foram organizados numa base de dados, utilizando-se para o efeito o programa informático SPSS (versão 17). Os dados foram codificados e introduzidos na base durante cerca de um mês (Carmo R. , 2007).

1.5. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação insere-se no domínio científico das ciências sociais, seguindo as recomendações metodológicas gerais da investigação no âmbito das ciências sociais e percorrendo as etapas tradicionais do método científico de pesquisa.

O relatório está organizado em quatro capítulos. Neste primeiro capítulo, apresentou-se uma síntese do tema e dos objectivos da dissertação, do âmbito e da metodologia de investigação e da respectiva organização.

O segundo capítulo caracteriza as diferentes abordagens teóricas e explana os diversos conteúdos que dessas abordagens emanam, nomeadamente: explora-se a temática relacionada com a floresta de Montado, com a apresentação da definição de montado, descrição da sua geografia, biodiversidade e actividades e entendimento dos desafios e ameaças que enfrenta; explora-se a temática do desenvolvimento local, com a apresentação dos conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável e abordagem ao desenvolvimento local em Portugal e nas áreas rurais de baixa densidade; e explora-se a temática relacionada com o turismo, através da sua caracterização e enquadramento mundial e nacional, definindo-se os diversos aspectos que compõem a actividade turística, avalia-se a o turismo enquanto estratégia de desenvolvimento local, aborda-se o conceito de turismo sustentável e as suas formas de operacionalização e, por fim, aborda-se a temática do planeamento estratégico no desenvolvimento do turismo.

O terceiro capítulo apresenta o caso específico do concelho de Coruche, elaborando-se um retrato territorial exaustivo com análise das diversas dinâmicas territoriais do concelho e da região. Aborda-se de forma integrada o desenvolvimento local, o turismo e a floresta de montado por via da auscultação dos *stakeholders* e da análise das percepções dos residentes sobre o modo de vida, o turismo, a sustentabilidade e as potencialidades da floresta de Montado. Por fim apresentam-se propostas pragmáticas para o desenvolvimento de um turismo sustentável na área de Montado do concelho de Coruche por via da formulação de um plano para o desenvolvimento do turismo, do qual se destaca o diagnóstico dos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças do “território turístico” de Coruche e a formulação de acções concretas para a concretização do desenvolvimento da actividade turística.

No quarto e último capítulo da dissertação é feita uma síntese final, apresentando as conclusões em resposta aos objectivos e questões da investigação, bem como se destacam as contribuições do estudo e as limitações sentidas no decorrer do mesmo. Por fim, preconizam-se algumas pistas de investigação futura.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO MONTADO

2.1.1. Definição de Montado

Montado (Imagem 1) é o termo português usado para designar as paisagens por que é constituído um ecossistema específico, delicadamente equilibrado, composto por agricultura mista e centrado em florestas de sobreiro² extensivas, pontilhadas por áreas arbustivas, pastos e campos cultivados. Não é classificável como agrícola, nem florestal ou pecuário, mas como uma mistura integrada das três características, concebido e desenvolvido ao longo de milénios para conseguir a maior abundância em condições frequentemente duras e inóspitas, garantindo a produtividade das terras para gerações futuras (APCOR, 2010).

Os Montados³ são assim, por definição, sistemas que associam uma utilização florestal do solo com outra utilização de natureza agrícola e/ou pastoril, não devendo, todavia, ser considerados sistemas naturais (Silva et al., 2007), pois, como salienta López González (2004), o papel da acção humana na formação dos Montados foi crucial, nomeadamente no que respeita ao favorecimento deliberado de algumas espécies em detrimento de outras. O homem começou a utilizar as árvores e as florestas para os mais diversos fins desde cedo no desenvolvimento das suas sociedades, sendo essa, aliás, uma das razões porque o termo «natural» aplicado às árvores e às florestas deve ser entendido dentro dos limites dessa relação há muito estabelecida (Fabião, 2007).

Os Montados marcam as paisagens portuguesas, especialmente as dos territórios mais a sul, assumindo-se como áreas contínuas de arvoredos nativos, em boa parte regenerados naturalmente, que se podem encontrar ao longo do território português. Os Montados, devido ao seu carácter de transição entre as florestas fechadas e os campos abertos, ostentam uma notável biodiversidade. O carácter híbrido dos Montados, nomeadamente em relação à utilização do solo, potencia também a existência de toda uma série de actividades e produtos, sendo exemplos o turismo, a cortiça⁴, a lenha, a pastorícia, a caça ou a apicultura (Silva et al., 2007). São

² São designadas como «florestas de sobreiro» ou «sobreirais» as florestas maioritariamente compostas por sobreiros, considerada a espécie de árvore mais importante da floresta portuguesa. Portugal detém mais de um terço de toda a superfície ocupada pelo sobreiro no mundo, facto de grande importância e que faz do país o maior produtor mundial de cortiça, responsável por mais de metade da produção global (Silva et al., 2007).

³ A legislação nacional e regional em Portugal protege os Montados e proíbe o abate não autorizado de árvores. Os sobreiros só podem ser cortados se estiverem mortos ou doentes e, mesmo assim, só com autorização por escrito das autoridades. A legislação aplica pesadas multas por danos ou gestão não adequada das árvores e estabelece regras rigorosas, regulamentando o descortçamento e a manutenção das árvores. A gestão cuidadosa da floresta permite a extracção continuada da cortiça e o consequente rendimento económico para as populações rurais (APCOR, 2010).

⁴ A cortiça é um produto natural extraído da casca do sobreiro. A estrutura e a composição química da cortiça conferem-lhe um conjunto de qualidades únicas: matéria-prima renovável, produto 100% natural e biodegradável, impermeabilidade a líquidos e a gases, leveza e fluabilidade, resistente à penetração de humidade, elasticidade e compressibilidade, excelente isolante térmico,

sobretudo as diversas valências do Montado, e menos a floresta em si, que o tornam fundamental na manutenção de um ecossistema e um modo de viver singulares.

Imagem 1 - Floresta de Montado de Sobro, Ribatejo (Portugal)



Fonte: Banco de Imagens Associação Portuguesa da Cortiça (<http://www.apcor.pt>)

2.1.2. Geografia do Montado

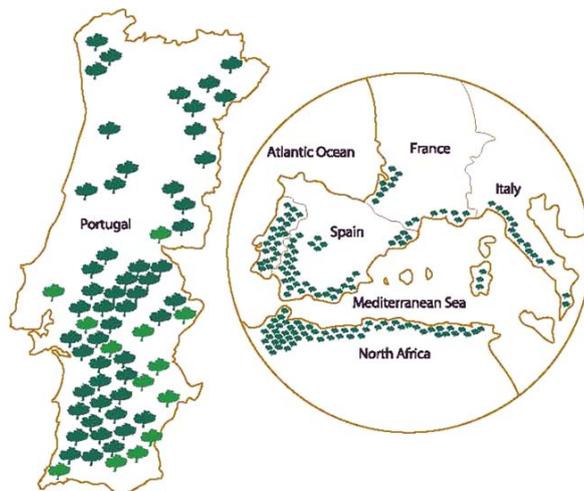
O Montado, predominante arborizado pelo sobreiro, apresenta também importantes extensões de azinheiras e pequenas áreas de carvalho negral. Em Portugal o Montado de sobreiro representa cerca de 21% da área florestal (Mapa 1) e é responsável pela produção de mais de 50% da cortiça consumida em todo o mundo. De toda a flora do Montado, o sobreiro é o espécimen mais numeroso, estando disseminado por todo o país, do Minho ao Algarve, exclusão feita às zonas mais adversas de Trás-os-Montes e os mais frios cumes e vertentes do norte de Portugal. Existem ainda pequenos bosques que são considerados reservas ecológicas, como as Serras do Gerês, Bornes, Estrela, Marão, Lousã, Gardunha e Caramulo. São no entanto as paisagens do Alentejo e sul do Ribatejo que são normalmente associadas ao sobreiro, onde de facto, subsistem em grandes concentrações, devendo-se este facto ao escasso povoamento da região o que resultou numa sobrevivência mais fácil da espécie, embora esta tenha sofrido “baixas” nas guerras peninsulares que marcaram a expansão territorial portuguesa durante sete séculos. Só a partir do século XVIII, com o início da exploração da cortiça, é que se começou a olhar o sobreiro com o respeito sentido e devido a uma das árvores mais características de Portugal. Foi durante esta época que foram introduzidas técnicas de desbaste selectivo e de baixa densidade da zona arborizada para aproveitamento dos solos para a prática agrícola.

acústico e vibrático, resistência ao desgaste e ao atrito, não absorve poeiras evita alergias e resistente à combustão (AMORIM, 2011).

Graças a estas iniciativas, no final do século XIX, os sobreirais portugueses eram considerados os mais bem tratados do mundo (APCOR, 2011).

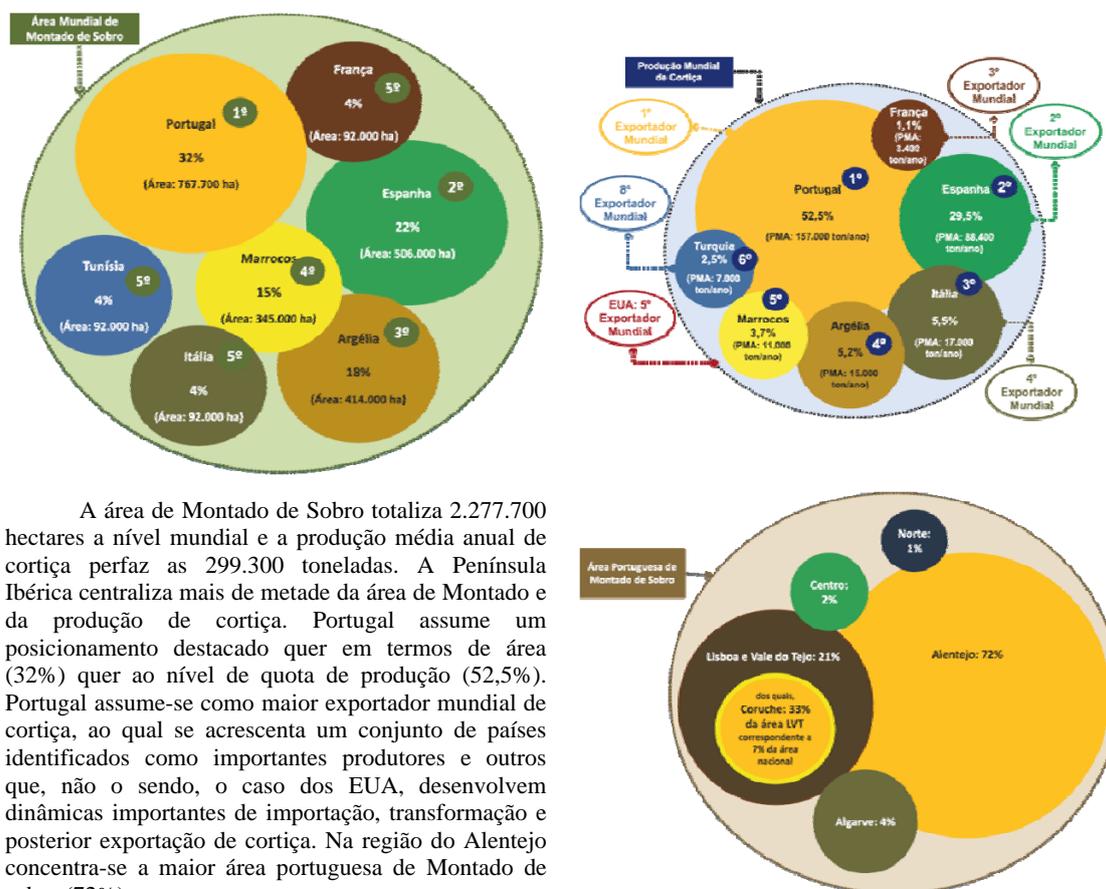
As florestas de sobreiros são um ecossistema muito particular, de delicado equilíbrio e que subsiste apenas na bacia mediterrânica, sobretudo na península ibérica e nas regiões a sul desta com influência atlântica, como é o caso de Portugal, Espanha, Marrocos e Argélia, subsistindo também em algumas regiões da França, Itália e Tunísia. Portugal é o país que possui a maior extensão de sobreiros do mundo, aproximadamente 730 mil hectares, cerca de 33% da área mundial (AMORIM, 2011).

Mapa 1 - Montado de sobreiro em Portugal e no mundo



Fonte: CORK - Associação Portuguesa da Cortiça (<http://www.realcork.org>)

Figura 3 - Representatividade internacional de Portugal no sector da cortiça



A área de Montado de Sobro totaliza 2.277.700 hectares a nível mundial e a produção média anual de cortiça perfaz as 299.300 toneladas. A Península Ibérica centraliza mais de metade da área de Montado e da produção de cortiça. Portugal assume um posicionamento destacado quer em termos de área (32%) quer ao nível de quota de produção (52,5%). Portugal assume-se como maior exportador mundial de cortiça, ao qual se acrescenta um conjunto de países identificados como importantes produtores e outros que, não o sendo, o caso dos EUA, desenvolvem dinâmicas importantes de importação, transformação e posterior exportação de cortiça. Na região do Alentejo concentra-se a maior área portuguesa de Montado de sobro (72%).

Fonte: CMC, 2009.

2.1.3. Biodiversidade e as actividades do Montado

Pode definir-se biodiversidade como a variação da vida em todos os níveis de organização biológica (Gaston & Spicer, 2004). O papel e o valor das actividades ecossistémicas foram reconhecidos à escala internacional como uma valiosa plataforma para a erradicação da pobreza e da desertificação, assim como para promover o desenvolvimento sustentado (APCOR, 2010).

As paisagens de Montado (Tabela 2) são um dos melhores exemplos no Mediterrâneo do equilíbrio entre conservação e desenvolvimento para benefício das pessoas e da natureza. Suportam uma biodiversidade rica e meios de subsistência tradicionais, proporcionam oportunidades de desenvolvimento em áreas social e economicamente desprotegidas e desempenham um papel fundamental em processos ecológicos como a retenção de água, a conservação do solo ou a fixação de carbono (Montero & Torres, 1993, citado por APCOR, 2010).

Tabela 2 - Área da Floresta de Montado portuguesa

Unidade	Áreas		
	ha	%	
Portugal Continental	8.896,847	100%	
Floresta de Montado de Sobreiro	736,700	8,28%	→ 12,65%
Floresta de Montado de Azinheira	388,400	4,37%	

Fonte: Adaptado de Branco, Bugalho, Neves Silva, Barreira, Vaz, & Dias, 2010

Os Montados são um dos poucos exemplos de exploração florestal totalmente sustentável. São economicamente sustentáveis devido ao preço de mercado do principal produto extraído dos sobreiros: a cortiça. Portugal é o maior produtor mundial de cortiça, em apenas 8% do território nacional produz-se mais de 50% da cortiça a nível mundial (APCOR, 2010). Apesar da variedade dos produtos de cortiça, são as rolhas que impulsionam a indústria da cortiça: representam quase 70 por cento do valor do mercado da cortiça (APCOR, 2010).

O trabalho no Montado é, maioritariamente, sazonal e está concentrado na época de descortiçamento⁵. Os valores apontados para os postos de trabalho na área da exploração florestal são de 6500, mas existem, ainda, milhares de postos indirectos (APCOR, 2010).

A desertificação é um dos problemas mais prementes que a humanidade actualmente enfrenta, nomeadamente em áreas rurais. O ecossistema de Montado assume um papel fundamental no combate à desertificação em Portugal, desempenhando um papel decisivo na prevenção da degradação dos solos, formando sistemas ecológica e economicamente sustentáveis que geram níveis elevados de biodiversidade por via da melhoria da matéria orgânica dos solos. Mas é sobretudo do ponto de vista social que o Montado se destaca como “travão” ao despovoamento, ao constituir-se como sistema agro-florestal economicamente viável (WWF, 2008).

Nenhum outro produto substituto da cortiça será tão sustentável do ponto de vista ambiental. Em algumas povoações, a cortiça é o rendimento principal, mantendo essas áreas vivas com actividades económicas e sociais. A cortiça não só cria riqueza, como a distribui, tornando as regiões economicamente viáveis.

A caça e a pesca, a criação de gado, o aproveitamento das ervas e plantas e o turismo são algumas das actividades realizadas em paralelo com a colheita da cortiça.

Nas margens dos rios e lagos do Alentejo, a pesca é um dos desportos preferidos. As florestas detêm um manancial de caça, como as perdizes ou o javali. Embora sazonal, a caça é comum, restrita a determinadas áreas e regulamentada por lei. A caça é considerada não só uma actividade de recreio, como também assegura a manutenção das espécies, fornece mais uma fonte de alimento e oportunidades de emprego.

⁵ Descortiçamento é a actividade de extracção da cortiça do sobreiro, é realizada de 9 em 9 anos, nos meses de verão, entre Maio e Agosto. O processo de descortiçamento é composto por cinco fases: abertura, separação, divisão, extracção e remoção das porções de cortiça de forma rectangular (APCOR, 2011a).

Em relação à criação de gado são inúmeros os agricultores do Montado que criam porcos autóctones, ovelhas ou cabras, que pastam livremente nas grandes áreas de pastagem. Muitos dos produtos de carne da Península Ibérica com certificação europeia provêm de gado originário das áreas de Montado.

As florestas contribuem também directa e significativamente para a segurança alimentar das populações rurais. Há um grande leque de fontes de alimento nas florestas de sobreiro, incluindo sementes, bolotas, cogumelos e ervas. As bolotas são um suplemento alimentar para os porcos autóctones. A esteira fornece lenha (utilizada nos fornos de pão tradicionais construídos em pedra) e a alfazema e a urze oferecem alimento (pólen) às abelhas melíferas que produzem mel de qualidade excepcional. Outro fornecedor de comida e rendimento são os cogumelos selvagens comestíveis associados aos sobreiros, que atingem elevados preços no mercado, constituindo um reforço económico essencial para muitas famílias. O medronheiro, um outro exemplo, fornece bagas para aguardente e combustível.

O valor económico da paisagem natural só por si é, portanto, muito elevado, mas ainda surge outra actividade de crescente importância, o turismo, nomeadamente na vertente do ecoturismo, um conceito relativamente novo e que pode ser definido como uma forma de viagem responsável em áreas naturais conservadas ambientalmente e preocupadas em melhorar o bem-estar das populações locais (TIES, 1990). O turismo traz, potencialmente, muitos benefícios às áreas rurais. É uma importante fonte de emprego para as comunidades locais e, também, pode servir como veículo de *marketing* para atrair potenciais residentes e empresas para uma região. Nas povoações locais, rodeadas por áreas de Montado, várias unidades de turismo em espaço rural, hotéis e parques de campismo têm apoiado as comunidades locais no que diz respeito a emprego, formação e preparação de projectos criadores de rendimento. O ecoturismo em pequena escala tem servido para aumentar a consciência ambiental de quem visita a paisagem, promovendo desta forma a conservação da natureza através de um largo espectro de actividades de lazer no exterior, como a caça, pesca, campismo e observação de aves.

2.1.4. Desafios e ameaças do Montado

Situações como o declínio dos Montados devido a doenças e pragas, o aumento do risco de incêndio florestal face às alterações climáticas e expansão urbanística e a promoção de novos empreendimentos turísticos, podem afectar a integridade dos Montados enquanto ecossistemas de elevada importância ambiental, colocando também em causa a produção de cortiça, única actividade económica em que Portugal é líder mundial (Patacho, 2007), pelo que é premente manter o desenvolvimento sustentável dos Montados.

Em termos globais a utilização de vedantes sintéticos, nomeadamente pelo sector vitivinícola, em substituição da rolha de cortiça natural ameaçam a manutenção deste importante ecossistema que é o Montado de sobreiro. Todavia, a clara aposta da utilização da rolha de cortiça natural em vinhos de qualidade, associada à promoção da certificação da gestão florestal sustentável através do reconhecimento dos sistemas mundiais de certificação, como o FSC⁶, traz novas esperanças à manutenção dos Montados.

Verificam-se alguns problemas nos Montados da Bacia Mediterrânica, nomeadamente com o chamado declínio dos povoamentos de sobreiro e também de azinheira nalgumas zonas. A investigação que tem sido realizada no nosso País, e também em todos os países onde o fenómeno ocorre, tem sempre concluído que as causas da mortalidade que se verifica nalgumas zonas residem num complexo de factores, nomeadamente a má gestão realizada em algumas propriedades, sendo as condições ecológicas um factor determinante no desencadear da situação, como o stresse hídrico provocado por períodos de seca ou pluviosidade anormal que pode favorecer a propagação de doenças (Patacho, 2007).

Estão identificadas muitas medidas para minimizar o declínio e recuperar a vitalidade da floresta, as quais passam sobretudo por uma alteração de comportamentos na gestão de algumas áreas de Montado. É fundamental que os proprietários promovam junto dos trabalhadores agrícolas a implementação das regras da gestão florestal sustentável, com o recurso às boas práticas na plantação de novos povoamentos, nas operações de poda, na extracção de cortiça, no aproveitamento do solo e na criação de gado sob coberto, dado que só assim é possível prologar a existência deste ecossistema para as gerações futuras.

2.1.5. Montado como paisagem cultural

O património cultural é um conceito muito amplo que inclui, entre outros, recursos de âmbito natural e cultural. Abrangidos neste conceito é possível identificar monumentos, paisagens construídas pelo Homem, lugares históricos, conjuntos construídos, manifestações artísticas ou práticas culturais. O património cultural é testemunho do desenvolvimento histórico de um povo e constitui a essência da identidade nacional, regional ou local de um território quando permanece como parte integrante da vida das respectivas comunidades. O património cultural está vivo quando pertence à memória colectiva de uma comunidade, sendo insubstituível como base do seu desenvolvimento actual e futuro (Gellner, 1998).

⁶ A certificação florestal FSC (*Forest Stewardship Council*) é um reconhecimento de nível mundial que distingue a responsabilidade ambiental e social ao nível da gestão florestal sustentável. O *World Wild Found* (WWF), influente organização não governamental de ambiente (ONGA) de nível mundial, considera a certificação FSC um instrumento privilegiado para o desenvolvimento de um mercado sustentável, promovendo, no caso do Montado, as características da cortiça e preservando o meio ambiente (Silva L. N., 2005b).

A interdependência existente entre o património cultural e a actividade turística é cada vez mais evidente. Enquanto o património cultural contribui para estimular e sustentar a actividade turística, o turismo, em troca, é gerador de receitas que contribuem para a valorização e salvaguarda dos recursos patrimoniais.

Por outro lado, o património cultural, quando sem “audiência”, vê-se muito diminuído nas suas funções social e educativa. Entretanto, a actividade turística, quando desenvolvida sem uma perspectiva de gestão sustentável, vê diminuído, a longo prazo, o seu potencial de crescimento.

A forma como o turismo cresceu e se desenvolveu nas últimas décadas gerou novas oportunidades para os destinos turísticos afirmarem as suas vocações culturais. No entanto, a massificação associada à indústria turística também comportou ameaças. É neste contexto que se tem vindo a afirmar o conceito de “turismo sustentável”, a fórmula encontrada para potenciar as oportunidades e contornar as ameaças latentes. Sem dúvida, se devidamente sustentada, a actividade turística pode constituir-se como uma ferramenta relevante de promoção do bem-estar das populações, de desenvolvimento económico e social dos territórios e de capacitação do seu tecido institucional.

Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), o Turismo Cultural será, no futuro, um dos cinco principais segmentos turísticos, o que é encarado como um dos principais desafios da competitividade dos destinos turísticos (UNWTO, 2001).

Para enfrentar este cenário competitivo num quadro de sustentabilidade importa que os destinos turísticos assumam a mobilização da população, as parcerias entre os agentes turísticos e culturais e a cooperação institucional. Para tal, é necessário definir desígnios mobilizadores e galvanizadores para as comunidades e para os territórios. É essa, precisamente, a grande virtude de reconhecer a floresta de Montado como uma paisagem de riqueza cultural inegável e fundamental no processo de desenvolvimento de um turismo sustentável.

A paisagem dominada por Montados assemelha-se muito ao de uma savana, ou seja, a uma região plana onde predominam árvores dispersas, ou em pequenos grupos. Uma das características ecológicas mais importantes do Montado é o facto de ser um sistema especialmente adaptado a solos menos férteis, permitindo rendimentos onde outros sistemas produtivos teriam dificuldade em obtê-los.

Torna-se assim fundamental reconhecer a floresta de Montado como uma paisagem que agrega uma enorme fertilidade cultural e que pode constituir um factor de desenvolvimento do território a que pertence. A preservação e conservação deste valor único – histórico, cultural e natural – e irrepetível é imprescindível num processo de desenvolvimento local assente na capacidade das comunidades e das instituições “guardiãs” do montando, as principais

beneficiárias das vantagens de visibilidade e de notoriedade associadas à distinção do Montado como legado cultural.

Ciente do valor cultural da floresta de Montado, a Entidade Regional de Turismo (ERT) do Alentejo iniciou um processo de candidatura do Montado a Património Mundial, pela UNESCO, com o intuito de valorizar o que considera um ecossistema "único no mundo" e que pode contribuir para a afirmação turística da região. Entendem os responsáveis do turismo do Alentejo que, apesar de o território possuir produtos turísticos de grande relevância e de elevadíssima qualidade, o que distingue aquele espaço, o que possibilitará a consolidação de uma oferta turística e o que se afirmará como uma marca de grande prestígio internacional, é o Montado (Jornal i, 2010). Neste quadro a identidade é fundamental para a afirmação turística de uma região, sendo que, no caso do Alentejo, e nomeadamente também no caso do concelho de Coruche, o Montado representa esse factor diferenciador e distintivo.

2.2. DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.2.1. Apresentação do conceito de desenvolvimento local

O conceito de desenvolvimento local surge na Europa após a II Guerra Mundial, (apesar de nos anos 50 e 60 já existirem algumas iniciativas pontuais de desenvolvimento comunitário, mas só a partir dos anos 80, com o paradigma territorialista⁷ e com as respostas da sociedade civil, começou o conceito a ganhar importância. O nascimento do desenvolvimento local na Europa tem como base de referência o nascimento do desenvolvimento local em meio rural na França. As experiências muito positivas da aplicação do conceito de desenvolvimento local na França e o papel influente deste país na actual União Europeia tiveram clara influência na forma como o conceito de desenvolvimento local foi operacionalizado em Portugal (ANIMAR, 2003).

O conceito de desenvolvimento local é alicerçado nos pressupostos do paradigma territorialista e nas inúmeras e variadas experiências preconizadas no terreno em todo o mundo, inclusivamente em Portugal. Como resultado dessa construção, a definição conceptual do conceito de desenvolvimento local torna-se muito difícil, impossibilitando uma compreensão unívoca em torno do seu sentido. Efectivamente, existem inúmeros autores a definir o conceito de desenvolvimento local.

⁷ Paradigma territorialista: modelo de desenvolvimento que assenta num conjunto de valores fundamentais (Henriques, 1990): A satisfação das necessidades básicas de todos os membros da sociedade, entendida como melhoramento das condições de vida da população de qualquer sociedade territorial em termos quantitativos e qualitativos, constitui o seu critério de referência fundamental; O desenvolvimento deverá ser determinado pela população enraizada em determinado território com base na mobilização integral de todos os seus recursos naturais, humanos e institucionais para a satisfação prioritária das suas necessidades básicas; O desenvolvimento deverá ser igualitário e comunalista por natureza; O desenvolvimento deverá assentar num grau elevado de autodeterminação territorial; Deverá tratar-se do desenvolvimento de pessoas e não de lugares; Deverá ser defendido um crescimento económico selectivo, orientado para a redistribuição, e deverá ser atribuída prioridade ao envolvimento de toda a população numa actividade produtiva (criação de emprego); O desenvolvimento pressuporá estruturas de tomada de decisão articuladas territorialmente e a várias escalas.

Grefe (1985), citado por Henriques (1990), define o desenvolvimento local como um processo de diversificação e de enriquecimento das actividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e das suas energias. Será o produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de um projecto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais. Finalmente, fará de um espaço de contiguidade física um espaço de solidariedade activa.

Amaro (2000) define o conceito como um processo centrado numa ideia de desenvolvimento que é, em última instância, o aumento global do bem-estar das pessoas e através da sua participação e exercício duma cidadania activa, a qual só se pode fazer de baixo para cima, ou seja, só se pode fazer a partir de onde, para cada comunidade, as coisas acontecem. O processo de desenvolvimento preconiza que cada espaço social de forma autónoma e participada deve assegurar uma relação aberta com a região onde se insere em que o respeito pelas especificidades, necessidades e capacidades próprias são condição essencial.

O desenvolvimento local é feito através de laços de cooperação entre os vários actores locais que existem num determinado território, em que a participação de todos é fundamental para a preconização de processos de desenvolvimento sustentados, que possibilitem melhorias de vida significativas das comunidades. Cada espaço social deve procurar assegurar uma relação aberta com a região mais vasta em que se insere e em que o respeito pelas especificidades, necessidades e capacidades próprias constituam os pilares essenciais em que assenta o novo processo de desenvolvimento. Assim, este conceito de desenvolvimento local caracteriza-se pela interpenetração das três dimensões do ser humano (individual, colectiva e ambiental) e por uma ruptura que exige verdadeiros actores sociais e não apenas simples figurantes (Amaro, 1990).

Considerado como um projecto (Perroux, 1961) pluridimensional (Bartoli, 1999) que incide numa determinada comunidade, o desenvolvimento local é sabidamente marcado pela cultura do contexto em que se situa. Por outras palavras podemos dizer que cada realidade local apresenta características próprias e muito específicas e, como tal, o seu processo de desenvolvimento segue um caminho específico, ou seja, existem tantos desenvolvimentos locais como existem locais. O desenvolvimento local é, assim, um processo de mudança que incide numa determinada comunidade, e que pressupõe a definição de novos caminhos para um modelo diferente de construção do desenvolvimento de um determinado local.

Amaro (2000) considera que existem um conjunto de elementos que se constituem como os princípios estratégicos e orientadores do desenvolvimento local e, os quais devem estar presentes nas diversas iniciativas, pois só assim é possível falar de desenvolvimento local. Assim, o desenvolvimento local é um processo de transformação e de mudança, que recusa a conservação, centrado numa comunidade humana de pequena dimensão, que parte da existência de necessidades não satisfeitas a que se procura responder, antes de mais a partir da mobilização

das capacidades locais mas articulando-as com os recursos exógenos numa perspectiva de fertilização mútua, o que implica uma pedagogia e uma metodologia de participação, pressupondo uma dinâmica de *empowerment*.

2.2.2. Desenvolvimento local em Portugal

O desenvolvimento local em Portugal tem sido protagonizado por diferentes actores locais ligados, principalmente, às questões sociais, ambientais e patrimoniais. A sua intervenção é traduzida numa multiplicidade de iniciativas e projectos, realizados numa base local, e que procuram responder às necessidades sentidas pela população e território. No entanto, a dinamização destas iniciativas não é uma tarefa fácil devido à limitação de recursos disponíveis, situação que advém do facto de estas organizações serem de natureza associativa e sem fins lucrativos, em que as suas receitas se resumem às quotas dos sócios e donativos.

Ao falar de desenvolvimento local em Portugal é essencial referenciar a criação da Animar, associação portuguesa para o desenvolvimento local em meio rural, em 1993. Ao longo da sua existência a Animar tem actuado principalmente sobre as seguintes áreas: análise de impacto das políticas nacionais e comunitárias e apresentação e defesa de propostas de promoção do desenvolvimento local/rural; produção, edição e difusão de documentos e realização de seminários, colóquios, conferências, feiras e outras iniciativas, sobre questões relacionadas com o desenvolvimento local/rural; promoção de acções de formação e apoio à concepção de candidaturas a projectos; representação do movimento de desenvolvimento local e rural junto de diversas entidades e instituições, nomeadamente das suas potencialidades e reivindicações (ANIMAR, 2008).

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm sido, em Portugal, a forma preferencial de organização da sociedade civil para assumir um papel activo no processo de desenvolvimento. O principal significado do terceiro sector não é de todo económico, mas o de fortalecimento da sociedade e da política: garantia da satisfação das necessidades locais imediatas (por meio de fornecimento de bens e serviços), desenvolvimentos em pequena escala, com vista à autonomização das comunidades, através da melhoria de actividades comunitárias (perspectiva de projecto à escala micro) e intervenções micro-políticas que visam modificar os métodos de mobilização e aproveitamento dos escassos recursos existentes (Coutinho, 2003).

Constituídas com parcerias, muitas vezes públicas e privadas, reunindo vários actores económicos e sociais ou, noutros casos, constituídas em torno de uma ideia ou de um interesse mais específico, as ADL têm tido um papel de crescente intervenção, no âmbito de diferentes programas de apoio ao desenvolvimento, cumprindo projectos específicos nas respectivas áreas de interesse.

As iniciativas preconizadas por estas organizações da sociedade civil apresentam uma dimensão multidimensional e multidisciplinar e têm como objectivo satisfazer, a nível local, as necessidades de natureza social no mercado dos serviços, podendo funcionar como uma fonte de emprego e um instrumento para o desenvolvimento da solidariedade a nível local. O sucesso dessas iniciativas depende de vários factores-chave, nomeadamente: uma população local onde exista um mínimo de unidade social; uma forte componente associativa; uma potencialidade empresarial no domínio social; a presença de instituições locais (autarquias, etc.) que apoiem esse novo tipo de abordagem associativa e local e instituições públicas nacionais receptivas a novas experiências (Vidal, 2001).

As iniciativas de desenvolvimento local são implementadas por todo o país por diferentes actores locais, de âmbito público ou privado, os quais protagonizam iniciativas de diferentes tipologias, que se revestem de uma grande complementaridade entre si, para responder às exigências do desenvolvimento local traduzidas pelas diferentes necessidades sentidas pela população e pelo território, em diferentes níveis, como por exemplo o social, o económico e o ambiental.

2.2.3. Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade

Ao olharmos para o mundo rural observamos que este apresenta um potencial muito significativo, o qual assenta na sua enorme diversidade de locais e recursos. Nesse sentido, essa diversidade deve ser respeitada e preservada, e isso é conseguido através da definição de soluções estruturantes, que têm de ser adaptadas às características e particularidades locais. Nesta perspectiva a grande aposta para a revitalização do mundo rural passa por intervenções directas junto das comunidades locais, procurando-se aproveitar as vantagens locais e pelo estímulo de actividades que valorizem e incrementem o uso sensato dos recursos existentes, em complementaridade com a actividade agrícola, ponderando, de forma sistemática, os impactos sociais, culturais e ambientais de todo o processo. É também fundamental reconhecer e privilegiar o potencial humano existente, como principal pilar de sustentação do desenvolvimento rural, pois o mesmo possui uma capacidade insubstituível na regulação de situações disfuncionais da sociedade rural e, para desencadear intervenções que garantam relações equilibradas e duradouras, perspectivando o aumento do nível de qualidade de vida das gerações futuras.

Actualmente, o grande desafio que se coloca nos processos de desenvolvimento em áreas rurais de baixa densidade é tentar inverter as tendências de despovoamento, de envelhecimento e das baixas qualificações das pessoas. No primeiro encontro nacional sobre as áreas rurais de baixa densidade, realizado na mina de S. Domingos (Mértola) em Junho de 2006,

os promotores e participantes estabeleceram um documento designado “Uma Agenda para as Áreas Rurais de Baixa Densidade”, na qual defendem a criação de um “programa específico de valorização” das áreas rurais de baixa densidade (ARBD) que, de uma forma integrada e coerente, contemple os seguintes estímulos: O reforço da capacitação institucional, organizacional e empresarial dos *stakeholders*⁸; um sistema de incentivos de mitigação e compensação de riscos e investimentos que revelem economias externas relevantes; o reforço da transferência de atribuições, competências e meios para as autarquias locais e suas associações; o reforço dos apoios aos sistemas de acessibilidade e mobilidade de segunda geração de pessoas e serviços; o reforço dos apoios à criação de redes temáticas e funcionais de cooperação interterritorial; o reforço dos apoios aos processos participativos, à contratualização de programas e subvenções globais às metodologias GAL/PAL (Grupos de Acção Local e Planos de Acção Local); o apoio específico a um sistema de informação/monitorização/investigação/inação/implementação de projectos multifunções; o apoio específico a mecanismos de comunicação e valorização de recursos identitários e simbólicos que instigam à motivação territorial; o apoio ao financiamento de acções piloto sobre a “baixa densidade virtuosa⁹” (ANIMAR, 2006).

2.2.4. Conceito de desenvolvimento sustentável

A discussão sobre o conceito de turismo sustentável é relativamente recente, tendo surgido com maior intensidade no final da década de 80. No entanto, para conhecer as origens e compreender a evolução do conceito, é preciso observar um conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável, do qual decorre noção de sustentabilidade do turismo. Das várias abordagens ao conceito de desenvolvimento sustentável que podemos encontrar na literatura, importa referir algumas das mais significativas, com o propósito de estabelecer as bases para a compreensão da noção de sustentabilidade, no âmbito do turismo.

Um dos primeiros relatórios a falar abertamente sobre o conceito de desenvolvimento sustentável foi a “Estratégia Mundial de Conservação: Conservação dos Recursos Vivos para o Desenvolvimento Sustentável” (IUCN, UNEP, & WWF, 1980).

Foi, contudo, com a publicação do relatório “O Nosso Futuro Comum”¹⁰, preparado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1987), que o conceito de “desenvolvimento sustentável” se tornou proeminente, exercendo influência sobre numerosas organizações, governamentais e não governamentais. O Relatório ao sugerir uma forma de

⁸ *Stakeholder* (em português, parte interessada ou interveniente) é uma palavra inglesa usada em diversas áreas (turismo, gestão, etc.) e refere-se às partes interessadas (aos diversos “actores”) num determinado/a processo, objectivo, missão, organização, etc.

⁹ Entende-se como territórios de «baixa densidade virtuosa» territórios que apesar da sua baixa densidade populacional possuem potencialidades e virtualidades que podem representar vantagens no processo de desenvolvimento desse território.

¹⁰ Conhecido por Relatório Brundtland em homenagem à então primeira-ministra norueguesa e presidente da comissão Gro Harlem Brundtland.

coniliar a protecção do ambiente com o desenvolvimento económico, foi o responsável pela definição de desenvolvimento sustentável até agora mais difundida em todo o mundo e que tem servido de ponto de partida para a discussão nas mais diversas disciplinas: O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (WCED, 1987). De acordo com esta perspectiva, o desenvolvimento sustentável é um processo de satisfação das necessidades do presente que não compromete a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Tal como o próprio relatório avança, esta definição assenta em dois conceitos fundamentais (WCED, 1987):

- O conceito de “necessidades” humanas, em particular as dos mais pobres, às quais deve ser dada prioridade de resolução;
- A ideia da existência de limitações, impostas pelo estado da tecnologia e pela organização social à capacidade do ambiente (do ecossistema global) satisfazer as necessidades do presente e do futuro.

O desenvolvimento sustentável passou a ser entendido como um desígnio global a longo prazo. Isto pode ser depreendido da leitura das metas e dos princípios legais estabelecidos pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (CMAD) no seu relatório de 1980 (Tabela 3):

Tabela 3 - Metas e princípios legais do desenvolvimento sustentável (CMAD)

Metas	Princípios Legais
Um sistema político que assegure uma efectiva participação na tomada de decisão	Todos os seres humanos têm o direito fundamental de usufruir de um ambiente adequado à sua saúde e bem-estar
Um sistema económico que seja capaz de gerar excedentes e conhecimentos técnicos numa base auto-sustentada	As nações devem conservar e usar o ambiente e os recursos naturais para benefício das gerações presentes e futuras
Um sistema social que forneça soluções para as tensões provocadas por um desenvolvimento não harmonioso	As nações devem manter os ecossistemas e os processos ecológicos essenciais para o funcionamento da biosfera, preservar a diversidade biológica e observar o princípio do rendimento sustentável óptimo na utilização dos recursos naturais vivos e dos ecossistemas
Um sistema de produção que obedeça à obrigação de preservar a base ecológica para o desenvolvimento	As nações devem estabelecer padrões adequados de protecção do ambiente e monitorizar as alterações nele ocorridas e publicar os dados relevantes sobre a qualidade do ambiente e a utilização dos recursos
Um sistema tecnológico que procure continuamente novas soluções	As nações devem exigir a avaliação prévia do impacto ambiental de projectos que possam afectar significativamente o ambiente ou a utilização de recursos naturais
Um sistema internacional que busque padrões sustentáveis para as trocas comerciais e as finanças	As nações devem informar atempadamente todas as pessoas que possam vir a ser afectadas por uma actividade prevista e garantir igual acesso e conveniente tratamento em processos administrativos e judiciais
Um sistema administrativo que seja flexível e que tenha a capacidade de se autocorrigir	As nações devem assegurar que a conservação seja tratada como parte integral do planeamento e implementação de actividades de desenvolvimento e fornecer assistência a outras nações, em especial a Países em Desenvolvimento, no suporte da protecção ambiental e desenvolvimento sustentável
	As nações devem cooperar de boa fé com outras nações na implementação dos direitos e obrigações precedentes

Fonte: Adaptado de Hunter & Green (1995)

Desde a publicação do Relatório Brundtland (WCED, 1987) tem havido inúmeras reflexões em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. A partir deste relatório, Bramwell & Lane (1993) apontam quatro princípios básicos para a sustentabilidade:

- A existência de um processo holístico de planeamento e de formulação de estratégias;
- A importância da preservação dos processos ecológicos essenciais;
- A necessidade de protecção do património humano e da biodiversidade;
- O requisito chave: um desenvolvimento que permita que a produtividade seja sustentável no longo prazo, para as gerações futuras.

Estes autores avançam, ainda, que este relatório acrescentou um móbil poderoso à discussão sobre sustentabilidade: além de se procurar compatibilizar o crescimento económico

com a protecção dos recursos naturais, apela-se à equidade social e à igualdade de oportunidades entre as nações. Ora, isto pressupõe um esforço de convergência entre os Países Pobres e os Países Ricos, para que o sistema global consiga ter estabilidade, a par da sustentabilidade.

De acordo com Murphy (1994), o Relatório Brundtland atribui um lugar de destaque ao conceito de desenvolvimento sustentável, promovendo-o como um automóvel para entrega, embora este não seja um conceito novo. Ao basear-se na antiga filosofia de que nós não herdamos a Terra dos nossos antepassados, mas antes a obtemos de empréstimo aos nossos filhos, pelo que se deve deixar algo para as gerações futuras, o Relatório oferece, contudo, uma perspectiva mais proactiva, fazendo apelo para que o crescimento económico seja mais compatível com o ambiente e promova maior equidade social. Atendendo à interpretação efectuada ao conteúdo do referido relatório, o autor identifica as principais componentes do desenvolvimento sustentável, que constam da tabela seguinte:

Tabela 4 - Principais componentes do desenvolvimento sustentável

Componentes
Estabelecimento de limites ecológicos e de padrões mais equitativos
Redistribuição da actividade económica e reafecção de recursos
Controlo demográfico
Conservação dos recursos básicos
Acesso mais equitativo aos recursos e maior esforço tecnológico para uma utilização mais eficaz
Estabelecimento de capacidades de carga e de níveis de rendimento sustentáveis
Retenção dos recursos (não esgotamento dos recursos não renováveis)
Manutenção da biodiversidade
Minimização de impactes adversos
Participação/controlo da comunidade local
Adopção de políticas ao nível global
Viabilidade económica
Qualidade ambiental
Auditorias ambientais

Fonte: Adaptado de Murphy (1994)

A interpretação do conceito de desenvolvimento sustentável começou por estar centrada em aspectos ligados essencialmente ao ambiente e aos recursos naturais, só mais tarde é que se alargou às preocupações socioeconómicas e culturais. Por esta razão, a dimensão ambiental tem sido frequentemente posta em relevo na discussão sobre a sustentabilidade, mesmo no domínio do turismo, cabendo aos aspectos económicos e sociais um papel secundário.

Garrod & Fyall (1998) sublinham que a visão assumida pelo Relatório Brundtland foi a de que o desenvolvimento não estava simplesmente orientado para a eficiência económica, mas essencialmente relacionado com questões de justiça entre os indivíduos e grupos que formam a sociedade actual e de justiça entre a geração presente e as gerações futuras. Na opinião destes autores, desde que o conceito de sustentabilidade se popularizou, no final da década de 80, tem-

se utilizado indiscriminadamente o termo “desenvolvimento sustentável”, sendo frequente os responsáveis políticos falarem em desenvolvimento sustentável para se referirem à continuidade do crescimento económico a taxas iguais ou superiores às que se têm verificado nos últimos anos, o que pouco tem a ver com as implicações ambientais do crescimento ou com as equidades implícitas na noção Relatório Brundtland.

Mais recentemente, Dresner (2002) afirma que o emprego exacerbado da expressão nos meios políticos tem encorajado a suspeita, por parte de alguns ambientalistas, de que o desenvolvimento sustentável é um conceito sem qualquer significado ou conteúdo. A palavra sustentabilidade é utilizada nas mais variadas ocasiões, por diversos responsáveis, umas vezes enfatizando o desenvolvimento através do crescimento económico, outras, enfatizando a sustentabilidade através da protecção do ambiente. Certos ambientalistas chegam ao ponto de argumentar que o desenvolvimento sustentável é uma contradição de conceitos, meramente utilizados como uma capa para encobrir a destruição da natureza. De opinião contrária são alguns economistas, que estão convictos de que o desenvolvimento sustentável é demasiado cauteloso em relação ao futuro, conduzindo a potenciais sacrifícios ao crescimento económico devido à preocupação excessiva com a degradação dos recursos naturais. Os defensores do conceito, por seu turno, asseguram que a discórdia em relação ao conceito não implica desprovemento de conteúdo. Pelo contrário, trata-se de uma noção que pode ser sempre contestada, à semelhança dos ideais de liberdade ou de justiça, que são aceites pela maioria, mas em que se persiste na discussão sobre a sua definição.

Croall (1995) chama a atenção para o facto de o Relatório Brundtland não ter feito qualquer referência específica ao turismo, o relatório teve, antes, um impacte fulcral na discussão sobre o modo como se utilizam os recursos do planeta e sobre o papel que o turismo pode desempenhar neste processo, estabelecendo um elo entre o desenvolvimento e o turismo.

Foi, no entanto, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento¹¹, em Junho de 1992, que o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou maior fama e projecção mundial. O princípio do desenvolvimento sustentável foi definitivamente reconhecido e aprofundado, passando a integrar a Agenda 21 (UNCED, 1992), um extenso programa de acção, que visa assegurar a sustentabilidade futura do nosso planeta. Este documento, que compreende 40 capítulos e foi subscrito por um total de 179 países, entre eles a Comunidade Europeia, onde se inclui Portugal, contém um vasto elenco de recomendações a adoptar, à escala mundial, no domínio do ambiente e desenvolvimento. Desde então, as autoridades nacionais de vários países têm procurado nortear a sua política de desenvolvimento de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

¹¹ Também conhecida por Cimeira da Terra, Conferência do Planeta ou Cimeira do Rio, por ter decorrido na cidade brasileira do Rio de Janeiro.

A Organização Mundial de Turismo (OMT), reconhecendo igualmente a pertinência deste conceito, assume um compromisso no sentido de contribuir para a sua difusão, ao nível global, aplicando estes princípios em todos os seus estudos sobre planeamento e desenvolvimento do turismo.

2.3. TURISMO

2.3.1. Caracterização do turismo

2.3.1.1. Enquadramento mundial

O turismo, hoje em dia, é considerado uma prática com numerosos adeptos. Porém, segundo Garrido (2001), se se recuar no tempo, poder-se-á verificar que esta actividade não é recente, pois já era praticada pelas civilizações mais antigas. Por exemplo, os egípcios, romanos e gregos organizavam viagens pelo rio Nilo, para visitar os templos e as sete maravilhas do mundo da área do Mediterrâneo e para assistir aos jogos olímpicos, produções teatrais, banhos termais, competições atléticas e festivais.

As principais épocas que marcaram a actividade turística, a nível mundial, são resumidas na Tabela 5.

Tabela 5 - Principais épocas que marcaram a actividade turística a nível mundial

Época	Descrição
Século XIV	As peregrinações religiosas constituíam o principal motivo das viagens, destacando-se as peregrinações cristãs a Santiago de Compostela (Espanha), Canterbury (Inglaterra), Terra Santa (Palestina) e peregrinações islâmicas à Meca (Arábia).
Século XV	Nessa época surgiram as grandes expedições marítimas dos espanhóis, ingleses e portugueses, o que despertou o interesse por grandes viagens. O processo de colonização é o resultado das descobertas de novos territórios, pelo que as viagens por motivos comerciais ganharam grandes contornos.
Revolução Industrial (século XIX)	Factores como o progresso da ciência, a revolução industrial, a multiplicação das trocas, o desenvolvimento dos transportes (o comboio e o barco a vapor), a transmissão de ideias através de jornais fizeram com que as pessoas procurassem nas viagens outras experiências (novas culturas, exotismo da paisagem, formação, etc.). São exemplos as viagens realizadas pela Europa (com destaque a cidades como Paris, Florença, Roma ou Veneza) por parte das classes mais abastadas.
Início do século XX	A redução da jornada de trabalho, fez aumentar o tempo livre dos cidadãos para realizarem viagens, aliado ao princípio de férias pagas imposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Reconhece-se a importância que o turismo tem nos países da Europa, o que levou à criação de instituições governamentais como a União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT) ¹² cujo objectivo era promovê-lo.
Período 1950-1973	Surge o “boom” do turismo internacional, como resultado da estabilidade social e do desenvolvimento da cultura do lazer no mundo ocidental, dando origem às primeiras legislações sobre o sector.
Guerras Mundiais e choques petrolíferos	Fase negativa da actividade turística, registando fortes declínios durante estas épocas. No caso da crise energética, a consequente inflação sentida no sector dos transportes, provocaram um novo período de crise para a indústria turística que se estendeu até 1978.
Finais do século XX e inícios do século XXI	Verificou-se que a melhoria e embaratecimento dos meios de transporte aéreos com novos e melhores aviões, comboios de alta velocidade e o aumento de viaturas individuais fizeram com que o turismo fosse considerado como um estimulador da economia de muitos países, acrescentando-se-lhes outros factores como a instantaneidade de marcação das viagens através da internet e do embaratecimento das viagens de avião (sobretudo com o surgimento dos voos Low Cost). Há uma emergência de novos destinos turísticos, nomeadamente, países em desenvolvimento das regiões da Ásia/Pacífico, da África e do Médio Oriente.
2001	Ano em que ocorreram os atentados de 11 de Setembro. O turismo, a nível mundial, registou um decréscimo, devido à insegurança dos meios de transporte associada às ameaças terroristas.

Fonte: Baseado em Cunha (2006), Matias (2007) e Garrido (2001)

Matias (2007) aponta algumas razões para o aumento de fluxos turísticos registados:

- Aumento do rendimento disponível dos cidadãos em geral;
- Aumento do número de pessoas que podem fazer viagens e férias com mais frequência;
- As alterações do estilo de vida dos cidadãos nos últimos anos, observando-se que existe muitas pessoas a trabalharem longas horas, pelo que se torna necessário fazer férias para aliviar o stresse do dia-a-dia;
- Maior importância dada a factores como lazer, saúde e bem-estar;

¹² Actualmente conhecida como Organização Mundial do Turismo (OMT).

- Aumento de reformados com rendimento disponível e com tempo para viajar;
- Aumento do desejo por novas experiências e por descobrir novos destinos;
- A explosão demográfica, visto que a população mundial duplicou entre 1945-1973;
- Melhoria dos meios de transporte e comunicação, os quais tornam o mundo num espaço mais pequeno;
- A liberalização de países, anteriormente considerados fechados ao exterior, devido ao facto de estarem sob o regime comunista, como foi o caso dos países da Europa Central e do Leste que, após a queda deste regime político, passaram a registar fluxos de milhões de entradas e saídas de turistas;
- Estabilidade das relações internacionais (paz) e estabilidade do sistema financeiro (mercê dos acordos Bretton Woods);
- Aumento da diversificação do produto turístico, bem como de um maior desenvolvimento e maior competitividade deste sector, através do progresso científico e tecnológico;
- Abundância de matérias-primas e factores de produção;
- Expansão das indústrias de entretenimento;
- Facilidade na concessão de créditos destinados para as férias;
- Porém, nos países onde existe agitação social, guerras ou ameaças terroristas, não se prevê expansão do turismo nessas regiões, bem como, aqueles que transmitam uma imagem negativa das condições de saúde ou de segurança oferecidas aos turistas.

No futuro, a OMT prevê um aumento dos fluxos turísticos, devendo registar em 2020 1,6 biliões de chegadas de turistas internacionais. A Europa, a Ásia do Leste e Pacífico e as Américas serão as três principais regiões de destino, esperando-se que seja a China o principal destino turístico (UNWTO, 2001).

2.3.1.2. Evolução do turismo em Portugal

O incremento da actividade turística em Portugal, segundo Costa (2001), deve-se, em grande parte, à melhoria das condições de vida dos portugueses, resultantes do aumento do rendimento disponível das famílias, aumento do tempo de lazer, melhoria na formação das pessoas, existência de meios de transporte mais rápidos, baratos e eficientes e da rápida difusão da informação.

Autores como Matias (2007) e Cunha (2006) analisaram a história do turismo em Portugal, dividindo-a em dois grandes períodos históricos: início do século XX e meados do século XX até à actualidade. Esta evolução histórica pode ser visualizada na tabela seguinte:

Tabela 6 - Evolução da prática de turismo em Portugal

Início do século XX
<ul style="list-style-type: none">- A mobilidade da população portuguesa era reduzida, devido às insuficientes infra-estruturas de transporte e à escassez de tempo livre que caracterizava as sociedades ocidentais da época.- A circulação de pessoas para fora de fronteiras era feita pelos diplomatas, comerciantes e aventureiros em busca de fortuna. Dentro do país, este movimento de pessoas era realizado por funcionários públicos, membros do parlamento, académicos, militares e comerciantes mais ambiciosos.- O mercado do turismo concentrava-se no Verão (turismo balnear), onde a maior parte dos banhistas eram de classe alta. Posteriormente, esta prática passou a ser comum por parte das populações menos abastadas, com o objectivo de satisfazer a necessidade de fuga ao calor da estação.- Em 1911, surgiu em Portugal a primeira estrutura governativa dedicada ao turismo, a Repartição do Turismo, a qual estava integrada no Ministério do Fomento. Este organismo surgiu em consequência da realização do IV Congresso Internacional do Turismo, em Lisboa. As funções desta repartição era ordenar estudos e deliberar sobre as respectivas conclusões.
A partir de meados do século XX até à actualidade
<ul style="list-style-type: none">- A partir da segunda metade do século XX, a prática de turismo dentro de Portugal por parte da classe trabalhadora começou a tornar-se mais comum. A nível de turismo internacional, Portugal como destino turístico estava muito longe dos destinos da moda (Itália e França). Os seus principais visitantes estrangeiros eram oriundos do Reino Unido (os quais, na altura, dispunham de poucos recursos porque estavam muito afectados pela Segunda Guerra Mundial) e da Espanha (os quais estavam muito atingidos pela Guerra Civil).- Durante as duas Guerras mundiais e a Guerra Civil espanhola, a península ibérica viveu uma fase negativa em termos de turismo. O ponto de viragem surgiu na década de 50, devido à forte recuperação em termos económicos e sociais que se vivia na Europa e no mundo após a Guerra.- Na década de 60, as receitas internacionais de turismo em Portugal ultrapassavam algumas exportações tradicionais portuguesas, tais como a cortiça e o vinho do porto. Os aumentos destas receitas turísticas tornaram-se um importante meio de financiamento da balança de pagamentos e Portugal assume-se como um importante destino da orla mediterrânica e praticamente todos os anos eram batidos recordes de entradas (em 1964, bate o inédito recorde de um milhão de entradas de passageiros).- Na altura do golpe de Estado (25 de Abril de 1974), a entrada de passageiros estrangeiros em Portugal ultrapassava um milhão, razão que levou à diversificação da oferta para responder ao incremento da procura através de novas formas de alojamento e da construção de infra-estruturas turísticas. Até essa altura, o produto turístico baseava-se em “Sol & Mar”, mas começaram a surgir novos interesses, nomeadamente: termalismo, cultura, etnografia, gastronomia e paisagem.- Em meados da década de 80, a recém criada Secretaria de Estado do Turismo recebeu mais apoios financeiros, vindos principalmente dos fundos estruturais da União Europeia, o que permitiu criar um novo produto turístico em Portugal (turismo rural e de habitação), beneficiando principalmente o interior do país.- Com a diversificação da oferta a partir da década de 80, Portugal tem registado recordes de visitantes estrangeiros (com algumas oscilações), cujo padrão mais ou menos se tem mantido até à actualidade.- Portugal ganha importância como destino turístico internacional, sobretudo no turismo intra-europa, com a entrada em vigor das políticas supranacionais como o Tratado de Maastricht (1992) e o espaço de Schengen (1995) ao permitirem a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais dentro do espaço da União Europeia, bem como a adesão de uma moeda única (o Euro), que fez reduzir o transtorno das flutuações das taxas de câmbio para trocar as divisas.- Portugal dá-se a conhecer ao mundo ao acolher dois eventos mundiais: a exposição mundial (EXPO 98) e o campeonato europeu de futebol (EURO 2004).

Fonte: Baseado em Matias (2007) e Cunha (2006)

Nos últimos anos Portugal tem ganho bastante importância como destino turístico a nível mundial, devendo-se esse facto, segundo Turismo de Portugal (2007), à combinação de elementos diferenciadores e de elementos qualificadores do país, esquematizados na tabela seguinte:

Tabela 7 - Elementos diferenciadores e qualificadores que justificam a importância de Portugal como destino turístico

<p>Elementos diferenciadores: constituem os recursos turísticos que distinguem Portugal de outros destinos concorrentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Clima e luz: país do Sul da Europa, com temperaturas amenas todo o ano e pouca precipitação fora da época do Inverno, bem como possui um elevado número de dias de sol e horas de luz. - História, Cultura e Tradição: forte preservação das tradições (festas populares, trajes regionais, procissões, música tradicional, romarias, tradições académicas, fado). - Hospitalidade: relações profundas (carácter português brando, afável, quente, comunicativo, receptividade aos estrangeiros); gastronomia e vinhos; e, qualidade dos estabelecimentos turísticos e dos serviços. - Diversidade concentrada: país <i>resort</i> (atlântico, praia, planície, floresta, ruralidade, cidade, golfe, casinos); multiplicidade de influência de culturas (celtas, romanos, árabes, povos dos descobrimentos); e, multiplicidade de subculturas regionais (Minho, Douro, Lisboa, Algarve...).
<p>Elementos qualificadores: necessários para qualificar Portugal no leque de escolhas dos turistas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Autenticidade moderna: Portugal é um país europeu moderno, em forte crescimento e com uma elevada sofisticação nos serviços. - Segurança: Portugal é um país com taxas de criminalidade reduzidas. -Excelência na relação qualidade/preço: serviços com elevada qualidade e profissionalismo, mas com preços muito competitivos.

Fonte: Baseado em Turismo de Portugal (2007)

Para o futuro, a WTTC (2009) fez previsões para o turismo em Portugal em 2018, cujos resultados são representados na Tabela 8. Da tabela pode-se concluir que é esperado que o turismo em Portugal ganhe mais importância na economia nacional daqui a 10 anos, aumentando o seu contributo no PIB, sobre o emprego e sobre as exportações, aliado com factores como aumento do investimento e da despesa privada e publica no turismo.

Tabela 8 - Estimativas e projecções dos principais indicadores de turismo em Portugal

Indicador	2008		2018	
	Biliões de Euros	% do total	Biliões de Euros	% do total
Consumo privado em Viagens e Turismo	12,5	11,4	20,4	12,0
Despesa Pública no sector das Viagens e do Turismo	2,0	5,9	2,9	5,9
Capital investido no sector das Viagens e do Turismo	4,9	13,0	7,7	12,9
Contribuição do turismo no PIB	26,6	15,7	48,1	18,2
Contribuição do turismo sobre as exportações	12,0	23	22,7	26,7
Contribuição do turismo sobre o emprego	989.000 empregos	19	1.189.000 empregos	22,8

Fonte: Adaptado de WTTC (2009)

2.3.2. Definição de turismo

O turismo pode ser compreendido por via de abordagens diversas, dada a sua natureza multifacetada e multidisciplinar, pelo que definir turismo não é uma tarefa fácil, dado não existir homogeneidade nas definições encontradas na literatura. De facto, poucas actividades humanas conseguem atrair simultaneamente a atenção de investigadores de diversas áreas, nomeadamente, economistas, geógrafos, ambientalistas, psicólogos, sociólogos, turismólogos¹³ e gestores como o turismo consegue. Numa perspectiva económica, diversas definições de turismo têm surgido na literatura (Tabela 9).

Tabela 9 - Definições de turismo na perspectiva de diversos autores

Autor	Definição de turismo apresentada
Silva (2005)	O turismo, na sua forma mais simplista, é visto como um movimento de massas que se desloca de um mercado de origem para um mercado receptor. Porém, na sua forma mais complexa, o turismo é composto por um conjunto de actividades produtivas de diversos sectores económicos de um país ou região, cuja finalidade é a produção e distribuição de bens e serviços, de forma a tornar possível os benefícios que os turistas esperam vir a adquirir na viagem.
Mak (2004)	O turismo resulta de diversas razões que podem levar os turistas a recorrer à prática de turismo, nomeadamente, passar algum tempo com a família e amigos, recreação, descobrir novos locais e experienciar um cultura diferente, aumentar a formação (por exemplo, visitas a museus), comer uma boa comida, procura de aventuras e visitar locais típicos de turismo.
Cunha (2006)	O turismo compreende todas as deslocações de pessoas, quaisquer que sejam as suas motivações, que dêem origem a consumos durante a sua deslocação e permanência temporária fora do seu ambiente habitual, de valor superior ao rendimento que, eventualmente, auferiram em locais visitados.
Andrade (2007)	O turismo não é apenas constituído por um deslocamento de pessoas, mas sim por toda uma estrutura que viabiliza esse deslocamento, ou seja, abrange as actividades que precedem o deslocamento mais as actividades que possibilitam a permanência da pessoa que realizou o deslocamento no local de destino.

Das diversas abordagens utilizadas na literatura no estudo do turismo, numa perspectiva económica, considera-se que a abordagem sistémica usada por Eusébio (2006), Matias (2007) e Cunha (2006), é a abordagem mais adequada, procurando definir o turismo pelo lado da procura¹⁴, pelo lado da oferta¹⁵ e pelo lado da região de destino turístico.

A abordagem sistémica considera que o turismo é constituído por três elementos fundamentais: os turistas que representam a procura, a «indústria» do turismo que representa a

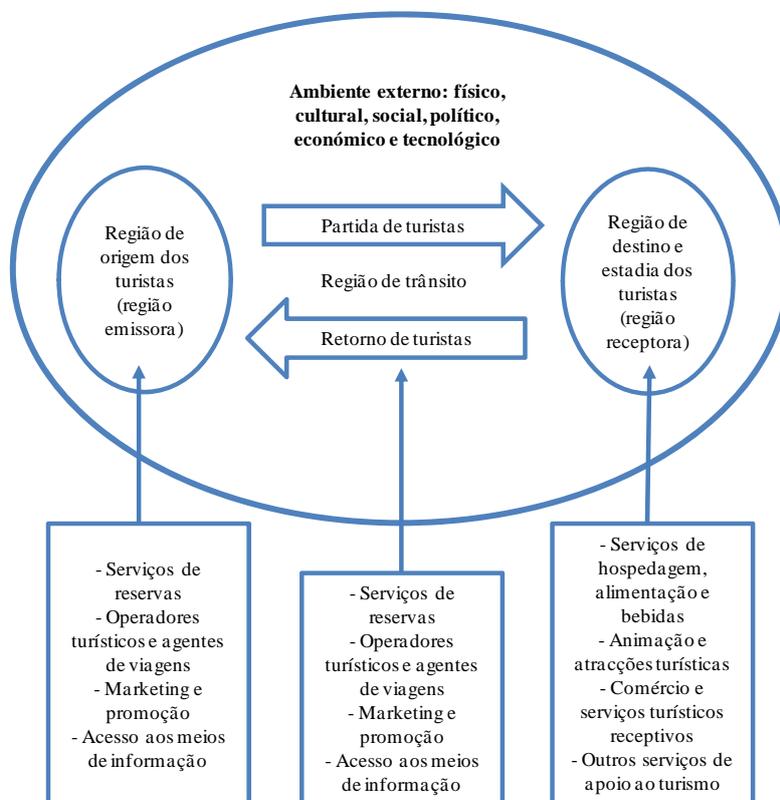
¹³ Turismologia é a disciplina que procura desenvolver a base geral de uma teoria do turismo, em termos da concepção da viagem, desenvolvimento, consequências, indústrias que envolve, enquadramento social e cultural, relações implícitas entre os viajantes e as sociedades visitadas (Cunha, 2006).

¹⁴ O turismo pelo lado da procura analisa o quadro conceptual dos praticantes de turismo (visitante, turista e excursionista) e dos tipos de turismo (doméstico, receptor, emissor, interno, internacional e nacional).

¹⁵ O turismo do ponto de vista da oferta pode ser encarado como um conjunto de lugares, organizações, empresas, profissões e relações que se combinam para satisfazer as necessidades de transporte, alimentação, alojamento, etc., decorrentes das viagens temporárias (Cunha, 2006).

oferta e o elemento geográfico que é constituído pela região de origem, região de trânsito e região de destino (Figura 4).

Figura 4 - Sistema turístico



Fonte: Adaptado de Eusébio (2006) e Garrido (2001)

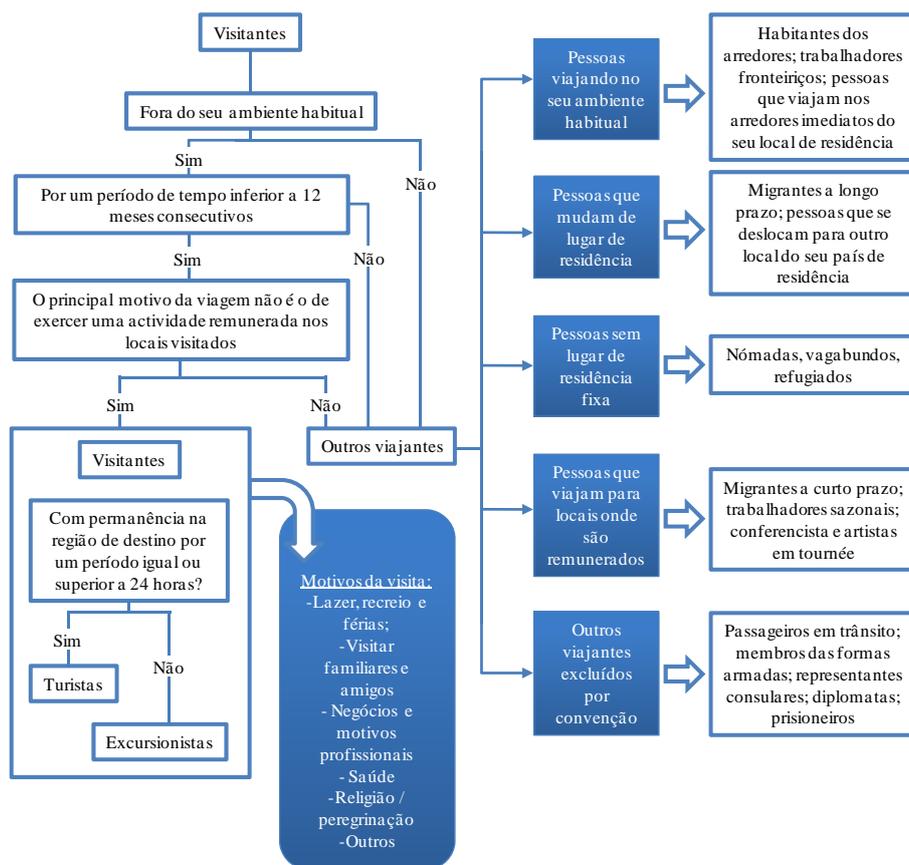
2.3.2.1. Procura turística

A maior parte das definições de turismo encontradas na literatura são focadas pelo lado da procura, devido à natureza humana e social desta actividade, bem como da dificuldade existente em identificar quais os bens e serviços consumidos pelos visitantes, visto que muitos destes bens e serviços também são consumidos pela população local.

Entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Turismo (OMT) fizeram esforços para definir turismo e os seus praticantes, com o objectivo de que esta conceptualização fosse universalmente aceite para fins estatísticos. Esta definição foi apresentada na Conferência sobre Viagens e Turismo Internacionais, em Roma, em 1963 e retratava o Turismo como sendo as actividades praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens e permanências em locais situados fora da sua residência habitual por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros (Naudé & Saayman, 2004).

Dada esta definição e tomando em conta que, quando se define turismo pelo lado da procura, não se deve esquecer os principais praticantes de turismo, torna-se necessário defini-los objectivamente. A primeira definição de visitante surgiu na mesma conferência sobre Viagens e Turismo Internacionais. Visitante ficou definido como sendo qualquer pessoa que visita um país ou uma região diferente do seu local de residência, por qualquer motivo desde que não seja o de exercer uma actividade remunerada no local visitado. Todavia, o conceito de visitante (Figura 5) foi dividido em Turista e Excursionista (Naudé & Saayman, 2004)

Figura 5 - Classificação dos viajantes



Fonte: Eusébio (2006)

No que respeita aos determinantes da procura turística, estes podem ser classificados em factores socioeconómicos, factores demográficos, factores técnicos, factores psicológicos e culturais, factores relacionados com a oferta, factores de atracção e factores aleatórios (Tabela 10).

Tabela 10 - Factores que explicam a procura turística

<p>Factores socioeconómicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível de rendimento do visitante - Preços relativos entre a região de origem e de destino - Variações cambiais - Inflação - Desenvolvimento económico 	<p>Factores demográficos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de urbanização - Grupo etário - Densidade populacional - População activa - Tempo disponível para viajar
<p>Factores psicológicos e culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preferências sociais - Estilo de vida dos potenciais viajantes - Imagem do destino de férias - Formas de encarar o turismo pelas diferentes sociedades 	<p>Factores aleatórios</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eventos inesperados - Instabilidade política - Condições meteorológicas - Barreiras à entrada de divisas estrangeiras - Catástrofes naturais, epidemias - Insegurança
<p>Factores de atracção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Facilidade de acesso aos meios de informação e comunicação - Progresso técnico 	<p>Factores técnicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visitas a familiares e amigos - Clima - Eventos especiais no local de destino
<p>Factores relacionados com a oferta</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de alojamento - Disponibilidade de infra-estruturas (aeroportos, estradas, caminhos-de-ferro, hospitais, telecomunicações) - Capital humano qualificado e eficiência na prestação de serviços - Grau de diversificação da oferta 	

Fonte: Proença & Soukiazis (2005), Cunha (2006) e Matias (2007)

O visitante é a figura central do turismo, pelo que o Produto Turístico constitui o principal objecto de consumo do visitante, podendo este ser classificado em produto turístico específico e produto turístico global ou compósito (Tabela 11).

Tabela 11 - Definições e tipologias de produtos turísticos

<p>Produto Turístico</p> <p>É o elemento de ligação entre a oferta e a procura turística e resulta do conglomerado de diversas actividades que permitem a realização do produto turístico na sua fase final, nomeadamente: as actividades e serviços relativos ao alojamento com a indústria da construção e transformação; o sector da restauração com a actividade agrícola e a indústria alimentícia; os meios de transporte com a indústria de transformação e de consumo energético.</p>	<p>Produto Turístico específico</p> <p>Corresponde a um conjunto vasto e diversificado de produtos e serviços fornecidos pelas organizações do sector turístico no local de destino, sob a forma de alojamento, restauração, rent-a-car, animações, entre outros. Estes produtos podem ser comercializados de duas formas, como “pacotes turísticos¹⁶” ou isoladamente.</p>
	<p>Produto Turístico Global ou Compósito</p> <p>É um produto que resulta de uma combinação de componentes tangíveis e intangíveis que ultrapassa a especificidade e os contornos da oferta de turismo. Ou seja, este produto representa a imagem que o visitante guarda sobre a região visitada porque se assume como a prestação e consumo integrados de experiências e serviços.</p>

Fonte: Baseado em Silva (2005)

¹⁶ Significa a combinação dos serviços de viagem, hospedagem, alimentação, passeios e entretenimento, geralmente organizados por operadores turísticos e comercializados por agentes de viagem a um preço único e diferenciado (Garrido, 2001).

Entre algumas categorias de produtos turísticos pode-se destacar: “Sol & Mar”; Golfe; Turismo de Saúde (termalismo, talassoterapia, climatismo, centro de recuperação da forma); Turismo de Natureza ou Ecoturismo; Turismo Cinegético; Turismo desportivo (grandes eventos desportivos internacionais); Turismo no espaço Rural; Turismo de negócios (viagens individuais de negócios, exposições e feiras, reuniões e conferências, cursos de formação, lançamento de produtos); Turismo Religioso; Turismo Cultural (arte, festivais e eventos, cultura popular e folclore, arquitectura tradicional e moderna, atracções históricas, parques e jardins); Turismo em parques temáticos; e, Turismo Residencial.

2.3.2.2. Oferta turística

Diversos autores têm tentando definir o turismo pelo lado da oferta, o que não tem sido uma tarefa fácil, partindo do princípio de não haver consenso relativamente à questão: será o turismo uma actividade económica, um sector ou uma indústria? (Silva J. , 2005a). Esta falta de consenso deve-se ao facto de não existir uma actividade económica exclusivamente ligada ao turismo, como também não existe um sector denominado Turismo no sistema económico e a ausência de uma única indústria que gere um produto final denominado Turismo.

De facto, diversos autores tiveram dificuldades em definir turismo pelo lado da oferta, dada a complexidade desta actividade, pelo que para ultrapassar os problemas de falta de consenso em matéria conceitual e com o objectivo de medir a incidência do turismo nas economias nacionais ou regionais, a OMT em conjunto com a ONU, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e pelo Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) elaboraram um estudo sobre o Marco Conceitual da Conta Satélite do Turismo (CST)¹⁷, a qual apresenta conceitos básicos sobre turismo.

Assim sendo, a criação da CST foi uma forma de ultrapassar lacunas, a nível de conceitos de turismo, nomeadamente, o Valor Acrescentado do Turismo (VAT), o consumo turístico e das diversas formas de consumo e contas de produção dos diferentes ramos de actividades relacionados com a «indústria do turismo» onde constam dados sobre emprego e formação bruta de capital¹⁸. A intenção de homogeneizar estes conceitos é para facilitar a avaliação do impacto económico do turismo e permitir a comparação com outros estudos.

Em 2003, foi elaborada uma primeira tentativa de Conta Satélite do Turismo em Portugal (CSTP) pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), baseado no Manual Europeu de

¹⁷ A CST interessa-se principalmente pelo efeito do turismo sobre a oferta e procura de bens e serviços, sobre o nível geral da actividade económica e sobre o emprego. A metodologia da CST é um caminho de solução para a medição da incidência do turismo nas economias nacionais e regionais, porém ainda não é a própria solução pronta, acabada e definitiva (Silva J. , 2005a).

¹⁸ A formação bruta de capital fixo engloba as aquisições líquidas de cessões, efectuadas por produtores residentes, de activos fixos durante um determinado período e determinadas mais-valias dos activos não produzidos obtidas através da actividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais. Os activos fixos são activos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano (INE, 1994).

Implementação da Conta Satélite do Turismo (MEICST) do EUROSTAT e esta foi elaborada tendo em consideração (INE, 2003):

- As metodologias internacionalmente aceites para a implementação da CST;
- O Sistema Estatístico Nacional (SEN);
- Os conceitos e definições subjacentes à Oferta e à Procura Turística e respectiva complementaridade entre o Subsistema de Informação Estatística do Turismo e o SCN;
- As principais referências metodológicas resultantes das experiências já realizadas por outros países no âmbito das suas CST's;
- As eventuais reestruturações/ inovações que possam decorrer no actual SEN, a nível da recolha de informação, a fim de suprir lacunas de informação por parte da CSTP.

Contudo, alguns autores têm desenvolvido esforços para definir turismo pelo lado da oferta, baseados na CST. Uma definição de turismo pelo lado da oferta foi apresentada por Matias (2007). O autor considera que a oferta turística compreende quaisquer bens ou serviços que satisfaçam as necessidades turísticas e existem duas componentes fundamentais que, sem elas, seria impossível gerar a oferta turística. Estas componentes são: os recursos naturais (elementos da natureza que satisfazem necessidades humanas) e o acolhimento (entendido como um certo tipo de organização e envolvimento institucional que vai para além da mera espontaneidade dos residentes na recepção e integração do turista no local).

Todavia, o critério operacional que delimita a oferta em turística e não turística baseia-se na sua capacidade de satisfazer as necessidades turísticas. A intenção de delimitar o conceito de turismo pelo lado da oferta foi com o intuito de se poder efectuar uma avaliação técnica deste fenómeno e poder comparar a actividade turística com as outras actividades económicas.

Tendo em conta a definição de oferta turística enunciada, torna-se necessário caracterizar a oferta turística segundo a sua finalidade e pelo tipo de bens e serviços (Tabela 12).

Tabela 12 - Caracterização da Oferta turística

Pela sua finalidade
<ul style="list-style-type: none">- Oferta turística de atracção: é composta por todos os elementos que dão resposta às motivações turísticas, permitindo o desencadear da viagem;- Oferta turística de recepção: integra todos os recursos que permitem e incentivam a permanência no local de destino, satisfazendo as respectivas necessidades expressas pelo consumidor;- Oferta turística de recepção ou retenção: integra todos os recursos que incrementam a permanência no local de destino;- Oferta turística de animação: compõe todos os elementos que satisfazem as necessidades lúdicas ou de lazer;- Oferta turística de deslocação: é composta pelo conjunto de recursos que permitem a deslocação dos turistas.
Pelo tipo de bens e serviços
<ul style="list-style-type: none">- Bens e serviços livres: são bens que estão livremente disponíveis na natureza (por exemplo, clima, paisagens, relevo, praias, lagos, fontes termais, cidades ou aldeias históricas);- Bens e serviços materiais: são bens intangíveis muito valorizados pelos turistas (por exemplo, as tradições e a cultura, o exotismo, tipicismo do local, bem como a predisposição dos residentes para o convívio com os turistas);- Bens e serviços turísticos característicos: corresponde àqueles bens que, perante a ausência de turismo, deixam de existir numa quantidade significativa ou seu consumo diminui significativamente na maior parte dos países (por exemplo, serviços prestados pelas agências e operadores de viagens, alojamento e transporte aéreo);- Bens e serviços turísticos básicos criados: são os bens construídos pelo homem com o objectivo de proporcionar ao turista actividades lúdicas, de contemplação, culturais ou desportivas (por exemplo, centros desportivos, parques temáticos, museus, monumentos, estâncias termais, etc.);- Bens e serviços turísticos complementares ou bens conexos: são bens e serviços que, apesar de não estarem incluídos na lista dos produtos característicos do turismo, são consumidos em quantidades significativas pelos visitantes e seus fornecedores e sem os quais não seria possível o usufruto dos anteriores (por exemplo, meios e vias de comunicação, restauração, serviços de transporte local e estações de serviço);- Bens e serviços não específicos: representa o conjunto de bens e serviços que são consumidos esporadicamente pelos visitantes, sendo na maioria dos casos, excluídos da análise económica do turismo;

Fonte: Baseado em Matias (2007) e Cunha (2006)

No entanto, como os bens e serviços consumidos pelos turistas são produzidos por diversas actividades económicas ou indústrias, surge a dificuldade em identificar todas essas actividades produtivas que fornecem bens e serviços aos turistas para fazer uma correcta delimitação da oferta turística. Esta delimitação é possível através da Classificação Internacional de Actividades Turísticas (CITAT)¹⁹ que, apesar das suas limitações, é um bom quadro de referência internacional que permite identificar essas actividades que fornecem bens e serviços aos turistas e ter uma visão aproximada do nível de utilização turística dessa actividade. Na Tabela 13 é apresentada uma lista de produtos característicos do turismo, tendo por base a CITAT.

¹⁹ A CITAT foi organizada pela OMT e manifesta-se como uma estrutura conceptual que serve como uma linha orientadora para o desenvolvimento de um sistema estatístico consistente para o turismo (Eusébio, 2006).

Tabela 13 - Produtos característicos do turismo pelo tipo de serviço

Serviços de alojamento	Serviços de alimentação	Serviços de transporte de visitantes	Serviços técnicos de turismo	Serviços culturais	Serviços recreativos e de lazer	Serviços mistos de turismo
<ul style="list-style-type: none"> - Hotéis - Pousadas - Resorts - Albergues - Residência secundária (conta própria ou gratuita) - Campismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Restaurantes e similares - Bares e Cafés - Clubes nocturnos - Casas de amigos e familiares 	<ul style="list-style-type: none"> - Ferroviários interurbanos - Rodoviários - Marítimos - Aéreos - Fluvial - Serviços de suporte ao transporte - Aluguer de equipamento de transporte - Manutenção e reparação 	<ul style="list-style-type: none"> - Agentes de viagem - Operadores turísticos - Informação turística e de guias turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> - Bens públicos (parques, património público, reservas naturais) - Artes - Castelos e outros locais históricos - Museus e outros serviços culturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços desportivos e recreativos - Discotecas - Parques temáticos 	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços financeiros - Aluguer de bens - Outros serviços de turismo - Outros serviços específicos de acordo com o objectivo da viagem (lazer, negócios, eventos desportivos, religião, saúde)

Fonte: Adaptado de Eusébio (2006) e Cruz (2004)

Todavia, a oferta turística apresenta uma série de características que a faz distinguir da oferta de outros bens e serviços não turísticos (Tabela 14).

Tabela 14 - Características fundamentais da Oferta Turística

Carácter endógeno	É necessária a intervenção do homem para acrescentar valor ao produto final a consumir pelo turista, uma vez que só os recursos naturais representam o carácter espontâneo da oferta turística.
Imobilidade temporal e espacial	A oferta disponível destina-se a ser consumida em determinado momento e em determinado local, não sendo possível a sua transferência para um outro local ou momento de consumo. Por vezes, o turismo é denominado um bem invisível de exportação porque gera divisas internacionais, mas não tem componente física que possibilite o seu transporte.
Rigidez	Não é possível aumentar a oferta no curto prazo para além da capacidade instalada, em resposta a um inesperado aumento da procura.
Percibilidade	O serviço turístico é prestado no mesmo momento que é consumido, o que não permite a acumulação de stocks com o objectivo de consumo futuro.
Inseparabilidade	O acto de produção e de consumo são simultâneos.
Intangibilidade	Os produtos turísticos só podem ser observados e experimentados no acto de consumo, não podendo ser testados nem observados antes da decisão de deslocação.
Presencialidade	O consumo turístico é condicionado pela presença do cliente.
Integralidade espacial	A oferta turística estabelece uma forte ligação com os espaços territoriais, uma vez que a qualidade dos produtos turísticos dependem da qualidade e características dos espaços que integram (qualidades ambientais, acessibilidades, limpeza e higiene, tráfego rodoviário, qualidade urbanística, espaços verdes)
Variabilidade	A qualidade depende de quem, onde, quando e como os serviços são executados.
Heterogeneidade	Soma de um conjunto de produtos e serviços que não lhe é possível atribuir um padrão comum, dada a sua elevada diversidade. Ou seja, as deslocações turísticas exigem sempre o consumo de vários bens e serviços.
Fragmentação	Requer de bens e serviços auxiliares e da integração de diversos sectores da economia para criar o “produto turístico”. Contudo, cada fornecedor presta o seu serviço ou vende o seu produto no seu espaço, por exemplo, num pacote turístico, o transporte é gerido pelas transportadoras, a hospedagem pelos hotéis, os passeios organizados pelas agências, etc.
Interdependência	As diversas componentes que constituem o produto turístico têm que estar interconectados para garantir o sucesso e a qualidade deste produto.
Instabilidade	A actividade turística está sujeita a variações sazonais, a factores externos e às motivações e expectativas dos turistas.

Fonte: Baseado em Matias (2007), Cunha (2006) e Garrido (2001)

Por outro lado, a oferta turística não seria possível sem as infra-estruturas que a suportam, as quais podem ser, segundo Silva (2004), de três tipos: as infra-estruturas de base, as superestruturas turísticas e a “indústria” turística em sentido restrito:

- As infra-estruturas de base constituem as infra-estruturas técnicas que são indispensáveis e preliminares às instalações da super-estrutura turística, por exemplo, rede de comunicações, unidades de produção energética, esgotos, etc.;
- As super-estruturas turísticas representam os equipamentos constituídos para satisfazer exclusiva e directamente as necessidades turísticas, por exemplo, hotéis ou outras formas de alojamento, restaurantes, equipamentos recreativos e desportivos e serviços de recepção turística;
- A “indústria turística” em sentido restrito limita-se a incluir os equipamentos e instalações com as quais geralmente são qualificadas como estrutura receptiva clássica,

ou seja, limita-se apenas à indústria hoteleira (hotéis e meios receptivos complementares para além dos restaurantes).

Estas estruturas poderão variar de região para região e dependem das condições de mercado sob as quais estas operam. Entre as diversas estruturas de suporte ao turismo mais abordadas na literatura, destacam-se: as agências e operadores de viagem, os meios de transporte, a capacidade de alojamento e as Tecnologias de Informação e Comunicação.

Para concluir, segundo Bardgett (2000), as características do local de destino influencia a oferta de turismo, uma vez que esta depende do tipo de estrutura organizativa da “indústria” do turismo, da capacidade de responder às alterações tecnológicas, do grau de concorrência das diferentes actividades associadas ao turismo, da existência de paisagens naturais, clima e cultura que possibilitem a especialização de determinados segmentos de turismo, a existência de bens públicos que permita o acesso às atracções locais e a permanência dos turistas no local e o grau de segurança que o destino oferece aos seus turistas.

2.3.2.3. Destino turístico

Definir destino turístico é uma tarefa que envolve um certo grau de complexidade, uma vez que existe uma grande variedade de destinos em termos de características, problemas e oportunidades. Diversos autores têm sugerido várias definições deste conceito (Tabela 15).

Tabela 15 - Diferentes definições de Destino Turístico

Silva, J; Mendes, J & M, Guerreiro (2001)	Destino Turístico assenta numa estrutura de oferta de produtos e serviços turísticos, coerente e baseada numa determinada zona geográfica, que tem associada uma determinada imagem de conjunto, normalmente comercializada de uma forma integrada e sob uma marca distintiva
Eusébio, (2006)	Destino Turístico é um espaço geográfico onde existem elementos naturais (clima e paisagem), construídos (atracções construídas, infra-estruturas de apoio e serviços turísticos) e elementos socioculturais (cultura e hospitalidade dos residentes) que interagem uns com os outros e que se encontram em constante mutação
Cunha, (2006)	Destinos Turísticos são todos os lugares que são eleitos para visitar, embora nem todos assumem a mesma importância para o visitante ou para o turismo

No geral, este conceito é definido como um espaço geográfico, no qual lhe é atribuída uma imagem e identidade e compreende a combinação de diferentes elementos (físicos e humanos) com vista à satisfação das necessidades dos visitantes, embora também possam ser usados pelos residentes. Da interligação entre os diferentes elementos depende o sucesso do destino em causa, influenciando a escolha, por parte dos potenciais visitantes, desse destino.

Segundo a OMT, os destinos turísticos podem classificar-se em destino principal, destino de distância máxima e destino motivante.

- Destino principal: local ou país onde o visitante permanece mais tempo do que em qualquer outro;
- Destino de distância máxima: local ou país visitado mais longe da residência;
- Destino motivante: local ou país preferido pelo visitante de entre todos aqueles que visita e que corresponde à principal razão da viagem.

De facto, alguns locais são só de passagem porque não possuem factores de atracção suficientes que permitam a permanência nesse local, embora outros são dotados de um amplo conjunto de factores e de equipamentos que não só produzem uma fonte de atracção como também justificam e permitem permanências de duração mais ou menos longas.

Assim sendo, as componentes essenciais que um destino turístico deve comportar são resumidas na Tabela 16.

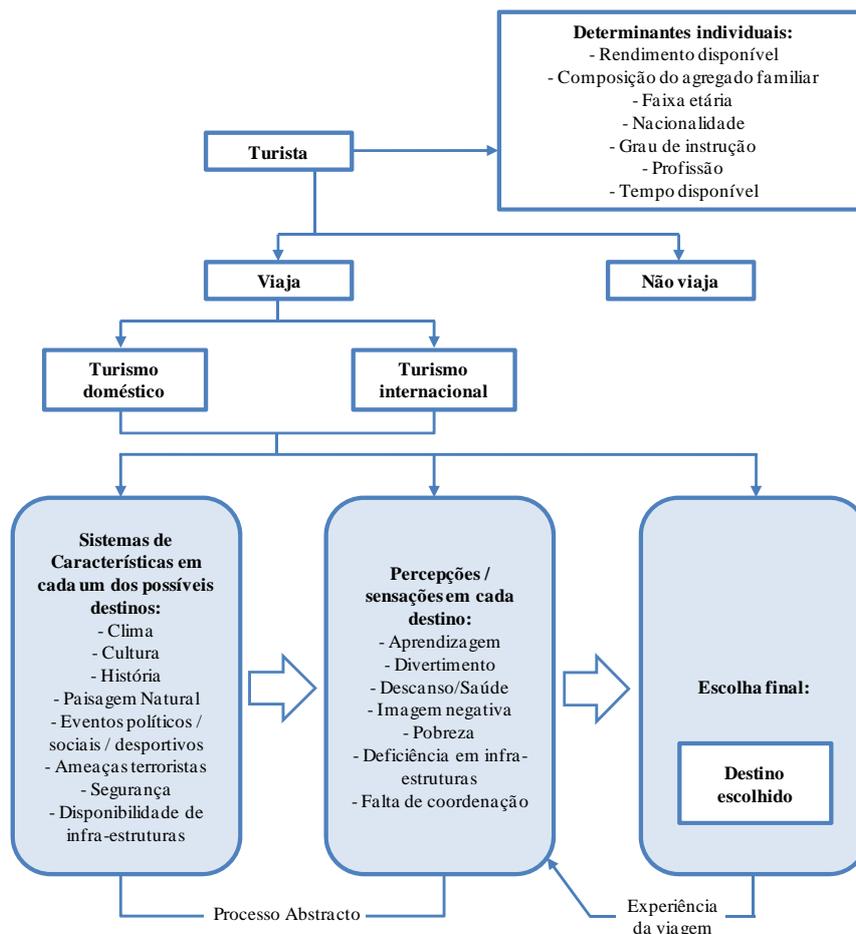
Tabela 16 - Componentes essenciais de um destino turístico

Recursos Turísticos	Conjunto de elementos naturais (estações de inverno, parques naturais e ecológicos, estâncias termais), histórico-culturais (cidades históricas, centros religiosos), artísticos (festivais e manifestações folclóricas) ou tecnológicos (parques temáticos) que geram uma atracção turística
Infra-estruturas	Conjunto de construções e equipamentos disponibilizados para o turismo local (bens públicos, centros desportivos, espaços para a realização de feiras e exposições)
Acolhimento e Cultura	Conjunto de factores constituído pelo espírito, atitudes, comportamentos para com os visitantes, manifestações culturais, iniciativas institucionais e outras relacionadas com o acto de bem receber e acolher os visitantes
Acessibilidades	Inclui as vias e meios de transporte externos, incluindo os serviços e respectivas tarifas (portos, centros de tráfego ferroviário e aeroportuário)

Fonte: Baseado em Cunha (2006) e Matias (2007)

Na Figura 6, pode-se observar que a escolha de um destino turístico é um processo que segue várias etapas.

Figura 6 - Modelo de comportamento e de escolha do destino turístico por parte do turista



Fonte: Parcialmente baseado no modelo de Koppelman apresentado por Seddighi & Theocharous (2002)

2.3.2.4. Mercado turístico

Cunha (2006) define Mercado turístico como um mercado atípico porque não se entrega um produto mas dá-se o direito ao usufruto de um bem ou serviço disponível num local diferente ao da residência. O autor argumenta ainda que este mercado é fragmentado por ser composto por vários ramos de negócios e actividades, o consumidor tem que se deslocar para a região de destino para consumir o produto turístico e abrange as áreas de produção, distribuição e consumo.

As características do mercado turístico resumem-se na Tabela 17:

Tabela 17 - Características do mercado turístico

O Produto Turístico é diferenciado: embora possa haver algumas semelhanças entre alguns produtos turísticos, estes não são idênticos e se uma empresa elevar os seus preços, esta não perderá a totalidade dos seus clientes
Elevado número de empresas no mercado turístico: não é possível que uma delas influencie o preço das restantes com a sua oferta
Em geral, não existe barreiras à entrada nem à saída de empresas no mercado turístico
Elevado número de consumidores de bens e serviços turísticos: nenhum deles poderá influir no preço praticado pelas empresas, modificando a sua própria procura
Contudo, os operadores turísticos intervêm no mercado turístico sob diversas formas: <ul style="list-style-type: none">- Sobre os preços (pressionando a contratação de alojamento e transporte);- Sobre os destinos (orientando os seus clientes para destinos em relação aos quais os operadores disponham de mais vantagens económicas e financeiras);- Sobre as formas e modalidades turísticas (aconselhando aos seus clientes o programa que pretendem comercializar);- Sobre a própria oferta (transformando-se em produtores turísticos dado disporem de uma grande clientela assegurada).

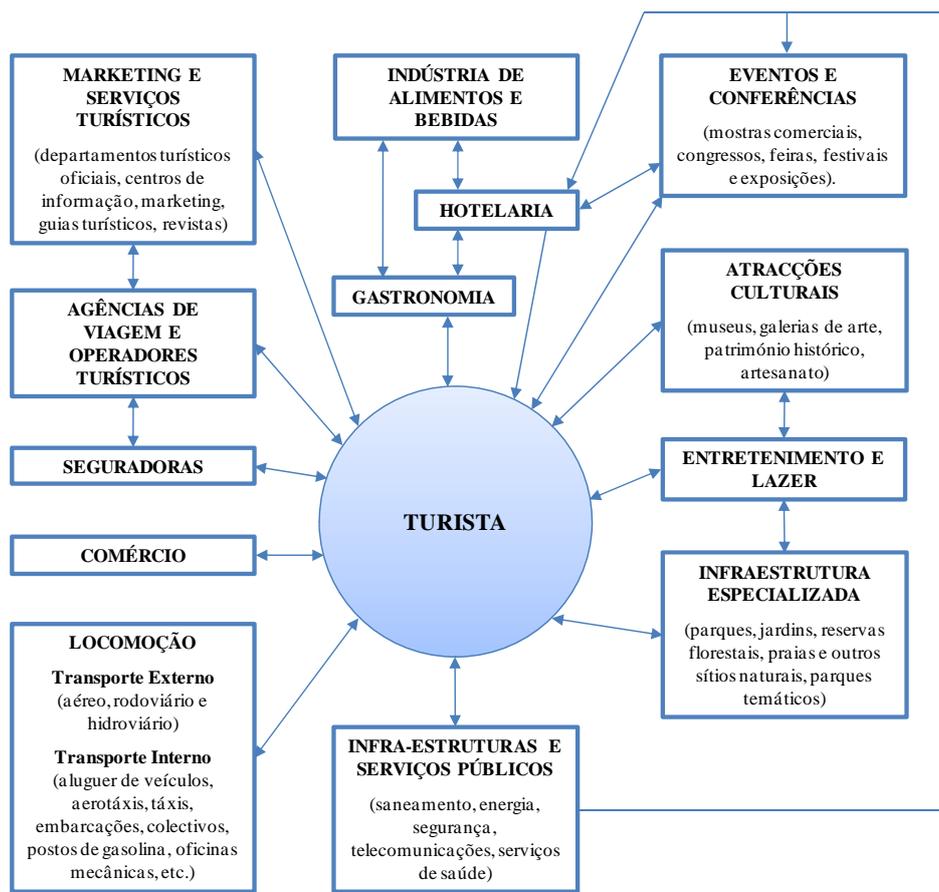
Fonte: Baseado em Cunha (2006)

No mercado turístico estabelece-se uma cadeia entre os turistas e os vários agentes da actividade económica (transportadores, hoteleiros, agentes e operadores de viagem e outros fornecedores de serviços que respondem às motivações da deslocação). Para exemplificar esta relação, recorrer-se-á ao modelo de cadeia de valor²⁰ do turismo, na sua forma mais genérica e usualmente reconhecida, como pode ser observado na Figura 7.

Em relação à Figura 7 e segundo Silva (2004), a cadeia de valor do turismo abrange diversos segmentos da economia. Alguns segmentos que estão directamente relacionados com o turismo como *marketing*, agências de viagem, transporte, hotelaria, gastronomia, entretenimento e lazer; outros como os sectores de infra-estruturas básicas e serviços públicos e comércio geral que estão indirectamente relacionados com o turismo. Desta forma, pode-se afirmar que a cadeia de valor do turismo é um conjunto de actividades e serviços relacionados ao alojamento, transporte, alimentação, lazer, comercialização de produtos, etc. Estas actividades e serviços estão interligados entre si, de forma a melhor satisfazer as necessidades dos turistas.

²⁰ A cadeia de valor foi definida por Porter em 1991 como “um sistema de actividades interdependentes, (...) uma reunião de actividades que são executadas para projectar, produzir, comercializar, entregar e sustentar seu produto” (Garrido, 2001).

Figura 7 - Representação esquemática da Cadeia de Valor do Turismo



Fonte: Baseado em Garrido (2001) e Silva (2004)

Garrido (2001) argumenta que as empresas que compõem a cadeia de valor do turismo são suportadas pelos fornecedores de *inputs* e de serviços. As principais componentes da cadeia de valor do turismo são classificadas em três categorias: empresas líderes (hotelaria, operadores e agências de viagens, restauração, empresas de entretenimento, comércio de artesanatos e produtos típicos, etc.); fornecedores de serviços (empresas de transporte, postos de turismo, empresas de aluguer de veículos, fornecedores de alimentação, construção civil, artesãos, sistemas de comunicação, sistemas de energia eléctrica, auditórios, parques de exposições, etc.); e, infra-estruturas de apoio (escolas de turismo, serviços de elaboração de projectos, estradas, aeroportos, saneamento básico, telecomunicações, sistemas de segurança, representações diplomáticas, casas de câmbio, bancos, equipamentos de saúde, serviços de recuperação do património histórico e do meio ambiente, etc.).

Contudo, o modelo multi-organizacional de cadeia de valor do turismo é apenas uma representação parcial da “indústria turística”, visto que a elaboração deste tipo de modelo é uma tarefa complexa dada a elevada inter-conectividade das diversas actividades que tornam o turismo possível.

Desta forma, não é fácil elaborar uma cadeia de valor de turismo mais abrangente, mas como a elaboração deste tipo de modelo não faz parte dos objectivos da dissertação, optou-se pelo modelo geral.

Em outra perspectiva, existem factores de componente estrutural que podem provocar desequilíbrios no mercado do turismo, nomeadamente, a sazonalidade, a imobilidade da oferta, concentração dos recursos turísticos e a saturação/sobrecarga turística. Estes factores são descritos na Tabela 18.

Tabela 18 - Factores estruturais que podem desencadear o desequilíbrio no mercado turístico

<p style="text-align: center;">Sazonalidade</p> <p>A sazonalidade dá-se devido à distribuição desigual da procura ao longo do ano, provocando concentração nuns meses mais do que noutros e deriva de factores climatéricos, sociais, escolares e económicas.</p>
<p style="text-align: center;">Imobilidade da oferta</p> <p>Este factor não permite que a oferta turística se desloque com a procura, constituindo um factor de desequilíbrio do mercado turístico.</p>
<p style="text-align: center;">Concentração dos recursos turísticos</p> <p>A distribuição espacial dos recursos e atractivos turísticos não é homogénea, concentrando-se em espaços limitados, desta forma, a procura turística dispõe de alternativas limitadas de escolha em função das motivações de cada grupo.</p>
<p style="text-align: center;">Saturação ou sobrecarga turística</p> <p>O crescimento desordenado e não planificado da oferta pode acabar por se traduzir em crises económicas e sociais que inviabilizam os investimentos realizados. Os problemas de saturação/sobrecarga surgem nos três espaços turísticos: zonas de origem, zonas de trânsito e no destino.</p> <ul style="list-style-type: none">- Zonas de origem: Quando se verifica uma insuficiência no fornecimento de serviços aos residentes locais que partem para viagem em virtude dos grandes aglomerados de pessoas.- Zonas de trânsito: Os movimentos de pessoas nas épocas de grandes aglomerações, provocam problemas de engarrafamento e de acidentes nas vias rodoviárias, falta de alojamento ao longo das vias de acesso, saturação dos aeroportos e do espaço aéreo.- Destinos: É necessário ter em atenção que existe uma capacidade de carga no destino turístico que não se devem ultrapassar. Esta capacidade de carga pode ser de quatro tipos: física, ambiental, sociocultural e psicológica.<ul style="list-style-type: none">- Física: Por exemplo, o número de pessoas que pode ser recebido numa praia.- Ambiental: Por exemplo, número de pessoas que uma determinada área pode receber antes que ocorram perturbações ambientais.- Sociocultural. Por exemplo, perda de autenticidade das festas tradicionais.- Psicológica. Por exemplo, número de pessoas que um destino pode receber antes que a qualidade das experiências dos turistas seja negativamente afectada.

Fonte: Baseada em Cunha (2006)

2.3.2.5. Efeitos do turismo

2.3.2.5.1. Potenciais benefícios e malefícios do turismo

Quanto aos potenciais benefícios do turismo, estima-se que, combinados, o turismo doméstico e internacional contribuem para mais de 10% (10,2% em 2004, segundo o PENT,

2007) da totalidade dos empregos em Portugal, frequentemente garantidos por pequenos negócios localizados fora dos principais centros empregadores. Por este motivo, apoiar e desenvolver o sector turístico deverá ser uma opção estratégica a considerar pelas autoridades locais que aspiram ao desenvolvimento económico das suas regiões (Tabela 19). Para além dos benefícios económicos, um turismo fundado em princípios de sustentabilidade, contribuirá para o bem-estar social, cultural e ambiental de um local ou região.

Tabela 19 - Potenciais benefícios do turismo

• • •	Protege e providencia uma fonte de receitas para o património natural e construído;
• • •	Contribui para a melhoria da imagem externa e interna de uma região ou localidade;
• • •	Atrai investimentos também fora do sector turístico, pela demonstração aos potenciais investidores de que o espaço/região é agradável para se localizarem;
•	Um catalisador significativo para o crescimento económico e do emprego; Aumento da procura por outras actividades e negócios não turísticos;
•	Conduz à criação e manutenção de novos serviços e estruturas de suporte local e comunitário;
•	Permite um acréscimo da atenção dispensada ao ambiente e à necessidade de o proteger e preservar, encorajando uma mais rigorosa análise da importância dos ecossistemas locais;
• •	Suporta e ajuda a manter serviços locais, como o comércio tradicional e restaurantes;
• •	Providencia a reciclagem das competências pessoais, a formação e novas oportunidades de emprego;
• •	Permite receitas suplementares a todos os que procuram segundas oportunidades de negócio ou de emprego (tempo parcial, auto-emprego, etc.);
• •	Encoraja os residentes a permanecer nos seus locais de residência aproveitando aí os seus momentos de lazer e consumo;
• •	Encoraja a modernização e recuperação de edifícios e terrenos degradados ou abandonados;
• •	Permite a manutenção e conservação da paisagem agrícola com recurso à revitalização das actividades agrícolas tradicionais (por norma mais ecológicas);
•	Importa despesas e consumos de outros agentes exteriores para dentro do mercado local;
•	Suporta e contribui para um programa mais extenso de actividades recreativas, culturais, desportivas e outras;
•	Ajuda a construir comunidades mais coesas e confiantes, e portanto, mais activas;
•	Cria oportunidades de inclusão social e encoraja a diversidade cultural

Legenda: • económicos; • sócio/culturais; • ambientais

Fonte: Nunes, 2008

Quanto aos malefícios do turismo, Rodrigues (1997) citado por Fratucci (2000) propõe uma sistematização das dimensões espacial e territorial do turismo a partir de três elementos organizadores: os pólos compostos pelas áreas emissoras de turistas, os pólos definidos pelas áreas receptoras e as linhas de ligação desses pólos por onde circulam os turistas e as informações. De acordo com Fratucci (2000) é nas áreas receptoras que podemos identificar o território do turismo ou o lugar turístico. É no lugar turístico que os fenómenos da procura e da oferta ocorrem e se intensificam as relações, utilizando-se para o feito os recursos primários e secundários disponíveis e as infra-estruturas de apoio.

O turismo apropria-se do território e dos seus recursos primários para desenvolver actividades, ultrapassa os limites geográficos dos territórios e unifica os espaços para satisfazer as necessidades que lhe são impostas pela procura por um lado, e por outro, para potenciar a oferta aumentando o leque da diversidade, verificando-se muitas vezes a “produção de territórios” para satisfazer a prática turística. Para Nicolás (1996), citado por Fratucci 2000, o turismo vai “turistificando” os lugares.

Na década de 1960 Boorstin (1964), citado por Banducci (2003), havia chamado a atenção para o carácter estandardizado e alienado da prática turística. Na perspectiva deste autor, a massificação é sinónimo de artificialidade. A procura da quantidade para adensar lucros é uma relação desprovida de responsabilidade social para com os outros participantes no sistema turístico e para com os *stakeholders* da área de destino, provocando desequilíbrios na gestão turística (no âmbito da capacidade de carga de um local²¹) onde a dimensão económica do turismo é enfatizada, ficando subestimada a dimensão social e ambiental.

O turismo deve primar pela construção de um lugar onde a abordagem territorialista ganhe expressão e o cidadão seja considerado parte integrante no planeamento do sistema de turismo, em detrimento da produção de um “não-lugar²²” que gera artificialidade desrespeitando um legado inter-geracional construído de forma colectiva.

Face à previsão de que o Turismo Internacional quase triplicará o seu volume nos próximos vinte anos, os Membros da Organização Mundial do Turismo estão convencidos de que o Código Mundial de Ética do Turismo (Tabela 20) é necessário para ajudar a minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no património cultural, aumentando, simultaneamente, os benefícios para os residentes nos destinos turísticos.

Tabela 20 - Princípios do Código Mundial de Ética do Turismo

Código Mundial de Ética do Turismo	
1	Contribuição do Turismo para a compreensão e o respeito mútuo entre homens e sociedades
2	Turismo, instrumento de desenvolvimento individual e colectivo
3	O Turismo, factor de desenvolvimento sustentável
4	O Turismo, factor de aproveitamento e enriquecimento do Património Cultural da Humanidade
5	O Turismo, actividade benéfica para os países e para as comunidades de destino
6	Obrigações dos agentes de desenvolvimento turístico
7	Direito do Turismo
8	Liberdade do deslocamento turístico
9	Direito dos trabalhadores e dos empresários da indústria turística
10	Aplicação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo

Fonte: (WTO, General Assembly, 2001)

²¹ Ver “2.3.4.4.1. Planeamento estratégico e capacidade de carga”, página 108.

²² A definição de “não-lugar” é um conceito proposto por Marc Augé, antropólogo francês, para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade, isto é, segundo o autor todo e qualquer espaço que sirva apenas como espaço de transição e com o qual não criemos qualquer tipo de relação é um “não-lugar” (Augé, 2005).

Quando o fenómeno turístico é desenvolvido assente na sustentabilidade, podemos minimizar os impactos negativos do turismo e tirar benefícios das externalidades positivas que a actividade proporciona quer na óptica da oferta quer na óptica da procura, promovendo-se assim a prática de um turismo sustentável.

2.3.2.5.2. Efeitos económicos do turismo

Perceber os potenciais efeitos económicos do turismo é uma tarefa complicada devido à diversidade de actividades necessárias à satisfação das necessidades turísticas, à dificuldade em distinguir as actividades produtivas turísticas das que não são e do papel que os factores não produtivos desempenham no êxito dos destinos turísticos (hospitalidade, tradições, segurança e ambiente).

Na Tabela 21 sintetizam-se os principais benefícios e custos que o turismo gera nas economias das regiões de destino.

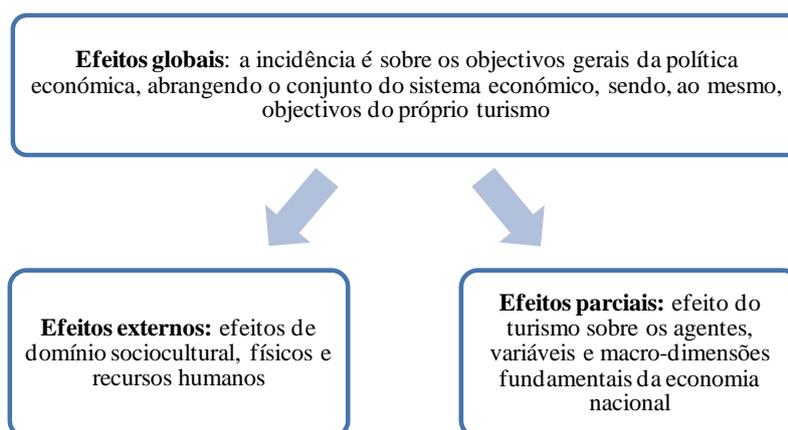
Tabela 21 - Principais Benefícios e Custos económicos do turismo para as regiões de destino

Benefícios	Custos
Aumento das oportunidades de comércio para as empresas existentes na região, bem como favorece o aparecimento de novas empresas relacionadas, directa ou indirectamente, à actividade turística	Impacte negativo sobre outras actividades económicas que utilizavam recursos que passaram a serem utilizados pela actividade turística, como resultado do desenvolvimento da mesma
Desenvolvimento do sector rural para dar resposta às necessidades alimentares dos turistas ou turismo rural	Impacte negativo sobre o meio ambiente (poluição, destruição de ecossistemas, congestionamento), afectando os residentes
Criação de postos de trabalho, fortalecendo assim a estrutura social da região	Diminuição do emprego de outras indústrias da região, por exemplo, no sector agrícola
Aumento da riqueza (rendimento) da região	Aumento dos custos dos inputs necessários às actividades produtivas da região, contribuindo para uma diminuição da competitividade de outras indústrias da região
Aumento das exportações da região	Contribuição para o aumento da inflação
Aumento das receitas por parte do Estado através da recolha de impostos resultantes das actividades que estejam directa ou indirectamente relacionadas com o turismo	Diminuição das exportações resultantes do aumento das despesas turísticas numa determinada região, provocando um aumento da procura por moeda nacional, levando a uma revalorização da moeda (efeito sobre as taxas de câmbio)
Diversificação da estrutura produtiva da região	Aumento das importações de produtos e serviços necessários para satisfazer as necessidades dos turistas
Aumento do nível de produção local e do volume de transacções	Aumento da despesa pública (por exemplo, manutenção de infra-estruturas de transporte e segurança)
Aumento da procura por bens e serviços na região de destino por parte dos visitantes para satisfazer as suas necessidades locais	Falsa sensação de empregabilidade devido a realização de trabalhos temporários associados à forte componente sazonal do sector
Protecção de recursos naturais e culturais, com o objectivo de desenvolver novos segmentos de turismo, ao mesmo tempo, permite a preservação da herança cultural	Alterações ou perda de identidade e de valores, em termos de autenticidade da região, devido à padronização do produto turístico

Fonte: Baseado em Eusébio (2001), Eusébio (2006), Barbosa (2002) e Cassim, Jackson & Gavera (2004)

Os efeitos que o turismo gera na economia poderão todavia ser, segundo Cunha (2006), parciais e externos e, no seu conjunto constituem os efeitos globais, cujas definições são descritas na figura seguinte:

Figura 8 - Tipos de efeitos económicos do turismo



Fonte: Baseado em Cunha (2006)

De uma forma geral, o turismo contribui de forma directa, indirecta e induzida em diversos aspectos da economia, nomeadamente sobre o emprego, a produção, a inflação, a balança de pagamentos, o investimento, a distribuição de rendimentos, a oferta monetária e velocidade de circulação da moeda, as despesas turísticas e sobre as receitas fiscais.

No caso específico de Portugal, o turismo assume um lugar central na economia, contribuindo com 14% para a globalidade das exportações nacionais, que ascende a 44% se considerarmos unicamente as exportações de serviços (BdP, 2010). O turismo português tem vindo a assumir-se cada vez mais como uma actividade líder e pilar essencial da economia do país. Líder na criação de riqueza, no investimento, na geração de emprego, na inovação, na tecnologia e na sustentabilidade.

O turismo revela-se assim como um dos mais importantes sectores da economia portuguesa. A sua importância estratégica traduz-se nas receitas que proporciona, na mão-de-obra que ocupa e nos efeitos multiplicadores que induz em várias áreas.

São alguns dos factores de atracção de Portugal como destino turístico o agradável clima português, a beleza da sua costa marítima (com 1.792 km), a diversidade paisagística, a cultura, os locais históricos e monumentos, o ambiente hospitaleiro, as infra-estruturas para a prática de desportos náuticos e radicais, o golfe, bem como o elevado nível de qualidade da hotelaria (Turismo de Portugal, 2007).

2.3.3. Turismo: estratégia de desenvolvimento local

2.3.3.1. Papel do turismo no Portugal rural

Quando não sabemos mais o que fazer por uma região rural frágil, quando o êxodo populacional parece ser inexorável, quando tudo o que podemos imaginar como apoio à

agricultura e aos agricultores parece ineficaz, um recurso é aparentemente sempre fácil: o turismo verde, ou seja, o turismo integrado nos espaços e nas sociedades rurais (Figueiredo, 2004). Esta tem sido a estratégia seguida, quer no âmbito da União Europeia, quer em Portugal ao longo da última década.

O turismo em espaço rural tardiamente foi reconhecido institucionalmente em Portugal, ainda que o Estado tenha tido um papel decisivo como impulsionador da constituição de uma oferta rural privada de alojamento turístico, sempre de muito pequena escala e diversificada nos tipos, nos modos de inserção local e nos serviços complementares oferecidos (Cavaco, 1999). O papel do Estado manifestou-se sobretudo na criação de instrumentos jurídicos e financeiros para avaliar as ofertas e enquadrar a criação e exploração das unidades de turismo em espaço rural. Se em 1983 houve o reconhecimento institucional deste tipo de turismo, pode-se dizer que só a partir da adesão do país à União Europeia em 1986, e no contexto dos diversos programas e medidas de desenvolvimento rural aplicados em Portugal desde então, o turismo começou a ser visto como instrumento de desenvolvimento.

Só a partir do início da década de noventa, o turismo se traduziu como parte integrante das políticas da União Europeia. A oferta de alojamentos turísticos associados ao espaço rural (turismo de habitação, agro-turismo, aldeias de tradição, turismo rural, turismo de natureza, etc.) foi-se intensificando, quer pelo incremento do número de unidades, quer pelo aumento da procura, ou ainda pela diversificação de actividades relacionadas. Para esta consolidação, os programas europeus como o LEADER²³, o RIME²⁴ e o SAJE²⁵ foram fundamentais.

Assim, o turismo é, actualmente, em Portugal, como no contexto da maior parte dos países da União Europeia, encarado como uma importante ferramenta de desenvolvimento rural. Deste modo, o turismo tem vindo a ser reconhecido institucionalmente pelas suas potencialidades como factor de desenvolvimento, a várias escalas, nacional à local. São com efeito, múltiplos e de grande visibilidade aos seus impactos, directos, indirectos e induzidos (Cavaco, 1999).

Sendo uma actividade transversal que se apoia e complementa noutras actividades, particularmente a agricultura, o turismo interfere necessariamente nos contextos socioeconómicos a diversos níveis: demográfico, de emprego, ambiental, cultural. Neste sentido, os contributos do turismo para a revitalização da base social e económica das áreas rurais são relativamente difíceis de avaliar. Pode-se referir, que até agora, em Portugal o turismo em espaço rural tem pouco significado, em termos dos seus efeitos económicos, ambientais, sociais e outros. Tem no geral também pouco significado ao nível das comunidades locais

²³ Sigla que resume a expressão “Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural”, programa comunitário que promove abordagens de desenvolvimento local em meio rural, proporcionando a experimentação e a emergência de novas soluções para os problemas do mundo rural.

²⁴ Sigla que resume a expressão “Regime de Incentivos às Micro Empresas”, programa de incentivo ao desenvolvimento.

²⁵ Sigla que resume a expressão “Sistema de Apoio a Jovens Empresários”, programa de estímulo, promoção e reforço da capacidade das iniciativas de jovens empresários.

(Cavaco, 1999). Estes aspectos relacionam-se com a afirmação de que o turismo em espaço rural embora constituindo um importante factor de diversificação da oferta turística, decisivamente não tem cumprido o seu papel, nomeadamente ao nível da necessidade de encontrar novas vocações para o espaço rural (Cavaco, 1999). Tal situação fica a dever-se principalmente ao facto de se tratar de uma actividade de natureza familiar e àquilo que pode ser denominado como um processo de desenvolvimento extremamente elitizado (Cavaco, 1999). Mais do que um instrumento de dinamização dos locais, o turismo rural em Portugal tem sido entendido e utilizado, ainda que a uma escala reduzida, como estratégia de recuperação e conservação do património pessoal e familiar, assim como mecanismo de requalificação do património cultural e natural das aldeias. Esta requalificação parece configurar um processo em que o rural é recodificado pelas suas funções de salvaguarda de memórias do passado, das tradições e do ambiental, protagonizada predominantemente pelos não rurais.

Em Portugal esta requalificação ou recodificação do rural tem subjacente um duplo consumo simbólico por parte dos protagonistas e dos visitantes, onde a profissionalização do típico se constitui como reinvenção do rural, estruturadora de novos produtos. O estado surge como agente de um terceiro consumo simbólico. Através dos programas e medidas que propõe, o Estado veicula um rural que é palco para actividades de actores secundários ou exteriores que têm, face àquele espaço, representações muito diversas das dos seus habitantes. Assim, o rural proposto pelo Estado e desejado pelos visitantes é relativamente imóvel, preservado nas suas características mais tradicionais (desde as actividades económicas às manifestações sociais e culturais).

Em Portugal o turismo rural parece dar origem sobretudo a um processo com base na perpetuação de particularidades que, em muitos casos, deixaram já de fazer parte do quotidiano rural e embora as áreas rurais tenham desde sempre atraído visitantes, apenas nos anos mais recentes procuram explicitamente desenvolver, imaginar e promover-se a si mesmas de um modo integrado, no sentido de se tornarem mais atractivas para os turistas e investidores (Figueiredo, 2004).

Estas estratégias de reinvenção ou recriação da imagem do rural estão assim intimamente associadas ao consumo turístico desse mesmo rural, passando pela comercialização da genuinidade e da autenticidade e pelo respectivo consumo. Neste sentido, pode referir-se que o turismo fortifica a recriação da ruralidade, através da transformação das características (reais ou idealizadas) tradicionais das áreas rurais em amenidades, em bens comercializáveis e em produtos consumíveis. Através da constituição do rural como produto que pode ser revitalizado, publicitado, vendido e comprado, estimula-se a competição entre os vários rurais e, de certa forma, favorece-se igualmente a reestruturação da própria identidade. Os lugares

comercializados passam assim a oferecer semelhantes tipos de produtos típicos e genuínos aos visitantes.

Associadas à constituição do rural como um bem comercializável, as estratégias de *marketing* envolvem com muita frequência a construção ou fabrico selectivo de imagens particulares dos lugares que se relacionam intimamente com as dinâmicas da economia global e legitimam concepções particulares acerca de quais são as respostas políticas e Estatais mais adequadas (Figueiredo, 2004).

Torna-se claro pensar, que as áreas rurais vocacionadas ou promovidas para o turismo em Portugal apresentam, num futuro mais ou menos próximo, bastantes afinidades, isto é, todos os rurais turísticos se assemelharão e tenderão a oferecer paisagens, festivais, alojamentos, etc., pouco diversificados.

2.3.3.2. *Uso dos recursos locais*

O turismo enquanto actividade económica tem sido identificado como um importante instrumento de desenvolvimento local, destacando-se o seu duplo papel de actividade geradora de rendimento e emprego, bem como o facto de servir de motor de desenvolvimento de outros sectores económicos. Consequentemente, o turismo tem vindo a ganhar um espaço crescente nas propostas de desenvolvimento que recentemente foram delineadas e implementadas com o fim de tentar resolver a crise generalizada que afecta muitos territórios, nomeadamente, os menos favorecidos.

Contudo, para que o turismo possa constituir-se num instrumento de desenvolvimento destes territórios, será crucial um esforço por parte das diferentes regiões na criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, o reforço das parcerias estratégicas de actuação e o investimento no equilíbrio ambiental e na valorização do património cultural. O turismo precisa desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial das regiões e configurando, portanto, produtos turísticos alternativos (Cadima Ribeiro, 2001).

O clima criado por uma sociedade em constante mudança, ecologicamente mais consciente, que procura uma nova qualidade de vida, orientada para um contacto mais estreito com a natureza e com o património cultural das regiões visitadas e consciente dos efeitos negativos do turismo de massas, proporcionou as bases para a diversificação das actividades e produtos turísticos.

Em termos locais, isto implica que qualquer território dispõe de recursos virtualmente interessantes para oferecer e, por outro lado, sendo relevante para o sucesso da actividade turística em determinado território a consideração dos seus recursos locais, estes são, por definição, endógenos, constituindo o seu potencial de desenvolvimento. Sendo assim, é coerente

que uma determinada comunidade territorial possa estruturar uma oferta turística local que actue como um importante factor de desenvolvimento. Contudo, a actividade turística só fará parte do processo de desenvolvimento local quando se integrar na organização global do sistema produtivo e não quando implementada como uma prática isolada, individual ou autónoma (Padín, 2004).

Se pensarmos numa actividade que use os recursos próprios, endógenos, com vinculações a montante e a jusante, este será o caso da actividade turística que utiliza os recursos do território, fazendo-o de forma tanto mais eficiente quanto o seu planeamento seja correcto e integre as restantes actividades produtivas locais.

Embora possamos encontrar exemplos em que a actividade turística não apresenta vínculos de nenhum tipo com a economia local ou estes são escassos (e os exemplos são muitos), isto acontece quando é concebida como uma actividade de enclave e a partir de um planeamento exógeno. Entendemos, contudo, que com um planeamento e organização adequadas os vínculos existem e são claros, importando também referir que a abordagem que pretendemos fazer não se centra em grandes projectos turísticos, mas naqueles em que esta vinculação com o território exista, ou seja, em que o desenvolvimento se construa com os recursos próprios e a partir destes.

2.3.3.3. Efeitos e repercussões do desenvolvimento turístico

De acordo com Cunha (2006), o contributo do turismo para o desenvolvimento regional é, efectivamente, um dos efeitos mais evidenciados e que melhor corresponde aos anseios das populações localizadas em territórios economicamente desfavorecidos. As razões que levam a que o turismo seja um motor de desenvolvimento económico são de várias ordens.

O turismo produz movimentos de capitais e de rendimentos das regiões mais para as menos desenvolvidas e provoca exportações de bens e serviços através da compra de produtos da região receptora por parte dos visitantes, bem como o próprio consumo feito por estes no local, exportações estas que, de outro modo, não se verificariam.

Por outro lado, esta actividade implica investimentos que, numa primeira fase, se centram na reabilitação e construção de infra-estruturas turísticas, alargando-se depois a outros equipamentos. Estes últimos, nomeadamente infra-estruturas e equipamentos sociais, que dificilmente seriam construídos noutras circunstâncias que não envolvem-se o desenvolvimento turístico da área (designadamente por questões de dimensão), beneficiam a população local e permitem a instalação de outras actividades que acrescem à produção local.

O turismo contribui, ainda, para a dinamização, diversificação e modernização da produção local, isto porque o consumo turístico se caracteriza pela sua heterogeneidade e arrasta simultaneamente, de forma directa ou indirecta, distintos sectores.

Neste ponto, é de destacar a possibilidade que o turismo proporciona de recuperar e revigorar produções agrícolas e artesanais que, de outro modo, tenderiam a desaparecer.

O turismo é também uma fonte geradora de emprego, quer directo (em resultado, por exemplo, da construção de um hotel e seu posterior funcionamento, bem como de agências de viagem, restaurantes, etc.), quer indirecto ou induzido (neste caso, as empresas empregadoras não são turísticas mas são fornecedoras do sector). Os postos de trabalho gerados por esta actividade vão depender do grau de desenvolvimento turístico da região (inclusivamente, em termos de qualificação da mão-de-obra existente), sendo de realçar que em áreas rurais, sobretudo nas primeiras etapas do desenvolvimento, os empregos criados na maioria das actividades directamente influenciadas pela procura turística são reduzidos, em virtude da flexibilidade da gestão familiar destas actividades. Importa, contudo, reter que permite a estabilização e consolidação do emprego destas famílias, evitando ou travando a sua emigração.

Em termos económicos, e de forma simplificada, podemos agregar estes efeitos gerados pelo turismo em directos, indirectos e induzidos (Cunha, 2006). Os efeitos directos resultam das despesas efectuadas pelos turistas na aquisição de bens e serviços turísticos e em empresas de apoio. Os efeitos indirectos decorrem da despesa efectuada pelas empresas que proporcionam esses bens e serviços na compra de bens e serviços de outro tipo, utilizando para tal o dinheiro que foi trazido pelo turista. Numa terceira etapa de circulação do dinheiro do turista estão os efeitos induzidos, que são constituídos pelas despesas realizadas por aqueles que receberam o dinheiro dos prestadores dos serviços turísticos e similares.

Como qualquer actividade económica, o turismo pode apresentar inconvenientes que vão desde gerar inflação, ocorrendo estes aumentos de preço quer ao nível do mercado imobiliário quer o nível dos restantes produtos de consumo corrente; provocar tensões no mercado de trabalho; implicar a utilização excessiva de infra-estruturas insuficientes; desarticular a produção tradicional em alguns lugares onde é introduzido; criar dependência de empresas procedentes do exterior, quando a capacidade financeira local é fraca; entre outros.

Em termos de impactes socioculturais, o turismo funciona como um incentivo à reabilitação e conservação do património histórico que, de outra forma, poderia até mesmo desaparecer, passando a constituir atracções para os turistas, e permite uma tomada de consciência da salvaguarda e respeito pela arquitectura local.

A actividade turística pode, também, actuar como um importante factor de valorização de hábitos, tradições e costumes, que podem perder-se caso não se opte por promover as particularidades e diferenças da cultura típica local.

Igualmente relevante é o papel do turismo no processo de promoção do contacto e diálogo entre diferentes culturas, a do “visitante” e a do “visitado”, normalmente portadores de saberes, códigos de valores e estilos de vida distintos. Assim, e no caso do turismo cultural, Pereiro (2003) refere que, enquanto os visitantes evadem as suas preocupações, os residentes locais podem estabelecer pontes de comunicação não estereotipada com estes, contribuindo para um encontro intercultural não assimétrico, educativo e profundamente convivencial.

Apesar destes efeitos positivos, há que pensar-se que, também aqui, podem ocorrer consequências nefastas associadas, por exemplo, ao perigo do “folclorismo turístico”, que implicaria a negação das singularidades locais ou, ainda, e menos visível, da “fusão de culturas”, habitualmente com clara vantagem para a cultura dominante, a do turista. Sempre que os valores alheios substituem os valores locais ou sempre que se adoptem figurinos estranhos, descaracterizando uma região, produz-se a uniformização, reduzindo ou eliminando as diferenças, que constituíam a sua força competitiva (Cunha, 2006). O turismo pode, ainda, ser um factor de marginalização das populações locais e um veículo de tensões sociais quando concebido sem integrar os valores locais e sem fazer participar as populações nos seus benefícios (Cunha, 2006).

Em termos ambientais, o turismo, quando bem planeado e controlado, pode ajudar a manter e a melhorar o meio ambiente natural de várias formas (Valls, 2003): estimulando as populações e as autoridades para uma tomada de consciência do valor do seu meio ambiente; ajudando a justificar e a financiar a conservação de importantes áreas naturais (algumas delas sem características particularmente atractivas), de lugares arqueológicos e históricos como atracções turísticas; contribuindo para melhorar a qualidade ambiental das áreas através do controlo do ar, da água, da poluição sonora, de problemas de lixo, uma vez que os turistas desejam visitar lugares atractivos, limpos e não contaminados.

No entanto, entre o turismo e o ambiente natural existem, não raras vezes, relações contraditórias, gerando-se numerosos efeitos negativos que se produzem quando o seu planeamento não é o mais adequado: intensa urbanização em determinadas áreas e construções pouco integradas; consequentemente, contaminação da água e do ar, problemas com o tratamento dos resíduos sólidos, ruído, congestionamento, pressão especulativa sobre os terrenos agrícolas, erosão das costas, entre outros.

Embora pareça um paradoxo, o principal e quase único prejudicado pelos problemas que gera é o próprio turismo (Boullón, 2000). De facto, quem vai sofrer com os erros que, por vezes, se cometem na exploração turística são os recursos naturais e culturais, os próprios turistas e as empresas de serviços, bem como os centros e corredores turísticos a eles ligados. Deste modo, de forma a potenciar os benefícios e a minimizar os problemas associados ao desenvolvimento do turismo é necessário definir alternativas ou estratégias de desenvolvimento

turístico que impliquem uma utilização responsável do espaço, harmonizando os interesses do próprio turismo, do meio ambiente e da comunidade local (Bote, 2001).

2.3.3.4. *Cooperação entre os stakeholders*

Um dos factores estratégicos do desenvolvimento económico em geral, e do desenvolvimento turístico, em particular, é a existência de redes de cooperação entre as empresas e as instituições, na medida em que facilitam a partilha, quer de recursos, quer de conhecimentos e formas de actuação, bem como a convergência de esforços, estimulando a dinâmica económica e o desenvolvimento (Vázquez, 2005).

De facto, no que ao turismo diz respeito, a coordenação não só entre as empresas mas também entre estas, instituições públicas e privadas, revela-se fundamental.

Neste sentido, quando um território pretende definir uma estratégia de desenvolvimento turístico, um dos pontos a privilegiar será a construção ou dinamização da capacidade organizativa dos seus agentes económicos, sociais e das suas instituições. Deste modo, quando apoiadas em redes formais ou informais, as instituições e as organizações tornam-se mais flexíveis e receptivas às mudanças (Vázquez, 2005).

Contudo, nos destinos não consolidados, é natural depararmo-nos com empresas pequenas, familiares, pouco ou nada coordenadas e escassamente competitivas (Rodríguez, 2006). Sendo assim, e uma vez que estas relações e vínculos não se criam nem se desenvolvem de forma autónoma e indiferenciada, sendo produto de uma sociedade, da sua evolução histórica, gerando-se progressivamente (Vázquez, 2005), importa fomentar esta cooperação.

A criação de uma rede de colaboração implica uma postura e um comportamento cooperativo entre empresas que normalmente concorreriam entre si, assim como entre agentes e organizações que se encontram vinculados não só por relações económicas, mas também geográficas, sociais e culturais. Daí que, normalmente, este compromisso entre actores requer que uma ou várias instituições específicas desempenhem um papel motor nas relações institucionais.

Assim, muitas empresas, sobretudo de pequena e média dimensão, que tinham uma forma de actuação baseada no isolamento, têm agora a necessidade e a preocupação em vincular-se a outras empresas em rede (Abreu, Cândido, Costa, & Goedert, 2000).

Por rede entende-se o sistema de relações e/ou contratos que vinculam as empresas/actores entre si, cujo conteúdo pode referir-se a bens materiais, informação ou tecnologia (Vázquez, 2005). Por outras palavras, como refere Saviotti (2000), as redes são constituídas pelo conjunto de actores e pelas relações que os unem.

As redes podem tomar formas muito diversas, dando origem a múltiplas terminologias, que Cadima Ribeiro (2001) sistematizaram em: rede social, rede intra-empresarial, rede inter-empresarial e rede institucional.

A rede social diz respeito às relações estabelecidas no decurso do desenvolvimento de uma actividade económica num determinado sector, como resultado da amizade e confiança mútua que possa existir entre empresários e indivíduos. Este tipo de rede permite, através de conversas informais, trocarem-se informações e opiniões sobre oportunidades de negócio e tendências de mercado, bem como sobre a realidade económica e social do território onde actuam.

Quando as relações se estabelecem entre os diversos parceiros funcionais de uma empresa (como por exemplo, clientes e fornecedores ou parceiros estratégicos) com vista a reduzir custos, trocar recursos e informações sobre negócios, e inclusive, formar alianças estratégicas contra outras empresas, designam-se redes intra-empresariais.

As formas de cooperação que podem ser estabelecidas entre uma empresa e entidades privadas (como câmaras de comércio, bancos, consultores, etc.) através de informação prestada, apoio financeiro concedido ou outro tipo de processo de negócio, dão origem às chamadas redes inter-empresariais.

Por fim, a rede institucional diz respeito ao conjunto de relações que empresas podem estabelecer com órgãos governamentais (locais, regionais e nacionais).

Convém, ainda, referir que, à excepção da rede social, normalmente resultante de relações informais, as restantes redes (intra-empresarial, inter-empresarial e institucional) compreendem um conjunto de relações que podem ser de carácter formal ou informal. As redes formais estão bem explícitas, têm objectivos precisos, definidos e programados, relativos a pessoas ou organizações concretas. Já as redes informais resultam de relações de carácter casual, episódico, sem objectivos específicos e permanentes.

Estas redes, ao facilitarem a recolha e selecção da informação sobre recursos, tecnologias e mercados, permitem a redução de custos, a melhoria dos resultados económicos e uma maior eficácia nas decisões de investimento. Proporcionam, igualmente, a necessária flexibilidade às empresas para responder às mudanças induzidas pelo aumento da concorrência e globalização (Vázquez, 2005).

Importa ter presente que, para além de criar um sistema de relações e envolvimento entre as empresas e as instituições locais públicas e privadas, importa sensibilizar a população local para as novas formas de funcionamento e desenvolvimento de um destino. Deste modo, o desenvolvimento equilibrado e competitivo de novos destinos implica contar com todos os sectores e grupos da população, na medida em que um destino só será inovador se for percebido

pelo conjunto da sociedade, quer participe ou não economicamente do sector (Bercial & Timón, 2005).

2.3.4. Turismo sustentável: evolução do conceito

2.3.4.1. Conceito de turismo sustentável

Alguns autores defendem que a evolução do conceito de turismo sustentável se evidenciou na literatura mesmo antes do termo desenvolvimento sustentável ter sido oficialmente reconhecido. Hardy, Beeton, & Pearson (2002) destacam, a este propósito, a expressão *new tourism*, utilizada por Rosenow & Pulsipher (1979), como sinónimo de um tipo de turismo que, em simultâneo, contribui para a preservação das cidades, não excede as capacidades de carga, promove os valores ambientais e patrimoniais e educa os turistas, reflectindo indirectamente o conceito de desenvolvimento sustentável.

No entanto, a discussão sobre a sustentabilidade do turismo foi claramente influenciado pela evolução do conceito mais vasto de desenvolvimento sustentável. Pode-se dizer que decorreu, em paralelo, um processo similar, que levou à aceitação do conceito de turismo sustentável (Hunter & Green, 1995; Goodall & Stabler, 1994; Murphy, 1994; Bramwell & Lane, 1993; Inskip, 1991).

De acordo com Bramwell & Lane (1993), a abordagem à sustentabilidade foi transposta para o turismo tendo em vista reduzir as tensões criadas pela complexidade da interacção existente entre os agentes do sector do turismo, os visitantes, o ambiente e a comunidade local. Nesta perspectiva, a meta a alcançar com a sustentabilidade do turismo é a manutenção da viabilidade e da qualidade dos recursos naturais e humanos, no longo prazo. Esta noção não se opõe ao crescimento, mas implica o reconhecimento da existência de limites, que variam de local para local e consoante as práticas de gestão. Segundo os autores, deve-se assegurar que o desenvolvimento turístico seja sustentável, no longo prazo, e que contribua para sustentar as áreas onde ocorre, uma vez que o turismo foi, é e será, ainda, um sector de grande importância económica para muitas regiões. Acrescentam que a sustentabilidade do turismo deve ter em conta a satisfação dos visitantes, pois um visitante satisfeito preocupa-se com os lugares por onde passa e repete a visita, contribuindo para a continuidade do fenómeno, ao longo do tempo. Os autores identificam uma evolução na interpretação do conceito de sustentabilidade do turismo, pois afirmam que, à medida que a discussão em torno da sustentabilidade do turismo evoluiu, se passou da análise de impactes para a definição de orientações e códigos de conduta, a serem adoptados quer por parte das empresas, da população local e dos responsáveis pelo

planeamento (ou seja, pelo lado da oferta turística), quer por parte dos próprios turistas (ou seja, pelo lado da procura turística).

Hunter & Green (1995) afirmam que, a partir dos anos 80, se registou um interesse crescente por formas de turismo alternativas ao turismo de massas tradicional e ao turismo urbano. Entre os factores responsáveis pelo êxito deste novo tipo de turismo os autores apontam os seguintes:

- Uma maior consciência dos impactos ambientais do turismo;
- Uma crescente procura de novas experiências turísticas por parte dos turistas;
- Uma maior ênfase na integração de políticas de protecção ambiental e de desenvolvimento económico;
- Uma preocupação acrescida da indústria turística com as tendências futuras do mercado.

O termo “turismo alternativo” surge frequentemente na literatura como sinónimo de outros conceitos: “turismo suave”, “ecoturismo”, “turismo verde”, “turismo de baixo impacto”, “turismo alternativo”, “turismo de natureza”, “turismo suave”, “turismo responsável”, “turismo apropriado” ou “turismo sustentável”. (Hunter & Green, *Tourism and the Environment: A Sustainable Relationship?*, 1995).

A profusão de termos que surgiu recentemente na literatura para aludir às novas formas de turismo tem levado a contrapor a noção de “turismo de massas” à de “turismo alternativo”:

Tabela 22 - Turismo sustentável versus turismo não-sustentável

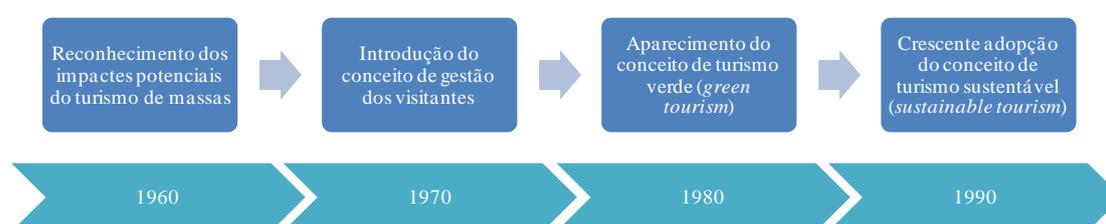
Turismo Sustentável	Turismo Não-sustentável
<i>Conceitos gerais</i>	
Desenvolvimento lento Desenvolvimento controlado Escala apropriada De longo prazo Qualitativo De controlo local	Desenvolvimento rápido Desenvolvimento descontrolado Escala não apropriada De curto prazo Quantitativo De controlo remoto
<i>Estratégias de desenvolvimento</i>	
Planear antes de desenvolver Orientadas por conceitos Preocupação com a integração na paisagem Pressão e benefícios diluídos Agentes de desenvolvimento locais Emprego de residentes locais Arquitectura vernacular	Desenvolver sem planear Orientadas por projectos Concentração em pontos-chave Aumento da capacidade Agentes de desenvolvimento externos Importação de mão-de-obra Arquitectura não vernacular
<i>Comportamento dos turistas</i>	
De baixo valor Alguma preparação psicológica Aprende a língua local Cuidadoso e sensível Silencioso Repete a visita	De alto valor Pouca ou nenhuma preparação psicológica Não aprende a língua local Intensivo e insensível Barulhento Não repete a visita

Fonte: Adaptado de Swarbrooke (1999)

De acordo com o autor (Tabela 22), esta abordagem inclui o turista na equação, algo que falha em muitas definições e abordagens à sustentabilidade do turismo. Por outro lado, Swarbrooke (1999) polariza a discussão, dando a entender que só existem formas de turismo sustentável (bom) e não-sustentável (mau), o que não acontece propriamente na realidade. Todavia a tabela é útil porque resume as principais linhas de pensamento sobre a temática.

Swarbrooke (1999) ilustra as origens do conceito de turismo sustentável recorrendo à seguinte representação esquemática.

Figura 9 - A evolução cronológica do conceito de sustentabilidade do turismo



Fonte: Adaptado de Swarbrooke (1999)

O autor começa por apontar um conjunto de obras que, na sua opinião, contribuíram para o aparecimento do conceito de turismo sustentável, ao denunciarem, pela primeira vez, os impactos da explosão da actividade turística à escala mundial.

Tabela 23 - Obras precursoras do conceito de turismo sustentável

Obras
O relatório de Michael Dower, <i>Fourth Wave – The Challenge of Leisure</i> , publicado em 1968, que alertou a sociedade para o impacto potencial do crescimento massivo e eminente dos tempos livres e das actividades de lazer;
O livro de Young, <i>Tourism: Blessing or Blight?</i> publicado em 1973, que também chamou a atenção para os potenciais impactos negativos do turismo;
A obra <i>Tourism: Passport to Development?</i> publicada em 1979, por De Kadt, que discutiu o papel do turismo na economia dos Países em Desenvolvimento;
A influente obra de Mathieson e Wall, <i>Tourism: Economic, Physical and Social Impacts</i> , que surgiu em 1982 e que se debruçou sobre os impactos do turismo ao nível económico, social e ambiental, em várias áreas geográficas;
O livro de Peter Murphy, <i>Tourism: A Community Approach</i> , publicado em 1985, que fez a primeira abordagem ao estudo da relação entre o turismo e a comunidade local;
O trabalho do investigador suíço Jost Krippendorf, <i>The Holiday Makers</i> , publicado em 1987, que abordou o turismo e os seus impactos, mas, neste caso, na perspectiva dos turistas
<i>The Good Tourist</i> , de Wood e House, publicada em 1991, que pretendeu influenciar o comportamento dos turistas, tornando-os mais conscientes dos impactos provocados por algumas formas de turismo
<i>Holidays that Don't Cost the Earth</i> , de Elkington e Hales, publicada em 1992, que também teve a intenção de persuadir os turistas para a adopção de um comportamento mais responsável.

Fonte: Adaptado de Swarbrooke (1999)

Os termos “turismo sustentável” e “desenvolvimento sustentável do turismo” aparecem pela primeira vez no final da década de 80, na sequência da rápida adopção no vocabulário da expressão “desenvolvimento sustentável”, após a publicação do Relatório Brundtland (WCED, 1987). No entanto, nessa altura, estavam mais vulgarizadas expressões como *green issues* e *green tourism*, ao ponto de se ter escolhido para tema de uma importante conferência que se realizou em Leeds (Reino Unido), em 1990, *Shades of Green*, dando a entender que poderia haver várias tonalidades de verde, ou seja, vários tipos de turismo, mais ou menos sustentáveis (Swarbrooke, 1999). A utilização do termo *green tourism* reflecte o aumento da consciencialização ambiental, que também se revelou através da ascensão das *green politics* em países como o Reino Unido, a Alemanha e a França. O conceito de *green tourism* passa a estar associado à ideia da redução de custos e maximização de benefícios ambientais do turismo, exercendo grande influência junto dos círculos de poder político. A partir do início dos anos 90, o termo “turismo sustentável” passa a ser utilizado com maior frequência. O conceito começa, então, a consolidar-se, procurando transpor-se as implicações do Relatório Brundtland (WCED, 1987) para o sector do turismo. A discussão centra-se na adopção de uma abordagem holística ao desenvolvimento, atendendo à manutenção da produtividade no longo prazo e à preservação dos ecossistemas, da biodiversidade e dos sistemas de suporte à vida, em benefício das gerações actuais e futuras e respeitando os princípios de equidade e igualdade de oportunidades entre nações.

Em resposta a estes reptos, a OMT patrocina estudos, prepara publicações e realiza seminários e conferências, em várias regiões do mundo, para aumentar a consciencialização e encorajar a implementação deste conceito:

Figura 10 - Princípios básicos do desenvolvimento sustentável, de acordo com a OMT

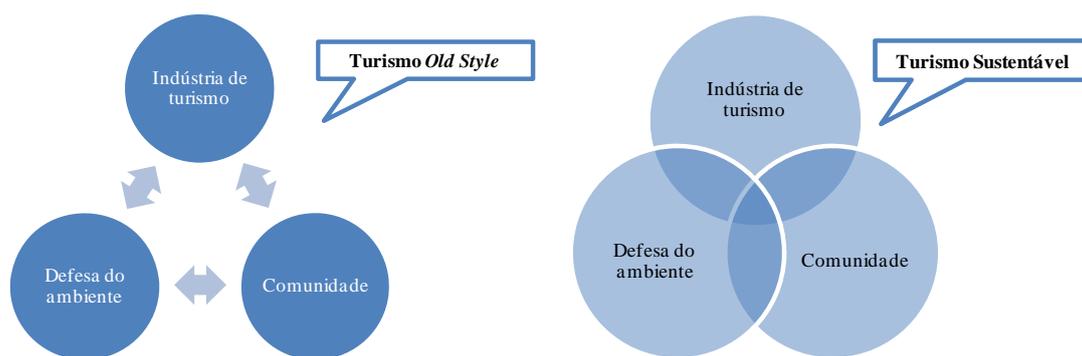


Fonte: Adaptado de WTO (1993)

A abordagem ao turismo passa a ter em conta a comunidade receptora, quer em termos da distribuição dos benefícios económicos, quer da participação no processo de desenvolvimento local. O turismo sustentável define-se como um modelo de desenvolvimento económico que permite melhorar a qualidade de vida da população local, oferecer uma experiência de qualidade ao visitante e manter a qualidade do ambiente, do qual depende a comunidade local e o turismo (WTO, 1993).

O turismo sustentável distingue-se do turismo tradicional, pondo em relevo a interdependência que deve existir entre todos os grupos presentes no sistema de turismo: os turistas e os agentes privados do sector (fornecedores de equipamentos e serviços turísticos), as entidades que se ocupam da protecção do ambiente e os residentes e seus representantes, que pretendem a melhoria da qualidade de vida para a sua comunidade.

Figura 11 - Parceiros para o desenvolvimento turístico sustentável



Fonte: Adaptado de WTO (1993)

O compromisso com a sustentabilidade e com o turismo sustentável cresce à escala internacional. Os princípios da Agenda 21 (UNCED, 1992) são aplicados ao turismo (WTO, 1995). O Conselho Mundial de Viagens e de Turismo estabelece um conjunto de orientações ambientais para empresas e departamentos governamentais (WTTC, 1991) com base nos princípios da “Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável” (ICC, 1991). Surgem recomendações, à escala nacional e regional, da parte de organizações governamentais e associações empresariais (UNEP-IE, 1995). A ênfase coloca-se na protecção do ambiente e nos impactes ambientais do turismo. Aparecem orientações para as empresas do sector, visando a implementação de práticas ambientais adequadas, embora ainda circunscritas a determinados subsectores ou baseadas em estudos de casos isolados (Goodall, 1994; Wight, 1994).

Com a aprovação, em 1995, do relatório intitulado “O Papel da União em Matéria de Turismo - Livro Verde da Comissão”, assinala-se um novo marco histórico neste processo. A União Europeia reconhece definitivamente o turismo como um domínio importante para a concretização do desenvolvimento sustentável (Comissão das Comunidades Europeias, 1995), assumindo responsabilidades nesse sentido: o papel da Comunidade poderia exercer-se através da realização de acções experimentais para estimular o desenvolvimento sustentável do turismo, na tripla perspectiva de melhoria do bem-estar do turista, de protecção e valorização do património e de promoção do crescimento e da competitividade das empresas (Comissão das Comunidades Europeias, 1995).

A Comunidade compromete-se, ainda, neste Livro Verde a: contribuir com um valor acrescentado, disponibilizando factores úteis ao desenvolvimento do turismo, como sejam a criação ou adaptação de infra-estruturas, a valorização dos recursos humanos empregues, a protecção e valorização do ambiente, assim como a experimentação e a divulgação de produtos turísticos novos ou diversificados (Comissão das Comunidades Europeias, 1995).

Os princípios básicos do desenvolvimento sustentável são explicitamente transpostos para o domínio do turismo (Tabela 24).

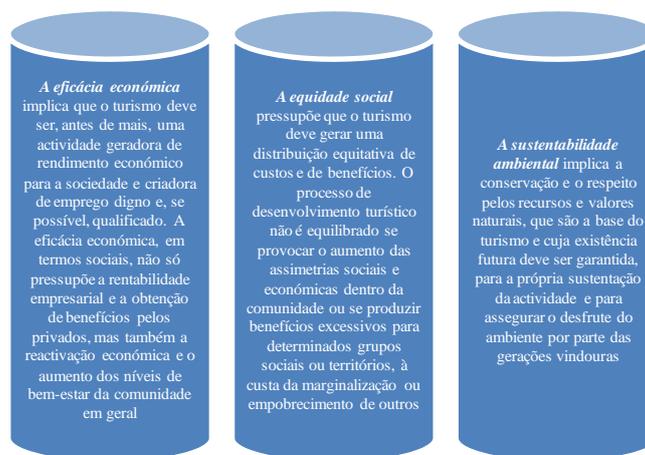
Tabela 24 - Metas e características do turismo sustentável

Metas e características do turismo sustentável
Metas
↓
Melhorar a qualidade de vida das comunidades receptoras
Preservar a equidade inter e intra-gerações
Proteger a qualidade do ambiente preservando a biodiversidade e os ecossistemas
Assegurar a integridade cultural e a coesão social das comunidades
Oferecer uma experiência de qualidade aos visitantes
Características
↓
Preocupação com a qualidade da experiência de visita
Preocupação com a equidade social e o envolvimento da comunidade, atendendo às necessidades dos residentes
Preocupação com o emprego da população local e a participação pública no processo de planeamento e de tomada de decisão
Preocupação com os limites de capacidade de utilização dos recursos – o que inclui a minimização de impactes e a utilização de sistemas de racionalização energética e de gestão de resíduos e reciclagem
Preocupação com a manutenção das oportunidades recreativas, educativas e culturais inter e intra-gerações
Preocupação em desenvolver actividades e projectos que reflectam e respeitem as características e os traços distintivos de cada região;
Preocupação em dar a conhecer o valor da região aos seus visitantes, encorajando-os para a protecção do ambiente e o respeito pela comunidade receptora
Preocupação em não comprometer a sustentabilidade de outras indústrias ou actividades económicas existentes
Preocupação com a integração do turismo nos planos ao nível local, regional e nacional

Fonte: Adaptado de WTO (1999)

Sugere-se um “triângulo mágico” de conceitos, que integram a eficácia económica, a equidade social e a sustentabilidade ambiental (OMT, 1998a).

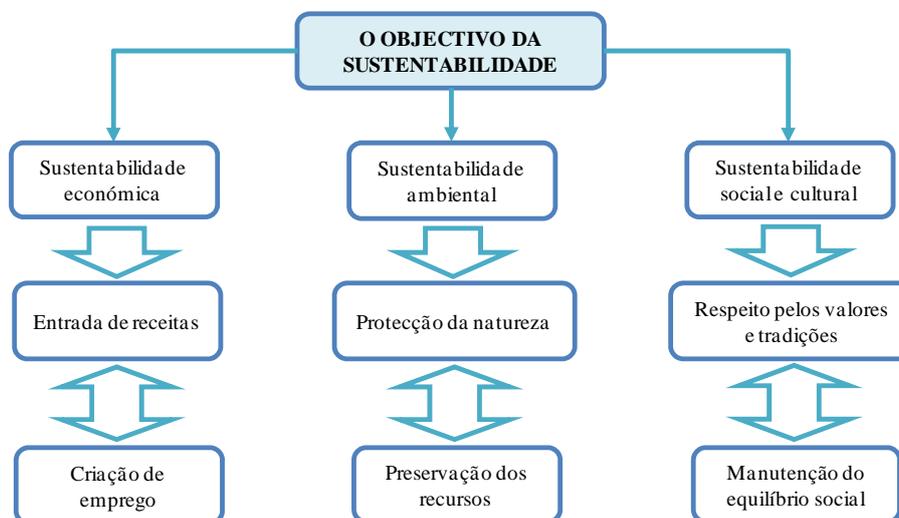
Figura 12 - Os três pilares da sustentabilidade do turismo, propostos pela OMT



Fonte: Adaptado de OMT (1998)

A sustentabilidade passa a ser encarada como um conceito complexo e abrangente, que agrega diversas pretensões e perspectivas de análise.

Figura 13 - Os três pilares da sustentabilidade



Fonte: Adaptado de OMT (1998)

Para além da dimensão ambiental, consideram-se também as vertentes económica e sociocultural. No que toca à sustentabilidade económica dos destinos e produtos turísticos, sublinha-se que a meta a atingir não deve ser a rentabilidade imediata das operações, mas a consolidação produtiva e social, de modo que possam dar um contributo para o desenvolvimento duradouro. Quanto à sustentabilidade social e cultural, entende-se que a preservação da autenticidade das tradições e dos valores sociais e culturais constitui a garantia de sucesso da actividade turística (OMT, 1998a).

Evidencia-se, na literatura mais recente, um certo consenso em torno destas três dimensões da sustentabilidade do turismo (Swarbrooke, 1999; Mowforth & Munt, 1998).

Na Cimeira Mundial de Joanesburgo, realizada em 2002, reaprecia-se o progresso em direcção ao desenvolvimento sustentável e reafirma-se o compromisso global para com a sustentabilidade. O desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a protecção ambiental são reconhecidos como os três pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável. Fazendo referência às recomendações constantes da Agenda 21 (UNCED, 1992), que resultou da primeira conferência, adopta-se um novo Plano de Acção, onde se apontam as formas de conciliar o crescimento económico, a luta contra a pobreza e o desenvolvimento do terceiro mundo com a preservação ambiental do planeta. Neste documento fazem-se várias alusões ao desenvolvimento do turismo sustentável e do ecoturismo, quer como uma forma de proteger os recursos naturais, que se consideram basilares para o desenvolvimento económico e social, quer

para promover o desenvolvimento sustentável em pequenos estados insulares e em vários Países do Continente Africano.

O conceito de turismo sustentável encontra-se, assim, consolidado no início de um Novo Milénio.

2.3.4.2. Significado e âmbito do conceito de turismo sustentável

O tema da sustentabilidade, na esfera do turismo, tem levado a uma acesa discussão sobre o significado e a extensão do conceito de turismo sustentável. A multiplicidade de abordagens não tem favorecido o consenso em torno de uma ideia. As diferentes interpretações entram por vezes em conflito, levando alguns autores a afirmar que o turismo sustentável nunca irá passar de mera retórica.

Importa assim dar conta da reflexão que tem sido efectuada no domínio do turismo sustentável, apresentando algumas propostas de definição do conceito, dos aspectos que integra e dos interesses que envolve.

McKercher (1993) é um dos primeiros a dar um contributo para a compreensão do conceito de turismo sustentável, numa perspectiva de economia do turismo, ao elencar oito realidades estruturais ou “verdades fundamentais” que estão associadas a todos os tipos de desenvolvimento do turismo (Tabela 25).

Tabela 25 - Algumas “verdades fundamentais” sobre o turismo

1	Como actividade industrial, o turismo consome recursos, produz resíduos e necessita de infra-estruturas específicas
2	Como consumidor de recursos, o turismo pode levar à sobre-utilização de recursos
3	O turismo, como actividade dependente de recursos, tem de competir por recursos escassos para assegurar a sua sobrevivência
4	O turismo é uma actividade dominada pelo sector privado, com decisões de investimento baseadas predominantemente na maximização do lucro
5	O turismo é uma actividade multifacetada e, como tal, é quase impossível de controlar
6	Os turistas são consumidores, não antropologistas
7	O turismo é entretenimento
8	Ao contrário de outras actividades industriais, o turismo gera rendimento importando clientes em vez de exportar o seu produto

Fonte: Adaptado de McKercher (1993)

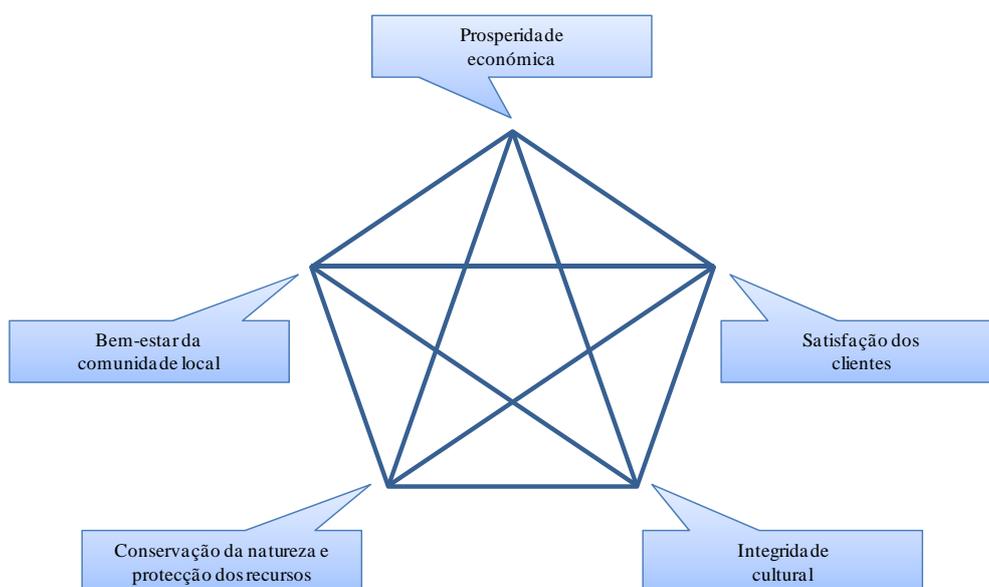
De acordo com o autor, estas “verdades” e as suas implicações sobre a comunidade e o ambiente da região receptora, desempenha um papel fundamental na definição de políticas para a sustentabilidade do turismo. Contudo, a influência destas “verdades” sobre a comunidade e o ambiente da região receptora nem sempre é uniforme, pois certas actividades turísticas tenderão a ampliar alguns factores e a reduzir a influência de outros. Do mesmo modo, a comunidade e o ambiente da região receptora variam na sua susceptibilidade aos impactes do turismo. Factores

como a distância cultural e a flexibilidade ambiental podem influenciar o nível pelo qual algumas “verdades” afectam os impactes. De forma similar, é possível preparar a comunidade e o ambiente da região receptora para se tornarem mais resistentes aos impactes adversos.

Para que o turismo sustentável possa ocorrer, o autor recomenda que se integre a actividade com todas as outras que se desenvolvam na região receptora, recorrendo à compreensão alargada destas “verdades”, que permite, por sua vez, a determinação e consideração dos custos e benefícios do turismo em toda a sua amplitude.

Müller (1994) afirma que há um apelo generalizado para o turismo sustentável ou ambientalmente e socialmente compatível, mas, contudo, sempre que a questão é abordada, torna-se evidente que há várias interpretações do conceito, correndo-se o risco de se tornar num cliché sem conteúdo (Müller, 1994). O autor associa-se àqueles que defendem que é necessário haver uma “mudança de rumo”, devido aos impactes nefastos que a maior parte das actividades económicas tem provocado sobre o ambiente natural. Na sua opinião, a negligência de certos aspectos fundamentais tem colocado o turismo numa situação muito delicada, que justifica, em grande parte, esta mobilização para o desenvolvimento de uma actividade compatível com o ambiente e com a sociedade. O autor sugere o prosseguimento de uma estratégia de “crescimento qualitativo”, entendido como uma melhoria da qualidade de vida através de uma menor utilização de recursos não renováveis e da imposição de um menor stresse sobre o ambiente e a comunidade. Para ilustrar o seu raciocínio, Müller (1994) apresenta um “pentágono mágico”, cujos vértices são a prosperidade económica, o bem-estar da comunidade local, a conservação da natureza e a protecção dos recursos, a integridade cultural e a satisfação dos visitantes (Figura 14).

Figura 14 - O pentágono mágico do desenvolvimento do turismo



Fonte: Adaptado de Müller (1994)

A meta a atingir será um desenvolvimento turístico equilibrado, em que se atribuiu a mesma ponderação a todos os aspectos, evitando que um se sobreponha aos outros. Müller (1994) defende que os cinco aspectos (Figura 14) devem assumir igual importância e constituir, simultaneamente, objectivos e pré-requisitos de um todo. No entanto, para que se transponha este conceito para a realidade, terá de haver um acréscimo da importância atribuída aos interesses sociais e ambientais, em detrimento dos interesses puramente económicos, recomendando-se a adopção de princípios que garantam a participação e a defesa dos interesses da comunidade local.

Cater (1995), ao discutir a relação existente entre o turismo e o ambiente no contexto do desenvolvimento sustentável, apresenta uma visão que contrasta com a ideia de equilíbrio proposta por Müller (1994). De acordo com Cater (1995), todos os principais actores do sector têm um interesse na sustentabilidade do turismo. A protecção do ambiente é considerada essencial ao desenvolvimento do turismo, em particular e às perspectivas de desenvolvimento, em geral. Na opinião de Cater (1995), os conflitos de interesses que ocorrem em termos de “tempo” e de “espaço” tornam ilusória a noção de sustentabilidade do turismo. Desta forma, não só se coloca a questão de saber “para quem” deve ser sustentável o desenvolvimento do turismo, mas também “quando” e “onde”. Então, para que se possam atingir resultados mais sustentáveis, a autora defende que é necessário efectuar *trade-offs*²⁶, pondo, assim, em causa a noção de equilíbrio. Segundo a autora, é pouco provável que se atinja um óptimo. Mas, para que se possa tomar decisões, é necessário obter informação detalhada sobre a natureza e extensão desses *trade-offs*. A autora destaca que as auditorias ambientais constituem um bom ponto de partida para identificar a natureza e extensão dos *trade-offs* a realizar.

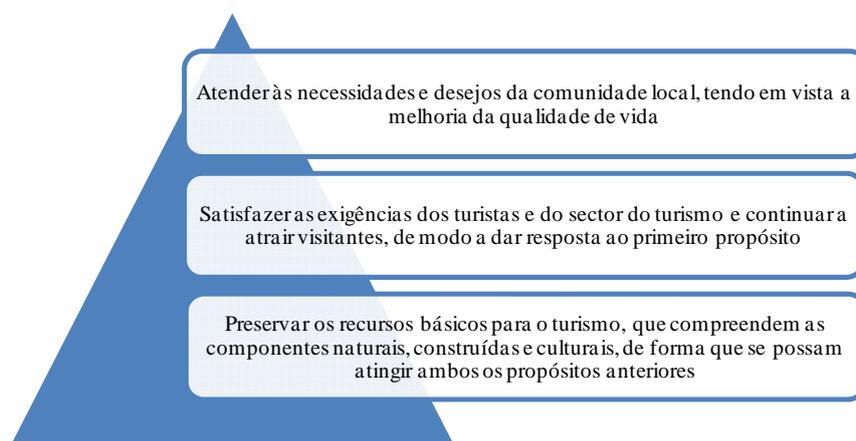
Para apreciar o papel que o turismo pode desempenhar no processo de desenvolvimento sustentável, este não pode ser dissociado do contexto mais vasto do desenvolvimento, do qual faz parte. Esta é a opinião de Butler (1993), que foi um dos primeiros autores a criticar a interpretação demasiado restritiva que tem sido dada ao conceito de “turismo sustentável”, ao propor que se faça a distinção entre esta noção e a de “desenvolvimento sustentável no contexto do turismo”. O autor afirma que é essencial distinguir entre uma abordagem ao desenvolvimento que atende a um único sector e uma abordagem multi-sectorial ao desenvolvimento. Na primeira abordagem, a ênfase é colocada na continuidade do turismo, negligenciando-se outras utilizações potenciais dos recursos (que são escassos). Na segunda abordagem, pelo contrário, reconhece-se que o turismo não é o único utilizador dos recursos,

²⁶ Expressão que define uma situação em que há conflito de escolha. Caracteriza-se por uma acção que visa a resolução de um problema que acarreta um outro problema, obrigando a uma escolha. Ocorre quando se dispensa um bem ou serviço distinto para se obter outro bem ou serviço distinto. Implica que uma decisão seja tomada com completa compreensão tanto do lado bom, como do lado mau, de uma escolha em particular (Wikipédia, 2011).

apelando-se para a necessidade de compatibilizar esta actividade com outras, existentes ou potenciais, no interesse do desenvolvimento sustentável. Refira-se que Wall, no Projecto para o Desenvolvimento Sustentável de Bali (Wall, 1993), já havia criticado os esforços de planeamento circunscritos a um só sector, afirmando que, sob o paradigma dominante, que é demasiado centrado no turismo, podem surgir tensões inapropriadas entre “turismo sustentável” e “desenvolvimento sustentável”, uma vez que a primeira expressão é frequentemente encarada como sinónimo de manutenção da actividade turística.

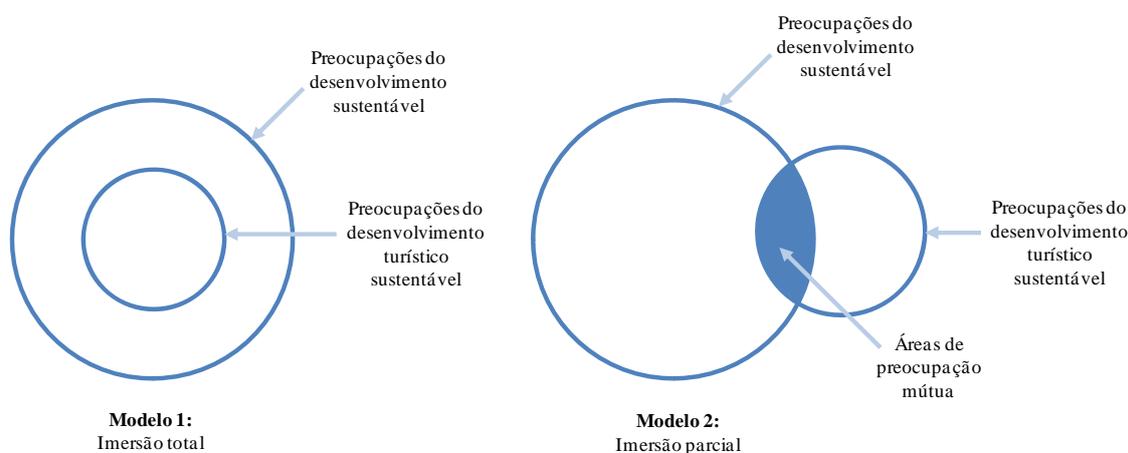
Hunter (1995) avança com a necessidade de se reformular o conceito de desenvolvimento turístico sustentável, propondo a substituição daquilo que denomina por actual “paradigma dominante” por um “paradigma alternativo”. Relativamente ao “paradigma dominante” (Figura 15) do desenvolvimento turístico sustentável, o autor refere os seguintes “alegados” princípios:

Figura 15 - “Paradigma dominante” do desenvolvimento turístico sustentável



À primeira vista, estes princípios parecem orientar, de forma adequada, o desenvolvimento do turismo, promovendo um equilíbrio entre a necessidade de crescimento contínuo do sector e a necessidade de satisfazer os turistas, protegendo-se, simultaneamente, a quantidade e a qualidade dos recursos que suportam o desenvolvimento da actividade. Mas para Hunter (1995) tais princípios centram-se em demasia nos interesses e preocupações do turismo, revelando-se demasiadamente restritivos. Deste modo, o autor sugere uma reapreciação do significado do conceito de desenvolvimento turístico sustentável, propondo um “paradigma alternativo”. Segundo este “paradigma alternativo” (Figura 16), o conceito de desenvolvimento turístico sustentável é interpretado de acordo com uma outra perspectiva, a do contributo que o turismo pode dar para o desenvolvimento sustentável, em geral, em qualquer tempo e lugar.

Figura 16 - Modelos conceptuais alternativos da relação entre o desenvolvimento turístico sustentável e o desenvolvimento sustentável



Fonte: Adaptado de Hunter (1995)

A implementação do modelo de imersão total, preconizado por Hunter (1995), requer a adopção de uma metodologia de planeamento estratégico a longo prazo que permita fazer o ajustamento, com sucesso, entre os recursos actuais e potenciais, para cada área geográfica, através da elaboração de uma estratégia holística. Deste modo, é possível assegurar que as políticas e objectivos de desenvolvimento, ao nível local, para todos os sectores, se coadunem com as metas mais vastas de desenvolvimento sustentável, ao nível regional e nacional. A responsabilidade deste processo cabe aos órgãos de governo, que devem procurar criar um clima propício à conciliação de interesses dos diversos sectores de actividade.

Coccosis (1996) afirma que a questão da sustentabilidade do turismo se tornou numa prioridade na Europa, referindo o papel de relevo que passou a ser atribuído ao turismo, a partir da década de 90, no âmbito dos programas de política e acção da União Europeia. Contudo, apesar do amplo reconhecimento da necessidade de se adoptarem estratégias para um desenvolvimento turístico sustentável, o autor sublinha a existência de uma grande variedade de perspectivas sobre o assunto, que classifica em quatro interpretações (Tabela 26):

Tabela 26 - Interpretações da sustentabilidade do turismo

A sustentabilidade do turismo pode ser interpretada de um ponto de vista meramente sectorial, em que a principal meta a atingir é a viabilidade dos negócios do sector. O foco da atenção, neste caso, é a actividade do sector do turismo. Na elaboração de estratégias, a ênfase é colocada no reforço, melhoria e até diferenciação do produto turístico, dependendo frequentemente da implementação de soluções e inovações ao nível organizacional e tecnológico. De acordo com esta perspectiva, utilizam-se como instrumentos de política os investimentos em infra-estruturas para aumento da capacidade e melhoria dos serviços prestados.

Uma segunda interpretação é aquela que assenta nas preocupações ambientais e enfatiza a sustentabilidade ecológica do turismo. Trata-se de uma abordagem que se baseia na protecção dos recursos naturais e dos ecossistemas. A partir do momento em que estejam previstos sistemas de planeamento territorial, permite-se o desenvolvimento de algumas formas de turismo *soft*²⁷ (Coccosis, 1996), desde que assumam um carácter de complementaridade e que não provoquem perturbações no ambiente natural.

Outra abordagem é feita do ponto de vista do desenvolvimento turístico sustentável, ou seja, da necessidade de se assegurar a viabilidade a longo prazo da actividade turística, desde que se protejam certos aspectos do ambiente. Esta interpretação, que se baseia essencialmente numa perspectiva económica, reconhece que a qualidade do ambiente é um importante factor de competitividade e que, por essa razão, deve ser acautelada. As medidas de protecção devem ter em conta os aspectos da qualidade ambiental que estão directamente envolvidos na concepção e *marketing* dos produtos turísticos.

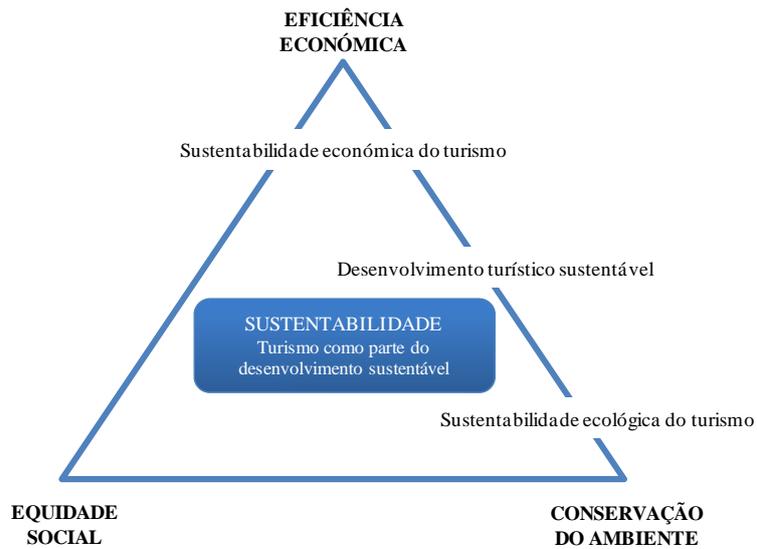
Uma quarta perspectiva baseia-se no desenvolvimento económico ecologicamente sustentável, em que o turismo faz parte de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade é definida tomando por referência a globalidade do sistema humano e ambiental. De acordo com esta abordagem, a protecção do ambiente assume a mesma importância que a eficiência económica e a equidade social. A política de turismo é integrada nas políticas sociais, económicas e ambientais, mas não as precede. Trata-se de uma abordagem mais integrada, que visa o equilíbrio e está mais em consonância com o pensamento contemporâneo sobre o turismo.

Fonte: Adaptado de Coccosis (1996)

Para ilustrar as diferenças entre estas quatro interpretações genéricas, ao nível conceptual, o autor utiliza a seguinte representação:

²⁷ Formas de turismo que se baseiam na prática de actividades de baixa intensidade (por exemplo passeios, excursões, percursos pedestres, observação da fauna, etc.).

Figura 17 - Interpretações do turismo sustentável

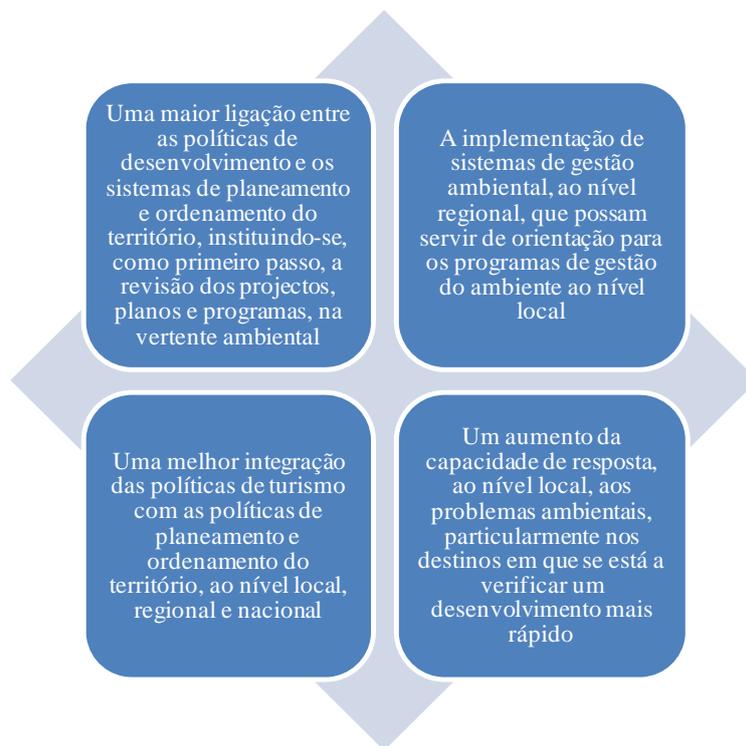


Fonte: Adaptado de Coccossis (1996)

Cada vértice do triângulo representa uma situação fictícia, na qual a orientação é exclusivamente dominada por uma meta a atingir: eficiência económica, equidade social ou protecção do ambiente. Assim, a primeira interpretação da sustentabilidade do turismo localiza-se junto ao vértice da eficiência económica, a segunda, junto à protecção do ambiente, a terceira, por se tratar de uma combinação entre a eficiência económica e a protecção do ambiente, situa-se no lado do triângulo que une estes dois vértices e, por último, a quarta abordagem parece encaixar-se melhor ao centro do triângulo.

Na elaboração de estratégias para o desenvolvimento sustentável, e atendendo à estreita relação existente entre o turismo e o ambiente, Coccossis (1996) recomenda que haja (Figura 18):

Figura 18 - Elaboração de estratégias para o desenvolvimento sustentável

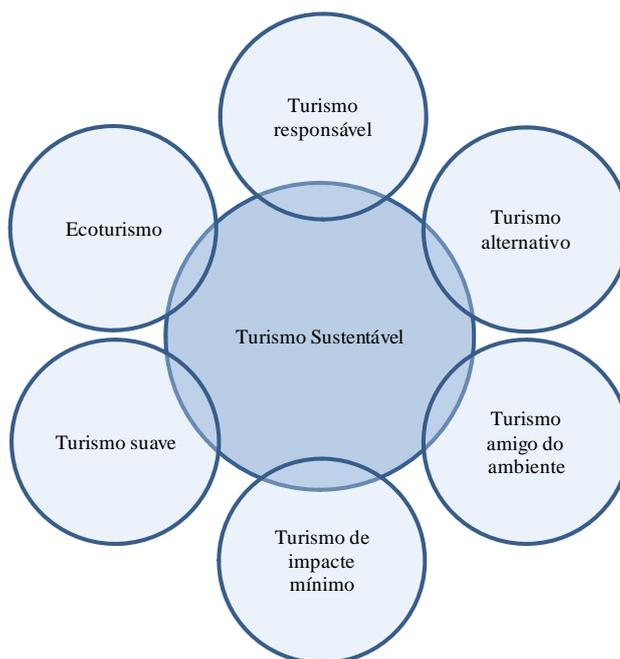


Fonte: Adaptado de Coccossis (1996)

Para Butler (1999) o problema reside em esclarecer o conceito de turismo sustentável, ou seja, definir, de forma satisfatória, o que se pretende com a sustentabilidade do turismo para todos os *stakeholders* do turismo. De acordo com o autor, existem poucos exemplos de turismo sustentável – tanto em projectos novos, como em já existentes –, pelo que só é possível assumir uma posição relativamente à sustentabilidade destes casos daqui a alguns anos. Assim o autor conclui que é necessário dar maior atenção à operacionalização do conceito e à sua aplicação ao turismo em situações concretas.

Swarbrooke (1999) reconhece igualmente que a conceptualização do turismo sustentável não é tarefa fácil. Por um lado, porque está associado a um vocabulário que não é suficientemente concreto para aqueles que o pretendem implementar na prática, parecendo demasiado científico e técnico podendo suscitar alguma apreensão quanto ao seu verdadeiro significado, principalmente se for traduzida à letra. Paralelamente, existem numerosos termos que, embora não sendo sinónimos de “turismo sustentável”, são frequentemente confundidos com esta expressão. A figura seguinte apresenta algumas destas expressões.

Figura 19 - Termos relacionados com o conceito de turismo sustentável



Fonte: Adaptado de Swarbrooke (1999)

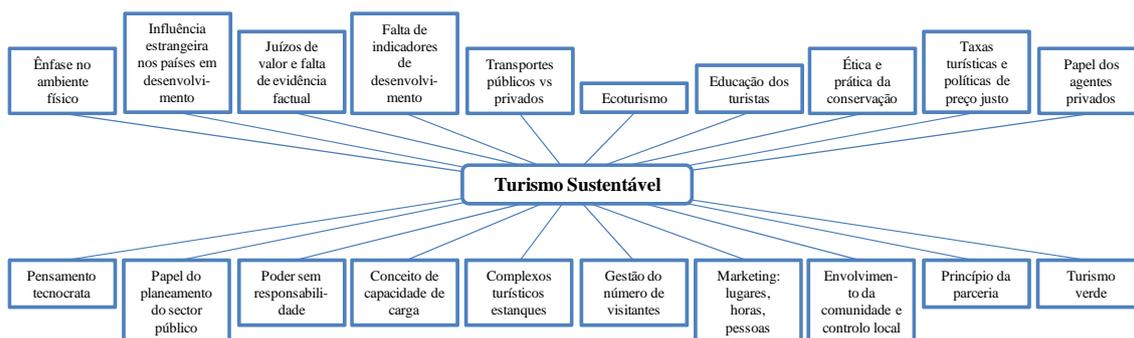
Manning (1999) considera que o conceito de sustentabilidade do turismo é específico para cada destino ou lugar, pelo que deve ser definido caso a caso. Hardy e Beeton (2001) referem que é frequente confundir “turismo sustentável²⁸” com “turismo sustentado²⁹” e defendem que esta última expressão deve ser utilizada para referir a manutenção do *status quo*, ou seja, quando se pretende dar resposta às preocupações e impactes no curto prazo, e não quando se está a atender aos fundamentos da sustentabilidade. O que permite distinguir entre “turismo sustentável” e “turismo sustentado” é a compreensão das percepções dos *stakeholders* de um destino acerca da sustentabilidade do turismo. Na opinião dos autores, a análise dos *stakeholders* constitui uma metodologia adequada e eficaz para identificar as múltiplas opiniões subjectivas de todos aqueles que possuem interesses no sector e subsequentemente integrar essas preocupações e interesses no planeamento, evitando os custos associados a um planeamento e gestão incipientes e os conflitos que daí podem resultar.

Para finalizar recorre-se à ilustração de Swarbrooke (1999), que fornece uma súpula das questões que actualmente constituem a discussão sobre a sustentabilidade do turismo.

²⁸ Em português a palavra “sustentável” é um adjectivo uniforme quanto ao género, cuja formação vem da palavra “sustentar” mais o sufixo “-vel” e que significa “que é susceptível de se manter, defender; que se pode sustentar”, enquanto a palavra “sustentado” corresponde a um participio passado com valor adjectival do verbo “sustentar”, que assume vários significados, entre eles “fazer durar; manter estável”, sinónimo de “conservar” (Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001).

²⁹ Idem.

Figura 20 - As questões envolvidas na discussão sobre turismo sustentável



Fonte: Adaptado de Swarbrooke (1999)

2.3.5. Turismo sustentável: operacionalização do conceito

2.3.5.1. Perfil do turismo e os instrumentos de sustentabilidade do turismo

A alteração dos valores sociais em relação ao ambiente tem obrigado o sector do turismo a alterar os seus parâmetros de funcionamento. Após várias décadas de crescimento quantitativo acelerado, o turismo mundial entrou numa fase de profunda transformação. As condições que propiciaram o desenvolvimento do turismo de massas alteraram-se por completo.

Poon (1993) citada por OMT (1998) identifica um conjunto de forças que são responsáveis por esta mudança: os novos consumidores, as novas tecnologias, a necessidade de novas formas de produção e de gestão mais flexíveis e as alterações ocorridas no ambiente. Com efeito, estas transformações levam à adopção de formas distintas de organização e de gestão, que permitam uma maior produtividade e eficácia, através da implementação de princípios que visem a qualidade, a flexibilidade, um tipo de desenvolvimento mais integrado no ambiente, uma atenção personalizada ao cliente, a inovação e a integração.

Há um importante segmento de mercado turístico em ascensão, que aponta para a procura de experiências ligadas a locais autênticos e sensíveis, e que, se espera, virá a crescer rapidamente nas próximas décadas. Trata-se de um visitante que pretende “controlar” a sua viagem, evitando, de certa forma, o contacto com os intermediários e agentes de viagens e procurando desfrutar de um contacto autêntico com a natureza e/ou com a cultura local.

Estes “novos turistas”, também apelidados de “turistas verdes”, têm uma forte consciência ambiental, possuem mais experiência em termos de viagens, logo, estão mais aptos a fazer comparações, apresentam um nível cultural mais elevado, procuram qualidade e bom nível de serviços, são mais independentes e conscientes em termos das suas decisões e são motivados pela aprendizagem e auto-realização (Poon, 1997).

As novas características do turismo configuram o que Fayos (1994) citada por OMT (1998) denominou de “Nova Era do Turismo” (Tabela 27).

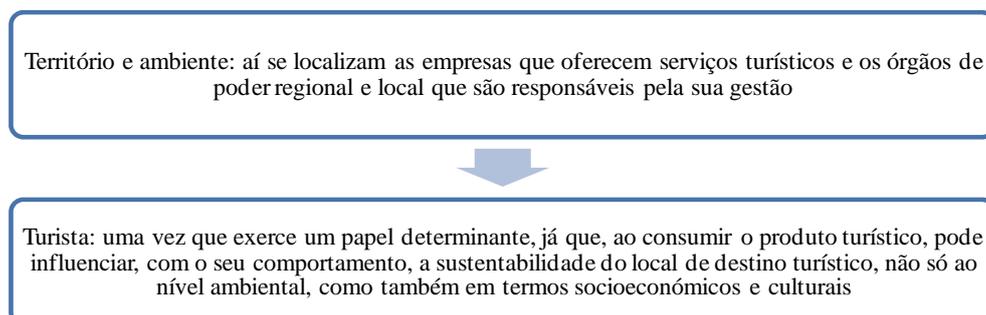
Tabela 27 - Características da “Nova Era do Turismo”

As férias são flexíveis e podem ser adquiridas a preços tão competitivos como os das férias estandardizadas
A produção dos serviços turísticos é orientada pelas exigências individuais dos consumidores, obtendo-se vantagens decorrentes das economias de especialização
O <i>marketing</i> dirige-se a nichos específicos do mercado, com diferentes necessidades e interesses
Os consumidores mais experimentados e com motivações mais complexas, consideram o ambiente e a cultura local como parte da experiência turística
As novas tecnologias da informação e da comunicação convertem-se na pedra angular que proporciona a flexibilidade necessária para satisfazer os consumidores actuais

Fonte: Adaptado de Fayos (1994), citada por OMT (1998)

O turismo possui uma característica que o diferencia das outras actividades económicas: o serviço é prestado ao cliente dentro das fronteiras de um destino turístico, ou seja, não é o produto que vai de encontro ao consumidor, mas é este que se desloca para o utilizar num determinado espaço físico (Fullana & Ayuso, 2002). Ora, esta particularidade, leva-nos a atribuir especial relevância a dois grandes grupos de factores:

Figura 21 - Factores de diferenciação do turismo em relação a outras actividades



Fonte: Adaptado de Fullana & Ayuso (2002)

Isto significa que há responsabilidades partilhadas na compatibilização de objectivos de desenvolvimento sustentável e protecção do ambiente: as autoridades nacionais, regionais e locais, as associações de empresários e de ecologistas, as empresas, a comunicação social, as escolas, os cientistas, os cidadãos e os próprios turistas, todos têm um papel a desempenhar na promoção do desenvolvimento sustentável da actividade turística.

Actualmente existe uma ampla gama de instrumentos políticos para orientar os diferentes actores presentes no sistema de turismo em direcção a um turismo mais sustentável (Tabela 28):

Tabela 28 - Instrumentos políticos de gestão turística

-	Empresas	Destinos	Turistas
Instrumentos obrigatórios	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação específica (avaliação de impacto ambiental) - Permissões e quotas (moratórias) 	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação específica (ordenamento do território) - Avaliação de impacto ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação específica (normas de conduta em áreas protegidas) - Taxas
Instrumentos Voluntários	<ul style="list-style-type: none"> - Códigos de conduta - Guias de boas práticas - Prémios - Rótulos ecológicos - Auditorias - Sistema de Gestão Ambiental - Indicadores - Benchmarking 	<ul style="list-style-type: none"> - Códigos de conduta - Guias de boas práticas - Prémios - Rótulos ecológicos - Auditorias - Sistema de Gestão Ambiental - Indicadores - Agenda 21 Local 	Códigos de conduta

Fonte: Adaptado de Fullana & Ayuso (2002)

Os instrumentos obrigatórios respeitam essencialmente à legislação em vigor em matéria de turismo, ambiente e ordenamento do território e respectiva regulamentação.

Relativamente aos instrumentos voluntários, pode-se afirmar que estes surgiram com maior expressão no início da década de 90 em resposta aos desafios lançados pela

Agenda 21 (UNCED, 1992) e, mais especificamente, pela *Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry* (WTTC, WTO, & EC, 1995).

2.3.5.2. *Desafios à operacionalização do turismo sustentável*

O conceito de sustentabilidade integra três pilares fundamentais: a sustentabilidade económica, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade sociocultural (OMT, 1998b).

Deste modo, o desafio mais importante que se coloca à operacionalização do turismo sustentável é a integração harmónica das três dimensões da sustentabilidade: a eficácia económica, a equidade social e a sustentabilidade ambiental (Fullana & Ayuso, 2002). Para tal, é preciso encontrar mecanismos apropriados para integrar as considerações económicas e sociais no desenvolvimento turístico.

Dois grandes desafios a que importa responder, neste contexto, são a adaptação do turismo às novas tecnologias da informação e comunicação e a cooperação entre os agentes públicos e privados (Fullana & Ayuso, 2002).

Começando pela questão das novas tecnologias, pode-se dizer que o crescimento contínuo da actividade turística implica que se disponibilize uma oferta também cada vez maior de destinos para explorar. Por essa razão, as necessidades de informação sobre a oferta incrementam em quantidade e qualidade. Um instrumento que se está perfilando como

fundamental e que inclusivamente constitui uma ameaça para os intermediários turísticos tradicionais é a consulta através da Internet ou de telemóvel.

A Internet permite um *marketing* muito eficiente do ponto de vista económico, uma vez que permite chegar a qualquer parte do mundo ao mesmo tempo e ao mesmo preço. A informação divulgada é extremamente dinâmica, pois pode ser alterada e actualizada com as últimas novidades em qualquer altura e praticamente sem custos. Paralelamente, o consumidor tem acesso a um vasto leque de alternativas sem ficar restringido aos produtos e preços de uma determinada agência de viagens. No entanto, podem surgir dúvidas quanto à veracidade dos conteúdos da oferta turística divulgada através destes meios, pois dificilmente se pode garantir a respectiva sustentabilidade.

Nos últimos anos, a investigação tem atribuído grande importância à colaboração e às parcerias, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do turismo, tanto ao nível global como ao nível local (Bramwell e Lane, 1999; citada por Fullana & Ayuso, 2002). O recente interesse pela cooperação entre agentes públicos e privados e pela participação da comunidade local no desenvolvimento e gestão do turismo reflectem as tendências que se observam no contexto político mais amplo (Hall, 1999; Jamal e Getz, 1999; citadas por Fullana e Ayuso, 2002). No entanto, é necessário haver uma maior compreensão da diversidade destas formas de parcerias, de modo a identificar aquelas que são mais adequadas aos problemas que se pretende resolver ou para tirar partido de certas oportunidades (Selin, 1999; citada por Fullana e Ayuso, 2002).

2.3.5.3. Princípios para a implementação do turismo sustentável

A *Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry*, publicada em 1995 pela Organização Mundial do Turismo, Conselho Mundial de Viagens e de Turismo e Conselho da Terra (WTTC, WTO, & EC, 1995), enunciou o papel a desempenhar para dar cumprimento aos objectivos da Agenda 21 (UNCED, 1992). Este documento preconiza o desenvolvimento turístico sustentável como aquele que permite atender às necessidades dos turistas e das regiões que os acolhem, no presente, sem perder de vista a satisfação dessas mesmas necessidades no futuro. O desenvolvimento, por sua vez, deve ser apoiado por uma gestão integrada dos recursos que possibilite satisfazer as necessidades económicas, estéticas e sociais, e preservar, em simultâneo, a integridade cultural, os ecossistemas, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida.

Para que se possa compreender o alcance destas intenções, o documento alude a um conjunto de princípios de sustentabilidade do turismo, que podem ser observados na Tabela 29.

Tabela 29 - Princípios para o desenvolvimento turístico sustentável, mencionados na Agenda 21 para o Sector das Viagens e do Turismo

O sector das viagens e do turismo deve contribuir para que as pessoas tenham uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza
O sector das viagens e do turismo deve contribuir para a conservação, protecção e recuperação do ecossistema terrestre
O sector das viagens e do turismo deve basear-se em modelos sustentáveis de produção e de consumo
As nações devem cooperar no sentido de promover um sistema económico aberto, no qual as trocas de serviços ao nível internacional relativos às viagens e ao turismo possam ocorrer numa base de sustentabilidade
As viagens e o turismo, a paz, o desenvolvimento e a protecção do ambiente são interdependentes
Deve-se acabar ou tentar reduzir o proteccionismo na comercialização das viagens e do turismo
A protecção do ambiente deve constituir uma parte integrante do processo de desenvolvimento turístico
As questões do desenvolvimento turístico devem ser tratadas com a participação dos cidadãos interessados e as decisões de planeamento devem ser tomadas ao nível local
As nações devem prevenir-se mutuamente sobre desastres naturais que possam afectar os turistas ou as áreas de destino turístico
O sector das viagens e do turismo deve promover a criação de emprego feminino e de membros da população autóctone
O desenvolvimento do turismo deve reconhecer e apoiar a identidade, a cultura e os interesses das populações autóctones
O sector das viagens e do turismo deve respeitar as leis internacionais que protegem o ambiente

Fonte: Adaptado de WTTC, WTO, & EC (1995)

No *Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism* (WTO, 1998), a organização apela ao compromisso político como garantia de sucesso na implementação de planos e políticas para o desenvolvimento sustentável do turismo e reconhece que este depende também, em larga medida, da actuação dos agentes do sector e das atitudes dos turistas. Neste documento é enunciado um elenco mais elaborado de princípios para o desenvolvimento turístico sustentável (Tabela 30).

Tabela 30 - Princípios para o desenvolvimento turístico sustentável, enunciados pela WTO

Os recursos naturais, históricos e culturais devem ser preservados para utilização futura, ao mesmo tempo que permitem a obtenção de benefícios pela sociedade actual
O desenvolvimento turístico deve ser planeado e gerido de modo a que não se provoquem problemas graves ao nível ambiental e sociocultural na área de destino
A qualidade do ambiente na área de destino deve ser preservada e até melhorada, se necessário
Deve-se procurar manter um elevado grau de satisfação do turista com a visita, de modo a que o destino turístico conserve a sua atractividade e popularidade
Deve ser promovida uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local

Fonte: Adaptado de WTO (1998).

Outro marco importante verificou-se por ocasião da sétima sessão da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CDS-7), que ocorreu em Abril de 1999, quando se discutiu o papel do turismo no desenvolvimento sustentável. Esta iniciativa destinou-se a fomentar o diálogo entre governantes e representantes dos principais grupos interessados

envolvidos no sector e a identificar orientações políticas no sentido de reforçar os impactos positivos do turismo no desenvolvimento sustentável das nações, tendo levado à criação de um Comité para o Turismo Sustentável.

Na Tabela 31 transcrevem-se as recomendações constantes da resolução aprovada no decurso desse evento.

Tabela 31 - Resolução adoptada pelo Comité de Turismo Sustentável, por ocasião da CDS-7, da ONU

Os governos devem consultar e trabalhar em parceria com todos os grupos principais, incluindo a população autóctone e as comunidades locais de modo a facilitar a sua participação activa em todos os níveis do processo de desenvolvimento turístico
Os governos devem maximizar o potencial do turismo para erradicar a pobreza
As empresas do sector do turismo devem desenvolver tipos de turismo que sejam compatíveis em termos ambientais, sociais e culturais
As empresas do sector do turismo devem fornecer informação aos turistas sobre os valores ecológicos e culturais das regiões de destino
As actividades turísticas (incluindo a sua publicidade) não devem englobar acções ilegais, abusivas ou de exploração de tipo algum
A ONU e a OMT devem promover o desenvolvimento sustentável do turismo com o propósito de aumentar os benefícios provenientes dos recursos turísticos para a população e as comunidades receptoras, a par da manutenção da integridade ambiental e cultural destas comunidades
A ONU e a OMT devem reconhecer as potencialidades resultantes da integração das Agendas 21 Locais com a Agenda 21 para o Sector das Viagens e do Turismo

Fonte: Adaptado de Fullana & Ayuso (2002)

Em Outubro de 1999, foi aprovado o Código de Ética Global para o Turismo, na Assembleia-geral da OMT, realizada em Santiago do Chile. Este código compreende dez artigos que estabelecem os princípios éticos sobre os quais deve assentar a transição para o turismo sustentável. Com esta carta de princípios pretende-se maximizar os benefícios do turismo para as comunidades receptoras, a par da minimização de impactes negativos sobre o respectivo património natural e cultural. Reconhecendo a importância desta iniciativa, em Novembro de 2001, a ONU adoptou uma resolução a apoiar este código (Tabela 20).

As publicações *Sustainable Development of Tourism: A Compilation of Good Practices* (WTO, 2000), *Sustainable Development of Ecotourism: A Compilation of Good Practices* (WTO, 2001) e *Sustainable Development of Ecotourism: A Compilation of Good Practices in SMEs* (WTO, 2003) dão conta da singular tarefa de compilação e divulgação de centenas de casos de sucesso na aplicação de práticas de sustentabilidade, em dezenas de países de todo o mundo. Os factores que contribuíram para o sucesso ou sustentabilidade destes projectos foram os seguintes (WTO, 2000):

- O envolvimento da comunidade local no processo de planeamento, desenvolvimento e gestão dos projectos;

- A cooperação entre todos os interlocutores para a prossecução dos objectivos dos projectos ou das iniciativas;
- O compromisso com a protecção ambiental assumido por parte dos promotores;
- A monitorização contínua do desenvolvimento do projecto.

Para além destes factores principais, a existência de legislação pertinente ou de um quadro regulamentar rigoroso e de apoios ou subvenções governamentais (ou de outros organismos de apoio), também foram mencionados como aspectos relevantes para os bons resultados alcançados.

No âmbito das comemorações do Ano Internacional do Ecoturismo, que decorreu em 2002, foram organizadas diversas acções, entre as quais se destaca a Cimeira Mundial do Ecoturismo. Na Declaração de Ecoturismo de Quebeque (OMT & UNEP, 2002), resultante desta Cimeira, é apresentada uma definição de ecoturismo, com o objectivo de esclarecer o significado deste conceito relativamente ao de turismo sustentável. Afirmasse que o ecoturismo respeita os princípios de sustentabilidade do turismo, no que concerne às suas dimensões económica, social e ambiental, mas distingue-se do conceito mais vasto de turismo sustentável na medida em que prevê alguns princípios específicos:

- Contribui activamente para a protecção do património natural e cultural;
- Envolve a comunidade autóctone no processo de planeamento, desenvolvimento e gestão, contribuindo para o seu bem-estar;
- Preconiza a existência de centros de interpretação do património natural e cultural para os visitantes;
- Coaduna-se melhor com um tipo de turismo individual ou de pequenos grupos organizados.

Depois de abordados os princípios e recomendações que têm merecido maior relevo na literatura de turismo, resta acrescentar que, apesar de estes revestirem um inegável interesse, é certo que respeitam mais a processos do que a resultados. Importa, pois, dar conta da sua implementação prática, através de abordagens de operacionalização, referindo critérios e instrumentos.

2.3.5.4. Abordagens de operacionalização do turismo sustentável nos destinos turísticos

2.3.5.4.1. Planeamento estratégico e capacidade de carga

Diversos autores referem que qualquer destino turístico comporta um conjunto de características comuns, embora assumam contornos distintos de acordo com os diferentes contextos económicos, sociais e ambientais em que se insere: é uma amálgama ou fusão de

atracções; é uma proposta cultural; é inseparável, ou seja, o produto é produzido no local onde é consumido; é utilizado não exclusivamente por turistas, mas também por muitos outros grupos (Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert, & Shepherd, 1998). O destino turístico é assim entendido como uma proposta cultural, perecível, porque o produto é consumido no local da produção, envolvendo uma utilização múltipla pelo turismo e por outras actividades económicas. Para que um destino tenha sucesso, é fundamental que as várias componentes dessa amálgama possuam uma qualidade equivalente.

A oferta de um produto turístico sustentável depende largamente do planeamento e da gestão, para que nenhuma das componentes do destino turístico se sobreponha às outras:

Autores como OMT (1998), Cater (1995), Coccossis (1996), Hunter (1997) e Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert, & Shepherd (1998) apontam um conjunto de forças que promovem a sustentabilidade do turismo:

- A pressão exercida pelos consumidores, na medida em que têm em consideração os aspectos ambientais no processo de selecção de um destino turístico; As orientações de planeamento do sector público, não só através da regulamentação associada a projectos de desenvolvimento turístico, como também do encorajamento da adopção de práticas de sustentabilidade, através da atribuição de prémios ou de outros distintivos ou benefícios, que demonstrem o seu reconhecimento;
- A implementação de instrumentos de avaliação como a avaliação de impacte ambiental (AIA) e as auditorias ambientais essencialmente a acções de desenvolvimento e a projectos de grande dimensão.

Há também outras forças, principalmente económicas, que fazem resistência à adopção do turismo sustentável:

- Por parte do sector do turismo e dos agentes de desenvolvimento, os imperativos económicos de rentabilidade e de lucro, que se sobrepõem a considerações de longo prazo;
- Por parte das regiões e países em desenvolvimento, as necessidades de entrada de divisas e de emprego, que se sobrepõem a considerações ambientais.

Quanto aos *stakeholders* de um destino turístico, estes são definidos como sendo todos os indivíduos ou grupos que possuem um interesse declarado na actividade turística de um determinado destino (Tabela 32).

Tabela 32 - Os stakeholders de um destino turístico

Os residentes (a população autóctone) são os *stakeholders* mais importantes, uma vez que vivem e trabalham no destino e fornecem os recursos locais aos visitantes. É por isso importante avaliar as questões da capacidade de carga social, envolver a comunidade local no processo de tomada de decisão e assegurar que o turismo não provoca impactes inaceitáveis aos habitantes e ao local onde vivem.

Os turistas procuram obter uma experiência de visita satisfatória através de produtos adequadamente desenvolvidos e segmentados. Procuram uma elevada qualidade de serviço e um destino organizado e bem gerido.

O sector do turismo é em grande medida responsável pelo desenvolvimento já existente do turismo e procura obter uma rentabilidade adequada para os seus investimentos. O sector está polarizado entre os agentes que operam à escala global e os que investem em nichos de mercado. Os investidores globais tendem a ser multinacionais, bem dotados de capital, tecnologia e poder. Geralmente os seus interesses e compromissos para com o destino são limitados. Os que investem em nichos de mercado são tradicionalmente empresas de pequena dimensão, de base familiar, com pouco capital, tecnologia e recursos humanos qualificados e com pouca influência no destino.

O sector público encara o turismo como uma forma de aumentar o rendimento, estimular o desenvolvimento regional e gerar emprego. O sector público é um *stakeholder* importante, muitas vezes assumindo um papel de liderança ou coordenação.

Há também uma série de outros interessados, que incluem grupos de pressão, câmaras de comércio e outros intermediários do poder dentro da comunidade local, regional ou nacional.

Fonte: Adaptado de Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert, & Shepherd (1998).

De forma a operacionalizar o conceito de sustentabilidade do turismo ao nível dos destinos turísticos, é necessário atender a dois conceitos fundamentais: o planeamento estratégico e a capacidade de carga (Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert, & Shepherd, 1998).

Tabela 33 – Planeamento estratégico e visão estratégica

Fases do planeamento estratégico para os destinos turísticos	Benefícios da adopção de uma visão estratégica nos destinos turísticos	Dificuldades implícitas na adopção de uma visão estratégica pelos destinos turísticos
Análise da situação/auditoria ambiental, recorrendo à análise SWOT ³⁰	Os destinos turísticos compreendem um mosaico de <i>stakeholders</i> e de sistemas de valores em constante mutação. Cada um destes grupos tem uma visão diferente do papel e do futuro do turismo no destino, pelo que a adopção de estratégias se torna num processo político de resolução de conflitos e de consenso, inserido num contexto legislativo local e no qual os intermediários do poder têm uma influência substancial.	O processo de definição dos objectivos, por um lado, possibilita a participação de todas as partes interessadas (<i>stakeholders</i>), que podem, assim, sentir que têm influência no processo, enquanto, por outro, permite afinar as directrizes que o destino deve seguir.
Estabelecimento de objectivos e metas	A influência deste processo político não deve ser subestimada. A política influencia todos aqueles que são responsáveis pelo processo de planeamento e a falta de apoio político, por vezes, leva ao fracasso ou à não implementação dos planos.	A coerência que esta abordagem permite facilita a definição de um quadro de iniciativas comuns a realizar entre o sector público e privado e obriga a uma identificação clara de papéis e de responsabilidades.
Formulação da estratégia / identificação do portfólio de negócios para o destino, em termos de mercados a atrair e produtos a oferecer	O sector turístico na maioria dos destinos é caracterizado pela fragmentação e pelo predomínio de pequenas empresas, as quais frequentemente têm uma exploração sazonal. Isto tem contribuído para a falta de especialização na gestão, para a divergência de objectivos entre o sector público e o privado e para a adopção de um horizonte de planeamento de curto prazo, o qual se deve, em parte, aos ciclos de orçamentação pública, que têm uma duração de 12 meses, mas também à tática operacional das pequenas empresas.	Por fim, esta abordagem permite estabelecer uma série de indicadores de desempenho, muito úteis para a avaliação do desempenho do destino.
Identificação de mercados-alvo, posicionamento e definição das políticas de <i>marketing-mix</i> para cada segmento e produto	A fase do ciclo de vida em que o destino se encontra influencia, por sua vez, a aceitabilidade do exercício de <i>marketing</i> . Nas primeiras fases do ciclo de vida, o sucesso frequentemente obscurece a visão de longo prazo, enquanto nas fases posteriores, em particular quando o destino entra em declínio, a oposição aos exercícios de planeamento a longo prazo já é ponderada na base do custo.	
Implementação e monitorização	Por fim, os indicadores de desempenho adoptados nestes exercícios podem ser controversos, uma vez que o volume de turistas tem sido, em muitos destinos, a medida mais usual e politicamente aceite do sucesso. Ora, do ponto de vista da sustentabilidade, as medidas com maiores probabilidades de se adoptar são as menos tangíveis, nomeadamente em termos de impactes ambientais e sociais.	

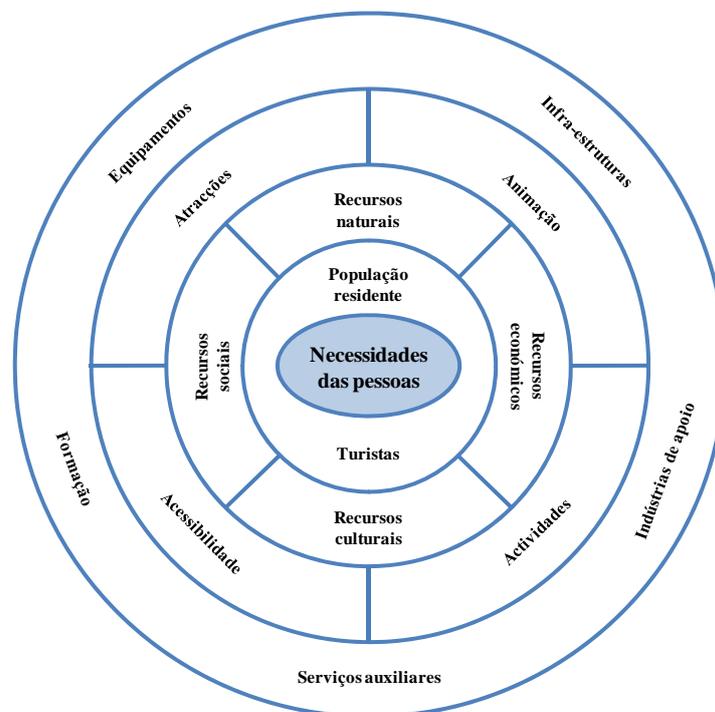
Fonte: Adaptado de Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert, & Shepherd (1998)

A OMT tem reconhecido, igualmente, a importância do planeamento da actividade turística (OMT, 1998b), se bem que o centro das atenções tenha variado ao longo do tempo: de uma focalização exclusiva no planeamento físico de instalações turísticas e sua posterior

³⁰ A análise SWOT [expressão oriunda do idioma inglês é um acrónimo de Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*)] é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário, sendo usado como base para gestão e planeamento estratégico em diversas áreas.

promoção, passou-se para uma abordagem mais ampla, que toma em consideração as necessidades tanto das empresas, como dos próprios turistas e da comunidade receptora, havendo cada vez uma maior preocupação em criar sinergias entre o turismo e o ambiente social, económico e natural.

Figura 22 - Hierarquia de necessidades para a elaboração de um plano de turismo



Fonte: Adaptado de OMT (1998)

O planeamento turístico traduz-se num plano estratégico que integra todos os aspectos do desenvolvimento do turismo, incluindo os recursos humanos, ambientais e socioculturais.

No que se refere à capacidade de carga, existem várias definições. Na tabela seguinte encontram-se algumas propostas de definição, que estão obviamente inter-relacionadas. Por exemplo, a satisfação dos turistas pode diminuir drasticamente (capacidade de carga psicológica) por causa da deterioração da qualidade do ambiente natural (capacidade de carga física) ou pela atitude negativa dos residentes em relação ao turismo (capacidade de carga social).

Tabela 34 - Tipos de capacidade de carga

Física: a capacidade de carga física tem a ver com a área disponível para instalações, incluindo também a capacidade finita dessas mesmas instalações (tal como espaços para estacionamento, lugares em restaurantes ou camas em hotéis). É a mais directa das medidas de capacidade de carga e pode ser utilizada como instrumento de planeamento e controlo de gestão (por exemplo, limitando o número de lugares de estacionamento em locais sensíveis);

Psicológica: a capacidade de carga psicológica (ou de percepção) de um local é excedida quando a experiência de um visitante é significativamente prejudicada pelo congestionamento. Certas pessoas toleram multidões e lugares muito movimentados, enquanto outras não os suportam. Por isso, este conceito é muito subjectivo e difícil de influenciar através de medidas de planeamento e gestão, embora se possam utilizar medidas de paisagismo para reduzir a impressão de sobrelotação;

Biológica: a capacidade de carga biológica de um local é excedida quando ocorrem danos ou perturbações ambientais inaceitáveis. Estes podem estar relacionados com a fauna e a flora, por exemplo, em zonas de piqueniques, ao longo de trilhos turísticos ou em ecossistemas de dunas.

Até ao momento, tem havido mais estudos sobre os limites de capacidade da vegetação do que sobre níveis de tolerância de certos animais ou de aves ao turismo (por exemplo, em locais de observação de baleias). É importante ter em conta o ecossistema total e não apenas alguns dos seus elementos.

Social: o conceito de capacidade de carga social decorre das noções de planeamento e de sustentabilidade do turismo com base em comunidades. Este conceito procura definir os níveis de desenvolvimento que seriam aceitáveis para os residentes e as empresas da comunidade receptora, recorrendo a técnicas para medir os limites máximos de mudança aceitáveis pelos residentes (*LAC - Limits to Acceptable Change*).

Fonte: Adaptado de Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert, & Shepherd (1998)

A OMT reconhece igualmente que a capacidade de carga é um conceito fundamental para a implementação do turismo sustentável.

Tabela 35 - Conceitos de capacidade de carga

Capacidade de carga ecológica, que se define como o número máximo de visitantes que um destino pode receber e acima do qual não se pode assegurar um desenvolvimento compatível com os recursos naturais

Capacidade de carga social, que se refere ao nível de actividade turística acima do qual se produzem mudanças negativas (perturbações) na população local

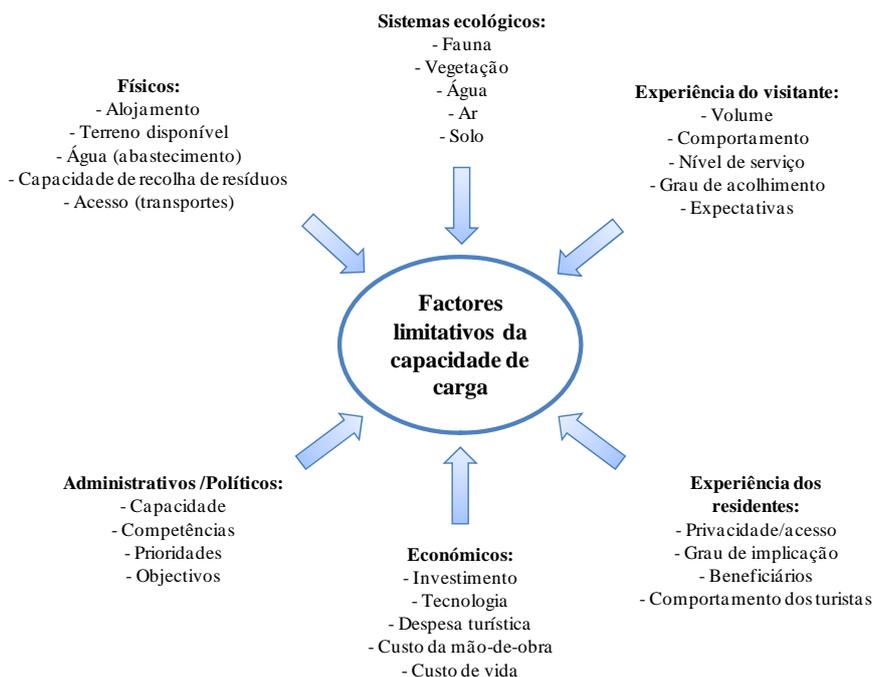
Capacidade de carga do turista, entendida como o nível acima do qual a satisfação do visitante diminui desfavoravelmente

Capacidade de carga económica, que se refere ao nível de actividade económica compatível com o equilíbrio entre os benefícios económicos que o turismo proporciona e os impactos negativos que a actividade turística gera sobre a economia local (inflação, manutenção de infra-estruturas, etc.)

Fonte: Adaptado de OMT (1998).

Apesar dos conceitos de desenvolvimento sustentável e de capacidade de carga carecerem de critérios objectivos para ser postos em prática, têm, no entanto, fomentado uma maior consideração, por parte dos promotores da actividade turística, pelas interrelações existentes entre o ambiente social, natural e económico e um maior reconhecimento da importância dos recursos socioculturais e ambientais no desenvolvimento turístico. Na Figura 23 estão reflectidos alguns dos factores que limitam a capacidade de carga de um destino turístico e na Figura 24 referem-se factores que podem restringir a aplicação do conceito de capacidade de carga turística.

Figura 23 - Factores que limitam a capacidade de carga



Fonte: Adaptado de Williams e Gill (1994), citada por OMT (1998)

Figura 24 - Factores restritivos à utilização do conceito de capacidade de carga turística

O turismo depende de numerosos atributos do ambiente: atributos estáticos, de fauna, de acesso às praias e da capacidade de suportar utilizações tão activas como a prática de desportos. Cada atributo tem a sua resposta própria perante os diversos responsáveis pela sua utilização.

O impacto da actividade humana num sistema pode ser gradual e afectar diferentes partes do sistema em diversos graus.

Todos os ambientes turísticos são de uso múltiplo, por conseguinte, existem outros usos que devem ser considerados quando se determina o nível correcto de utilização turística. A alteração do curso de um rio, por exemplo, pode não ter importância num determinado lugar, mas pode ter impactes críticos sobre as populações que habitam mais a jusante e dele dependem para abastecimento de água ou de alimentos.

Diferentes tipos de utilização exercem impactos diferentes. O impacto de cem pessoas caminhando é diferente do impacto de cem bicicletas de montanha, da mesma maneira que dez fotógrafos exercem um impacto diferente de dez caçadores.

Diferentes culturas têm distintos níveis de sensibilidade aos impactos do turismo.

Fonte: Adaptado de OMT (1998)

A forma mais eficaz de se limitarem os impactos negativos do turismo é optando por uma abordagem preventiva, ou seja, através do planeamento e ordenamento do território e da selecção da tipologia da oferta e da procura que melhor se adapta ao lugar (Perret & Teyssandier, 2000).

A par destas técnicas e instrumentos, ainda há outros mecanismos que também podem contribuir para a melhoria da qualidade total do ambiente turístico, entendido como factor de competitividade. São exemplo os chamados instrumentos de mercado. Trata-se da aplicação de taxas turísticas, impostos ou tarifas, com o objectivo de arrecadar receitas, que vão permitir o

financiamento de ações já realizadas ou a realizar pelas autoridades, no sentido de melhorar a qualidade e proteger o ambiente, tais como investimentos em infra-estruturas, limpeza de praias, ordenamento e arranjo de espaços verdes, conservação de monumentos, etc.

2.3.5.4.2. Análise dos *stakeholders*

Tendo em conta o contexto em que se desenrolam as relações entre os vários *stakeholders* do turismo, considera-se mais adequada, no âmbito desta dissertação, a utilização do termo percepções³¹, uma vez que os *stakeholders* podem atribuir um significado aos impactes do turismo sem revelarem uma tendência ou predisposição para agir em relação aos mesmos, para além de não se poder assumir que estes possuem necessariamente um conhecimento ou opinião formada acerca desses impactes.

A aplicação desta abordagem ao planeamento e à gestão do sector turismo é muito recente. Com efeito, a análise dos *stakeholders* tem as suas raízes na teoria dos *stakeholders*, que surgiu, por sua vez, no âmbito da gestão empresarial.

Em 1963, o *Stanford Research Institute* sugeriu uma primeira definição de *stakeholders* como sendo os grupos dos quais depende a sobrevivência contínua de uma organização. Esta definição foi aperfeiçoada por Edward Freeman, em 1984, na obra intitulada *Strategic Management: A Stakeholder Approach*, que definiu *stakeholder* num contexto empresarial, como sendo qualquer indivíduo ou grupo que afecte ou que seja afectado pela prossecução dos objectivos de uma organização (Freeman, 1984, citada por Hardy & Beeton, 2001).

Um *stakeholder* pode ser definido como um indivíduo ou um grupo que detém um ou mais interesses numa organização. Tal como os *stakeholders* podem ser afectados pelas acções, decisões, políticas ou práticas de uma organização, também podem, por sua vez, afectá-las. Há uma interacção potencial ou troca de influência nos dois sentidos. No ambiente global e competitivo dos negócios da actualidade, são muitos os indivíduos e grupos que se consideram *stakeholders* de uma determinada organização. Do ponto de vista de uma organização, há certos indivíduos e grupos que têm um interesse ou direito legítimo sobre a actividade de uma organização. Os grupos mais óbvios são os sócios ou accionistas (detentores do capital), o pessoal e os clientes.

Do ponto de vista de uma sociedade pluralista, os *stakeholders* incluem não só estes grupos, mas também os concorrentes, os fornecedores, a comunidade, os grupos de interesses especiais, a comunicação social e a sociedade em geral. Starik (1993), citado por Carroll &

³¹ Ap (1992) distingue os termos “percepção” e “atitude”, afirmando que o primeiro é o significado que se atribui a um objecto, enquanto o segundo representa a predisposição, tendência ou propensão de um indivíduo para reagir em relação a um objecto. Deste modo, o conceito de “percepção” tem uma aplicação mais ampla que o de “atitude”.

Buchholtz (2003) defende que o ambiente natural, a biodiversidade e as gerações futuras devem ser considerados entre os *stakeholders* mais importantes de uma organização.

Recentemente, a teoria dos *stakeholders* tem sido aplicada ao turismo, de uma forma alargada, ou seja, não só ao nível da gestão empresarial (Robson & Robson, 1996, citada por Hardy & Beeton, 2001), mas também no planeamento e gestão do sector (Sautter e Leisen, 1999; Yuksel et al., 1999; Getz e Jamal, 1994; Ritchie, 1993; citadas por Hardy e Beeton, 2001). Em relação ao primeiro caso, Robson & Robson (1996), citada por Hardy & Beeton (2001), afirmam que a aplicação da teoria dos *stakeholders* implica o envolvimento dos operadores turísticos no processo de tomada de decisão. Para além de se proceder à identificação dos *stakeholders*, as suas preocupações, objectivos, metas e valores devem ser incluídos na formulação de estratégias para o desenvolvimento do turismo.

A noção de turismo sustentável baseia-se em diversos pressupostos, incluindo a satisfação de necessidades subjectivas. Além disso, é um processo de planeamento e gestão que encara o turismo de uma maneira holística, atendendo a diversos interesses, tais como os do ambiente, da economia e da comunidade local, bem como a satisfação dos turistas.

Por conseguinte, de acordo com Hardy & Beeton (2001) a análise dos *stakeholders* parece ser um método adequado para, por um lado, se proceder à identificação das múltiplas opiniões subjectivas de todos aqueles que estão interessados no turismo e, por outro, para integrar essas preocupações e interesses no planeamento, de forma a evitar os custos associados a um planeamento e gestão incipientes e os conflitos que daí possam resultar.

Hardy & Beeton (2001) defendem que é necessário compreender as percepções dos vários *stakeholders* de modo a envolvê-los no processo de planeamento e de gestão da actividade turística. Gee & Fayos-Solá (1997), citada por Hardy e Beeton (2001) também reconhecem esta necessidade, afirmando que os impactes do turismo podem ser percebidos de maneira diferente pelos vários membros de uma comunidade, podendo causar conflitos entre visitantes e residentes. Por conseguinte, de acordo com Hardy & Beeton (2001), a compreensão das percepções dos *stakeholders* pode ser encarada como um mecanismo preventivo em relação à manutenção do *status quo*, ou seja, à mera sustentação do turismo, por contraposição à noção de turismo sustentável. A compreensão das percepções dos *stakeholders* é, assim, um pré-requisito para a sustentabilidade do turismo.

3. O CASO DO CONCELHO DE CORUCHE

3.1. CORUCHE: RETRATO TERRITORIAL

3.1.1. Enquadramento geográfico

Coruche, situado na margem sul do rio Tejo, caracteriza-se por ser um território estrategicamente localizado, apoiado na diversidade que resulta da sua condição de território de transição entre o Ribatejo e o Alentejo. O concelho (Figura 25 e Gráfico 1) divide-se em oito freguesias (Coruche, Couço, Lamarosa, Branca, Fajarda, Biscainho, Erra e Santana do Mato), numa extensão territorial de 1.115,7 km², que o torna o concelho mais extenso do distrito de Santarém e o 10º a nível nacional, factor que, conjugado com uma dimensão populacional aproximada de 21.332 habitantes (INE, 2002c) e uma baixa densidade populacional de 19,1 habitantes/km² (INE, 2002c), consubstancia uma tipologia de povoamento disperso.

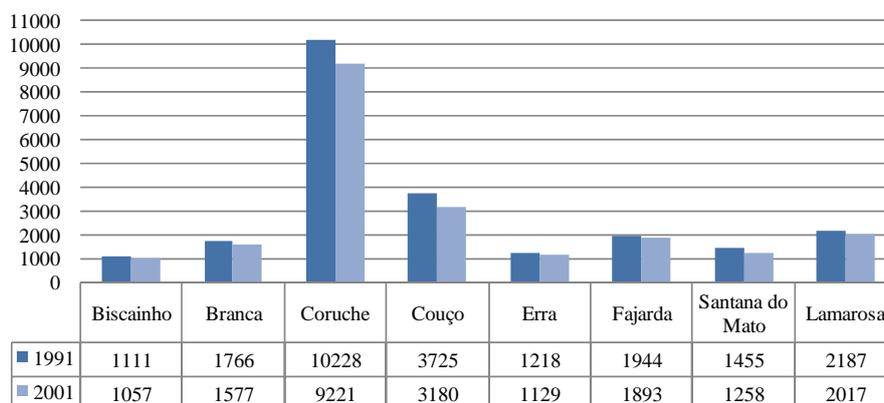
Figura 25 - Mapa do concelho de Coruche, por freguesias



Unidade	Área em km ²	% Nacional	% Concelho	Densidade Populacional (2001)
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	-	116,14
Coruche (concelho)	1.115,70	1,21%	100,00%	19,1
Coruche	242,99	0,26%	21,78%	37,9
Couço	346,62	0,38%	31,07%	9,2
Lamarosa	110,78	0,12%	9,93%	18,2
Fajarda	50,12	0,05%	4,49%	37,8
Branca	117,27	0,13%	10,51%	13,4
Santana do Mato	103,24	0,11%	9,25%	12,2
Erra	63,77	0,07%	5,72%	17,7
Biscainho	80,91	0,09%	7,25%	13,1

Fonte: INE, 2002a / INE, 2002b / INE, 2002c

Gráfico 1 - População residente nas freguesias do concelho de Coruche (1991 e 2001)

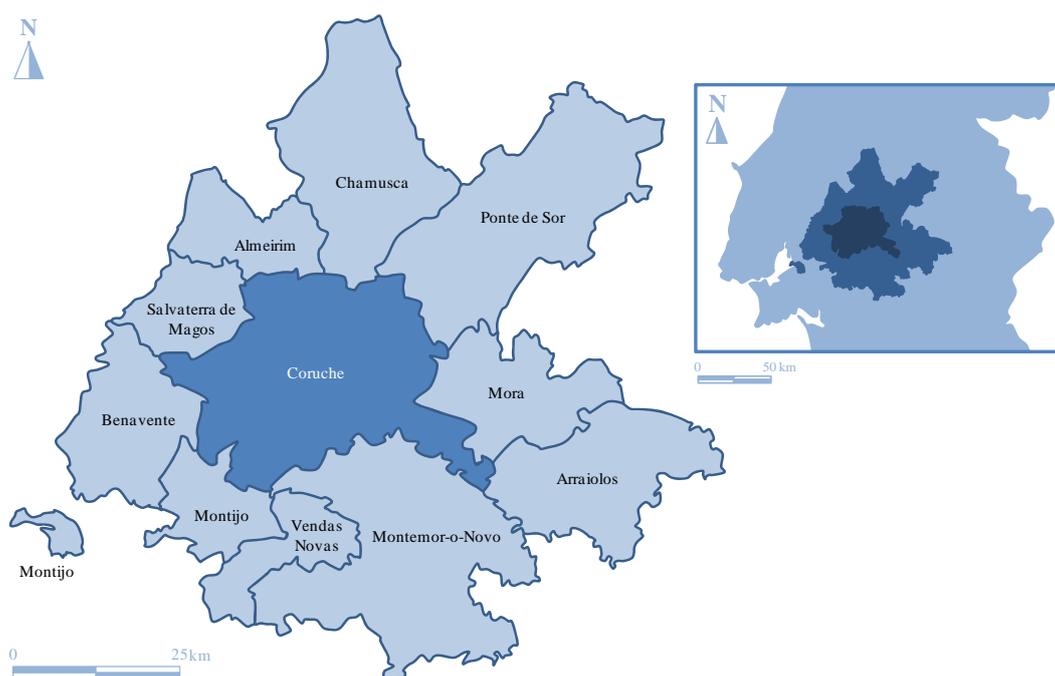


Total da população residente em 1991: 23634 / Total da população residente em 2001: 21332

Fonte: INE, 1993b / INE, 2002c

Coruche insere-se, administrativamente, na região da Lezíria do Tejo, estabelecendo fronteira com nove concelhos distribuídos por quatro NUTS III (Figura 26): Montemor-o-Novo e Arraiolos (Alentejo Central), Montijo (Península de Setúbal), Mora e Ponte de Sor (Alto Alentejo) e Benavente, Salvaterra de Magos, Almeirim e Chamusca (Lezíria do Tejo). Neste quadro salienta-se também a proximidade do concelho de Vendas Novas (Alentejo Central). No Anexo 1.2 (consultar Anexo 1) apresentam-se, através de elementos cartográficos e estatísticos, elementos de apoio à análise do perfil geográfico e demográfico dos concelhos contíguos ao concelho de Coruche.

Figura 26 - Posicionamento geográfico do concelho de Coruche



Unidade	Área		População residente	Densidade populacional
	km2	%	2008	2008
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	10627250	119,4
Almeirim	222,10	0,24%	22937	103,3
Arraiolos	683,80	0,74%	7182	10,5
Benavente	521,40	0,57%	28312	54,3
Chamusca	746,00	0,81%	10976	14,7
Coruche	1.115,70	1,21%	19624	17,6
Montemor-o-Novo	1.232,90	1,34%	18407	14,9
Montijo	348,60	0,38%	41432	118,9
Mora	444,00	0,48%	5231	11,8
Ponte de Sor	839,70	0,91%	17078	20,3
Salvaterra de Magos	243,90	0,26%	21491	88,1
Vendas Novas	222,40	0,24%	12288	55,3

Fonte: INE, 2009a / INE, 2009b / INE, 2009c

A localização do concelho, aliada ao posicionamento de proximidade a Lisboa, num contexto de boas acessibilidades (A6 e A13) e à localização no ponto de confluência de 3 eixos de fluxos de tráfego importantes (Lisboa/Setúbal - Beiras/ Espanha - Santarém/Sul), comprova a diversidade das geometrias funcionais de articulação em que o concelho se insere, fortalecendo simultaneamente os indícios de intensificação futura das opções de inserção do concelho em cadeias de escala e temática variável, com impacto sobre as dinâmicas de desenvolvimento territorial (CMC, 2009).

As especificidades inerentes ao vasto território de Coruche, nomeadamente, a significativa dispersão populacional e a ausência de aglomerados populacionais urbanos de envergadura, aliada à diversidade territorial que encerra nas suas fronteiras, constituem factores

que lhe atribuem características próprias e distintivas e lhe conferem desafios estratégicos de relevância estrutural (CMC, 2009).

Enquanto território de ruralidade vincada – Coruche evidencia níveis de urbanização pouco expressivos (segundo INE, 2002c, apenas 13,6% da população se concentra em lugares com 2.000 ou mais habitantes) –, assente no modelo tradicional de habitação característico dos territórios da zona onde Coruche se insere, os designados “foros”, é acentuado o refreamento da capacidade de afirmação de núcleos urbanos mais coesos e centralizadores de massa crítica, com as resultantes dificuldades de estruturação, rentabilização e eficiência na cobertura de infra-estruturas básicas (CMC, 2009).

A extensão territorial de Coruche permite-lhe conjugar uma diversidade de ecossistemas e paisagens que abrangem desde extensas áreas verdejantes, frequentemente interrompidas por rios e ribeiras que, em percursos mais ou menos sinuosos, alimentam açudes e barragens, até espaços mais áridos e secos onde proliferam os resistentes sobreiros e pinheiros mansos, com impacto significativo na preservação e equilíbrio da fauna e da flora e com importante valor paisagístico e económico. O fértil Vale do Sorraia, atravessado pelo rio com o mesmo nome, o clima atlântico-mediterrânico e a vocação das “gentes” de Coruche, elevou este território à condição de espaço de excelência para o desenvolvimento de actividades agrícolas, sector que marca decisivamente o respectivo perfil de especialização produtiva, tipificado nas extensas manchas verdes dos campos de plantação de arroz, milho e tomate (CMC, 2009).

Também a paisagem do Montado de sobro constitui uma marca identitária nos territórios a Sul do Tejo (destacando-se o posicionamento de Coruche neste contexto) não apenas pelos produtos associados e resultantes da extracção de cortiça, mas simultaneamente, pela relevância económica e social que detém na estrutura do emprego, exportações e produção do concelho e da região e que eleva Portugal a uma posição de liderança internacional neste sector de actividade económica. O território de Coruche conjuga um leque expressivo de potencialidades em espaços naturais de riqueza paisagística inconfundível que podem ser apreciados percorrendo os trilhos, caminhos e percursos abertos no sentido da descoberta e integração na natureza, num espaço onde a ruralidade é marcante.

3.1.2. Dinâmicas

3.1.2.1. População e economia

O concelho de Coruche tem sofrido um decréscimo populacional acentuado (Gráfico 1 e Tabela 36), como resultado da existência de movimentos populacionais migratórios e naturais desfavoráveis, combinados numa incapacidade de reforçar a atractividade populacional exercida

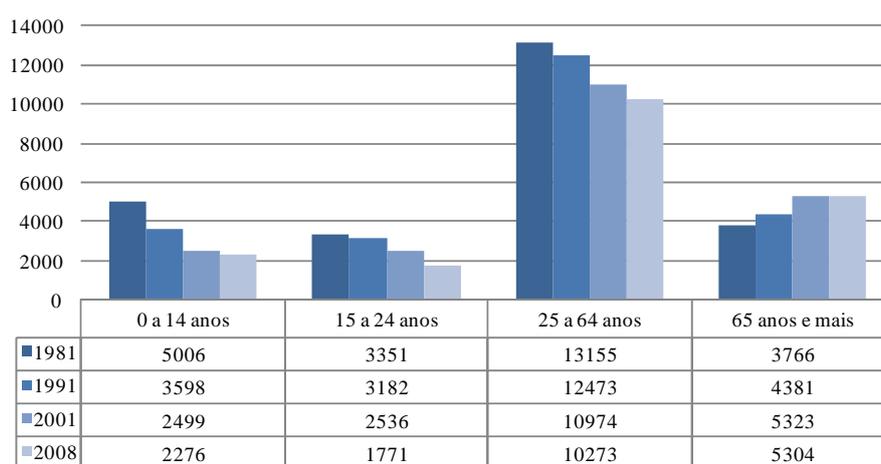
pelo concelho (CMC, 2009). O fenómeno do envelhecimento populacional é também notório (Gráfico 2 e Gráfico 3) no concelho e materializa-se numa pirâmide etária desequilibrada, com tendência crescente da população envelhecida face à decrescente da população jovem.

Tabela 36 - Posicionamento de Coruche no contexto regional e nacional

Unidade	População Residente		Taxa de Variação da População		Densidade Populacional	Índice de Envelhecimento	População com Ensino Secundário, Médio e Superior	Poder de Compra
	2008		1991-01	2001-08	2008	2008	2001	2007
	N.º	%	%	%	N.º Hab./km2	Índice	%	Portugal = 100
Portugal (Continental)	10.135.309	95,37%	4,72%	2,55%	119,4	118,1	27,5%	95,861
Coruche	19.624	0,18%	-10,79%	-8,70%	17,6	233,0	17,6%	0,137
Almeirim	22.937	0,22%	2,63%	4,27%	103,3	138,4	22,8%	0,184
Arraiolos	7.182	0,07%	-7,76%	-6,04%	10,5	223,9	18,4%	0,045
Benavente	28.312	0,27%	21,16%	17,85%	54,3	97,4	25,0%	0,271
Chamusca	10.976	0,10%	-6,87%	-4,70%	14,7	230,4	14,3%	0,064
Montemor-o-Novo	18.407	0,17%	-0,29%	-0,93%	14,9	233,9	20,6%	0,144
Montijo	41.432	0,39%	7,99%	5,46%	118,9	103,4	29,1%	0,534
Mora	5.231	0,05%	-13,82%	-10,65%	11,8	300,4	16,7%	0,035
Ponte de Sor	17.078	0,16%	1,86%	-6,22%	20,3	189,1	19,2%	0,134
Salvaterra de Magos	21.491	0,20%	5,86%	6,19%	88,1	144,8	19,7%	0,161
Vendas Novas	12.288	0,12%	9,84%	5,44%	55,3	174,7	23,2%	0,105

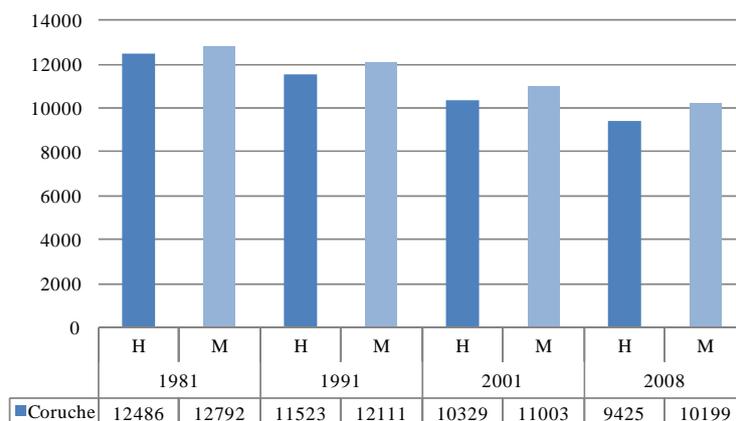
Fonte: INE, 1993a / INE, 1993b / INE, 1996 / INE, 2002a / INE, 2002b / INE, 2002c / INE, 2009 / INE, 2009a / INE, 2009b / INE, 2009c

Gráfico 2 - Evolução da população residente no concelho de Coruche por grupos etários (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983c / INE, 1993b / INE, 2002c / INE, 2009c

Gráfico 3 - Evolução da população residente no concelho de Coruche por sexo (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983c / INE, 1993b / INE, 2002c / INE, 2009c

Como causas possíveis que poderão estar na origem deste fenómeno de envelhecimento, há que apontar a diminuição das taxas de natalidade, em consequência da alteração das estruturas familiares e da introdução do conceito de planeamento familiar, os movimentos migratórios, e ainda a diminuição da taxa de mortalidade e o aumento da esperança de vida. Também como causa e consequência possíveis deste cenário, salienta-se o posicionamento do concelho de Coruche nos referenciais de poder de compra (Tabela 36), que reflectem a menor capacidade de retenção/atração de população qualificada e de unidades empresariais inovadoras, em comparação com concelhos vizinhos integrados mais activamente na lógica de polarização exercida pela capital, como o Montijo, Benavente e Vendas Novas. Por outro lado, o perfil de habilitações da população residente em Coruche revela um défice habilitacional acentuado (Tabela 36 e Tabela 37), com predominância de baixos níveis de instrução.

Tabela 37 - População residente, segundo o nível de ensino atingido (1991 e 2001)

Unidade	1991									
	População Residente	Básico				Secundário		Outro Ensino (médio e superior)		População com instrução
		1º Ciclo		2º e 3º ciclos			%		%	%
			%		%					
Portugal Continental	9375926	4097941	43,7%	1185598	12,6%	1849252	19,7%	608443	6,5%	82,6%
Coruche	23634	9917	42,0%	2466	10,4%	3223	13,6%	650	2,8%	68,8%
Almeirim	21380	9506	44,5%	2534	11,9%	3538	16,5%	816	3,8%	76,7%
Arraiolos	8207	3850	46,9%	931	11,3%	1120	13,6%	171	2,1%	74,0%
Benavente	18335	8029	43,8%	2330	12,7%	3559	19,4%	602	3,3%	79,2%
Chamusca	12282	6232	50,7%	1348	11,0%	1403	11,4%	252	2,1%	75,2%
Montemor-o-Novo	18632	8491	45,6%	1914	10,3%	2598	13,9%	524	2,8%	72,6%
Montijo	36038	15317	42,5%	3935	10,9%	8130	22,6%	1713	4,8%	80,7%
Mora	6588	3067	46,6%	585	8,9%	923	14,0%	192	2,9%	72,4%
Ponte de Sor	17802	7849	44,1%	1953	11,0%	2365	13,3%	582	3,3%	71,6%
Salvaterra de Magos	18979	7878	41,5%	2499	13,2%	2897	15,3%	449	2,4%	72,3%
Vendas Novas	10476	4620	44,1%	1133	10,8%	2063	19,7%	450	4,3%	78,9%

Unidade	2001									
	População Residente	Básico				Secundário		Outro Ensino (médio e superior)		População com instrução
		1º Ciclo		2º e 3º ciclos			%		%	%
			%		%					
Portugal Continental	9869343	3456411	35,0%	2299997	23,3%	1557873	15,8%	1156057	11,7%	85,8%
Coruche	21332	8104	38,0%	3991	18,7%	2511	11,8%	1235	5,8%	74,3%
Almeirim	21957	8289	37,8%	4468	20,3%	3116	14,2%	1886	8,6%	80,9%
Arraiolos	7616	3100	40,7%	1568	20,6%	997	13,1%	405	5,3%	79,7%
Benavente	23257	7878	33,9%	5790	24,9%	4072	17,5%	1735	7,5%	83,7%
Chamusca	11492	5105	44,4%	2612	22,7%	1090	9,5%	556	4,8%	81,5%
Montemor-o-Novo	18578	7074	38,1%	3781	20,4%	2443	13,1%	1376	7,4%	79,0%
Montijo	39168	12808	32,7%	8360	21,3%	7558	19,3%	3855	9,8%	83,2%
Mora	5788	2361	40,8%	1119	19,3%	633	10,9%	331	5,7%	76,8%
Ponte de Sor	18140	6760	37,3%	3726	20,5%	2322	12,8%	1158	6,4%	77,0%
Salvaterra de Magos	20161	6984	34,6%	4638	23,0%	2816	14,0%	1153	5,7%	77,3%
Vendas Novas	11619	4402	37,9%	2459	21,2%	1758	15,1%	935	8,0%	82,2%

Fonte: INE, 1993a / INE, 1993b / INE, 1996 / INE, 2002a / INE, 2002b / INE, 2002c

Esta realidade encontra sinais de evolução positiva, traduzida numa expressiva adesão da população do concelho à iniciativa Novas Oportunidades, pelo seu impacto esperado no incremento de competências e qualificações do capital humano. Este reforço tendencial do perfil de competências da bacia de mão-de-obra do concelho encontra também contributos no papel desempenhado pela Escola Profissional de Coruche e pela Universidade Aberta, ao nível da formação profissional e do ensino à distância (CMC, 2009).

Identifica-se como possibilidade de Coruche inverter esta dinâmica demográfica desfavorável, a captação de novos fluxos populacionais direccionados para a Lezíria do Tejo (Tabela 36), que apresenta ganhos populacionais relevantes (nomeadamente nos concelhos de Almeirim, Benavente e Salvaterra de Magos).

Na actividade económica, ainda é o sector primário que emprega o maior número de activos, sendo as principais actividades desenvolvidas a agricultura, a criação de gado, a exploração da madeira, a extracção de carvão e sobretudo da cortiça, que faz do concelho o principal produtor do país. Todavia, Coruche também vai acompanhando os fenómenos da

secundarização e terciarização da estrutura económica, dinamizando um sector industrial que, não deixando de possuir uma apreciável especialização nas indústrias do ramo agro-alimentar, aposta ainda assim, numa relativa diversificação do emprego industrial. Também o sector do comércio e dos serviços vem absorvendo os activos libertos pelo sector agrícola, dinamizando um pequeno mas diversificado tecido empresarial que actualmente representa o segundo sector empregador do concelho (CMC CLAS, 2004).

Todavia verifica-se uma incapacidade interna de criação de postos de trabalho diversificados, em larga medida relacionada com as dificuldades verificadas em reformular a lógica produtiva ancestralmente centrada em torno do potencial agrícola do concelho e, portanto, criar alternativas de emprego com capacidade de fixação de população mais jovem e qualificada, justifica os significativos movimentos pendulares que se registam diariamente de e para o concelho (Consultar Figura 31 em Anexo 1 e Tabela 38), verificando-se que (CMC, 2009):

- 27,1% da população residente empregada trabalha fora do concelho de Coruche;
- 10,6% dos postos de trabalho do concelho são ocupados por não residentes;
- A população residente empregada não cobre o número de postos de trabalho gerados no concelho (a relação população residente versus postos de trabalho criados materializa-se numa taxa de cobertura de 81,5%).

Tabela 38 - População residente economicamente activa, empregada e desempregada (1991 e 2001)

Unidade	1991					
	População Residente	População Empregada		População Desempregada		Taxa de Desemprego
		Total	%	Total	%	%
Portugal Continental	9375926	3947640	42,1%	257409	2,7%	6,1%
Coruche	23634	9839	41,6%	1355	5,7%	11,4%
Almeirim	21380	9454	44,2%	609	2,8%	6,1%
Arraiolos	8207	3191	38,9%	297	3,6%	8,5%
Benavente	18335	8273	45,1%	648	3,5%	7,3%
Chamusca	12282	5101	41,5%	391	3,2%	12,1%
Montemor-o-Novo	18632	7141	38,3%	669	3,6%	8,6%
Montijo	36038	15234	42,3%	1266	3,5%	7,7%
Mora	6588	2355	35,7%	232	3,5%	9,0%
Ponte de Sor	17802	6435	36,1%	824	4,6%	11,3%
Salvaterra de Magos	18979	9139	48,2%	757	4,0%	8,5%
Vendas Novas	10476	4250	40,6%	455	4,3%	9,7%

Unidade	2001					
	População Residente	População Empregada		População Desempregada		Taxa de Desemprego
		Total	%	Total	%	%
Portugal Continental	9869343	4450711	45,1%	327404	3,3%	6,9%
Coruche	21332	8867	41,6%	1140	5,3%	11,4%
Almeirim	21957	9757	44,4%	976	4,4%	9,1%
Arraiolos	7616	3206	42,1%	246	3,2%	7,1%

Benavente	23257	11272	48,5%	904	3,9%	7,4%
Chamusca	11492	4795	41,7%	548	4,8%	10,3%
Montemor-o-Novo	18578	7751	41,7%	524	2,8%	6,3%
Montijo	39168	17809	45,5%	1666	4,3%	8,6%
Mora	5788	2128	36,8%	292	5,0%	12,1%
Ponte de Sor	18140	7250	40,0%	733	4,0%	9,2%
Salvaterra de Magos	20161	8733	43,3%	1177	5,8%	11,9%
Vendas Novas	11619	5350	46,0%	324	2,8%	5,7%

Fonte: INE, 1993a / INE, 1993b / INE, 1996 / INE, 2002a / INE, 2002b / INE, 2002c

A combinação do perfil de especialização produtiva do concelho e dos respectivos reflexos nas competências detidas pela sua bacia de mão-de-obra (*know-how*, especialização, experiência técnica, cultura e perfil socioeconómico, etc.), com a existência de um baixo nível médio de habilitações, explica o facto de serem as actividades económicas relacionadas com a agricultura, produção animal, caça e agricultura, com o comércio por grosso e a retalho, e com a construção, as que mobilizam maiores fluxos de circulação de pessoas nos seus movimentos diários para o trabalho, de e para Coruche. Estas actividades económicas são responsáveis por cerca de 52% dos fluxos totais de movimentos pendulares motivados pelo trabalho, de e para Coruche. No contexto dos movimentos pendulares laborais, Coruche mantém relações expressivas e recíprocas com alguns dos concelhos mais próximos, como Lisboa, Benavente, Almeirim, Salvaterra de Magos, Montijo, Santarém, Vila Franca de Xira e Montemor-o-Novo, comprovativos de uma plena articulação com concelhos da Grande Lisboa (CMC, 2009).

Esta proximidade funcional ao principal pólo urbano, económico e empresarial do País, reforça as perspectivas de aprofundamento do posicionamento de Coruche nas tendências de expansão da Área Metropolitana de Lisboa, acarretando simultaneamente desafios decisivos correspondentes ao cumprimento dos pressupostos inerentes a uma integração autêntica e justificada de forma mais expressiva pelos argumentos de atractividade (residencial, económica, funcional, etc.) do que pela mera continuidade geográfica (CMC, 2009).

É, também, reconhecida em Coruche uma dinâmica de trabalho informal, em particular nas épocas de tiragem de cortiça e apanha de pinhas, que trazem para o território força de trabalho temporária e que, apesar de não se reflectirem nas estatísticas oficiais, apresentam efectivos contributos para a economia do concelho. Este é, simultaneamente, um dos factores que justifica o facto de Coruche manifestar uma capacidade significativa de contenção de fenómenos de desemprego, face a períodos conjunturais de aumento de desemprego à escala nacional. De facto, perante a conjuntura recessiva vivida na economia portuguesa, os reflexos que se têm feito sentir ao nível do aumento do desemprego têm-se manifestado, em Coruche, de forma menos gravosa e, até, contra-cíclica (CMC, 2009).

3.1.2.2. Sociedade, empresas, educação, saúde, Lazer e cultura

Coruche caracteriza-se por ser um território com amenidades naturais que concorrem para um estilo de vida com alguma qualidade, aliadas à paz, à tranquilidade, à paisagem e ao ambiente. É um território com fracas oportunidades de emprego onde os mais qualificados de hoje, embora mantenham algumas ligações à terra, saíram de Coruche enquanto estudantes e não regressaram ao concelho, tendo-se fixado preferencialmente em Lisboa, Santarém, Almeirim ou Benavente. Há, por outro lado, o reconhecimento da necessidade de mão-de-obra qualificada para algumas empresas mais especializadas que se localizam no concelho, mas que tem sido recrutada maioritariamente nos concelhos vizinhos e tornada possível pela melhoria das acessibilidades, factor que permite maiores percursos pendulares.

Outro factor de peso na actual fraca capacidade de atracção de Coruche passa pela oferta de habitação, com qualidade e preços concorrenciais. Neste capítulo, Coruche é procurada para habitar por quem consegue ter uma vivenda unifamiliar, com algum terreno, nos “foros” dos principais aglomerados, provenientes de sucessivas desanexações das propriedades originais. Todavia, este tipo de ocupação levanta dificuldades à gestão eficiente das redes de infra-estruturas e, em termos de ordenamento, à estruturação urbana dos núcleos rurais, que se têm convertido em formações lineares e desintegradas de ocupação do espaço.

Coruche é frequentemente referido como um território predominantemente rural e de exploração florestal, maioritariamente corticeira. Se, por um lado, as reformas que o sector agrícola tem enfrentado e a crescente automatização afastaram já grande parte da população que outrora encontrava trabalho nos campos, os agentes ligados ao sector primário encontram ainda razões para manterem lucrativas as suas actividades, sobretudo nas explorações que souberam modernizar-se. Esta modernização passou pela relação da produção agrícola com as empresas agro-industriais que entretanto se foram localizando no concelho e pela crescente automação dos processos de produção que permitiu, com grande rapidez, a reconversão de algumas produções mais tradicionais (o milho, o arroz e, num determinado período da história, a beterraba e o tabaco) em caso de sucesso de produção hortofrutícola (como tem sido o caso do tomate).

Sobre a fileira da cortiça, sector igualmente tradicional em Coruche, é possível verificar alguns factos sobre a sua sustentabilidade e o seu futuro. Se, por um lado, parecem ter sido estabilizadas as ameaças que se debruçavam sobre a utilização de vedantes de cortiça para a produção vitivinícola, a verdade é que este sector está muito exposto às vicissitudes dos mercados internacionais, uma vez que grande parte da produção se destina à exportação, e estes valores têm vindo a decrescer.

Esta falta de dinamismo local estende-se ao sector terciário. O *Fórum Montijo*³² e o *Freeport de Alcochete*³⁶ são frequentemente considerados os principais causadores da decadência do comércio tradicional em Coruche, enquanto Lisboa, Santarém e, noutro nível, Almeirim, se afirmam como principais centros de serviços, que agregam Coruche num conjunto alargado de territórios sob sua influência. Por outro lado, para quem procura Coruche para habitar apercebe-se que esta proximidade aos grandes centros de comércio e serviços é algo positivo, uma vez adquirida e assumida a dependência do transporte particular.

Há ainda alguns elementos condicionantes e oportunidades que importa identificar:

- Educação: A rede escolar do ensino básico em Coruche está garantida, nomeadamente por via da construção de novos centros escolares (Coruche, Fajarda e Lamarosa). Faltam alguns equipamentos complementares, como um novo pavilhão gimnodesportivo ou um centro cultural multiusos. Destaca-se o papel do ensino Profissional que está intimamente ligado a várias empresas da região, que se assumem como entidades co-financiadoras que apadrinham os cursos mais intimamente ligados às suas necessidades. Funcionam ocasionalmente também, nos horários pós-laborais, cursos de formação especializada para empregados. Em termos de educação não formal, o concelho pode melhorar: as actividades complementares desportivas, musicais, artísticas, linguísticas, etc. têm hoje um papel fundamental no estabelecimento de um território de excelência na educação e o concelho deverá melhorar o leque de oferta;
- Saúde: A oferta de cuidados de saúde parece responder às necessidades do concelho e, com as novas acessibilidades e a complementaridade de alguns serviços recentemente instalados em Coruche, consolida-se a oferta de cuidados de saúde num território que não tem listas de espera. De facto, ao Centro de Saúde de Coruche e às suas extensões do Couço, Lamarosa e Biscainho, juntou-se a Unidade Básica de Urgência que substituiu o SAP, no serviço 24 horas. No capítulo do internamento foi estabelecida uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia para a construção de uma Unidade de Cuidados Continuados, cuja entrada em funcionamento se prevê para 2012. Observa-se também a valorização das unidades de apoio domiciliário, que abrangem todo o território municipal (unidade móvel de saúde);
- Lazer e cultura: O concelho possui enormes potencialidades no domínio do turismo de lazer, associado à natureza e aos espaços naturais existentes mas também ao património englobado nos Montes e as Casas Agrícolas. Salienta-se a falta de oferta de alojamento turístico, já que algumas actividades culturais e socioculturais (sobretudo, as que possam ter maior projecção e impacto internacional) dependem da atractividade de

³² Centros comerciais localizados, respectivamente, no Montijo e em Alcochete. Estas duas unidades comerciais, de grande dimensão, localizam-se a cerca de 60km de Coruche (45 minutos de viagem em automóvel). São frequentemente apontados como causadores da decadência do comércio tradicional nos concelhos da região.

turistas, competidores e visitantes, no concelho. Merece destaque ainda, o papel do Museu para a cultura e para o turismo do concelho, bem como para o desenvolvimento da Rota Cultural/Patrimonial/do Lazer, com base em estações arqueológicas, dinamização e organização de visitas a lugares e construções. São também de referir alguns factores de atractividade potencial do concelho como a pesca, actividades náuticas, museus vivos, BTT, todo o terreno, balonismo, provas de orientação, etc. e a importância de dar continuidade a uma agenda sociocultural com actividades ao longo do ano.

3.1.2.3. Actividade agrícola

A agricultura é uma actividade económica com peso na história de Coruche, remontando à era da dominação romana na época de pacificação das zonas conquistadas pelos romanos, direccionadas para as regiões mais ricas do ponto de vista agrícola, nomeadamente nos terrenos férteis do Vale do Sorraia, predominando na altura a produção de cereais, azeite, bolota, figueira e vinha. Actualmente, a especialização produtiva do concelho apresenta um significativo vínculo à herança de um passado marcado por uma profunda ligação à terra e à cultura tradicional, predominando a produção de arroz, milho, tomate e produtos hortícolas, embora com sucessivas e importantes alterações do perfil produtivo devido a alterações na política de apoios da PAC³³, que ditou o fim de algumas produções agrícolas em Portugal (de que são exemplo a beterraba e o tabaco), para além de mudanças na lógica de gestão da propriedade latifundiária, novas perspectivas de fruição da “terra” e modernização dos pressupostos de desenvolvimento da actividade agrícola (CMC, 2009).

Coruche apresenta um padrão de especialização definido e vincado em sectores de actividade de cariz tradicional, inserindo-se num território em que coexistem concelhos com perfil idêntico. O perfil produtivo de Coruche é caracterizado pela prevalência de actividades ligadas à Agricultura e Silvicultura, à Indústria Alimentar, à Indústria da Cortiça (sobretudo a indústria da cortiça, mas também as pequenas unidades de fabricação de obras de carpintaria para a construção) e também, à panificação e pastelaria (muito pequenas unidades industriais). Esta é uma característica tipicamente associada a perfis produtivos ligados à actividade agrícola, que tendem a verificar uma maior concentração de emprego em microempresas, e que funciona como um factor de estabilização do mercado laboral em caso de deslocalização de empresas para outros territórios.

³³ Sigla que resume a expressão “Política Agrícola Comum”, um sistema de subsídios à agricultura e programas de desenvolvimento gerido pela actualmente designada União Europeia. Foi inicialmente criada em 1962, tendo como objectivos principais assegurar o abastecimento regular de géneros alimentícios e garantir aos agricultores um rendimento em conformidade com os seus desempenhos.

Segundo CMC, 2009 a efectiva vocação agrícola de Coruche é confirmada pela superioridade do peso que representam os trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos de Coruche ligados à actividade agrícola, 21% do total de trabalhadores por conta de outrem (consultar Gráfico 18 em Anexo 1), face a territórios envolventes (em que o peso do emprego neste sector de actividade desce substancialmente).

Este perfil é particularmente relevante no diagnóstico do território de Coruche, particularmente, no contexto actual de crise no sector agrícola e tardia aposta na industrialização que na década de 80 emergia nos concelhos da região, de êxodo populacional do meio rural, de incapacidade de criar alternativas em termos de criação de emprego nomeadamente, no sentido da fixação de recursos humanos qualificados, e de questionar a necessidade da mudança de paradigma de desenvolvimento do sector.

3.1.2.4. Floresta de Montado em Coruche

O Montado de sobreiro é um elemento marcante da paisagem de Coruche, abrangendo cerca de 50% da área do concelho e constituindo a maior mancha contínua de Montado de sobreiro do País (730.000 hectares que assumem o estatuto de espécie florestal dominante em Portugal). De acordo com CMC, 2009 a sua influência repercute-se no perfil produtivo de Coruche, que apresenta uma forte incidência sobre as actividades industriais relacionadas com a extracção e transformação de cortiça e estende-se à magnitude da actividade na dimensão nacional, nomeadamente, a respectiva importância em termos de projecção internacional da economia portuguesa, que concentra a maior área mundial de Montado de sobreiro (32%), a maior produção média anual mundial de cortiça (52%) e a maior capacidade exportadora a nível mundial (60%).

Os processos de reflorestação e a implementação de medidas de protecção, que impedem o abate de sobreiros ou a conversão de Montados noutras utilizações, permitiram aumentos ligeiros de áreas de Montado, garantindo-se a continuidade desta importante actividade económica.

Na região do Alentejo concentra-se a maior área portuguesa de Montado de sobreiro (72%), onde se inclui 7% no concelho de Coruche, correspondentes à maior mancha nacional contínua de sobreiro (consultar Figura 32 em Anexo 1).

3.1.3. Coruche e os concelhos vizinhos

A localização do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) veio colocar o concelho de Coruche numa posição privilegiada na captação de oportunidades diversas para o seu desenvolvimento territorial. Este quadro de desenvolvimento potencial acarreta também um cenário de maior

“competição” territorial na captação dos fluxos de desenvolvimento que daí poderão resultar. Segundo CMC, 2009 a captação de fluxos populacionais e empresariais será o resultado do equilíbrio entre, por um lado, as características dos modelos de residência e localização empresarial oferecidos por cada concelho e, por outro lado, as preferências e necessidades dos seus possíveis residentes e utilizadores.

Para Coruche, o actual momento é crucial para definir as linhas orientadoras do modelo territorial que virá a constituir o seu perfil de atractividade. Um perfil de atractividade que será o emblema das iniciativas a efectuar como forma de promoção deste território junto dos públicos-alvo potencialmente atraídos pelas características de um concelho como Coruche. Coruche surge, naturalmente, enquanto concelho com reduzido nível de urbanização, largamente justificado pela extensão territorial que ocupa e que lhe proporciona um modelo de ordenamento do território disperso, descongestionado e portanto, com amplas possibilidades de expansão urbana e afectação de solos a diferenciadas tipologias de utilização, de acordo com os desafios que emergem (CMC, 2009).

O modelo de ordenamento preconizado pelo concelho de Coruche permite distanciá-lo, no sentido da diferenciação em termos de soluções residenciais, da larga maioria dos restantes concelhos colocados na zona de influência do NAL, como o concelho do Montijo que apresenta elevados índices urbanos e congestionamento do território. Neste concelho verifica-se um diferencial urbano/rural manifestamente divergente, opondo-se freguesias profundamente urbanas e em saturação a freguesias de baixa densidade e predominantemente rurais. De acordo com CMC, 2009 o concelho do Montijo possui uma densidade populacional de 118,9 hab./km² que, no seu conjunto, não traduz a saturação e o elevado nível de concentração populacional registado na cidade do Montijo (cuja densidade populacional ultrapassa os 870 hab./km²), contrastante com o designado Montijo Rural (freguesias de Canha e Santo Isidro de Pegões, com uma densidade de 14 habitantes por km²).

O concelho de Coruche apresenta um elevado peso do sector primário, facto manifestamente evidente quando comparado com os restantes territórios de proximidade que afirma uma característica distintiva, quer pelas implicações na paisagem e na vivência de um concelho rural, quer pelas oportunidades de modernização do sector agrícola, adequando-o às novas exigências de revitalização da agricultura e à proximidade de uma infra-estrutura (NAL) que permitirá, por exemplo, o rápido escoamento de produtos, particularmente importante no caso de produtos perecíveis, quer ainda, enquanto “motor económico” com capacidade de aglomerar diversos segmentos industriais e de serviços.

A capacidade de inversão das tendências demográficas regressivas (envelhecimento populacional e êxodo de população) assume-se como elemento central a introduzir na fixação de objectivos de desenvolvimento do concelho de Coruche pelo que, desenvolver mecanismos de

criação de emprego em actividades económicas diferenciadas, nomeadamente pela via da actividade turística, e a efectivação de Coruche enquanto território de elevada atractividade residencial tornam-se factores a considerar no alcance deste objectivo.

O potencial turístico, ainda incipientemente explorado, formula uma das alavancas de abertura do concelho aos fluxos turísticos nacionais e internacionais, pelo que, posicionar Coruche nas rotas do turismo tradicional ou emergente como o turismo sénior, rural, cinegético, pesca, valorizando os recursos endógenos inimitáveis deste território como a beleza paisagística, a riqueza dos recursos agrícolas, florestais e hídricos, a qualidade de vida, a tranquilidade e o desafogo, consubstancia uma das bases de desenvolvimento deste território.

Coruche apresenta apenas uma pequena parte do seu território condicionada pelo plano sectorial da Rede Natura, onde se destacam as áreas protegidas do Açude da Agolada, o Açude do Monte da Barca e o Centro Histórico de Coruche, enquanto que a estrutura RAN e REN e as delimitações do PDM se encontram em reapreciação, o que constitui uma grande oportunidade de desenvolvimento turístico e reaproveitamento dos espaços deste extenso concelho (CMC, 2009).

Para a totalidade dos casos referenciados (vertentes populacional, empresarial e turística) o desenvolvimento de acessibilidades constitui-se como factor crítico de sucesso, com o ponto assente na melhoria das redes viárias internas, na concretização dos Itinerários Complementares IC10 e IC13 e na reactivação da ligação ferroviária Setil / Vendas Novas, considerados fundamentais na plena abertura do concelho ao exterior (CMC, 2009).

Relativamente ao caso particular do NAL, que se assume como um dos maiores vectores para o desenvolvimento de Coruche, pressupõe a ponderação dos impactos que a instalação da infra-estrutura na localização prevista e da respectiva concepção enquanto cidade aeroportuária terá na dinâmica dos territórios situados na sua esfera directa. O concelho de Coruche, englobado no conjunto de concelhos sediados na rota de efeitos do aeroporto, poderá amortecer as limitações diagnosticadas e potenciar as directrizes que promovam o território enquanto espaço dinâmico, coeso, atractivo e em crescimento sustentado, desenvolvendo os identificados vectores residenciais, empresariais e industriais e turísticos, construindo um consistente estratagema de consolidação do posicionamento estratégico do concelho na região (CMC, 2009).

3.2. O DESENVOLVIMENTO LOCAL, O TURISMO E A FLORESTA DE MONTADO

3.2.1. Percepções dos residentes sobre o modo de vida no concelho, o turismo, a sustentabilidade e as potencialidades do Montado

3.2.1.1. Objectivos

A operacionalização do conceito de sustentabilidade do turismo implica a avaliação do contributo que esta actividade económica pode dar para a melhoria da qualidade de vida de uma determinada comunidade. Nesta vertente do trabalho empírico pretende-se avaliar as opiniões, expectativas e percepções dos residentes em relação ao papel que o turismo pode desempenhar na respectiva comunidade, para se apurar em que medida pode contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região.

Estabeleceram-se como objectivos: caracterizar os residentes inquiridos; conhecer a opinião e as expectativas dos residentes relativamente ao espaço local; conhecer a opinião e as expectativas dos residentes relativamente ao desenvolvimento do turismo no concelho de Coruche; avaliar as percepções dos residentes sobre o “estado” do desenvolvimento local e sobre as questões da sustentabilidade; e conhecer a opinião e as expectativas dos residentes relativamente às potencialidades da floresta de Montado.

3.2.1.2. Universo do estudo e amostra

Considerou-se, como universo do estudo, a população residente no concelho de Coruche. De acordo com os Censos 2001 (INE, 2002c), o número de residentes ascendeu a 21.332 indivíduos. Como se pode observar através da Figura 25 e Gráfico 1, 76,5% da população residente no concelho de Coruche estava concentrada em quatro freguesias: Coruche (43,2%), Couço (14,9%), Lamasosa (9,5%) e Fajarda (8,9%). A densidade populacional é superior à média (19,1 hab./km²) em duas freguesias, Coruche (37,9 hab./km²) e Fajarda (37,8 hab./km²).

Atendendo à dimensão do Universo inquirido, decidiu-se seleccionar uma amostra de casos representativa, recorrendo ao método de amostragem por quotas. De acordo com as “Regras do polegar³⁴” (Hill & Hill, 2002), foi seleccionada uma amostra de 175 casos, correspondente a uma fracção amostral de cerca de 1 por 125 do Universo inquirido. Tendo em conta os objectivos do estudo, as quotas de residentes a inquirir (consultar Tabela 56 em Anexo

³⁴ “Regras do polegar” (rules of thumb) é uma regra de aproximação baseada na experiência de muitos investigadores (não tendo qualquer base matemática ou lógica). O objectivo desta regra é estimar o tamanho mínimo da amostra para que seja possível efectuar uma análise estatística adequada aos dados.

5) foram distribuídas pelas freguesias que integram os principais centros urbanos do concelho – Coruche, Couço, Lamarosa e Fajarda –, porque concentram uma percentagem significativa da população residente, e por grupos etários (15 a 24 anos; 25 a 64 anos; e 65 e mais anos).

A população-alvo do estudo foi constituída pelos indivíduos com 15 ou mais anos, residentes nas 4 freguesias que integram os principais centros urbanos do concelho. Na Tabela 56 (consultar em Anexo 5) apresenta-se a amostra inicial por quotas e estratificada por sexo, grupos etários e freguesias, de acordo com a distribuição percentual verificada nos Censos 2001 (INE, 2002c). A amostra final aproximou-se bastante da amostra inicial, como se pode ver através da comparação da Tabela 56 com a Tabela 57 (consultar em Anexo 5), podendo considerar-se representativa, na medida em que se ponderou o peso de cada estrato (sexo e idade) para cada freguesia em função dos dados do universo (recenseamento).

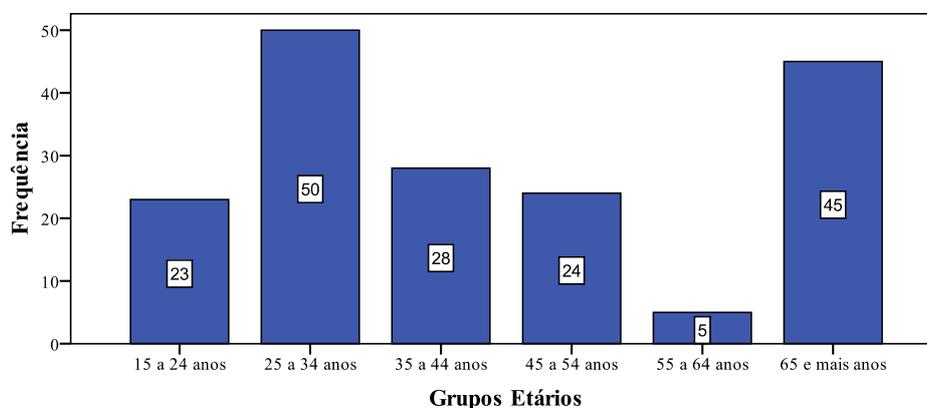
3.2.1.3. Análise e caracterização sócio-demográfica dos residentes inquiridos

Foram inquiridos 92 indivíduos do sexo feminino (52,6%) e 83 do sexo masculino (47,4%), de forma a efectuar uma aproximação da amostra final à distribuição da população residente por sexo, de acordo com os Censos 2001 (INE, 2002c).

A idade média dos residentes inquiridos é de 44 anos, sendo 15 anos a idade mínima e 81 anos, a máxima (consultar Figura 33 em Anexo 6). Calculando a média da idade para cada uma das quatro freguesias em estudo, temos 43 anos para os residentes da freguesia de Coruche, 49 anos para os residentes da freguesia do Couço, 42 anos para os residentes da freguesia da Lamarosa e 40 anos para os residentes da freguesia da Fajarda.

Para efeitos de análise, os dados foram agrupados em seis grupos etários, como se apresenta no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Número de residentes inquiridos por grupos etários

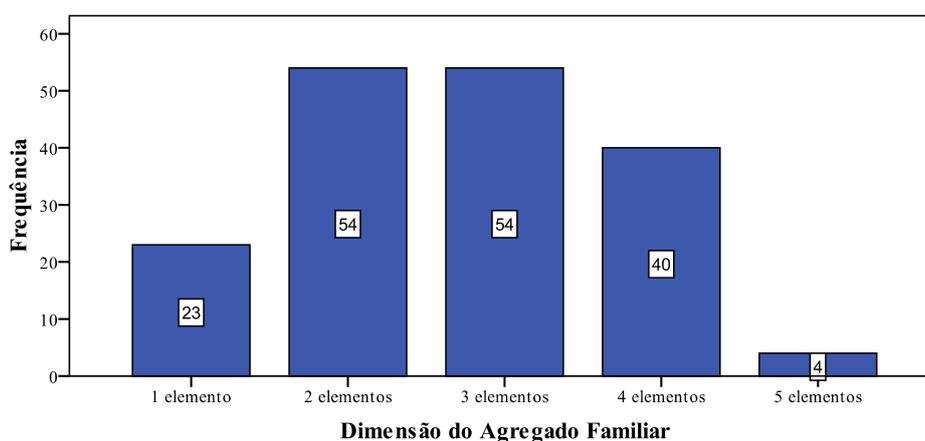


Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

No grupo etário de 15 a 24 anos, temos 23 observações (13,1%), no grupo etário de 25 a 34 anos, 50 observações (28,6%), no grupo etário de 35 a 44 anos, 28 observações (16%), no grupo etário de 45 a 54 anos, 24 observações (13,7%), no grupo etário de 55 a 64 anos, 5 observações (2,9%) e no grupo etário de 65 ou mais anos, 45 observações (25,7%). Os últimos dois grupos correspondem aos seniores.

Relativamente à dimensão do agregado familiar dos inquiridos, esta varia entre 1 e 5 pessoas (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Dimensão dos agregados familiares dos inquiridos

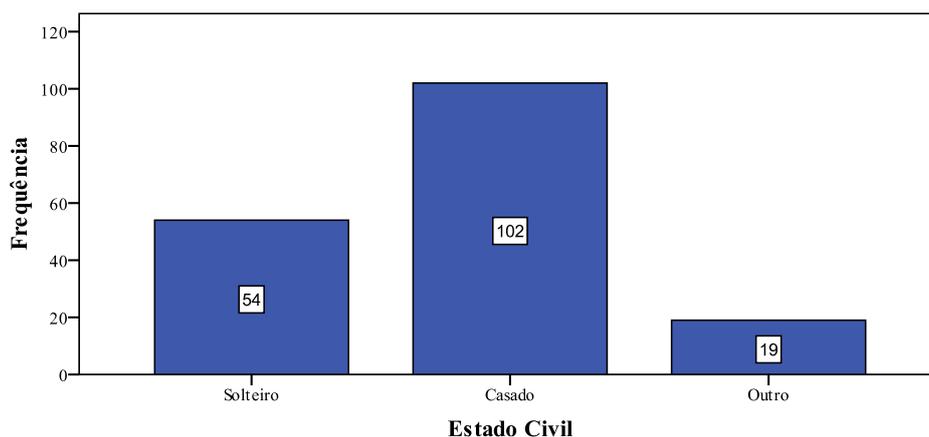


Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Os agregados familiares com maior expressão têm 2 ou 3 elementos (30,9% cada), seguindo-se os que têm 4 (22,9%) e os que têm apenas 1 (13,1%), por último, os que têm 5 elementos (2,3%).

Quanto ao estado civil (Gráfico 6), verifica-se que a maioria dos residentes se enquadra na categoria de “casado” (58,3%), seguindo-se os “solteiros” (30,9%) e os que se inserem noutra situação (10,9%), ou seja, separados, divorciados ou viúvos.

Gráfico 6 - Número de residentes inquiridos por estado civil



Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Em relação à naturalidade (Tabela 39), 69,7% dos inquiridos nasceram na vila sede do concelho de Coruche, 6,3% em Évora (sede de distrito) e 5,7% em Santarém (sede de distrito do concelho de Coruche) e Almeirim. Apenas 1 inquirido (0,6%) nasceu no estrangeiro.

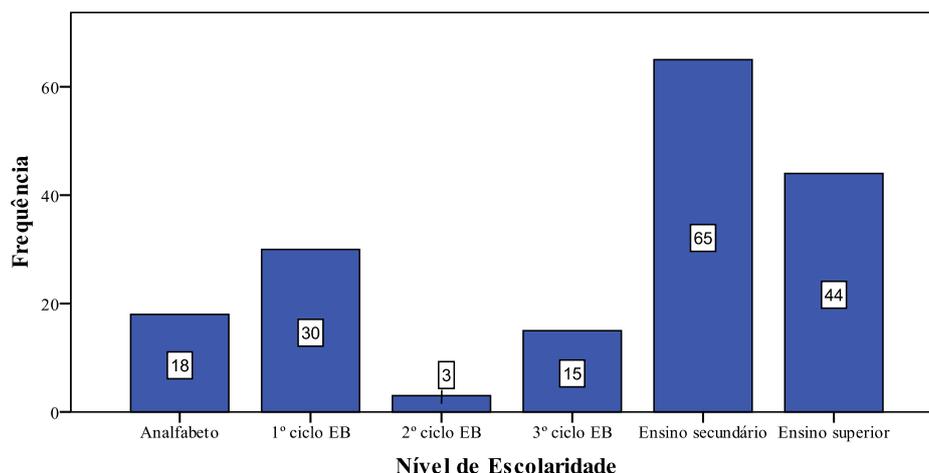
Tabela 39 - Naturalidade dos inquiridos

Localidade de naturalidade	País de naturalidade				Total
	Portugal		Estrangeiro		
Estrangeiro	0	0,0%	1	0,6%	1
Almeirim	10	5,7%	0	0,0%	10
Coruche	122	69,7%	0	0,0%	122
Couço	2	1,1%	0	0,0%	2
Covilhã	1	0,6%	0	0,0%	1
Évora	11	6,3%	0	0,0%	11
Fajarda	2	1,1%	0	0,0%	2
Faro	1	0,6%	0	0,0%	1
Guarda	1	0,6%	0	0,0%	1
Lisboa	5	2,9%	0	0,0%	5
Mafra	1	0,6%	0	0,0%	1
Ponte de Sor	1	0,6%	0	0,0%	1
Portalegre	1	0,6%	0	0,0%	1
Reguengos de Monsaraz	1	0,6%	0	0,0%	1
Salvaterra de Magos	1	0,6%	0	0,0%	1
Santarém	10	5,7%	0	0,0%	10
Vila Franca de Xira	4	2,3%	0	0,0%	4
Total	174	99,4%	1	0,6%	175

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

O nível de escolaridade foi agrupado em seis categorias: analfabetos (10,3%), 1º ciclo do Ensino Básico (17,1%), 2º ciclo do E. B. (1,7%), 3º ciclo do E.B. (8,6%), ensino secundário (37,1%) e ensino superior (25,1%).

Gráfico 7 - Número de residentes inquiridos por nível de escolaridade

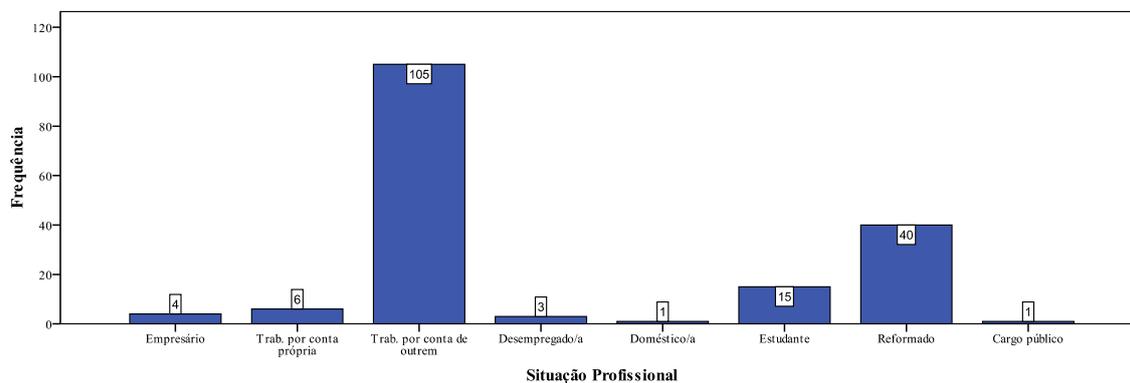


Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Observa-se, através do Gráfico 7, que o nível de escolaridade dos residentes inquiridos é relativamente elevado, uma vez que os dois últimos escalões, correspondentes ao ensino secundário e superior, representam 62,2% dos inquiridos. Verifica-se assim que o nível de escolaridade da população residente inquirida não exprime o nível de escolaridade apurado nos Censos de 2001 (consultar Tabela 40 em Anexo 1), que indicavam para o concelho de Coruche uma população detentora de ensino secundário, médio e superior de 17,6% (70,9% no inquérito realizado), num universo de população com instrução de 74,3% (89,7% no inquérito realizado).

Quanto à situação profissional (Gráfico 8), 66,3% exercem uma actividade profissional (empresários e trabalhadores por conta própria e por conta de outrem), 22,9% estão reformados, 8,6% são estudantes, 0,6% são domésticas e 1,7% estão desempregados.

Gráfico 8 - Número de residentes inquiridos por situação profissional



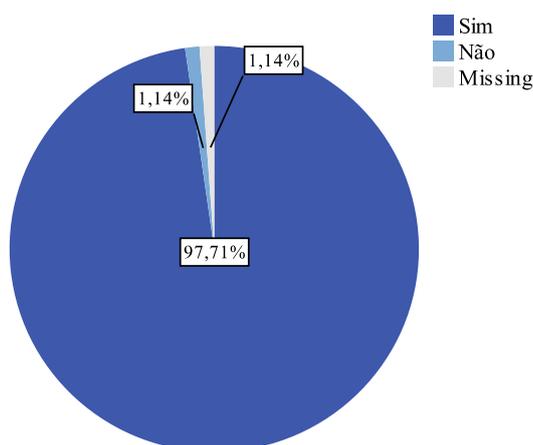
Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

3.2.1.4. Análise das percepções dos residentes inquiridos

Relativamente à análise das percepções dos residentes inquiridos em relação ao desenvolvimento local, considerou-se importante perceber o seu nível de satisfação em residir no concelho, as suas relações familiares, o nível de influência dos grupos locais na vida do concelho, o nível de participação em iniciativas culturais, a importância atribuída a determinadas entidades importantes na vida do concelho e a opinião sobre o futuro dos jovens no concelho.

Pedi-se inicialmente aos residentes que respondessem se gostam ou não de residir no concelho de Coruche, tendo-se verificado que 97,7% dos residentes inquiridos afirmam gostar de residir no concelho (Gráfico 9), facto que afere o grau de envolvimento e participação da população no desenvolvimento do território.

Gráfico 9 - Satisfação dos residentes em residir no concelho de Coruche



Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Identificaram-se um conjunto de 23 factores que influenciam a residência no concelho de Coruche, tendo-se perguntado a opinião dos residentes em relação a esses factores.

De acordo com os resultados (Tabela 40), do lado dos aspectos mais favoráveis à residência no concelho, verifica-se que cerca de 96% dos residentes inquiridos afirmam que residir no concelho de Coruche é favorável relativamente a aspectos como a “facilidade de deslocação” (boas acessibilidades), “viver num melhor ambiente” e “ter uma vida mais descansada” (ambos relacionados com qualidade de vida). Cerca de 83% dos residentes inquiridos afirmam que residir no concelho de Coruche é favorável a “receber/dar apoio de/aos familiares” (qualidade de vida), “poupar tempo nos transportes”, “ter acesso a um estilo de vida mais de acordo com as suas preferências” e “almoçar em casa todos os dias” (qualidade de vida e economia) e “ter acesso à informação” (qualidade de vida, economia e competitividade).

Do lado dos aspectos mais desfavoráveis à residência no concelho, verifica-se que cerca de 80% dos residentes inquiridos afirmam que residir no concelho de Coruche é desfavorável relativamente a “frequentar um maior número de espectáculos, livrarias, etc.” (acesso à cultura e qualidade de vida). De destacar ainda que factores como “beneficiar de boas lojas, restaurantes, escolas e espaços de lazer” (63,4%), valorizar a sua carreira profissional” (42,9%) e “assistir a espectáculos desportivos” (40,6%), relacionados com qualidade de vida, cultura e economia, são vistos como desfavoráveis para quem reside no concelho.

Tabela 40 - Opinião dos residentes relativamente a um conjunto de factores que influenciam a residência no concelho de Coruche

Factores	Favorável		Desfavorável		NS/NR	
	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%
Acesso à habitação	131	74,9%	39	22,3%	5	2,9%
Receber/dar apoio de/aos familiares	152	86,9%	15	8,6%	8	4,6%
Facilidade de deslocação	168	96,0%	6	3,4%	1	0,6%
Viver num melhor ambiente	168	96,0%	6	3,4%	1	0,6%
Beneficiar das infra-estruturas de que necessita	121	69,1%	48	27,4%	6	3,4%
Beneficiar de boas lojas, restaurantes, escolas e espaços de lazer	55	31,4%	111	63,4%	9	5,1%
Valorizar a sua carreira profissional	74	42,3%	75	42,9%	26	14,9%
Poupar tempo nos transportes	147	84,0%	17	9,7%	11	6,3%
Dar continuidade a negócios familiares	55	31,4%	35	20,0%	85	48,6%
Almoçar em casa todos os dias	138	78,9%	29	16,6%	8	4,6%
Ter uma vida mais descansada	169	96,6%	1	0,6%	5	2,9%
Levar os filhos à escola	112	64,0%	6	3,4%	57	32,6%
Ter acesso à informação	148	84,6%	18	10,3%	9	5,1%
Ter acesso a um estilo de vida mais de acordo com as suas preferências	142	81,1%	27	15,4%	6	3,4%
Conviver com pessoas com interesses mais próximos dos seus	128	73,1%	38	21,7%	9	5,1%
Frequentar um maior número de espectáculos, livrarias, etc.	16	9,1%	140	80,0%	19	10,9%
Praticar actividades desportivas	126	72,0%	36	20,6%	13	7,4%
Assistir a espectáculos desportivos	83	47,4%	71	40,6%	21	12,0%
Educar os filhos	117	66,9%	6	3,4%	52	29,7%
Ter acesso à saúde	120	68,6%	50	28,6%	5	2,9%
Participar na vida política	59	33,7%	54	30,9%	62	35,4%
Participar na vida sindical	57	32,6%	36	20,6%	82	46,9%
Participar na vida associativa	106	60,6%	23	13,1%	46	26,3%

Factores	N	Média *	Desvio padrão
Ter uma vida mais descansada	170	1,01	0,077
Facilidade de deslocação	174	1,03	0,183
Viver num melhor ambiente	174	1,03	0,183
Levar os filhos à escola	118	1,05	0,221
Educar os filhos	123	1,05	0,216
Receber/dar apoio de/aos familiares	167	1,09	0,287
Poupar tempo nos transportes	164	1,10	0,306
Ter acesso à informação	166	1,11	0,312
Ter acesso a um estilo de vida mais de acordo com as suas preferências	169	1,16	0,367
Almoçar em casa todos os dias	167	1,17	0,380
Participar na vida associativa	129	1,18	0,384
Praticar actividades desportivas	162	1,22	0,417
Acesso à habitação	170	1,23	0,422
Conviver com pessoas com interesses mais próximos dos seus	166	1,23	0,421
Beneficiar das infra-estruturas de que necessita	169	1,28	0,452
Ter acesso à saúde	170	1,29	0,457
Dar continuidade a negócios familiares	90	1,39	0,490
Participar na vida sindical	93	1,39	0,490
Assistir a espectáculos desportivos	154	1,46	0,500
Participar na vida política	113	1,48	0,502
Valorizar a sua carreira profissional	149	1,50	0,502
Beneficiar de boas lojas, restaurantes, escolas e espaços de lazer	166	1,67	0,472
Frequentar um maior número de espectáculos, livrarias,	156	1,90	0,304
Média global	-	1,26	-

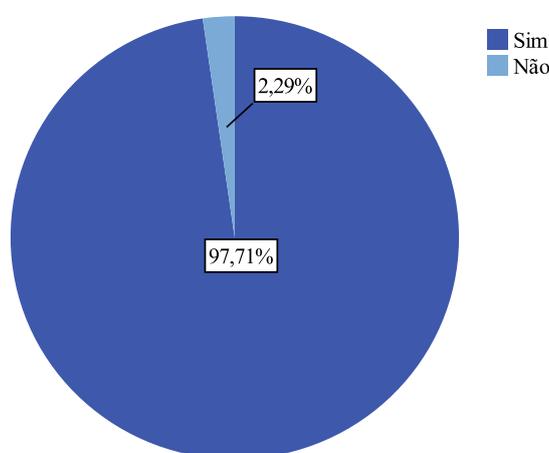
* 1 = Favorável / 2= Desfavorável

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

No intuito de aferir da existência de familiares dos residentes inquiridos no concelho de Coruche, pediu-se aos residentes que respondessem se têm ou não familiares a residir no concelho.

De acordo com os resultados (Gráfico 10), constata-se que 97,7% dos inquiridos afirmam ter familiares a residir no concelho de Coruche. Apenas 2,3% dos inquiridos afirmaram não ter familiares a residir no concelho. Da leitura dos resultados resulta claro que a população residente possui vínculos familiares no concelho, o que permite deduzir forte ligação afectiva ao território.

Gráfico 10 - Aferição da existência de familiares dos residentes inquiridos no concelho de Coruche

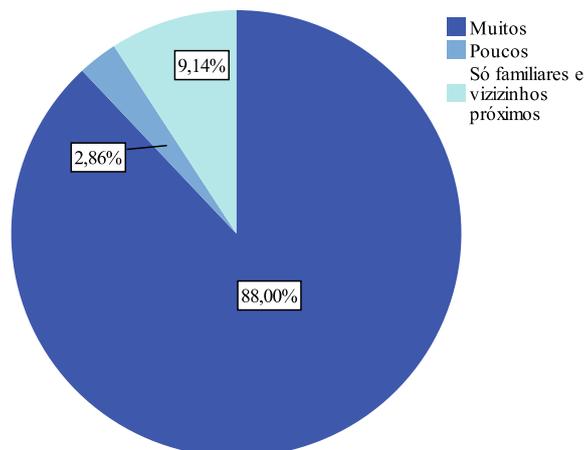


Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

De modo a aferir a existência de relações de sociabilidade no local onde residem os residentes inquiridos, pediu-se aos residentes que respondessem se conhecem ou não outros residentes no local onde residem.

De acordo com os resultados (Gráfico 11), constata-se que 88% dos inquiridos afirmam conhecer muitos residentes que partilham de igual local de residência, 9,1% afirmam conhecer apenas familiares e vizinhos próximos e 2,9% afirmam conhecer poucos. Da leitura dos resultados deduz-se que existem, na maioria dos casos, relações de sociabilidade por parte do residentes inquiridos no seio da comunidade.

Gráfico 11 - Aferição da existência de relações de sociabilidade no local onde residem os dos residentes inquiridos



Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Procurou-se auscultar a opinião dos residentes inquiridos em relação à influência de um conjunto de 20 grupos determinantes na vida do concelho e dos seus residentes.

De acordo com os resultados (Tabela 41), e utilizando como referência a média global apurada, que é igual a 2,06, verifica-se que os residentes manifestaram uma opinião superior à média (menos influentes) em relação 13 grupos e inferior à média (mais influentes) em relação aos restantes 7 grupos. Para efeitos de interpretação, considera-se que o grupo é muito influente quando a média é inferior a 1,5, com alguma influência quando superior a 1,5 e inferior a 2, pouco influente quando superior a 2 e inferior a 3 e não influente se superior a 3.

Os “donos de fábricas” é o grupo considerado mais influente na vida do concelho, nomeadamente por deterem o “poder” de empregar (61,1% dos residentes inquiridos consideram o grupo muito influente). Os residentes inquiridos apontam também como grupos com alguma influência na vida do concelho os “jovens entre os 18 e os 35 anos”, os “comerciantes” e os “agricultores tradicionais”.

Os “portugueses e/ou estrangeiros que têm residência secundária no concelho”, os “ex-emigrantes que entretanto regressaram” e as “pessoas que viviam na cidade, se reformaram e agora vieram viver para este concelho” são, na opinião dos residentes inquiridos e de acordo com a lista preconizada, os grupos considerados menos influentes na vida do concelho.

Tabela 41 - A influência de determinados grupos na vida do concelho

Grupos	Muita influência		Alguma influência		Pouca influência		Não tem influência		NS/NR	
	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%
Agricultores modernos / empresários agrícolas (i.e., que introduziram novas culturas, criação de animais, produzem com tecnologias modernas, ...)	63	36,0%	87	49,7%	22	12,6%	3	1,7%	0	0,0%
Agricultores tradicionais	74	42,3%	85	48,6%	12	6,9%	3	1,7%	1	0,6%
Donos de fábricas	107	61,1%	55	31,4%	10	5,7%	2	1,1%	1	0,6%
Comerciantes	76	43,4%	79	45,1%	20	11,4%	0	0,0%	0	0,0%
Trabalhadores rurais	38	21,7%	81	46,3%	49	28,0%	7	4,0%	0	0,0%
Operários	34	19,4%	90	51,4%	45	25,7%	6	3,4%	0	0,0%
Estudantes	63	36,0%	83	47,4%	23	13,1%	6	3,4%	0	0,0%
Reformados/Pensionistas	24	13,7%	78	44,6%	63	36,0%	10	5,7%	0	0,0%
Pessoas ligadas a actividades culturais/desportivas	49	28,0%	107	61,1%	14	8,0%	2	1,1%	3	1,7%
Pessoas ligadas às actividades desenvolvidas pela Igreja	14	8,0%	106	60,6%	46	26,3%	5	2,9%	4	2,3%
Jovens (entre os 18 e os 35 anos)	82	46,9%	79	45,1%	11	6,3%	1	0,6%	2	1,1%
Portugueses e/ou estrangeiros que têm residência secundária (de fim-de-semana, férias) no concelho	15	8,6%	63	36,0%	78	44,6%	13	7,4%	6	3,4%
Turistas portugueses que visitam o concelho	52	29,7%	65	37,1%	42	24,0%	13	7,4%	3	1,7%
Turistas estrangeiros que visitam o concelho	55	31,4%	56	32,0%	42	24,0%	19	10,9%	3	1,7%
Estrangeiros não residentes (no concelho) que têm feito investimentos produtivos (Ex: novas actividades agrícolas, industriais, turismo) no concelho	38	21,7%	87	49,7%	32	18,3%	12	6,9%	6	3,4%
Imigrantes a residir no concelho	12	6,9%	86	49,1%	60	34,3%	12	6,9%	5	2,9%
Portugueses não residentes (no concelho) que têm feito investimentos produtivos (exemplo: novas actividades agrícolas, industriais, turismo) no concelho	41	23,4%	88	50,3%	34	19,4%	7	4,0%	5	2,9%
Os emigrantes que enviam dinheiro para os familiares que cá vivem	31	17,7%	88	50,3%	41	23,4%	9	5,1%	6	3,4%
Os ex-emigrantes que entretanto regressaram	8	4,6%	70	40,0%	85	48,6%	6	3,4%	6	3,4%
As pessoas que viviam na cidade, se reformaram e agora vieram viver para este concelho	14	8,0%	73	41,7%	75	42,9%	10	5,7%	3	1,7%

Grupos	N	Média *	Desvio padrão
Donos de fábricas	174	1,47	0,660
Jovens (entre os 18 e os 35 anos)	173	1,60	0,636
Agricultores tradicionais	174	1,68	0,680
Comerciantes	175	1,68	0,670
Agricultores modernos / empresários agrícolas (i.e., que introduziram novas culturas, criação de animais, produzem com tecnologias modernas, ...)	175	1,80	0,719
Pessoas ligadas a actividades culturais/desportivas	172	1,82	0,618
Estudantes	175	1,84	0,779
Portugueses não residentes (no concelho) que têm feito investimentos produtivos (exemplo: novas actividades agrícolas, industriais, turismo) no concelho	170	2,04	0,780
Turistas portugueses que visitam o concelho	172	2,09	0,919
Estrangeiros não residentes (no concelho) que têm feito investimentos produtivos (Ex: novas actividades agrícolas, industriais, turismo) no concelho	169	2,11	0,831
Operários	175	2,13	0,758
Trabalhadores rurais	175	2,14	0,800
Turistas estrangeiros que visitam o concelho	172	2,15	0,995
Os emigrantes que enviam dinheiro para os familiares que cá vivem	169	2,17	0,784
Pessoas ligadas às actividades desenvolvidas pela Igreja	171	2,25	0,640
Reformados/Pensionistas	175	2,34	0,785
Imigrantes a residir no concelho	170	2,42	0,728
As pessoas que viviam na cidade, se reformaram e agora vieram viver para este concelho	172	2,47	0,729
Portugueses e/ou estrangeiros que têm residência secundária (de fim-de-semana, férias) no concelho	169	2,53	0,764
Os ex-emigrantes que entretanto regressaram	169	2,53	0,646
Média global	-	2,06	-

* 1 = Muita influência / 2 = Alguma influência / 3 = Pouca influência / 4 = Não tem influência

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Relativamente à participação dos residentes inquiridos em algumas das mais relevantes actividades culturais, sociais e cívicas realizadas no concelho, tentou-se escrutinar os níveis de participação nessas actividades.

De acordo com os resultados (Tabela 42), constatou-se, utilizando como referência a média global apurada, que é igual a 1,61, que os residentes manifestaram participações superiores à média (maior participação nas actividades) em relação a 4 actividades e inferior à média (menor participação nas actividades) em relação às restantes 5 actividades. Para efeitos de interpretação, considera-se que o inquirido participou na actividade duas ou mais vezes durante o último ano se a média for superior a 2, pelo menos uma vez no último ano quando a média for superior a 1,5 e inferior a 2 e sem participações relevantes quando for inferior a 1,5.

Os “acontecimentos culturais no concelho” (eventos, espectáculos e outras iniciativas de cariz cultural) são os mais frequentados pelos residentes inquiridos (64,6% dos residentes inquiridos afirmam ter participado no último ano, duas ou mais vezes, neste tipo de actividades). Destacam-se também como actividades merecedoras de participação frequentes por parte dos residentes inquiridos as “festas religiosas do concelho” e as “actividades desportivas”.

A participação em “reuniões de vizinhos para tratar de assuntos do lugar de residência”, em “comissões de festas”, nas “reuniões da Câmara Municipal”, em “reuniões da sociedade recreativa/clube desportivo/grupo cultural do concelho” e em “reuniões de vizinhos para tratar de assuntos do lugar onde reside” são as actividades que merecem, por parte dos residentes inquiridos, menores ou residuais níveis de participação.

Tabela 42 - Participação dos residentes inquiridos nas actividades culturais, sociais e cívicas do concelho

Actividades	Nenhuma		Uma vez		Duas ou mais vezes		NS/NR	
	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%
Festas religiosas do concelho	53	30,3%	42	24,0%	79	45,1%	1	0,6%
Acontecimentos culturais do concelho	32	18,3%	29	16,6%	113	64,6%	1	0,6%
Reuniões da Câmara Municipal	152	86,9%	11	6,3%	9	5,1%	3	1,7%
Reuniões da sociedade recreativa/clube desportivo/grupo cultural do concelho	132	75,4%	13	7,4%	28	16,0%	2	1,1%
Comissões de festas	163	93,1%	4	2,3%	6	3,4%	2	1,1%
Reuniões de vizinhos para tratar de assuntos do lugar onde reside	165	94,3%	3	1,7%	6	3,4%	1	0,6%
Reuniões de pais da escola dos seus filhos	110	62,9%	3	1,7%	30	17,1%	32	18,3%
Actividades desportivas	82	46,9%	8	4,6%	83	47,4%	2	1,1%
Actividades turísticas promovidas no concelho	100	57,1%	31	17,7%	40	22,9%	4	2,3%

Actividades	N	Média *	Desvio Padrão
Acontecimentos culturais do concelho	174	2,47	0,788
Festas religiosas do concelho	174	2,15	0,861
Actividades desportivas	173	2,01	0,979
Actividades turísticas promovidas no concelho	171	1,65	0,836
Reuniões de pais da escola dos seus filhos	143	1,44	0,819
Reuniões da sociedade recreativa/clube desportivo/grupo cultural do concelho	173	1,40	0,753
Reuniões da Câmara Municipal	172	1,17	0,496
Comissões de festas	173	1,09	0,393
Reuniões de vizinhos para tratar de assuntos do lugar onde reside	174	1,09	0,385
Média global	-	1,61	-

* 1 = Nenhuma / 2 = Uma vez / 3 = Duas ou mais vezes

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Em relação à importância que representam para a vida do concelho 9 das mais relevantes entidades, procurou-se auscultar a opinião dos residentes inquiridos.

De acordo com os resultados (Tabela 43), constatou-se, utilizando como referência a média global apurada, que é igual a 1,60, que os residentes manifestaram uma opinião superior à média (menos importância) em relação a 4 entidades e inferior à média (mais importância) em relação às restantes 5 entidades. Para efeitos de interpretação, considera-se que a entidade é muito importante quando a média é inferior a 1,5, importante quando superior a 1,5 e inferior a 2, pouco importante quando superior a 2 e inferior a 3 e nada importante se superior a 3.

São várias as entidades que os residentes inquiridos consideram muito importantes para a vida do concelho. O “Presidente da Câmara Municipal” é a entidade que merece maior destaque (86,3% dos residentes inquiridos consideram esta entidade muito importante), logo seguida pela “Guarda Nacional Republicana”, as “escolas”, os “bombeiros” e o “tribunal”.

Os residentes inquiridos colocam entre as entidades consideradas menos importantes o “Presidente da Junta de Freguesia” e a “Igreja/Pároco”.

Tabela 43 - Auscultação da opinião dos residentes inquiridos relativamente à importância de um conjunto de entidades importantes do concelho

Entidades	Muito importante		Importante		Pouco importante		Nada importante		NS/NR	
	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%
Presidente da Junta de Freguesia	29	16,6%	108	61,7%	35	20,0%	2	1,1%	1	0,6%
Presidente da Câmara Municipal	151	86,3%	24	13,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Associações de Desenvolvimento Local	56	32,0%	97	55,4%	16	9,1%	1	0,6%	5	2,9%
Escolas	142	81,1%	30	17,1%	2	1,1%	1	0,6%	0	0,0%
GNR	145	82,9%	25	14,3%	5	2,9%	0	0,0%	0	0,0%
Bombeiros	130	74,3%	40	22,9%	5	2,9%	0	0,0%	0	0,0%
Igreja/Pároco	11	6,3%	88	50,3%	59	33,7%	14	8,0%	3	1,7%
Tribunal	112	64,0%	52	29,7%	10	5,7%	0	0,0%	1	0,6%
Repartição de Finanças	57	32,6%	85	48,6%	26	14,9%	6	3,4%	1	0,6%

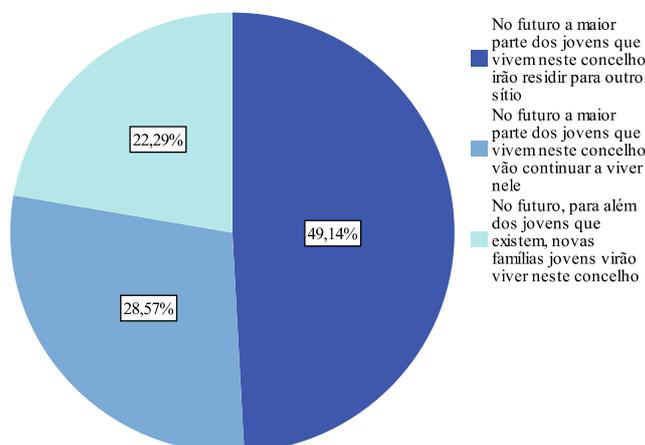
Entidades	N	Média *	Desvio Padrão
Presidente da Câmara Municipal	175	1,14	0,345
GNR	175	1,20	0,467
Escolas	175	1,21	0,475
Bombeiros	175	1,29	0,513
Tribunal	174	1,41	0,600
Associações de Desenvolvimento Local	170	1,78	0,632
Repartição de Finanças	174	1,89	0,779
Presidente da Junta de Freguesia	174	2,06	0,643
Igreja/Pároco	172	2,44	0,735
Média global	-	1,60	-

* 1 = Muito importante / 2 = Importante / 3 = Pouco importante / 4 = Nada importante

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Procurou-se, por fim, auscultar a opinião dos residentes inquiridos relativamente ao futuro dos jovens no concelho. De acordo com os resultados (Gráfico 12), os residentes inquiridos consideram que no “futuro a maior parte dos jovens que vivem no concelho irão residir para outro sítio” (49,1%). Relativamente às restantes afirmações, os residentes inquiridos dividem as suas escolhas entre um futuro em que a “maior parte dos jovens que vivem no concelho vão continuar a viver nele” (28,6%) e um futuro de ganhos populacionais para o concelho, com novas famílias de jovens a vir viver para o concelho (22,3%).

Gráfico 12 - Auscultação da opinião dos residentes sobre o futuro dos jovens no concelho



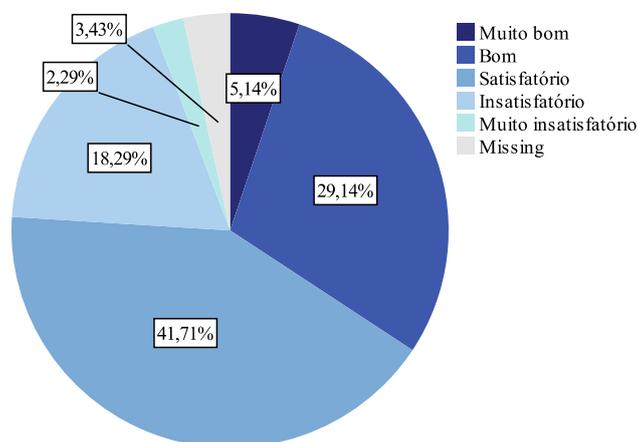
Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Relativamente à análise das percepções dos residentes inquiridos em relação ao turismo, procurou-se conhecer as suas opiniões e expectativas relativamente a essa actividade, procurando-se perceber em concreto o “estado” de desenvolvimento do turismo no concelho, que papel caberá à actividade turística no concelho de Coruche nos próximos 10 anos, qual a importância de um conjunto de actividades turísticas para o desenvolvimento do concelho, a opinião relativamente a um conjunto de afirmações relacionadas com a actividade turística e identificar os recursos que o concelho possui que permitirão um desenvolvimento turístico adequado.

Auscultou-se a opinião dos residentes inquiridos relativamente ao nível de desenvolvimento actual do turismo no concelho.

De acordo com os resultados (Gráfico 13), e utilizando como referência a média apurada, que é igual a 2,83 (utilizando-se uma escala de cinco pontos, variando entre 1, desenvolvimento “muito bom” e 5, desenvolvimento “muito insatisfatório”), verifica-se que os residentes inquiridos manifestaram uma opinião que condiz com um desenvolvimento turístico “satisfatório” (41,7%) no concelho de Coruche.

Gráfico 13 - Auscultação da opinião dos residentes inquiridos sobre o desenvolvimento do turismo no concelho



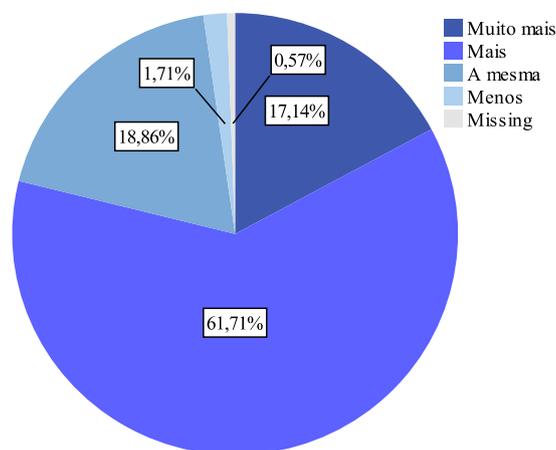
	N	Média	Desvio Padrão
Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento do turismo neste concelho	169	2,83	0,880

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Relativamente ao papel que o turismo desempenhará no desenvolvimento do concelho nos próximos 10 anos, os resultados (Gráfico 14) indicam que 61,7% dos residentes inquiridos afirmam que a actividade turística desempenhará um papel “mais” importante, do que aquele que desempenhou nos últimos anos. Salienta-se o facto de 17,1% dos residentes inquiridos

considerarem mesmo que o turismo assumirá nos próximos anos um papel “muito mais” relevante.

Gráfico 14 - Que importância, na opinião dos residentes inquiridos, desempenhará a actividade turística no concelho de Coruche nos próximos 10 anos



Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Relativamente à opinião dos residentes inquiridos quanto à importância que representam para o desenvolvimento do concelho 12 das mais relevantes actividades económicas presentes no território (actividades que produzem bens ou prestam serviços – posicionadas nos sectores primário, secundário e terciário – a que a população do concelho se dedica), e de acordo com os resultados obtidos (Tabela 44), constatou-se, utilizando como referência a média global apurada, que é igual a 1,47, que os residentes manifestaram uma opinião superior à média (menos importância) em relação a 9 actividades e inferior à média (mais importância) em relação às restantes 3 actividades. Para efeitos de interpretação, considera-se que a entidade é muito importante quando a média é inferior a 1,5, importante quando superior a 1,5 e inferior a 2, pouco importante quando superior a 2 e inferior a 3 e nada importante se superior a 3.

Os residentes inquiridos reconhecem, em todas as actividades económicas, importância no processo de desenvolvimento do concelho (todas as actividades registam médias inferiores a 2, isto é, “muito importantes” ou “importantes” para o desenvolvimento do concelho), todavia os “serviços de educação e saúde” e a “indústria” são as actividades mais reconhecidas como potenciadoras de desenvolvimento do território (consideradas “muito importantes”). A “floresta”, assim como a “agricultura”, são outras actividades que se destacam no rol das mais importantes. A “construção civil”, apesar de ser considerada uma actividade “importante” em termos de desenvolvimento, é aquela que verifica a média mais elevada.

Releva-se o facto de serem as actividades pertencentes aos sectores primário (agricultura, floresta) e secundário (indústria) aquelas que mais são reconhecidas pelos

residentes inquiridos como potenciadoras de desenvolvimento do território concelhio. Todavia, analisados globalmente os dados, é justo afirmar que também as actividades pertencentes ao sector terciário (serviços diversos) são reconhecidas como actividades imprescindíveis no processo de desenvolvimento.

Tabela 44 - Auscultação da opinião dos residentes inquiridos relativamente à importância de um conjunto de actividades para o desenvolvimento do concelho

Actividades	Muito importante		Importante		Pouco importante		Nada importante		NS/NR	
	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%
Agricultura	124	70,9%	51	29,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Floresta	129	73,7%	43	24,6%	2	1,1%	1	0,6%	0	0,0%
Indústria	131	74,9%	41	23,4%	3	1,7%	0	0,0%	0	0,0%
Indústria alimentar	90	51,4%	75	42,9%	7	4,0%	0	0,0%	3	1,7%
Construção civil	61	34,9%	90	51,4%	23	13,1%	1	0,6%	0	0,0%
Serviços/Comércio	98	56,0%	67	38,3%	10	5,7%	0	0,0%	0	0,0%
Serviços/Turismo	107	61,1%	59	33,7%	8	4,6%	1	0,6%	0	0,0%
Serviços/Apoio às empresas	70	40,0%	89	50,9%	13	7,4%	0	0,0%	3	1,7%
Serviços/Administração pública	91	52,0%	75	42,9%	9	5,1%	0	0,0%	0	0,0%
Serviços/Educação e saúde	144	82,3%	30	17,1%	1	0,6%	0	0,0%	0	0,0%
Outros serviços à população	58	33,1%	64	36,6%	8	4,6%	0	0,0%	45	25,7%
Novas actividades relacionadas com a natureza e o lazer (pesca desportiva/profissional, caça, passeios pedestres, BTT, desportos radicais, ...)	106	60,6%	62	35,4%	7	4,0%	0	0,0%	0	0,0%

Actividades	N	Média *	Desvio Padrão
Indústria	175	1,27	0,482
Agricultura	175	1,29	0,456
Floresta	175	1,29	0,513
Serviços/Comércio	175	1,50	0,605
Serviços/Turismo	175	1,50	0,612
Serviços/Apoio às empresas	172	1,50	0,612
Serviços/Administração pública	175	1,50	0,595
Serviços/Educação e saúde	175	1,50	0,402
Outros serviços à população	130	1,50	0,602
Novas actividades relacionadas com a natureza e o lazer (pesca desportiva/profissional, caça, passeios pedestres, BTT, desportos radicais, ...)	175	1,50	0,572
Indústria alimentar	172	1,52	0,577
Construção civil	175	1,79	0,681
Média global	-	1,47	-

* 1 = Muito importante / 2 = Importante / 3 = Pouco importante / 4 = Nada importante

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Relativamente a um conjunto de 13 afirmações relacionadas directa ou indirectamente com a actividade turística (afirmações sobre o turismo, a floresta e os produtos do Montado e a qualidade do ambiente e do território), procedeu-se a uma medição da opinião dos residentes inquiridos através de uma escala de cinco pontos, variando entre 1, “discordo plenamente” e 5, “concordo plenamente”, sendo o ponto médio 3, correspondente a “indeciso”.

Os resultados (Tabela 45) indicam, utilizando como referência a média global da amostra, que é igual a 3,50, que os residentes manifestaram uma opinião superior à média em relação a 8 afirmações e inferior à média em relação a 5 afirmações. Para efeitos de

interpretação, considera-se que a opinião é favorável quando a média da amostra é superior a 3,5 e desfavorável quando é inferior a 2,5. Quando a média está compreendida entre estes dois valores, há indecisão, o que acontece perante a afirmação “o concelho de Coruche possui iniciativa privada”.

A afirmação “o turismo pode contribuir para a recuperação/aproveitamento de locais de interesse cultural, histórico e arquitectónico” foi aquela que obteve a maior concordância por parte dos residentes inquiridos, seguindo-se “o turismo ajuda a preservar a cultura e estimula a preservação das tradições locais” e “a floresta de Montado possui potencial turístico”.

Pelo contrário, os residentes inquiridos discordam de afirmações como “o turismo perturba o comportamento dos residentes, levando à perda da identidade cultural da população”, “o turismo poderá agravar os problemas sociais no concelho” e “o turismo contribui para a deterioração do ambiente no concelho”.

Tabela 45 - Auscultação da opinião dos residentes inquiridos relativamente a um conjunto de afirmações relacionadas directa ou indirectamente com a actividade turística

Afirmação	Discordo plenamente		Discordo		Indeciso		Concordo		Concordo plenamente	
	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%
A floresta de Montado possui potencial turístico	1	0,6%	2	1,1%	13	7,4%	69	39,4%	90	51,4%
O concelho de Coruche possui iniciativa privada	10	5,7%	37	21,1%	53	30,3%	60	34,3%	15	8,6%
O desenvolvimento do turismo deve concretizar-se aproveitando os valores endógenos (próprios) do concelho e da região	1	0,6%	1	0,6%	13	7,4%	88	50,3%	72	41,1%
O turismo ajuda a preservar a cultura e estimula a preservação das tradições locais	0	0,0%	1	0,6%	8	4,6%	84	48,0%	82	46,9%
O turismo contribui para a deterioração do ambiente no concelho	53	30,3%	91	52,0%	20	11,4%	9	5,1%	2	1,1%
O turismo é responsável por alterações na paisagem e na biodiversidade (animais e plantas) do concelho	38	21,7%	84	48,0%	26	14,9%	19	10,9%	8	4,6%
O turismo permite criar emprego para os residentes no concelho	1	0,6%	3	1,7%	10	5,7%	91	52,0%	70	40,0%
O turismo perturba o comportamento dos residentes, levando à perda da identidade cultural da população	58	33,1%	97	55,4%	16	9,1%	4	2,3%	0	0,0%
O turismo pode contribuir para a recuperação/aproveitamento de locais de interesse cultural, histórico e arquitectónico	1	0,6%	3	1,7%	5	2,9%	78	44,6%	88	50,3%
O turismo pode contribuir para a dinamização do comércio tradicional	1	0,6%	1	0,6%	8	4,6%	88	50,3%	77	44,0%
O turismo poderá agravar os problemas sociais no concelho	56	32,0%	101	57,7%	11	6,3%	5	2,9%	2	1,1%
Os produtos provenientes da floresta de Montado (cortiça, mel, cogumelos, caça, etc.) são a base para o desenvolvimento do turismo no concelho	1	0,6%	4	2,3%	25	14,3%	92	52,6%	53	30,3%
Tem havido uma preocupação em melhorar a qualidade do ambiente e o ordenamento do território no concelho	0	0,0%	8	4,6%	17	9,7%	102	58,3%	48	27,4%

Afirmação	N	Média *	Desvio Padrão
O turismo pode contribuir para a recuperação/aproveitamento de locais de interesse cultural, histórico e arquitectónico	175	4,42	0,689
O turismo ajuda a preservar a cultura e estimula a preservação das tradições locais	175	4,41	0,608
A floresta de Montado possui potencial turístico	175	4,40	0,727
O turismo pode contribuir para a dinamização do comércio tradicional	175	4,37	0,655
O desenvolvimento do turismo deve concretizar-se aproveitando os valores endógenos (próprios) do concelho e da região	175	4,31	0,684
O turismo permite criar emprego para os residentes no concelho	175	4,29	0,704
Os produtos provenientes da floresta de Montado (cortiça, mel, cogumelos, caça, etc.) são a base para o desenvolvimento do turismo no concelho	175	4,10	0,763
Tem havido uma preocupação em melhorar a qualidade do ambiente e o ordenamento do território no concelho	175	4,09	0,742
O concelho de Coruche possui iniciativa privada	175	3,19	1,047
O turismo é responsável por alterações na paisagem e na biodiversidade (animais e plantas) do concelho	175	2,29	1,066
O turismo contribui para a deterioração do ambiente no concelho	175	1,95	0,853
O turismo poderá agravar os problemas sociais no concelho	175	1,83	0,759
O turismo perturba o comportamento dos residentes, levando à perda da identidade cultural da população	175	1,81	0,692
Média global	-	3,50	-

* 1 = Discordo plenamente / 2 = Discordo / 3 = Indeciso / 4 = Concordo / 5 = Concordo plenamente

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Relativamente aos recursos que o concelho de Coruche possui e que poderão permitir um desenvolvimento turístico adequado, auscultou-se a opinião dos residentes inquiridos perante um conjunto de 7 recursos com potencial turístico, devendo estes indicar, por ordem de

preferência, aqueles que podem permitir de forma efectiva um desenvolvimento adequado da actividade turística.

De acordo com os resultados (Tabela 46), constatou-se que os recursos que os residentes inquiridos identificam como aqueles que poderão de forma mais efectiva potenciar a actividade turística e, por conseguinte, incrementar um desenvolvimento turístico adequado, são os “recursos naturais” (exemplo fulcral de um recurso natural presente no território de Coruche é a Floresta de Montado) e a “gastronomia e vinhos”.

Os recursos menos reconhecidos pelos residentes inquiridos como potenciadores da actividade turística e do seu desenvolvimento são o “clima” e os “usos e costumes”, recursos que, no entanto, estão listados como importantes nas estratégias turísticas nacionais – o “clima” português (e especialmente o clima do centro e sul de Portugal continental), caracterizado pelo sol e por temperaturas estivais durante grande parte do ano, enquanto factor de convite às actividades de lazer e turismo e os “usos e costumes” como factor diferenciador dos “territórios turísticos”.

Tabela 46 - Auscultação da opinião dos residentes inquiridos sobre os recursos que o concelho de Coruche possui e que poderão permitir um desenvolvimento turístico adequado

Recursos	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção	Total de escolhas do recurso	Escolha de outra opção
	Freq.a	Freq.a	Freq.a	Freq.a	Freq.a
Recursos naturais (por exemplo a floresta)	90	42	14	146	29
Gastronomia e vinhos	19	56	53	128	47
Património construído	33	24	18	75	100
Artesanato	8	17	34	59	116
Festas e festividades religiosas	15	15	25	55	120
Usos e costumes	2	12	20	34	141
Clima	7	12	9	28	147

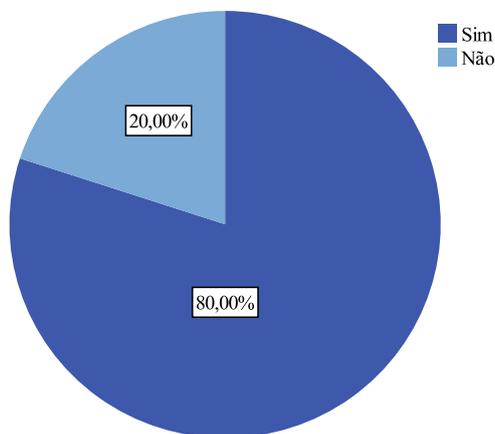
Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Relativamente à análise das percepções dos residentes inquiridos em relação ao desenvolvimento local e às questões do desenvolvimento sustentável, procurou-se perceber o nível de entendimento dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo, perceber a predisposição para a aquisição de produtos e serviços produzidos localmente, identificar as entidades ou iniciativas mais influentes na promoção do desenvolvimento do concelho e aquelas que, através da sua acção, podem contribuir para um desenvolvimento sustentável da actividade turística e, por fim, perceber quais são as melhores opções para promover o desenvolvimento global do concelho de Coruche.

Procedeu-se inicialmente à aferição do nível de conhecimento dos residentes inquiridos sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

De acordo com os resultados (Gráfico 15), constata-se que 80% dos inquiridos afirmam conhecer o conceito de desenvolvimento sustentável.

Gráfico 15 - Aferição do nível de conhecimento dos residentes inquiridos sobre o conceito de “desenvolvimento sustentável”

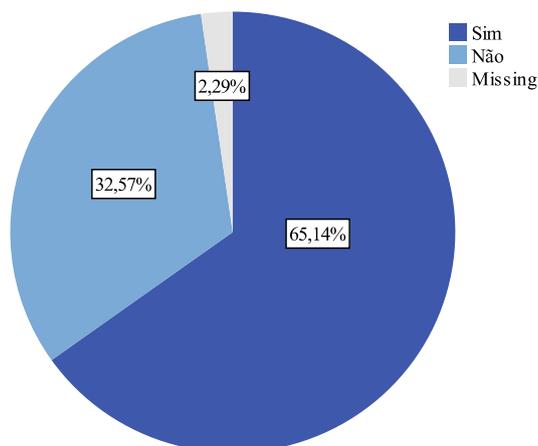


Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Procedeu-se também à aferição do nível de conhecimento dos residentes inquiridos sobre o conceito de sustentabilidade do turismo.

De acordo com os resultados (Gráfico 16), constata-se que 65,1% dos inquiridos afirmam conhecer o conceito de sustentabilidade do turismo, enquanto 32,6% dos inquiridos afirmam não conhecer.

Gráfico 16 - Aferição do nível de conhecimento dos residentes inquiridos sobre o conceito de “sustentabilidade do turismo”

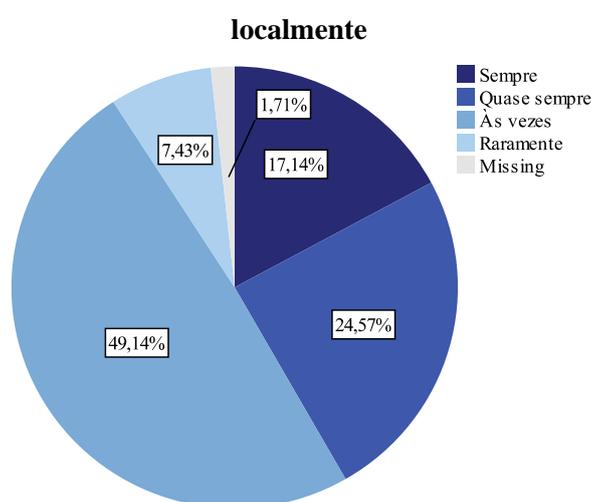


Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Relativamente à aquisição de produtos e serviços produzidos e prestados localmente, pediu-se aos residentes inquiridos que indicassem a regularidade com que adquirem esse tipo de produtos e serviços, sempre que disponíveis.

De acordo com os resultados (Gráfico 17), e utilizando como referência a média apurada, que é igual a 2,48 (utilizando-se uma escala de cinco pontos, variando entre 1, adquire produtos “sempre” que disponíveis e 5, “nunca” adquire produtos), verifica-se que 49,1% dos residentes inquiridos afirmam adquirir produtos produzidos localmente quando disponíveis “às vezes”, 24,6% afirmam adquirir produtos “quase sempre” e 17,1% afirmam adquirir produtos “sempre”.

Gráfico 17 - Auscultação dos residentes inquiridos sobre a aquisição produtos produzidos



-	N	Média	Desvio Padrão
Adquire produtos locais sempre que disponíveis	172	2,48	0,868

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Relativamente às entidades ou iniciativas mais influentes para promover o desenvolvimento do concelho, pediu-se aos residentes inquiridos para se manifestarem, por ordem de preferência, perante um conjunto de 8 entidades e iniciativas potencialmente influentes na promoção do desenvolvimento do concelho.

De acordo com os resultados (Tabela 47), constatou-se que as entidades/iniciativas que os residentes inquiridos identificam como aquelas que poderão influenciar de forma mais efectiva o desenvolvimento do concelho, são as “autarquias (Câmara Municipal ou Junta de Freguesia) e as “associações de desenvolvimento local”, embora as “autarquias”, com ênfase para a Câmara Municipal, se destaquem largamente na escolha dos inquiridos em relação às restantes entidades/iniciativas (156 dos 175 inquiridos apontam as “autarquias” como primeira opção, isto é, a entidade/iniciativa mais influente no processo de desenvolvimento do território).

As entidades/iniciativas menos reconhecidas pelos residentes inquiridos como influenciadoras do desenvolvimento local são as “associações agrícolas”, as “organizações de solidariedade social” e as “associações de comerciantes”.

Tabela 47 - Auscultação da opinião dos residentes inquiridos sobre as entidades ou iniciativas mais influentes para promover o desenvolvimento do concelho

Entidades	1ª Opção	2ª Opção	Total de escolhas da entidade	Outra de opção
	Freq.a	Freq.a	Freq.a	Freq.a
Autarquias (Câmara Municipal ou Junta de Freguesia)	156	3	159	16
Associações de desenvolvimento local	5	37	42	133
Iniciativas individuais	5	30	35	140
Associações industriais	2	29	31	144
Serviços públicos instalados localmente (escolas, centro de saúde, etc.)	4	22	26	149
Associações de comerciantes	1	21	22	153
Organizações de solidariedade social	0	21	21	154
Associações agrícolas (por exemplo cooperativas)	3	11	14	161

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Relativamente às entidades que podem contribuir, através da sua acção, para o desenvolvimento sustentável da actividade turística no concelho, pediu-se aos residentes inquiridos para se manifestarem perante um conjunto de 9 entidades, procedendo-se à medição da opinião dos inquiridos através de uma escala de cinco pontos, variando entre 1, “discordo plenamente” e 5, “concordo plenamente”, sendo o ponto médio 3, correspondente a “indeciso”.

De acordo com os resultados (Tabela 48), constatou-se, utilizando como referência a média global da amostra, que é igual a 4,16, que os residentes manifestaram uma opinião superior à média em relação a 4 entidades e inferior à média em relação a 5 afirmações. Para efeitos de interpretação, considera-se que a opinião é favorável quando a média da amostra é superior a 3,5 e desfavorável quando é inferior a 2,5. Quando a média está compreendida entre estes dois valores, há indecisão, o que não se verifica em relação a nenhuma das entidades listadas.

Todas as entidades são reconhecidas pelos residentes inquiridos como contribuintes importantes na concretização de um desenvolvimento sustentável da actividade turística (a menor média registada, relativa à “Junta de Freguesia”, é de 3,92, clarificador do ora afirmado). Neste quadro o “Município” foi a entidade que obteve a maior concordância por parte dos residentes inquiridos, seguindo-se os “cidadãos” e as “empresas”.

Tabela 48 - Auscultação da opinião dos residentes inquiridos sobre as entidades que podem contribuir, através da sua acção, para o desenvolvimento sustentável da actividade turística no concelho

Entidades	Discordo plenamente		Discordo		Indeciso		Concordo		Concordo plenamente	
	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%
A comunicação social	0	0,0%	4	2,3%	10	5,7%	141	80,6%	20	11,4%
A Junta de Freguesia	0	0,0%	5	2,9%	32	18,3%	110	62,9%	28	16,0%
As associações ambientalistas	1	0,6%	2	1,1%	30	17,1%	107	61,1%	35	20,0%
As associações de empresários	0	0,0%	3	1,7%	20	11,4%	109	62,3%	43	24,6%
As empresas	0	0,0%	2	1,1%	10	5,7%	103	58,9%	60	34,3%
As escolas	1	0,6%	5	2,9%	10	5,7%	92	52,6%	67	38,3%
O Governo	3	1,7%	4	2,3%	22	12,6%	96	54,9%	50	28,6%
O Município	0	0,0%	0	0,0%	2	1,1%	72	41,1%	101	57,7%
Os cidadãos	0	0,0%	2	1,1%	6	3,4%	92	52,6%	75	42,9%

Entidades	N	Média *	Desvio Padrão
O Município	175	4,57	0,520
Os cidadãos	175	4,37	0,611
As empresas	175	4,26	0,615
As escolas	175	4,25	0,739
As associações de empresários	175	4,10	0,649
O Governo	175	4,06	0,811
As associações ambientalistas	175	3,99	0,686
A comunicação social	175	3,92	0,541
A Junta de Freguesia	175	3,92	0,673
Média global	-	4,16	-

* 1 = Discordo plenamente / 2 = Discordo / 3 = Indeciso / 4 = Concordo / 5 = Concordo plenamente

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

No que respeita às melhores opções de promoção do desenvolvimento do concelho, pediu-se aos residentes inquiridos para se manifestarem, por ordem de preferência, perante um conjunto de 9 opções de promoção. De acordo com os resultados (Tabela 49), verifica-se que as opções que os residentes inquiridos identificam como aquelas que poderão promover com mais eficácia o desenvolvimento do concelho são a instalação de “novas indústrias e apoio às já existentes” (72 dos 175 inquiridos apontam esta iniciativa como a mais eficaz na persecução dos objectivos de desenvolvimento) e o apoio à “instalação de actividades de uso do espaço (turismo, lazer e recreio)”.

As opções menos reconhecidas pelos residentes inquiridos na promoção do desenvolvimento local são o favorecimento à “aquisição/construção de residências secundárias” e o favorecimento e apoio ao “fortalecimento de serviços (públicos, associativos e privados).

Tabela 49 - Auscultação da opinião dos residentes inquiridos sobre as melhores opções para promover o desenvolvimento do concelho

Opções	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção	Total de escolhas da opção	Outra opção
	Freq.a	Freq.a	Freq.a	Freq.a	Freq.a
Instalar novas indústrias e apoiar as já existentes	72	50	21	143	32
Apoiar a instalação de actividades de uso do espaço (turismo, lazer e recreio, etc.)	34	19	32	85	90
Apoiar e fortalecer a agricultura	32	18	17	67	108
Apoiar a instalação de serviços inovadores (investigação, novas tecnologias, etc.)	6	37	20	63	112
Favorecer a instalação de equipamentos colectivos (lares de idosos, etc.)	4	15	29	48	127
Apoiar iniciativas comerciais inovadoras	13	9	20	42	133
Apoiar e fortalecer o comércio tradicional	6	15	19	40	135
Favorecer e apoiar o fortalecimento de serviços (públicos, associativos e privados)	7	8	16	31	144
Favorecer a aquisição/construção de residências secundárias	1	3	2	6	169

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Relativamente à análise das percepções dos residentes inquiridos em relação às potencialidades da floresta de Montado, procurou-se identificar as potencialidades mais relevantes da floresta de Montado, definir a importância da preservação da floresta de Montado (actividades, flora e fauna) e da sua paisagem singular, perceber a importância do Montado na garantia de um conjunto de factores (de cariz económico, social, ambiental e cultural) e identificar, por fim, as principais ameaças à manutenção da floresta de Montado.

No que respeita às potencialidades da floresta de Montado, pediu-se aos residentes inquiridos para se manifestarem, por ordem de preferência, perante um conjunto formado pelas 8 principais potencialidades económicas daquele ecossistema.

De acordo com os resultados (Tabela 50), verifica-se que os residentes inquiridos identificam como principal potencialidade económica da floresta de Montado a “extracção de cortiça” (161 dos 175 apontam esta potencialidade como primeira opção). As “actividades turísticas” e a “produção de lenha e carvão vegetal” são também destacadas como potencialidades importantes no aproveitamento económico dos recursos da floresta de Montado.

As potencialidades da floresta de Montado menos valorizadas pelos residentes inquiridos são as “actividades cinegéticas” e as “actividades desportivas”.

Tabela 50 - Auscultação da opinião dos residentes inquiridos sobre as potencialidades da floresta de Montado

Potencialidades	1ª Opção	2ª Opção	Total escolhas do recurso	Outra de opção
	Freq.a	Freq.a	Freq.a	Freq.a
Extracção de cortiça	141	20	161	14
Actividades turísticas	11	40	51	124
Produção de lenha e carvão vegetal	2	45	47	128
Produtos complementares (mel, cogumelos, plantas, etc.)	4	24	28	147
Agricultura	9	10	19	156
Pastorícia e criação de gado	3	16	19	156
Actividades desportivas (BTT, Orientação, etc.)	3	14	17	158
Actividades cinegéticas (caça e pesca)	3	6	9	166

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Quanto à importância da preservação da floresta de Montado enquanto paisagem humanizada de grande valor, pediu-se aos residentes que respondessem se consideram ou não a preservação daquele ecossistema fundamental (actividades, flora e fauna).

De acordo com os resultados constata-se que 99,4% dos inquiridos afirmam ser fundamental a preservação da floresta/paisagem de Montado. O resultado expressa o reconhecimento por parte dos inquiridos da importância socioeconómica e ambiental da floresta de Montado.

Auscultou-se a opinião dos residentes inquiridos em relação à importância que representa a floresta de Montado na garantia de um conjunto de 13 factores de cariz económico, social, ambiental e cultural.

De acordo com os resultados (Tabela 51), constatou-se, utilizando como referência a média global apurada, que é igual a 1,50, que os residentes manifestaram uma opinião superior à média (menos importância) em relação a apenas 1 factor e inferior à média (mais importância) em relação aos restantes 12 factores. Para efeitos de interpretação, considera-se que a entidade é muito importante quando a média é inferior a 1,5, importante quando superior a 1,5 e inferior a 2, pouco importante quando superior a 2 e inferior a 3 e nada importante se superior a 3.

São vários os factores dependentes da floresta de Montado que os residentes inquiridos consideram muito importantes. A “produção de cortiça” (79,4% dos inquiridos consideram este factor muito importante), a “produção de madeira e carvão” (61,1% dos inquiridos consideram este factor muito importante) e a “protecção do habitat de espécies animais residentes e migratórias” (58,9% dos inquiridos consideram este factor muito importante) são aqueles reúnem maior consenso.

Salienta-se o facto de todos os factores listados serem reconhecidas pelos residentes inquiridos como importantes ou muito importantes, conservando a floresta de Montado o papel de garante na manutenção desses factores, geradores de valor económico, social e ambiental.

Tabela 51 - Auscultação da opinião dos residentes inquiridos sobre a importância do Montado na garantia de um conjunto de factores

Factor	Muito importante		Importante		Pouco importante		Nada importante		NS/NR	
	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%	Freq.a	%
Produção de cortiça	139	79,4%	35	20,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,6%
Produção de madeira e carvão	107	61,1%	65	37,1%	1	0,6%	0	0,0%	2	1,1%
Produção/preservação de plantas aromáticas, medicinais e melíferas (para produção de mel) e fungos (por exemplo cogumelos)	94	53,7%	73	41,7%	6	3,4%	0	0,0%	2	1,1%
Preservação de valores culturais e patrimoniais	88	50,3%	75	42,9%	9	5,1%	0	0,0%	3	1,7%
Produção cinegética (caça e pesca)	82	46,9%	87	49,7%	4	2,3%	0	0,0%	2	1,1%
Protecção do habitat de espécies animais residentes e migratórias	103	58,9%	67	38,3%	3	1,7%	0	0,0%	2	1,1%
Paisagem de grande beleza cada vez mais procurada pelos turistas	100	57,1%	67	38,3%	6	3,4%	1	0,6%	1	0,6%
O Montado como inspiração cultural, histórica e artística	87	49,7%	71	40,6%	13	7,4%	1	0,6%	3	1,7%
Informação científica e educacional	84	48,0%	80	45,7%	6	3,4%	2	1,1%	3	1,7%
Regulação climática e fixação de carbono	86	49,1%	54	30,9%	7	4,0%	1	0,6%	27	15,4%
Controle da erosão e regulação hídrica (protecção de cheias, regulação do escoamento, recarga de aquíferos)	83	47,4%	59	33,7%	6	3,4%	1	0,6%	26	14,9%
Prevenção de fogos	67	38,3%	52	29,7%	31	17,7%	6	3,4%	19	10,9%
Fonte de rendimento turístico (turismo, lazer e recreio)	88	50,3%	78	44,6%	5	2,9%	0	0,0%	4	2,3%

Factor	N	Média *	Desvio Padrão
Produção de cortiça	174	1,20	0,402
Produção de madeira e carvão	173	1,39	0,500
Protecção do habitat de espécies animais residentes e migratórias	173	1,42	0,529
Paisagem de grande beleza cada vez mais procurada pelos turistas	174	1,47	0,596
Regulação climática e fixação de carbono	148	1,48	0,622
Produção/preservação de plantas aromáticas, medicinais e melíferas (para produção de mel) e fungos (por exemplo cogumelos)	173	1,49	0,567
Controle da erosão e regulação hídrica (protecção de cheias, regulação do escoamento, recarga de aquíferos)	149	1,50	0,611
Fonte de rendimento turístico (turismo, lazer e recreio)	171	1,51	0,557
Preservação de valores culturais e patrimoniais	172	1,54	0,596
Produção cinegética (caça e pesca)	173	1,55	0,544
Informação científica e educacional	172	1,57	0,622
O Montado como inspiração cultural, histórica e artística	172	1,58	0,657
Prevenção de fogos	156	1,85	0,874
Média global	-	1,50	-

* 1 = Muito importante / 2 = Importante / 3 = Pouco importante / 4 = Nada importante

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Por fim, pediu-se aos residentes inquiridos para se manifestarem, por ordem de preferência, perante um conjunto formado por 8 potenciais ameaças à manutenção do ecossistema de floresta de Montado.

De acordo com os resultados (Tabela 52), verifica-se que os residentes inquiridos identificam como principal ameaça à floresta de Montado as “doenças, pragas e aumento do risco de incêndio florestal” (160 dos 175 apontam esta ameaça como primeira opção). A “escolha de vedantes sintéticos em detrimento das rolhas de cortiça” e a “expansão urbanística” são também destacados como ameaças importantes do ecossistema de floresta de Montado.

As “actividades desportivas” e as “actividades turísticas” são totalmente desvalorizadas pelos residentes inquiridos enquanto ameaças ao ecossistema de floresta de Montado.

Tabela 52 - Auscultação da opinião dos residentes inquiridos sobre potenciais ameaças à floresta de Montado

Ameaças	1ª Opção	2ª Opção	Total escolhas do recurso	Outra de opção
	Freq.a	Freq.a	Freq.a	Freq.a
Doenças, pragas e aumento do risco de incêndio florestal	134	26	160	15
A escolha de vedantes sintéticos em detrimento das rolhas de cortiça	18	54	72	103
Expansão urbanística	15	41	56	119
Promoção de empreendimentos turísticos	2	23	25	150
O avanço da agricultura sobre as áreas de Montado	5	18	23	152
Diminuição do consumo de produtos do Montado (mel, cogumelos, plantas, etc.)	1	11	12	163
Actividades turísticas	0	1	1	174
Actividades desportivas (BTT, Orientação, etc.)	0	1	1	174

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

3.2.2. Auscultação dos *stakeholders*

Tendo presente que o desenvolvimento competitivo e sustentável do turismo está associado ao interesse, empenho e atitude dos diferentes actores (públicos e privados) face a esta actividade, pretende-se analisar em que medida os *stakeholders* estão comprometidos com o desenvolvimento turístico do concelho de Coruche.

Para a identificação da situação existente, procedeu-se à realização de entrevistas a um painel de agentes locais (Tabela 53).

Foram estabelecidos um conjunto de categorias que permitiram dar alguma coerência e homogeneidade às diferentes entrevistas concretizadas: o “estado” do desenvolvimento local/regional; o turismo; e a floresta de Montado (consultar guiões das entrevistas em Anexo 2).

Um dos critérios seguidos para a selecção dos entrevistados foi garantir a representatividade dos principais *stakeholders*, directa e indirectamente, ligados ao desenvolvimento turístico de Coruche. Para tal, foi elaborada uma lista provisória de organizações de referência do território, a qual serviu como elemento orientador dos contactos entretanto encetados.

Deste modo, a amostra inicialmente delineada apontava para 10 elementos integrados no território em análise. Desta amostra foi possível realizar 9 entrevistas pois, não obstante os esforços continuados, não foi exequível entrevistar o representante da APRCR - Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana.

Tabela 53 - Listagem de entrevistas realizadas

Identificação do stakeholder	Identificação do entrevistado e função que desempenha
Câmara Municipal de Coruche	Célia Ramalho: Vereadora, coordenadora do programa de <i>marketing</i> territorial “Coruche Inspira”
RETECORK - Rede Europeia de Territórios Corticeiros	Dionísio Mendes: Presidente da Assembleia Geral da RETECORK e Presidente da Câmara Municipal de Coruche
APFC - Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes	Gonçalves Ferreira: Membro da direcção da APFC
ACCC - Associação dos Comerciantes do Concelho de Coruche	Vítor Rouxinol: Presidente da ACCC
ENBC - Escola Náutica Búzios Coruche	Alexandre Tadeia: Presidente da ENBC
COAC - Coruche Outdoor Adventure Club	Hugo Borda d’Água: Presidente do COAC
Herdade da Agolada de Cima	António Mello: Proprietário da Herdade da Agolada de Cima
Restaurantes “Ponte da Coroa” e “Sabores de Coruche”	António Macedo: Proprietário dos restaurantes “Ponte da Coroa” e “Sabores de Coruche”
Jornal “Mais Região”	Florbela Machado: Directora do Jornal regional “Mais Região”

Com efeito, a actividade turística envolve múltiplos actores (*stakeholders*) e são importantes as interacções entre eles para haver sucesso no desenvolvimento da actividade.

A análise qualitativa que está subjacente às entrevistas não tem por objectivo fazer generalizações para todos os intervenientes. As inferências e as interpretações retiradas pretendem constituir uma ajuda para atingir os objectivos definidos e contribuir para o avanço do conhecimento.

Os resultados da análise das entrevistas efectuadas são apresentados atendendo a 3 categorias principais previamente definidas (consultar grelhas de análise das entrevistas semi-estruturadas realizadas aos *stakeholders* em Anexo 3).

3.2.2.1. Análise das entrevistas aos stakeholders

Relativamente ao desenvolvimento local de territórios com especificidades peculiares, como é o caso dos territórios de Montado que caracterizam grande parte da área do concelho de Coruche, os entrevistados destacam a necessidade de implementação de medidas públicas e o surgimento de projectos privados assentes na valorização dos recursos endógenos, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local.

As potencialidades endógenas derivam do facto do Montado ser um ecossistema muito amplo, com uma biodiversidade muito significativa e onde se integram vários tipos de actividade económica e produtiva associada a essa biodiversidade. (...) destaca-se o sobreiro por via da produção de cortiça, depois o subcoberto permite várias formas de pastorícia – vacas, cabras,

*ovelhas, porco preto –, permite a caça – o coelho, a lebre, a perdiz, o pombo –, permite a disseminação de produtos como os espargos, os cogumelos, as túbaras, que são efectivamente um complemento à actividade principal que é a cortiça (...) o turismo que é uma vertente que será cada vez mais uma alternativa de exploração das herdades e de geração de actividade económica (...) possibilidade de recolha dos produtos naturais de cariz gastronómico que surgem no Montado (...).*³⁵

Os entrevistados reconhecem que algum declínio que se verifica no concelho assenta num conjunto de défices de natureza populacional, urbana, económica e social, que impedem o território de assegurar dinâmicas sustentadas de crescimento que permitam travar o despovoamento que se tem verificado nas últimas décadas. Alguns dos entrevistados alegam também ter existido ao longo dos anos erros nas políticas de delimitação das áreas rurais com maiores dificuldades de desenvolvimento e portanto com maior necessidade de aplicação de medidas e investimentos para o desenvolvimento.

*Talvez possa salientar alguma coisa relativamente à caracterização destes territórios nos últimos anos, nomeadamente uma certa ambiguidade na sua caracterização enquanto zonas desfavorecidas. Por exemplo na zona da Chamusca, a zona desfavorecida é a charneca. Isto aqui é charneca pura, mas como está inserida numa zona mais perto de Lisboa, não sei bem qual foi o critério mas é zona não desfavorecida. Digamos que esta classificação terá sido uma medida administrativa, de classificação do território, que não resultou. Mas talvez nalguns casos tenha resultado.*³⁶

A nível público, a autarquia têm procurado intervir através da dotação de infra-estruturas e amenidades que possam fixar a população, e mesmo na formação de capital humano.

*Nos últimos anos temos estado concentrados no potencial daquilo que é o nosso território. (...) Apresentámos uma candidatura e erguemos um observatório do sobreiro e da cortiça, isso já revela só por si que estamos concentrados naquilo que é a preservação da nossa floresta e na chamada de atenção para as questões da sustentabilidade (...) a todos os níveis (social, cultural, financeiro, ambiental, etc.) (...).*³⁷

³⁵ Excerto da entrevista ao Presidente da Assembleia Geral da RETECORK e Presidente da Câmara Municipal de Coruche (consultar em Anexo 3).

³⁶ Excerto da entrevista ao proprietário da Herdade da Agolada de Cima (consultar em Anexo 3).

³⁷ Excerto da entrevista à vereadora do Município de Coruche e coordenadora do programa de marketing territorial “Coruche Inspira” (consultar em Anexo 3).

Qualquer solução para o desenvolvimento do concelho deve passar pelo aumento da iniciativa empresarial, capaz de gerar base económica, e não meramente orientada para os mercados locais.

*Os agentes privados em Coruche não tomam nenhuma iniciativa porque (...) estão sempre à espera que seja o município a fazer os investimentos (...) O sector privado está apático, sempre à espera que façam algo que melhore as suas condições, sem a preocupação de, por meios próprios, inovarem, mudarem. (...).*³⁸

A dinamização economicamente sustentável dos territórios rurais, e nomeadamente do concelho de Coruche, passa pela capacidade de gerar projectos valorizadores de recursos endógenos (que sirvam como motores para a fixação de outros investimentos empresariais), em bases inovadoras (que sirvam de fundamento competitivo), desenvolvendo serviços e produtos para o mercado nacional (por forma a gerar influxos de rendimento), criando efeitos multiplicadores sobre outros tipos de actividades, nomeadamente, para criação de emprego. O conhecimento e criatividade podem ser meios para, aproveitando o capital simbólico (por exemplo a cultura tauromáquica ou a qualidade de vida que só um forte envolvimento com a natureza permite) e os recursos com potencial distintivo dos territórios (nomeadamente a floresta de Montado), gerar actividades de base e atractividade de residentes e visitantes.

*Eu penso que nós temos uma forte componente «natureza», é a grande mais-valia de Coruche, componente esta que pode ser aliada a várias vertentes e a vários tipos de actividades. Eu acho que Coruche vale pela natureza e pela tranquilidade que tem e que oferece. (...) A componente agrícola é também relevante, possuímos potencialidades nessa área, temos o rio e solos férteis.*³⁹

*Pelo sol, pela nossa qualidade ambiental, pela nossa floresta. (...) A proximidade de Coruche com as grandes zonas urbanas, também nos faz apetecíveis, e a calma que aqui se vive, porque vivemos ainda em comunidade, torna-nos igualmente atractivos (...) Vivemos com tranquilidade, e é exactamente essa a grande condição que queremos preservar.*⁴⁰

*As actividades que podem ser implementadas aqui, atendendo às próprias características do concelho, são aquelas que tiram proveito dos nossos recursos naturais, portanto actividades praticadas no espaço de Montado e no rio. O concelho tem recursos naturais de grande valia, apenas falta atrair mais pessoas.*⁴¹

³⁸ Excerto da entrevista à directora do jornal Mais Região (consultar em Anexo 3).

³⁹ Excerto da entrevista ao Presidente da Escola Náutica Búzios Coruche (consultar em Anexo 3).

⁴⁰ Excerto da entrevista à vereadora do Município de Coruche e coordenadora do programa de marketing territorial “Coruche Inspira” (consultar em Anexo 3).

⁴¹ Excerto da entrevista ao proprietário dos restaurantes “Ponte da Coroa” e “Sabores de Coruche” (consultar em Anexo 3).

Alguns recursos foram frequentemente citados pelos entrevistados como componentes essenciais no processo de desenvolvimento local: o capital simbólico através da exploração do simbolismo associado a alguns patrimónios com finalidades turísticas e de geração de indústrias criativas e culturais; as aplicações não convencionais de recursos naturais em diversas actividades, alimentar (agro-indústria), cosmética, desportos radicais e indústrias associadas, energias renováveis e cortiça; recursos ambientais das áreas florestais através da investigação e pedagogia articuladas com o turismo ecológico; renovação da base económica actual para maiores conteúdos de conhecimento e de criatividade; e atracção e mobilização de jovens para o empreendedorismo, envolvendo escolas, universidades e politécnicos, e instituições especializadas no fomento do empreendedorismo.

*O crescimento e a dinamização do concelho passarão, no futuro, pelo aproveitamento por parte dos diversos agentes económicos das sinergias criadas pela instalação do novo aeroporto de Lisboa. (...) poderemos procurar vectores de crescimento económico junto do sector dos serviços, serviços esses que estarão certamente relacionados com a melhoria das condições de vida de determinados grupos de população, estou a referir-me, por exemplo, a áreas como a educação, a acção social ou a saúde, isto aproveitando os recursos endógenos que possuímos enquanto território, nomeadamente na componente “qualidade de vida” e “natureza”. (...) não posso infelizmente afirmar que os agentes económicos do concelho estão despertos e imbuídos de espírito empreendedor para abraçar as oportunidades que “esperam” este território (...) Devemos fazer o possível para sensibilizar as pessoas para a necessidade de apostar em novos negócios que ofereçam serviços de maior valor e qualidade (...) pois o mais difícil de mudar é mentalidade das pessoas.*⁴²

*A nossa matéria-prima principal é a natureza, é a nossa história, a nossa identidade.*⁴³

A floresta de Montado é para o concelho de Coruche, e para todos os concelhos que têm este tipo de floresta, uma área muito importante em termos económicos, nomeadamente por via da produção da cortiça (...) Tem-se apostado em afirmar Coruche como capital mundial da cortiça, o que incrementa a importância da fileira corticeira no desenvolvimento económico e social do concelho e da região. (...) Há toda uma fileira a explorar no que se refere à floresta de Montado: economia (os produtores, os donos das fábricas, etc.), o turismo (organização de eventos: feiras, desfiles de moda, etc.), ciência

⁴² Excerto da entrevista à vereadora do Município de Coruche e coordenadora do programa de marketing territorial “Coruche Inspira” (consultar em Anexo 3).

⁴³ Excerto da entrevista ao Presidente da Escola Náutica Búzios Coruche (consultar em Anexo 3).

*(o observatório do sobreiro e da cortiça), etc. Estes recursos provam a importância estratégica que o Montado tem para o nosso concelho.*⁴⁴

O melhor aproveitamento dos recursos endógenos presentes no território é reconhecido por praticamente todos os *stakeholders* como indispensável à prossecução dos objectos de um desenvolvimento local sustentado, reconhecendo-se também a necessidade da valorização local da disponibilidade desses recursos, associado à necessidade de salvaguardar a preservação das zonas sensíveis do ponto de vista ambiental, num esforço conjunto, potencialmente liderado pela autarquia local, de entidades públicas, proprietários dos espaços de Montado e a comunidade local.

Relativamente ao desenvolvimento do turismo no concelho de Coruche, é amplamente reconhecido pelos entrevistados que o turismo se oferece como um importante instrumento de desenvolvimento dos territórios rurais contemporâneos, proporcionando benefícios de longo prazo quando implementado de forma sustentada. O turismo tem vindo a ganhar espaço crescente nas propostas de desenvolvimento que têm sido delineadas pela Câmara Municipal conjuntamente com os parceiros institucionais regionais, no intuito de contribuir para a resolução da crise que afecta os concelhos mais rurais da região, grupo no qual se encontra Coruche. Contudo, apesar das perspectivas de evolução do sector turístico no concelho serem animadoras, os entrevistados identificam fortes debilidades a transpor, sendo reconhecidamente fundamental que o desenvolvimento turístico seja efectuado de forma sustentada, quer a nível económico, quer a nível ambiental.

*Do ponto de vista do potencial do território temos certamente uma excelente oferta turística resultante de recursos naturais, culturais e patrimoniais interessantíssimos presentes no território. Do ponto de vista das infra-estruturas, nomeadamente ao nível da hotelaria e da oferta de camas somos sem dúvida deficitários. Penso que estamos a desaproveitar um potencial que o concelho de Coruche possui e que é o mundo rural e as suas especificidades (...).*⁴⁵

A oferta turística é fraca. (...) O concelho está na proximidade de Lisboa e por este motivo considero que as pessoas que aqui se deslocam com fins turísticos fazem-no sobretudo durante curtos períodos de tempo, ou mesmo durante algumas horas, chegando ao concelho e regressando às suas residências em apenas um dia. (...) Começa a haver bons exemplos, mas na

⁴⁴ Excerto da entrevista ao Presidente do Coruche Outdoor Adventure Club (consultar em Anexo 3).

⁴⁵ Excerto da entrevista ao Presidente da Assembleia Geral da RETECORK e Presidente da Câmara Municipal de Coruche (consultar em Anexo 3).

*área de acção desta associação uma oferta turística estruturada é ainda algo inexistente.*⁴⁶

*Existe alguma oferta mas ela caracteriza-se por ser sobretudo desorganizada. (...) Verifica-se também um problema com os operadores turísticos em Coruche (...), eles estão mais preocupados com a concorrência entre eles do que com o que uma boa capacidade de entreaajuda lhes pode trazer, não se preocupam com o facto de que se todos fizerem publicidade a todos, todos forçosamente sairão a ganhar. (...) A existência de um portal na internet não basta, porque a pessoa que chegar a Coruche pode não ter acesso a esse meio informativo, tem de haver um local que garanta esse serviço.*⁴⁷

*Ainda há muita coisa para fazer. (...) O alojamento é um factor ainda muito frágil, tem de ser melhorado e têm de ser feitas coisas novas, diferentes, temos de inovar. (...) essa falta de condições também se deve à pouca procura turística do concelho o que torna complicado atrair investidores para essa área.*⁴⁸

*De modo geral não sei se haverá grande entusiasmo por parte dos agentes económicos do concelho. (...) Em relação aos agentes económicos, se estes vêem grandes investimentos do município em promoção e se depois vêem as pessoas a ir comprar fora do concelho gera-se um certo descontentamento.*⁴⁹

Os agentes privados em Coruche não tomam nenhuma iniciativa porque (...) estão sempre à espera que seja o município a fazer os investimentos (...) O sector privado está apático, sempre à espera que façam algo que melhore as suas condições, sem a preocupação de, por meios próprios, inovarem, mudarem. (...) Mas também a forma de realizar os investimentos municipais poderá não ser, pontualmente, a mais adequada. Por exemplo, quando o município realiza a FICOR⁵⁰, está a fazer um investimento sobretudo para um grupo restrito de interessados (...) o que me leva a questionar se os milhares de euros investidos pelo município na FICOR trazem vantagens efectivas em termos turísticos. (...) talvez investindo esse dinheiro num programa específico, com as universidades, com as escolas, ou mesmo estabelecendo protocolos com os próprios proprietários, havendo uma

⁴⁶ Excerto da entrevista ao membro da direcção da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes (consultar em Anexo 3).

⁴⁷ Excerto da entrevista ao Presidente da Escola Náutica Búzios Coruche (consultar em Anexo 3).

⁴⁸ Excerto da entrevista ao proprietário dos restaurantes “Ponte da Coroa” e “Sabores de Coruche” (consultar em Anexo 3).

⁴⁹ Excerto da entrevista ao proprietário da Herdade da Agolada de Cima (consultar em Anexo 3).

⁵⁰ Sigla que resume a expressão “Feira Internacional da Cortiça”, certame promovido anualmente pelo Município de Coruche que visa o relançamento da cortiça como alavanca da economia nacional e o reforço da liderança internacional de Portugal no sector.

*interacção diferente dentro das propriedades, se calhar o dinheiro era melhor investido em vez de beneficiar um grupo, beneficiar-se-ia a comunidade toda.*⁵¹

Será crucial, na visão da maioria dos *stakeholders*, que os esforços dos investidores privados presentes no território, e que possuam interesse pela actividade turística, sejam orientados para a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, para o reforço das parcerias estratégicas e para a preservação do equilíbrio ambiental e a valorização do património cultural. De alguma forma poder-se-á dizer que o turismo precisa desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial da região na configuração de produtos turísticos alternativos. Neste sentido, o sucesso da actividade turística prende-se de perto com os recursos locais, na sua expressão quantitativa e qualitativa.

*Saliento o papel muito relevante das empresas turísticas. Existe uma oportunidade que podia ser aproveitada, em Coruche necessitamos de uma empresa que funcione como central de reservas, que agarre na oferta que existe, a estructure em termos de pacote turístico, a promova e a consiga vender (...) Coruche possui um perfil para a realização de programas de fim-de-semana e mini-férias, pois a oferta que existe, seja a descida do rio, os passeios equestres ou os passeios de balão, permite que se estructurem produtos turísticos interessantes e com potencial de procura (...) O turismo é a actividade económica que estará menos explorada. (...) Acho assim que o turismo é uma vertente interessantíssima (...) Há outros exemplos de aproveitamento, nomeadamente no que se refere ao aproveitamento dos produtos do Montado (...) Existem ainda outros produtos, como a caça e o próprio porco criado no Montado (...).*⁵²

Pelo sol, pela nossa qualidade ambiental, pela nossa floresta. (...) A proximidade de Coruche com as grandes zonas urbanas, também nos faz apetecíveis, e a calma que aqui se vive, porque vivemos ainda em comunidade, torna-nos igualmente atractivos (...) Vivemos com tranquilidade, e é exactamente essa a grande condição que queremos preservar. (...) Aquilo que temos feito é a base, a estrutura para conseguirmos desde já trazer visitantes e alimentar a esperança de um aumento de turistas que tenham como destino o nosso território. (...) Primeiro concentrámo-nos em dar reconhecimento “externo”, isto é, fora do concelho, ao nosso território, reconhecimento que crie condições de retorno económico aos investidores e retorno do ponto de vista do incremento da actividade turística (...) estamos confiantes que através

⁵¹ Excerto da entrevista à directora do jornal Mais Região (consultar em Anexo 3).

⁵² Excerto da entrevista ao Presidente da Assembleia Geral da RETECORK e Presidente da Câmara Municipal de Coruche (consultar em Anexo 3).

de medidas de sensibilização e de formação dos agentes económicos os principais objectivos serão alcançados a curto/médio prazo. (...) Uma outra medida que merece destaque é a internacionalização do nosso “território turístico” por via do “marketing” territorial que realizamos (...) Um outro projecto que temos em “carteira” diz respeito a um centro que tencionamos criar na Herdade dos Concelhos, propriedade municipal, centro esse que funcionará como parque temático, onde irão existir várias amenidades.⁵³

A oferta turística baseada no Montado de sobro, baseada na cortiça, que é o que de melhor temos em Coruche para nos distinguir dos outros, passa hoje por todas as actividades desportivas, muitas delas em contacto com o Montado de sobro, desde a canoagem, que acaba por se desenvolver no Rio que percorre o concelho junto ao Montado de sobro, ao BTT, à Orientação, agora existe também o paramotor, ou seja é uma oferta variada, mas que se nota ter sido pensada para potenciar o que de melhor há em Coruche (...) Os agentes económicos que trabalharam em Coruche a nível da potencialização dos seus recursos conseguiram trabalhar para reunir todos as actividades que tenho vindo a mencionar e que reflectem a oferta turística de Coruche.⁵⁴

Nós somos muito ricos em termos etnográficos, existem muitos grupos folclóricos que fazem um trabalho muito sério de pesquisa sobre tradições, costumes, formas de estar, música, poesia, etc., têm uma recolha muito rica nessa área e que poderia também ser aproveitada em projectos de âmbito turístico. (...) Em termos culturais conseguia-se a preservação desses valores e uma passagem de cultura para o exterior.⁵⁵

O sucesso turístico do concelho dependerá, segundo a análise dos *stakeholders*, da sua capacidade de chamar a si a resolução dos seus problemas, de organizar vários agentes em torno de objectivos comuns e de adaptar-se e ajustar-se com sucesso às pressões exercidas pelos concelhos externos com níveis de desenvolvimento turístico mais maduros. As fontes de desenvolvimento residem, deste modo, na própria população, no seu sentido de comunidade e, talvez mais importante que tudo, no seu espírito de inovação e iniciativa.

Coruche não é uma zona turística (...) Apesar de Coruche se localizar perto de Lisboa debate-se com os problemas da interioridade, tem pouca gente, as pessoas gostam de ir gastar dinheiro à cidade, hoje os meios de transporte mais acessíveis e as acessibilidades permitem que as pessoas se desloquem com rapidez (...) Mas no que se refere à qualidade de vida não há qualquer

⁵³ Excerto da entrevista à vereadora do Município de Coruche e coordenadora do programa de marketing territorial “Coruche Inspira” (consultar em Anexo 3).

⁵⁴ Excerto da entrevista ao Presidente do Coruche Outdoor Adventure Club (consultar em Anexo 3).

⁵⁵ Excerto da entrevista à directora do jornal Mais Região (consultar em Anexo 3).

*comparação. (...) O sucesso surge pelas razões opostas. As pessoas querem vir gozar o desafio que o campo possibilita, querem vir experimentar boa gastronomia (...) Há no entanto uma grande competição e rivalidade entre os territórios e as câmaras municipais têm que ser agressivas, agressivas no bom sentido, na promoção dos seus territórios, as que não o forem podem ficar para trás.*⁵⁶

*O município tem feito trabalho e investido recursos na promoção do território, o objectivo desse “marketing” territorial é focar atenções nas nossas qualidades e peculiaridades e fazer a promoção da vila e do concelho. O trabalho de promoção do nosso território, das suas valias e potencialidades próprias, é o trabalho que nos cabe fazer, porque não podemos substituir o investidor, que deve ser privado, e nem podemos substituir os diversos operadores turísticos. (...) Trabalha-mos também na sensibilização daqueles que tem soluções turísticas para oferecer a quem nos procura. (...) julgo que a resposta é sim, há sobretudo uma boa base para a estruturação de uma oferta diferenciadora estamos a fazer um trabalho de proximidade com a população e com os agentes económicos e continuaremos a fazê-lo, porque achamos que esse é o caminho para nos conseguirmos fortalecer a nível regional e nacional do ponto de vista turístico.*⁵⁷

*O município está a fazer um trabalho muito bom de promoção do concelho, através das actividades que dinamiza, de revitalização da vila e de atracção de pessoas para a vila (...) No entanto, estas iniciativas são apenas do município. Haverá uma altura em que não será possível ser o município a comportar todos os investimentos, o que colocará em causa o desenvolvimento destas actividades se não houver mais proactividade por parte dos agentes privados.*⁵⁸

*A principal medida é manter uma oferta de boa qualidade, sobretudo isto, e sempre com a intenção de melhorar. (...) ser diferente e procurar ter aquilo que existe aqui, produtos de origem local. Nós temos aqui produtos com muita qualidade, temos a carne que é uma das melhores do país, e é através destes produtos que temos de fazer gastronomia com qualidade e inovar sempre que possível (...) penso que mantendo esta postura, a médio prazo se conseguem bons resultados.*⁵⁹

⁵⁶ Excerto da entrevista ao proprietário da Herdade da Agolada de Cima (consultar em Anexo 3).

⁵⁷ Excerto da entrevista à vereadora do Município de Coruche e coordenadora do programa de marketing territorial “Coruche Inspira” (consultar em Anexo 3).

⁵⁸ Excerto da entrevista à directora do jornal Mais Região (consultar em Anexo 3).

⁵⁹ Excerto da entrevista ao proprietário dos restaurantes “Ponte da Coroa” e “Sabores de Coruche” (consultar em Anexo 3).

O clima criado por uma sociedade em mudança acelerada, conjugado com a afirmação de um consumidor cada vez mais consciente em matéria de ecologia, que anseia por uma nova qualidade de vida e se oferece crescentemente alertado para os efeitos nefastos do turismo de massas, vêm proporcionando as bases para a diversificação das actividades e produtos turísticos. Como consequência deste ambiente, o mercado vem evoluindo muito rapidamente em direcção a novos produtos. Entre esses produtos encontram-se o turismo em espaço rural (alojamento em espaço rural, passeios equestres, etc.), o turismo científico (botânica, zoologia, etc.), o turismo educativo (observação da vida selvagem, interpretação da natureza, observação astronómica, etc.), o turismo lúdico e recreativo (caminhadas, acampamentos, contemplação da paisagem, etc.) e o turismo de aventura e desportivo (canoagem, BTT, orientação, paramotor, etc.), produtos que encontram condições excepcionais no concelho de Coruche para se desenvolverem. Na realidade, aspectos como a qualidade ambiental, a tranquilidade, o contacto com a natureza, assim como a preferência por períodos de férias mais curtos, são factores que podem vir a incrementar o interesse do turista pelo concelho de Coruche.

A nossa matéria-prima principal é a natureza, é a nossa história, a nossa identidade (...) o turismo é uma actividade que auxilia e potencia a preservação do conjunto de valores que nos caracteriza (...) Na área do turismo de natureza e de aventura relacionado com a canoagem, nas áreas da formação e da competição náutica julgo que sim, existe muito potencial. (...) Existem excelentes condições no rio, com uma interessante diversidade de paisagens. (...) É evidente que a actividade náutica pode contribuir para um desenvolvimento mais lato da região, evidentemente agregada a actividades de outro tipo.⁶⁰

O turismo pode no entanto constituir-se uma actividade complementar importante desde que passe a existir um turismo mais massificado, que tenha por objecto o usufruto da natureza.⁶¹

São bons exemplos a gastronomia, a caça e pesca, a prática de BTT, as actividades motorizadas (por exemplo o motocrosse e os passeios todo-terreno), o atletismo, entre muitas outras. Estas actividades não implicam, a meu ver, constrangimentos negativos relevantes, e a existirem são suplantados pelas mais-valias que podem realizar.⁶²

Não foi rara entre os *stakeholders* a afirmação do seu desagrado pela falta de cooperação e dinamismo dos diversos parceiros de actividade turística.

⁶⁰ Excerto da entrevista ao Presidente da Escola Náutica Búzios Coruche (consultar em Anexo 3).

⁶¹ Excerto da entrevista ao membro da direcção da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (consultar em Anexo 3).

⁶² Excerto da entrevista ao Presidente da Associação dos Comerciantes do Concelho de Coruche (consultar em Anexo 3).

*O município é a única entidade, na minha opinião, que está a fazer algo para revitalizar Coruche e atrair novos investimentos e turistas. A nível privado, não me ocorre (...) nada realmente relevante (...) Os agentes privados em Coruche não tomam nenhuma iniciativa porque (...) estão sempre à espera que seja o município a fazer os investimentos (...) O sector privado está apático, sempre à espera que façam algo que melhore as suas condições, sem a preocupação de, por meios próprios, inovarem, mudarem. (...).*⁶³

*Não posso infelizmente afirmar que os agentes económicos do concelho estão despertos e imbuídos de espírito empreendedor para abraçar as oportunidades que “esperam” este território (...) Devemos fazer o possível para sensibilizar as pessoas para a necessidade de apostar em novos negócios que ofereçam serviços de maior valor e qualidade (...) pois o mais difícil de mudar é mentalidade das pessoas.*⁶⁴

*Sim, essa realidade (o consumo crescente de produtos provenientes do “mundo rural”) representa certamente uma oportunidade para o comércio, todavia para que isso aconteça é necessária uma maior aposta na divulgação e promoção desses produtos. Mas a falta de empresários e ausência de gente com atitude empreendedora são também realidades que tem de ser forçosamente ultrapassadas para que o sector do comércio se fortaleça por via da comercialização dos produtos mais característicos desta região.*⁶⁵

O turismo é um fenómeno relativamente recente no concelho de Coruche, sendo que as expectativas em relação ao seu desenvolvimento são optimistas, transparecendo entre os *stakeholders* a ideia que esta actividade tem reais potencialidades de se constituir num factor de desenvolvimento de Coruche, sendo para isso necessário apenas um maior empenho por parte dos agentes privados com interesse no turismo. Reclama-se sobretudo um maior envolvimento dos privados, identificando-se frequentemente a Câmara Municipal como o único *stakeholder* que nos últimos anos tem investido na promoção e na dinamização da oferta turística. É necessário que surja uma estratégia concertada que permita aproveitar o património natural e construído, a gastronomia e a reabilitação do artesanato e ofícios tradicionais. Em vista está valorizar alguns dos recursos endógenos do concelho e contribuir para a redução da sazonalidade da procura turística que já se verifica na presente etapa do processo de desenvolvimento turístico do concelho.

A oferta actual não é a que desejamos (...) É nosso objectivo atrair turistas, aqueles que permanecem no destino mais de 24 horas (...) A oferta que

⁶³ Excerto da entrevista à directora do jornal Mais Região (consultar em Anexo 3).

⁶⁴ Excerto da entrevista à vereadora do Município de Coruche e coordenadora do programa de marketing territorial “Coruche Inspira” (consultar em Anexo 3).

⁶⁵ Excerto da entrevista ao Presidente da Associação dos Comerciantes do Concelho de Coruche (consultar em Anexo 3).

existe no concelho, no que respeita ao alojamento, é dispersa e não está próxima da vila. (...) existem já condições mínimas para podermos acolher alguns tipos de grupos, não temos efectivamente uma oferta hoteleira estruturada para grupos maiores e para fluxos turísticos com mais expressão (...) Para haver capacidade hoteleira instalada tem que haver condições propícias ao retorno financeiro dos investimentos feitos pela indústria hoteleira e neste momento não temos programação estruturada que permita ter exactamente esta rentabilidade de forma duradoura e regular. (...) No que se refere à procura, em termos médios ela é suficiente, mas temos alguns problemas, pois em alguns períodos ela é insuficiente, não tem expressão, nós queremos colmatar esta sazonalidade.⁶⁶

Deduz-se ainda das palavras proferidas pelos entrevistados que, por via de uma exploração consciente do potencial natural do concelho de Coruche, o sector turístico pode confirmar-se como um importante gerador de emprego e rendimento. Para que o turismo se constitua um instrumento válido de desenvolvimento do concelho a oferta existente e aquela que se venha a implementar necessita de desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial do território na configuração de produtos turísticos alternativos. A beleza das paisagens, a riqueza arquitectónica das vilas e das aldeias, a qualidade da gastronomia e de muitas manifestações culturais é uma realidade incontornável da identidade de Coruche. A limitar a exploração comercial desses recursos têm estado o excessivo investimento promocional por parte dos organismos centrais feito no turismo de sol e praia e o correspondente défice de empenho noutros produtos, porventura menos massificados, mais exigentes em matéria de qualidade de serviço, mas, seguramente, portadores de progresso numa lógica de desenvolvimento mais sustentável e mais equilibrado territorialmente.

As autoridades regionais e locais, em particular a entidade regional de turismo e a câmara municipal, têm um papel insubstituível a desempenhar: à entidade regional de turismo cumpre assumir um papel mais activo na criação de verdadeiros “clusters” económicos e não ser meros agentes de promoção; a câmara municipal, por sua vez, tem de insistir na pedagogia e sensibilização junto dos agentes privados do sector no sentido de exigir profissionalismo e qualidade total na construção da sua oferta. Concretamente, terão que assumir postura mais exigente em matérias como o ordenamento turístico e o ordenamento do conjunto do território, de uma forma geral, e fazer prevalecer os valores estéticos e culturais dos lugares. Um e outras entidades (instituições e operadores turísticos, entenda-se) terão, por outro lado, de manter-se atentas à evolução das necessidades e preferências dos consumidores, porque serão eles que ditarão o sucesso ou insucesso dos produtos turísticos oferecidos.

⁶⁶ Excerto da entrevista à vereadora do Município de Coruche e coordenadora do programa de marketing territorial “Coruche Inspira” (consultar em Anexo 3).

Relativamente à floresta de Montado, todos os *stakeholders* admitem a sua grande importância enquanto factor determinante no processo de desenvolvimento, a todos os níveis, do concelho, reconhecendo igualmente a importância da comunidade local como parte integrante e fundamental daquele ecossistema.

A gestão do homem é necessária, numa forma mais ou menos intensiva, para a manutenção do Montado. Sem esta intervenção o sistema evolui, naturalmente, para uma formação do tipo bosque, onde o homem tem dificuldade em obter recursos. A forma como se desenrolou este processo de transformação do bosque mediterrânico influenciou definitivamente a estrutura deste sistema tal como se nos apresenta hoje. Algumas práticas antigas ainda permanecem, já descontextualizadas, dificultando a adaptação do sistema às actuais formas de exploração agrícola. Outras novas formas foram surgindo, algumas delas bem adaptadas a este sistema, outras causando perturbações mais ou menos graves (Fonseca, 2007).

A floresta em si é uma geradora de fundos, fundos directos. (...) Espécies como o sobreiro, o pinheiro manso, a própria azinheira, mais no Alentejo, possibilitam a existência de actividade económica. (...) No caso do Montado de azinho existe a criação do porco preto, um produto com muito valor económico e até cultural. O pastoreio também é uma actividade que existe, através do aproveitamento do subcoberto do Montado. (...) A extracção da cortiça continua a ser aquela actividade que mais proveito económico pode gerar.⁶⁷

Os diversos *stakeholders* são unânimes em reconhecer o Montado como importante fonte de rendimentos, que gerido de uma forma sustentável tem um horizonte temporal longo. Os Montados têm uma forte componente económica, nomeadamente através da exploração de produtos florestais, bem como a produção de carne e derivados, etc. Para além da componente económica, os Montados apresenta-se como um importante ecossistema, pelo que uma gestão sustentável dos seus recursos é fundamental.

O Montado é fundamental para a economia local e uma garantia de complementaridade para as explorações agrícolas. Se a utilização da rolha de cortiça continuar, a floresta de Montado e o seu ecossistema singular terão futuro (...) Neste momento apostar no Montado é compensador, existem um conjunto de políticas sectoriais para a floresta que apoiam a reflorestação com espécies autóctones, nomeadamente o sobreiro (...) A garantia quanto ao futuro passará, não tenho dúvidas, por novas aplicações e cada vez mais promoção do Montado e dos produtos e serviços associados.⁶⁸

⁶⁷ Excerto da entrevista ao proprietário da Herdade da Agolada de Cima (consultar em Anexo 3).

⁶⁸ Excerto da entrevista ao Presidente da Assembleia Geral da RETECORK e Presidente da Câmara Municipal de Coruche (consultar em Anexo 3).

*Coruche é o concelho português líder na produção de cortiça, indústria que gera muito emprego e rendimento (...) Outra área importante, igualmente demonstrativa da importância da floresta de Montado, é a dos produtos naturais derivados do Montado, alguns deles sazonais, que não estão a ser trabalhados, nem do ponto de vista turístico, nem do ponto de vista gastronómico, e necessitam naturalmente de ser potenciados.*⁶⁹

*Julgo que a floresta de Montado é uma floresta com o futuro assegurado. A sua manutenção tem por base um produto de valor acrescentado, a cortiça, produto natural, sustentável, reciclável, portanto à partida tem todos os ingredientes para ter futuro. (...) há a apontar apenas dois desafios: o primeiro é a qualidade, isto é, deve-se garantir que os produtos são de qualidade e o segundo é a imagem, e enfrentar este desafio passa por comunicar exactamente a qualidade do produto e as suas características singulares.*⁷⁰

Os sistemas de Montado têm uma função ecológica muito importante, ao funcionarem como importantes sugadouros de carbono, contribuindo, portanto para a diminuição da concentração de dióxido de carbono que se liberta para a Atmosfera. Este papel, conjugado com a cultura e modos de vida próprios das populações, contribuíram para a génese de uma paisagem única, com identidade, o que lhes confere, também, uma função paisagística. Todas as actividades que se desenvolvem nos sistemas de Montado são responsáveis por fixar população e criar uma dinâmica económica, desenvolvendo os territórios e evitando o seu abandono, pois a sua própria sobrevivência, depende da manutenção levada a cabo pelo ser humano, o que lhes atribui uma função social.

*A grande característica do Montado é a sua funcionalidade e a riqueza da sua fauna e flora e são esses factores que traduzem o potencial endógeno do Montado. (...) O Montado tem também um valor ambiental e até social pelos serviços que presta, falo, por exemplo, da protecção do ciclo da água e da diminuição do risco de erosão, estes aspectos são de facto valias ambientais proporcionadas pelo Montado. A nível social, como proporciona a existência de actividades económicas em espaço rural, ajuda a dinamizar um território que é mais frágil e menos apto na fixação da população.*⁷¹

As enormes vantagens competitivas e ambientais da rolha de cortiça, face a outros produtos de fim similar (...) residem no facto de ser um produto

⁶⁹ Excerto da entrevista à vereadora do Município de Coruche e coordenadora do programa de marketing territorial “Coruche Inspira” (consultar em Anexo 3).

⁷⁰ Excerto da entrevista ao membro da direcção da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes (consultar em Anexo 3).

⁷¹ Excerto da entrevista ao membro da direcção da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes (consultar em Anexo 3).

*natural extraído da árvore sem lhe incutir qualquer tipo de dano (...) a divulgação e generalização do conceito de sustentabilidade associada à cortiça, ao Montado e ao mundo rural têm sido as principais preocupações da RETECORK (...) Tem também sido prioritário para a RETECORK fazer chegar a mensagem, numa primeira fase, aos países da Comunidade Europeia, de que o ecossistema de Montado é um ecossistema extremamente equilibrado, valioso e importantíssimo para garantir futuro para a humanidade, nomeadamente nos países da bacia mediterrânica.*⁷²

Os *stakeholders* cuja actividade é de maior proximidade com o Montado são também unânimes em reconhecer que o ecossistema enfrenta algumas ameaças, mas também identificam oportunidades a considerar para o futuro. As principais ameaças passam pelo declínio dos Montados devido a doenças e pragas, pelo aumento do risco de incêndio florestal face às alterações climáticas e expansão urbanística, pela promoção de novos empreendimentos turísticos direccionados para o turismo de massas que podem afectar a integridade dos Montados enquanto ecossistemas de elevada importância ambiental, colocando também em causa a indústria da cortiça, pela utilização crescente de vedantes sintéticos em substituição da rolha de cortiça natural por parte do sector vitivinícola e pela intensificação de processos de agrícolas mecanizados que conduzem à destruição do estrato arbóreo e promovem a substituição do Montado por sistemas agrários economicamente mais compensadores. Embora as ameaças sejam uma realidade de resolução difícil, verificam-se também oportunidades que outorgam alento ao Montado, nomeadamente a possibilidade de valorização do Montado como um recurso cultural universal de Portugal e da humanidade, a aposta da utilização da rolha de cortiça natural em vinhos de qualidade, a utilização da cortiça noutros sectores económicos (construção, mobiliário e indústria têxtil), a aposta na promoção da certificação da gestão florestal sustentável através do reconhecimento dos sistemas mundiais de certificação, a aposta em novos usos económicos e sociais do Montado, como por exemplo o turismo sustentável e a crescente consciencialização mundial para a importância de preservar e valorizar os sistemas produtivos tradicionais que tragam benefícios do ponto de vista da pegada ecológica da humanidade.

Os Montados onde subsiste sobretudo a Azinheira são Montados mais expostos devido ao facto de não se extrair desses espaços tanto rendimento económico quanto aquele que se retira de uma floresta onde subsista maioritariamente o Sobreiro. Os Montados de azinho estão mais sujeitos a pressões que conduzam a alterações do seu uso, é um facto. (...) O nosso grande projecto dos últimos anos tem sido a certificação florestal. (...) Em termos de futuro o nosso projecto âncora, para os próximos 2 a 3 anos, será

⁷² Excerto da entrevista ao Presidente da Assembleia Geral da RETECORK e Presidente da Câmara Municipal de Coruche (consultar em Anexo 3).

*mais na área da sustentabilidade produtiva dos serviços do ecossistema (...) pensamos que pode ser uma componente muito interessante em termos de rendimento nas áreas de Montado.*⁷³

*A implementação de um conjunto de boas práticas e de procedimentos, que neste momento se materializa, por exemplo, na certificação florestal. (...) comprova que os autores que intervêm hoje no mundo rural estão muito mais informados e tem muito mais apetrechamento técnico e científico (...) Se não houver uma garantia de retorno económico e se não houver uma perspectiva de longo prazo com aposta na certificação florestal, a continuidade do montado e do mundo rural a ele associado será posta em causa.*⁷⁴

*Esta floresta é fundamental para Coruche, se perdêssemos o Montado seria catastrófico, haveria muito desemprego e imensas dificuldades económicas surgiriam. (...) Em resumo posso afirmar que estes dois habitats, o rio e o Montado, possuem uma importância holística muitíssimo grande e potencialidades de aproveitamento económico sustentável muito interessantes.*⁷⁵

Os *stakeholders* afirmam que o Montado é o recurso presente no concelho de Coruche que o pode tornar distintivo, a ele a todos os concelhos que possuam tal ecossistema, um recurso que poderá consolidar uma oferta turística única. A questão da identidade no desenvolvimento dos territórios rurais é fundamental para a afirmação turística de uma região, sendo que, no caso de Coruche (e num patamar mais elevado, o sul do Ribatejo e Alentejo) o Montado representa esse factor diferenciador e distintivo. O Montado é, em si próprio, a identidade mais expressiva do território. Porque o Montado só existe em Portugal, não existe em mais nenhuma parte do mundo. Quando se fala de Montado, fala-se da sua expressão paisagística, mas também da sua ligação à gastronomia, das suas tradições culturais e da hospitalidade das suas gentes e da sua maneira de vestir.

*Podemos começar pelo Montado, sem dúvida, embora tenhamos que reconhecer que se deve ao município a promoção do Montado. Este tipo de floresta era uma coisa que nem toda a gente conhecia, mas agora sabe-se que Coruche é o maior produtor de cortiça a nível mundial, era uma área que até aqui não tinha sido explorada e afirmada (...) penso que neste momento é o principal atractivo do concelho. (...) O processamento da cortiça é actualmente a principal indústria presente no concelho.*⁷⁶

⁷³ Excerto da entrevista ao membro da direcção da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (consultar em Anexo 3).

⁷⁴ Excerto da entrevista ao Presidente da Assembleia Geral da RETECORK e Presidente da Câmara Municipal de Coruche (consultar em Anexo 3).

⁷⁵ Excerto da entrevista ao Presidente da Escola Náutica Búzios Coruche (consultar em Anexo 3).

⁷⁶ Excerto da entrevista ao proprietário dos restaurantes “Ponte da Coroa” e “Sabores de Coruche” (consultar em Anexo 3).

*A floresta de Montado é uma das coisas mais importantes que o concelho de Coruche possui, em termos económicos, naturais e patrimoniais. O concelho possui no seu território uma grande área de Montado, mas a sua “exploração”, julgo eu, não ocupa muita mão-de-obra, embora seja uma área com forte componente económica, onde se consegue ganhar muito dinheiro, julgo que podia existir outro tipo de exploração e aproveitamento.*⁷⁷

No processo de construção de um “Montado turístico” no concelho de Coruche, são essenciais as parcerias de um vasto conjunto de entidades, públicas e privadas, do concelho e da região. Autarquias, serviços da administração pública, agentes ligados ao Montado e à produção de cortiça, operadores turísticos e universidades estão entre as entidades importantes no processo.

*Parece haver algum potencial para o turismo de natureza e para esse tipo de actividades, mas não vejo que no curto prazo, nestes territórios, se viva dessas actividades, haverá sempre quem consiga um nicho de mercado onde actue com alguma rentabilidade, mas não será prática generalizada. Vejo a existência dessas actividades no território de Montado numa óptica de complementaridade às actividades tradicionais que decorrem no território e não o contrário.*⁷⁸

*Hoje em dia existe uma consciência diferente nas pessoas, elas sabem que temos de ter cuidado e preservar os nossos recursos para que as pessoas do futuro também os possam usufruir, as pessoas quando vão visitar alguma coisa já estão mentalizadas para isso, têm cuidado em apreciar e não estragar.*⁷⁹

A floresta de Montado é reconhecida pelo seu grande potencial para o desenvolvimento de uma grande região rural de Portugal, na qual se inclui o concelho de Coruche, que se apresenta actualmente como uma zona desfavorecida, quer social, quer economicamente, em que a aplicação das medidas que contribuam para o desenvolvimento e para a diminuição das assimetrias é essencial.

3.3. PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM TURISMO SUSTENTÁVEL NA ÁREA DE MONTADO DO CONCELHO DE CORUCHE

3.3.1. Preâmbulo

⁷⁷ Excerto da entrevista à directora do jornal Mais Região (consultar em Anexo 3).

⁷⁸ Excerto da entrevista ao membro da direcção da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (consultar em Anexo 3).

⁷⁹ Excerto da entrevista ao proprietário dos restaurantes “Ponte da Coroa” e “Sabores de Coruche” (consultar em Anexo 3).

As propostas para o desenvolvimento de um turismo sustentável na área de Montado do concelho de Coruche incorporam as grandes linhas estratégicas identificadas no “Plano Estratégico de Desenvolvimento - Coruche 2020”⁸⁰: 1ª Linha Estratégica - Optimização do posicionamento de Coruche dentro da grande cidade-região de Lisboa, mas fora da sua área metropolitana; 2ª Linha Estratégica - preparar o futuro com os mais novos; e 3ª Linha Estratégica - Conciliar as dimensões urbana e rural, num território com o melhor dos dois mundos.

A primeira linha estratégica recai sobre a optimização do posicionamento privilegiado de Coruche na proximidade do maior pólo económico e social nacional, isto é, dentro da grande cidade-região de Lisboa, mas fora da sua área metropolitana. A segunda linha estratégica coloca Coruche enquanto pólo que prepara o futuro com os mais novos, investindo na excelência da educação proporcionada aos mais jovens como factor de captação de população qualificada e de combate ao êxodo populacional, e com a natureza conservada, investindo na preservação distintiva da riqueza natural deste território, onde a defesa e valorização do montado de sobro assume papel destacado, em articulação com iniciativas de conhecimento, criatividade e cultura. A terceira linha estratégica concebe Coruche enquanto pólo com capacidade de conciliar, com equilíbrio selectivo, as dimensões urbana e rural, numa escala ponderada e adequada ao perfil identitário deste território, evoluindo e sendo percebido como um espaço onde se pode aceder ao melhor dos dois mundos, isto é, à liberdade de escolha proporcionada pela disponibilidade de serviços e oportunidades e pelo dinamismo cosmopolita dos espaços públicos de passeio, lazer e comércio do mundo urbano e à qualidade de vida proporcionada pela fruição de uma natureza conservada, em tranquilidade e segurança, sem congestionamentos e em habitats alargados (CMC, 2009).

Para a construção da estratégia de desenvolvimento, do “Plano Estratégico de Desenvolvimento - Coruche 2020”, emergem dois grandes eixos de intervenção de pendor pró-activo, a que se reúne um terceiro eixo de intervenção com carácter preventivo: Eixo 1 - Estruturar a atractividade residencial de Coruche na projecção de um estilo de vida urbano de qualidade, inserido num ambiente rural, através da articulação entre o reforço da dimensão urbana da Vila e a densificação de funções urbanas qualificadas nos pólos rurais; Eixo 2 - Fortalecer a atractividade empresarial de Coruche, através do reforço da fixação de novas iniciativas empresariais decorrente das condições preferenciais de posicionamento face aos eixos e corredores de circulação rodo-ferroviária, com o acolhimento de novas actividades económicas de apoio à logística dos grandes projectos; e Eixo 3 - Equilibrar os impactos sobre os recursos territoriais de Coruche decorrentes das novas pressões da expansão residencial e

⁸⁰ “Plano Estratégico de Desenvolvimento - Coruche 2020” disponível para consulta e *download* em <http://www.cm-coruche.pt>.

empresarial, sobre uma base de boas práticas de ordenamento territorial e de salvaguarda e valorização da sustentabilidade ambiental (CMC, 2009).

A estas linhas estratégicas e a estes eixos de intervenção estão transversalmente associadas as propostas para o desenvolvimento de um turismo sustentável na área de Montado do concelho de Coruche que de seguida se estruturam detalhadamente, partindo do entendimento de que é necessária uma estratégia própria para o turismo, pró-activa, que permita construir a afirmação turística do concelho.

3.3.2. Um plano para o desenvolvimento do turismo

3.3.2.1. Enquadramento

O plano de desenvolvimento do turismo para o Concelho de Coruche, com especial enfoque sobre a área de floresta de Montado do território, tem como objectivo, a partir da auscultação aos *stakeholders* e da interpretação das percepções dos residentes locais realizada, definir a missão e uma a visão para o turismo no concelho e contextualizar, quanto possível, o papel dos actores locais, públicos e privados, na afirmação de uma estratégia comum, propondo-se um conjunto de intervenções que contribuam para consolidar o desenvolvimento turístico no concelho, tirando partido, não só, da sua posição geográfica central a nível nacional mas, também, como zona de interface com o restante território da Região de Lisboa e Vale do Tejo e Região do Alentejo, valorizando, complementando e potenciando as suas especificidades neste contexto de proximidades.

O plano desenvolve-se a partir de três pressupostos iniciais: O património natural e o património cultural, tangível e intangível, constituem os recursos primários para a configuração do destino turístico Coruche; O inventário dos recursos turísticos é relevante e deve ser actualizado como forma de assegurar a consolidação dos recursos turísticos; O turismo deve ser abordado, num quadro de municipalização crescente do turismo, como um sector de diversificação da economia local dinamizado pela autarquia local.

Existe a consciência que o concelho de Coruche não tem um percurso turístico relevante, porventura devido à proximidade do concelho de Santarém, que possui recursos patrimoniais de grande importância nacional, gerando-se um efeito de “sombra” sobre o concelho. Importa então perceber como poderá Coruche tirar proveito dessa proximidade na potencialização do seu próprio território, identificando os recursos turísticos existentes, conhecendo a razão porque não se intervém, por exemplo, na recuperação e valorização do património construído ou porque não se aposta verdadeiramente no turismo como sector alternativo e diversificado para a económica local.

A identificação dos recursos turísticos é um exercício delicado porque, se for muito abrangente e pouco selectivo, poderá induzir uma ideia errónea sobre as reais capacidades turísticas do território. Nem todos os recursos, mesmo aqueles que possuem simbolismo para a comunidade e que contribuem para a construção da sua identidade, possuem potencialidades turísticas.

É de extrema importância concretizar políticas de desenvolvimento sustentável. As propostas que se seguem constituem um contributo, e porque não um ponto de partida, para o enorme desafio que é a construção do futuro de uma forma responsável e consciente. É no entanto fundamental que este caminho seja percorrido com a participação e envolvimento da população, das instituições e dos agentes económicos do concelho, porque só com o efectivo contributo de todos é possível transportar Coruche no rumo pretendido.

3.3.2.2. *Concepção do plano de desenvolvimento*

O turismo no Concelho de Coruche deverá ser considerado como sector estratégico num quadro diversificação da economia local, devendo ser alvo de aposta de intervenção por parte das “forças” públicas e privadas do concelho, e é nesse sentido que se opta por uma estratégia alicerçada nos recursos endógenos do território e nas identidades culturais como forma de alcançar um desenvolvimento que se pretende sustentável.

Considera-se que o dinamizador primário para a concretização do plano é o Município de Coruche e os dinamizadores secundários os agentes privados do concelho e da região. No esforço de desenvolvimento do turismo de Coruche os pressupostos referidos determinam um campo estratégico no qual:

- A área de intervenção é a definida pelos limites do concelho de Coruche; As intervenções devem concentrar-se sobre:
 - Valorização e desenvolvimento de recursos e produtos (p.e. o museu municipal e um parque temático);
 - Equipamentos e serviços de apoio aos turistas para satisfazer as necessidades decorrentes da sua estada (p.e. um parque de campismo e caravanismo);
 - Comunicação de *marketing*: institucional, através da criação de marca e imagem e reconhecimento pelos mercados (p.e. promoção em feiras de turismo); promocional, através da captação e fidelização de visitantes (p.e. cartazes *outdoor*);
 - Acessibilidades, sinalização e informação turística (p.e. posto de informação turística e sinalética);
- As alianças a estabelecer equacionam-se principalmente:

- Na envolvente, ao nível inter-municipal (p.e. na Lezíria do Tejo para *marketing* institucional como destino turístico);
- No sistema interno, em coordenação com outras áreas: cultura, ambiente, desporto, educação (p.e. para organização de eventos) e em parcerias público-privado (p.e. para a construção de um parque temático relacionado com o rio, a agricultura e o Montado).

Com este plano pretende-se contribuir para a “pilotagem” do turismo de Coruche de uma forma interactiva, basicamente qualitativa e muito apoiada nas políticas activas nacionais, regionais e municipais. Este plano é assim um quadro de referência para a intervenção proactiva dos agentes públicos em conjunto com os outros actores do sistema turístico e cívico, uma matriz para o desenvolvimento do turismo no concelho.

3.3.2.3. *Planeamento Interactivo*

A concepção de planeamento interactivo traduz-se no seguinte (Centro de Estudos de Turismo e Cultura do IPT, 2005):

- Os objectivos são expressos em visões de mudança e o sucesso do plano mede-se pelas acções acordadas, pela contratualização e pelas mudanças resultantes, não através de metas quantitativas de crescimento de produto, de número de camas ou outras;
- O essencial da estratégia visa definir um conceito para o território enquanto destino turístico e tomar opções sobre as fontes de vantagens competitivas em que se deve apostar;
- As propostas centrais do plano apontam intervenções consideradas estruturantes, i.e. com capacidade de integrarem um fio condutor de uma estratégia integradora de projectos e acções com efeitos sinérgicos sobre um produto turístico total a consolidar no território;
- O plano não pretende abarcar a totalidade do processo turístico actual e futuro, o plano apresenta propostas com efeitos de alavanca, i.e. com capacidade para gerarem impactes positivos que ampliem o seu efeito isolado, e com um sentido estratégico unificado numa visão de futuro que confere um fio condutor à estratégia;
- Deverá haver interacção com os diversos actores relevantes para o processo de desenvolvimento turístico, em busca da concretização de acções.

3.3.2.4. Horizonte, visão de futuro e objectivos estratégicos

O desenvolvimento do turismo, por se tratar de um processo de mudança territorial, num concelho como o de Coruche deve ser pensado em horizontes de longo prazo como forma de antecipar futuros e gerar dinâmicas. O horizonte 2020 cumpre esses requisitos. A próxima década é um período no qual se inscreve o derradeiro quadro comunitário de apoio, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) de 2007-2013. Este quadro assume-se como uma ferramenta de grande importância na promoção do potencial humano, na valorização do território e dos factores de competitividade.

Outros instrumentos territoriais estratégicos, de cariz nacional, regional ou municipal, são também preponderantes no desenho do futuro. São eles o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), a Agenda 21 para a Lezíria do Tejo, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT) e o Plano de Desenvolvimento Estratégico Coruche 2020.

Significa isto que as acções inseridas no quadro da estratégia preconizada visam gerar mudanças em direcção a uma situação desejada, possível e, sobretudo, ancorada no potencial endógeno do território, com especial ênfase para os recursos disponibilizados pela floresta de Montado, e das pessoas e nas identidades locais que afirmam as diferenças genuínas e atraem os visitantes de forma sustentável.

A visão de futuro expressa em termos qualitativos e prospectivos, os objectivos enquanto intenções de mudança e as orientações estratégicas consubstanciadas em acções são apontados para um horizonte de longo prazo que se pode concretizar por volta de 2020, visto estarmos a falar de um horizonte prospectivo e não de um termo de programação.

3.3.2.5. Situação do turismo no concelho de Coruche

A situação do turismo no concelho de Coruche caracteriza-se em traços largos por:

- A actividade turística no concelho é praticamente incipiente e de muito pouco valor acrescentado, resumindo-se a algum turismo rural e turismo cinegético de qualidade e à realização de alguns eventos gastronómicos que atraem visitantes;
- O *touring* cultural apresenta poucos argumentos. A sede de concelho possui um centro histórico com interesse mas em decadência. Genericamente o concelho possui algum património religioso e não religioso construído de relevância;
- As actividades turísticas relacionadas com o Rio Sorraia são praticamente inexistentes e pode-se mesmo afirmar que as potencialidades do rio se encontram manifestamente subaproveitadas;

- À imagem do subaproveitamento do Rio Sorraia, também as potencialidades do Montado de Sobro se encontram desaproveitadas, com excepção para a actividade cinegética;
- Verifica-se algum lazer de fim-de-semana baseado na recuperação de algumas casas tradicionais alugadas ou para 2ª residência;
- O turismo escolar e juvenil tem alguma expressão (quintas temáticas, p.e. Cantar de Galo);
- Alguns eventos desportivos e gastronómicos realizados ao longo do ano atraem visitantes.

Constata-se assim uma situação muitíssimo distante do que se pode considerar um destino turístico competitivo, mesmo em parâmetros regionais. O concelho tem argumentos interessantes ao nível dos recursos primários de atractividade, principalmente os naturais com foco no espaço de Montado, mas não se tem conseguido afirmar como destino turístico.

Além do mais, o nível de notoriedade e reconhecimento de Coruche como destino turístico pelos mercados é praticamente nulo, mesmo no mercado doméstico regional, o que é resultado de debilidades estruturais, de uma envolvente geográfica adversa.

3.3.2.6. *Questões-chave para a estratégia turística*

Visitantes e turistas: Muitas vezes, quando falamos em turistas, referimo-nos a visitantes de uma forma geral, englobando turistas e visitantes de dia. Devem ser prosseguidas estratégias dirigidas de uma forma genérica à atracção de visitantes, o que não significa deixar de ter presente o objectivo de conseguir uma cada vez maior importância dos turistas nesse conjunto, isto é de criar condições de atractividade, de actividades e de facilidades para que haja estadas mais longas no concelho.

As fronteiras entre o turismo e o recreio e lazer tendem a desaparecer, pelo que um plano de desenvolvimento do turismo não se deve limitar aos segmentos estritamente turísticos, isto é, necessariamente associados ao alojamento turístico.

Considera-se interessante um projecto de parque temático relacionado com o Rio Sorraia, com a Actividade Agrícola e com o Montado de Sobro (fauna, flora e produtos do Montado, como a cortiça ou o mel), que destaque as potencialidades endógenas do concelho.

Segundas residências: A procura de segundas residências associada às necessidades de lazer e recreio de fim-de-semana e férias significa um mercado com algum potencial e interesse para o concelho.

Para além do acolhimento às procuras e ao investimento, propõe-se mesmo uma política activa municipal para estimular este segmento, o que pode constituir um elemento muito eficaz

de marketing territorial e ao mesmo tempo ser decisivo na revitalização de alguns núcleos rurais, alguns deles já abandonados.

Nível de reconhecimento e imagem nos mercados: O défice de notoriedade e reconhecimento é provavelmente a maior limitação actual de Coruche. Neste contexto prevêem-se mudanças substanciais, p.e. ao nível das acessibilidades, que atenuarão o défice referido, nomeadamente a construção do IC-13, actual EN-119, que ligará Alcochete a Coruche e a construção do novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete.

Verifica-se contudo outras dificuldades de atracção territorial, nomeadamente ao nível da captação de investidores. Esta questão ultrapassa contudo o domínio do turismo, e não tem apenas a ver com dificuldades de comunicação, não se resolvendo apenas com soluções promocionais ao nível de campanhas de *marketing* turístico, a situação requer soluções globais e deve ser vista num quadro de projecto territorial e de políticas municipais activas que conjuguem acções diversas. Nestes termos o PROT-OVT e o Plano de Desenvolvimento Estratégico Coruche 2020 ganham preponderância e a sua consideração é de máxima relevância.

Cooperação inter-local e regional: Face ao posicionamento geográfico de Coruche e às dinâmicas e interesses dos outros municípios da Lezíria do Tejo, faz todo o sentido pensar em formas de organização estruturadas a esse nível, propondo-se mesmo um reforço na cooperação com a Entidade Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no sentido de garantir uma intervenção mais eficaz no desenvolvimento de produtos e na promoção do destino.

3.3.2.7. Orientações seguidas na formulação estratégica

A estratégia apoia-se na definição de um conceito genérico de posicionamento: “NATUREZA, IDENTIDADE E RURALIDADE NO RIBATEJO”. E num desígnio: “CORUCHE INSPIRA⁸¹”

O conceito e o desígnio são desenvolvidos em termos de posicionamento geral numa visão de futuro (consultar ponto 3.3.7.).

3.3.3. Avaliação dos recursos turísticos

Dos recursos já inventariados apresenta-se um quadro síntese (Tabela 54) de apreciação segundo critérios de avaliação turística aplicados à sua condição actual:

- Capacidade atractiva: refere-se à capacidade para motivar por si mesmo uma deslocação: internacional se motiva deslocações de pessoas de outros países; nacional

⁸¹ A proposta de plano adopta a marca “Coruche Inspira”, uma marca da autoria do Município de Coruche, de forma a ser coerente com as políticas municipais e compatível com a estratégia do Município, principal dinamizador institucional do turismo no concelho.

se motiva deslocações de pessoas de todo o país; regional se motiva deslocações de pessoas de outros concelhos da região de Lisboa; local se apenas atrai pessoas que por qualquer outro motivo já se encontram no Concelho; nula se actualmente não tem por si mesmo qualquer potencial atractivo de visitas;

- Singularidade: refere-se a uma apreciação de valor intrínseco relativo dentro de uma categoria de recursos patrimoniais: bom na classe se tem um valor destacado; média, não sendo vulgar tem alguns elementos de singularidade; vulgar se não se destaca na categoria;
- Notoriedade: refere-se ao grau de conhecimento que os mercados potencialmente emissores de visitantes possuem actualmente sobre o recurso: elevada se o seu conhecimento estiver amplamente difundido (na região, quase toda a gente sabe o que é e onde é); média se o seu conhecimento for mais limitado às pessoas que residem no Concelho ou que por ele transitam; fraca, se entendermos que pouca gente sabe o que é e onde fica.

Tabela 54 - Quadro síntese de avaliação dos recursos patrimoniais

Recurso	Capacidade Atractiva	Singularidade	Notoriedade
Museu Municipal de Coruche	Nacional	Bom na classe	Elevada
Centro histórico de Coruche	Nacional	Média	Fraca
Paisagem agrícola do Vale do Sorraia	Nacional	Bom na classe	Elevada
Pontes Metálicas de Coruche	Nacional	Bom na classe	Média
Ponte da Coroa - Pego das Armas, Freguesia de Coruche	Local	Vulgar	Fraca
Estação Arqueológica do Cabeço do Pé d'Erra, Freguesia de Vila Nova da Erra	Regional	Média	Fraca
Açude da Agolada, Património Natural	Nacional	Bom na classe	Média
Igreja de São Mateus, Freguesia de Vila Nova da Erra	Local	Vulgar	Fraca
Pelourinho, Freguesia de Coruche	Regional	Vulgar	Fraca
Rio Sorraia, Património Natural	Nacional	Bom na classe	Média
Igreja de Santa Justa, Freguesia do Couço	Local	Vulgar	Fraca
Igreja de Santo António, Freguesia de Coruche	Regional	Média	Fraca
Aqueduto do Monte da Barca, Freguesia de Coruche	Local	Vulgar	Fraca
Ermida de Nossa Senhora do Castelo, Freguesia de Coruche	Regional	Média	Média
Torre do Cemitério, Freguesia de Vila Nova da Erra	Local	Vulgar	Fraca
Igreja de Santa Ana, Freguesia de Santana do Mato	Local	Média	Fraca
Igreja de São Pedro, Freguesia de Coruche	Regional	Média	Fraca
Açude do Monte da Barca, Património Natural	Nacional	Média	Média
Igreja da Misericórdia, Freguesia de Coruche	Regional	Média	Fraca
Antas do Peso, Freguesia do Couço	Regional	Vulgar	Fraca
Rede Hidroagrícola do Vale do Sorraia	Nacional	Bom na classe	Média
Estação de Caminho de Ferro de Coruche	Regional	Vulgar	Fraca

3.3.4. Diagnóstico interno

3.3.4.1. Análise SWOT do turismo de Coruche

Com base na auscultação realizada através de entrevista aos *stakeholders*, no tratamento e análise dos inquéritos por questionário aos residentes locais e análise dos factores que influenciam o turismo no Concelho de Coruche, apresenta-se um diagnóstico sob a forma de uma matriz SWOT, uma das metodologias de diagnóstico muito difundida e aplicada nas mais variadas áreas de investigação.

A avaliação SWOT sistematiza os elementos do diagnóstico efectuado no concelho de Coruche, sob a forma de Forças e Oportunidades, que deverão ser potenciadas, e de Fraquezas e Ameaças, que deverão ser ultrapassadas e colmatadas.

Da análise SWOT resultam algumas evidências (Tabela 55):

- Quanto à competitividade:
 - O concelho de Coruche possui recursos turísticos, naturais (o rio e o Montado de sobro com toda a sua diversidade de fauna e flora) e culturais (identidade da cultura, gastronomia, os produtos do Montado, as touradas), distribuídos por todo o território, formando três zonas turísticas: “sede do concelho e rio”, “Vale do Sorraia e o rio” e o “Montado de Sobro”, evidenciando uma boa possibilidade de diversificação;
 - O Concelho conta com um posicionamento de “charneira”, a meio caminho entre o litoral e o interior e o norte e o sul.
- Quanto à mudança de atitude:
 - Enorme carência da oferta de alojamento, realçada a todos os níveis: falta de meios de alojamento, principalmente na sede do concelho; falta de qualidade dos meios de alojamento existentes, salvo raras excepções; falta de adequação das tipologias de meios de alojamento relativamente à dignidade e riqueza dos recursos existentes, salvo raras excepções; falta de actividades complementares de animação turística.

Tabela 55 - Análise SWOT aplicada ao turismo no concelho de Coruche

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Acessibilidades rodoviárias regionais e de ligação às redes nacionais e transeuropeias de transportes; Concelho com posicionamento de “charneira”; Proximidade à Área Metropolitana de Lisboa principal pólo demográfico e de consumo do país; Proximidade a Lisboa, destino turístico de visibilidade internacional; Recursos diversificados para o turismo e lazer com destaque para os recursos ligados à água, à natureza e à Caça; Recursos naturais com potencialidade; Valor histórico, cultural e paisagístico do Montado, singular em termos mundiais; Vinho e gastronomia.	Ausência de operadores turísticos; Ausência de produtos turísticos integrados e estruturados capazes de atrair investimentos especializados; Carências na qualificação dos recursos humanos especializados em turismo; Concorrência no uso do solo com actividades incompatíveis; Deficientes acessibilidades locais que não acompanham a melhoria das acessibilidades regionais; Dificuldade de integração do Turismo e Lazer na actividade agrícola regional; Existência de áreas ambiental e paisagisticamente desqualificadas;

	<p>Falta de actividades complementares de animação turística;</p> <p>Falta de formatação e promoção de produtos turísticos e de lazer adequados aos recursos da região;</p> <p>Falta de iniciativa privada e de capacidade empreendedora na formatação de novos negócios com base nos recursos endógenos;</p> <p>Falta de Parque de Campismo e Caravanismo;</p> <p>Fraca capacidade do concelho para atrair e fixar populações, principalmente no que se refere às camadas jovens e de estratos socioeconómicos médios e médios-altos;</p> <p>Fracas condições para a transformação dos visitantes em turistas</p>
--	--

Oportunidades	Ameaças
<p>A valorização do Montado como Paisagem Cultural com o conseqüente aumento de atractividade e competitividade nacional e internacional;</p> <p>Construção do novo Aeroporto de Lisboa;</p> <p>Crescente desenvolvimento do Turismo, principalmente nas áreas em que o município possui recursos (rio e Montado);</p> <p>Crescimento e diversificação da procura turística na Região de Lisboa;</p> <p>Desenvolvimento do turismo rural, activo e de natureza;</p> <p>Novas acessibilidades regionais e nacionais permitindo circuitos integrados;</p> <p>Estratégia nacional de turismo que aponta como produto estratégico “Portugal Destino de Turismo Rural”;</p> <p>Previsível Desenvolvimento do Turismo Residencial;</p> <p>Processos de reestruturação interna da Região;</p> <p>Proximidade do mercado espanhol;</p> <p>Turismo como sector de diversificação da economia local.</p>	<p>Baixo nível de sensibilização das populações locais para as oportunidades do fenómeno turístico;</p> <p>Decadência do campo e das actividades rurais;</p> <p>Desertificação humana, envelhecimento da população e êxodo rural dos mais jovens;</p> <p>Dificuldades de cooperação institucional regional;</p> <p>Disparidade de interesses e vontades no território;</p> <p>Expansão metropolitana e suburbanização dos corredores do Vale do Tejo;</p> <p>Falta de adesão dos agentes privados aos programas e iniciativas do sector da actividade turística;</p> <p>Falta de interesse dos investidores por Coruche, face à sua fraca atractividade;</p> <p>Não enquadramento territorial da residência secundária não integrada no turismo residencial;</p> <p>O perfil da procura turística caracteriza-se pela presença de excursionistas e não de turistas;</p> <p>Pouca diversificação do modelo de oferta de alojamento turístico;</p> <p>Saturação do mercado de residência secundária.</p>

3.3.5. Áreas de oportunidade para o turismo

Coruche tem trunfos que lhe permitem valorizar os seus recursos e aproveitar as oportunidades de futuro para o desenvolvimento do seu turismo. Importa assim definir os produtos estratégicos para o concelho:

Figura 27 - Produtos estratégicos para o concelho de Coruche

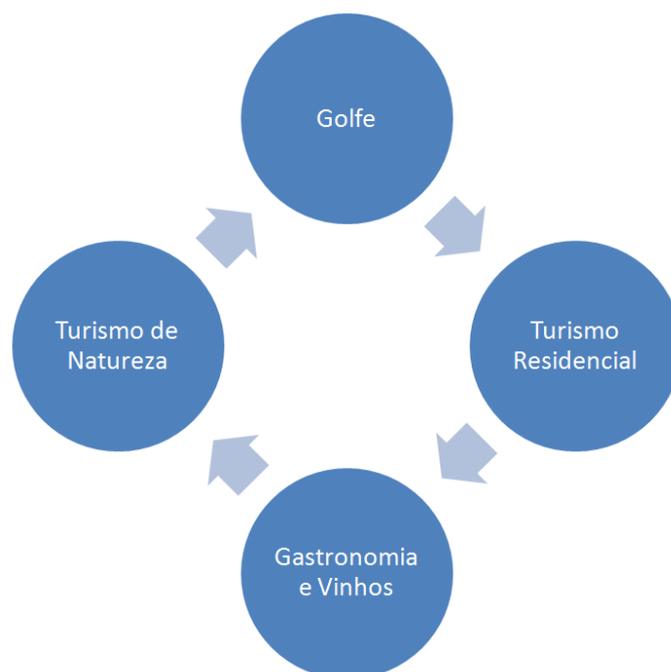


Figura 28 - Áreas de Produto de 1ª Prioridade

Atractividade do negócio média e capacidade competitiva pretendida média/alta:

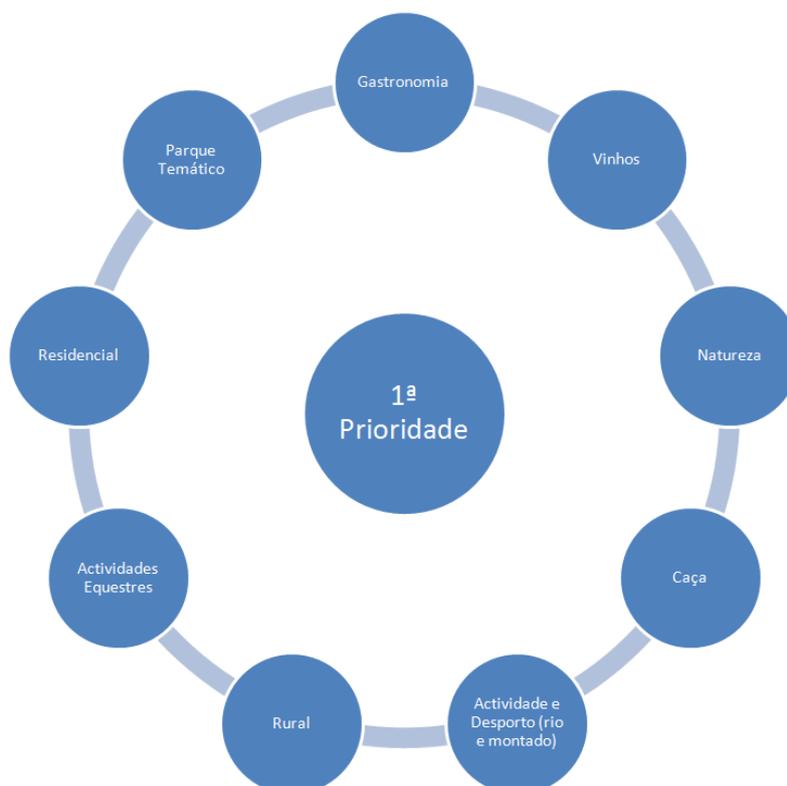
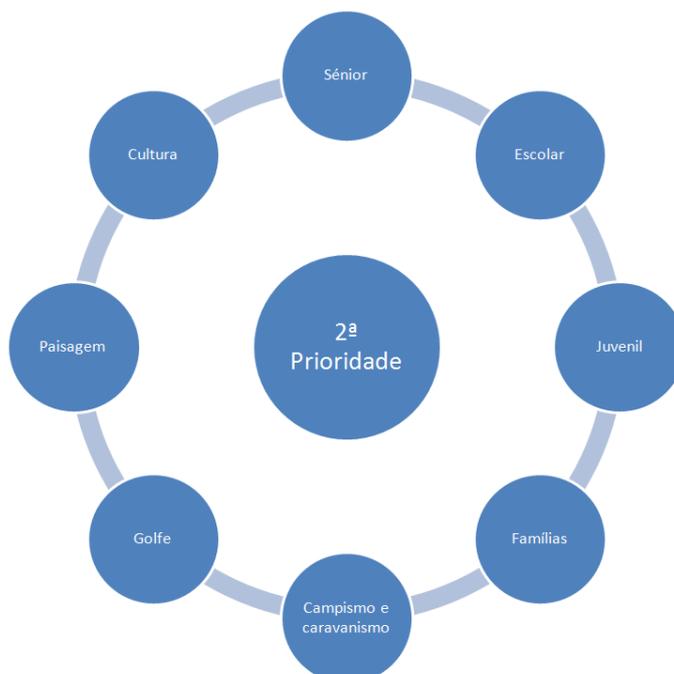


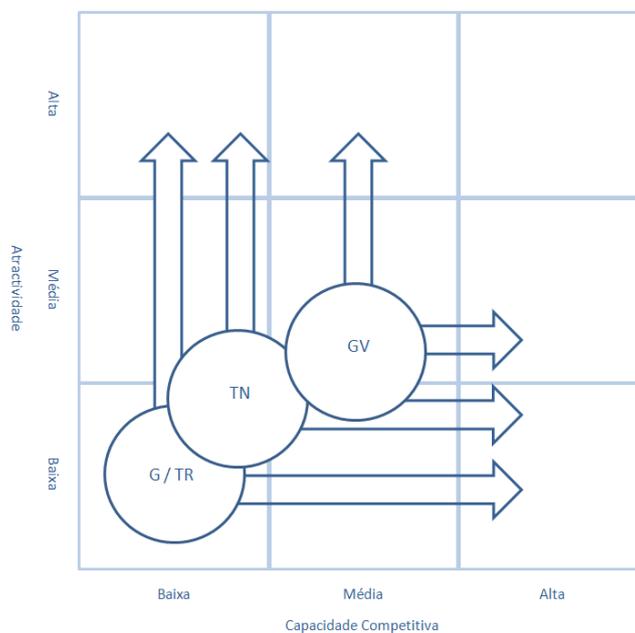
Figura 29 - Áreas de Produto de 2ª Prioridade

Atractividade do negócio média e capacidade competitiva pretendida média:



Os produtos de 1ª e 2ª prioridade reforçam-se mutuamente e deverão evoluir para um sistema de actividades com fortes sinergias de oferta e com aproveitamento das convergências de mercado.

Figura 30 - Matriz de atractividade: situação actual e evolução pretendida

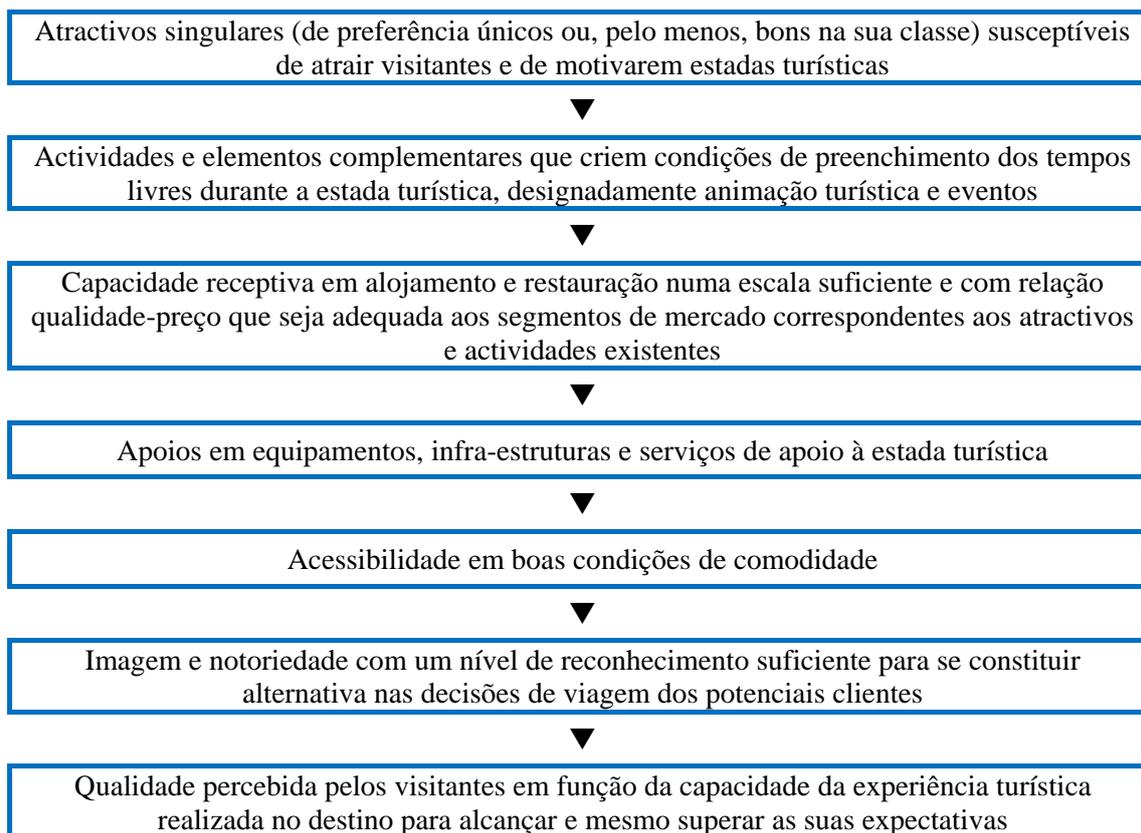


Legenda: TN – Turismo de natureza; G – Golfe; TR – Turismo residencial; GV – Gastronomia e vinhos.

Fonte: Baseado em Turismo de Portugal, 2007

3.3.6. Factores de estruturação do destino turístico

Para estruturar um destino turístico há que assegurar um conjunto de factores consistentes e complementares:



Este conjunto de factores tem que ter consistência para permitir focar alvos de mercado concretos, pois não é hoje possível apostar num destino generalista que sirva todos os segmentos de forma indiferenciada.

O desempenho do destino exprime-se no sucesso de mercado, na sua capacidade para manter uma posição competitiva face às exigências dos mercados e em confronto com as propostas alternativas dos destinos concorrentes.

Encontrar a forma de construir e manter uma posição competitiva é um dos grandes desafios da presente proposta.

3.3.7. Estratégia de desenvolvimento turístico

3.3.7.1. Orientações do planeamento estratégico

O planeamento estratégico dos destinos turísticos responde a um conjunto de intenções que se podem definir de uma forma abrangente:

- Enquadrar o desenvolvimento numa estratégia;
- Valorizar o potencial de recursos locais;
- Explorar as oportunidades do futuro;
- Maximizar os benefícios do turismo para a população;

- Garantir a sustentabilidade do desenvolvimento;
- Articular o turismo com o ordenamento do território;
- Definir posições claras e diferenciadas para os mercados;
- Criar um quadro de orientação das medidas, acções e projectos.

As intenções reflectem-se na seguinte missão:

MISSÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Construir um destino turístico competitivo, com visibilidade e intencionalidade no concelho de Coruche, criando condições para o desenvolvimento de um sistema de actividades de turismo e lazer que valorizem os recursos e as identidades locais de forma a corresponderem às oportunidades do futuro, no prosseguimento de objectivos de desenvolvimento económico, qualidade de vida das populações e sustentabilidade no longo prazo.

Esta missão é genérica devendo ser complementada por objectivos suficientemente claros. A visão e objectivos devem ser traduzidos numa missão territorial, com um sentido de projecto territorial expresso num quadro de desenvolvimento local.

A visão, objectivos e missão constituem o cerne da estratégia.

ESTRATÉGIA É:

“A concepção de uma posição única traduzida em valor, suportada num sistema de actividades que se reforçam mutuamente e ajustadas face aos ambientes contextuais futuros”

“O posicionamento é assim construído sobre um sistema de actividades e a essência do posicionamento estratégico que se pretende competitivo é apostar em actividades diferenciadas dos destinos concorrentes e tradutíveis em propostas de valor percebidas pelos mercados”

“A estratégia não deve cristalizar num posicionamento, a estratégia trata da mudança: após ter compreendido o potencial de mudança, a formulação da estratégia deve ser levada até ao ponto de definir uma agenda que possa antecipar as mudanças”

“Foco nos factores-chave que geram as transformações pretendidas”

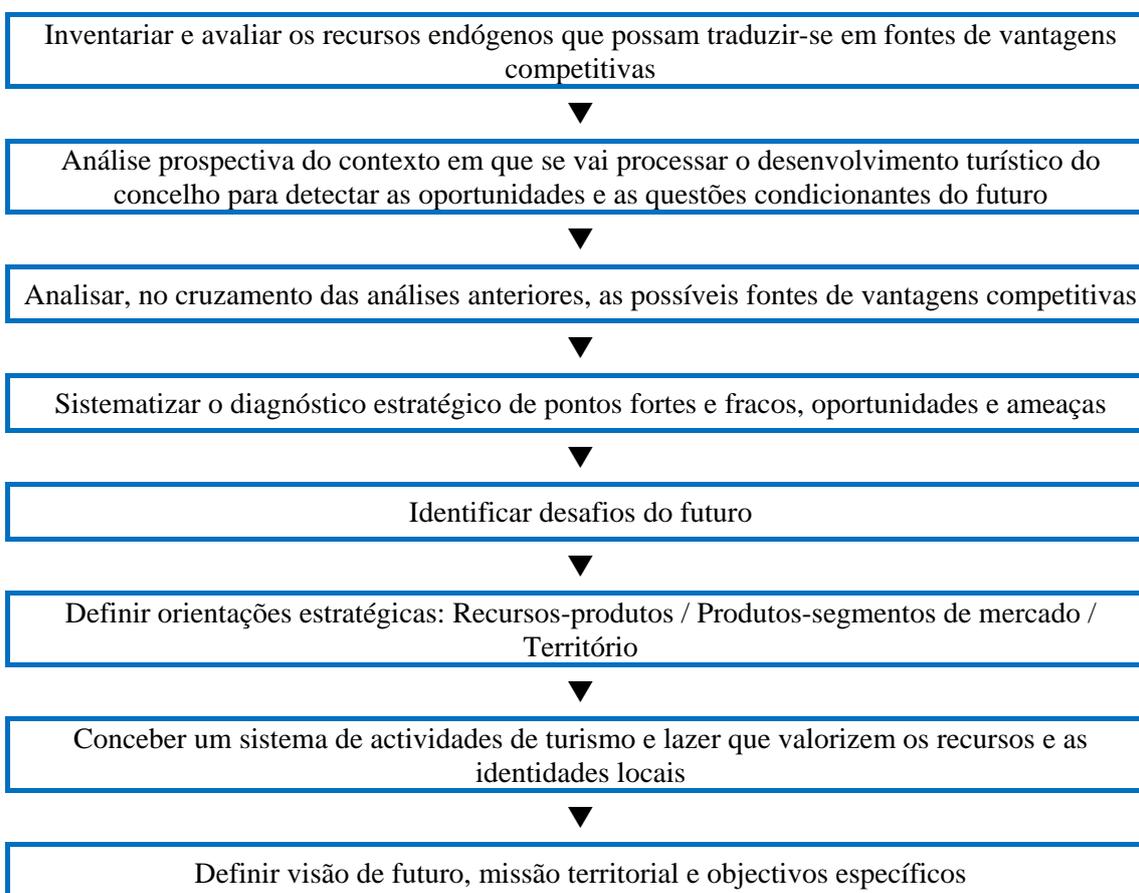
“Visão e ambição a longo prazo”

“Eficácia das medidas face a objectivos (a eficiência pertence à gestão)”

“Compromisso em apostas e prioridades, não é pretender planear tudo”

Fonte: Baseado em Vieira, 2007

Dentro do conceito de estratégia, a sequência de trabalho adoptada deverá ser a seguinte:



A visão representa para um horizonte de futuro uma imagem que clarifica o rumo desejado para o turismo no concelho e traduz uma ambição de progresso e uma força mobilizadora dos actores dos processos de mudança.

A missão dá corpo de projecto territorial aos rumos seleccionados em termos de recursos-produtos, produtos-mercados e espaços turísticos.

Concretizam-se objectivos específicos de forma a corresponderem ao prosseguimento de objectivos gerais de desenvolvimento económico, qualidade de vida das populações e sustentabilidade.

VISÃO DE FUTURO 2020

O concelho de Coruche, promovido no contexto de destino de turismo e lazer da Lezíria do Tejo, atrai:

Residentes na Área Metropolitana de Lisboa para lazer de fim-de-semana durante todo o ano, uma parte das quais fixa segundas residências no concelho;
Crianças e jovens estudantes nacionais para visitas de um ou mais dias, em programas de meio social e natural organizados regularmente pelas escolas durante todo o ano;
Famílias e Seniores nacionais para visitas de um ou mais dias, em programas de meio social e natural organizados regularmente por associações ou empresas (p.e. gastronomia e vinhos);
Caçadores nacionais e estrangeiros deslocam-se para realizar expedições de caça, permanecendo vários dias, com programas de gastronomia e vinhos;
Turistas nacionais e estrangeiros, especialmente espanhóis em férias de automóvel, durante todo o ano, maioritariamente famílias e seniores (em excursão), com motivações diversificadas: clima, natureza, cultura, gastronomia, vinhos, lazer e saúde;
Eventos com projecção nacional em domínios como, caça, água (Rio Sorraia), actividades equestres, tauromaquia, desporto, cultura, conservação da natureza, montado, agricultura e pecuária.

Para a visão de futuro, num horizonte de longo prazo 2020, identificam-se como linhas de força de opção estratégica:

- Produtos turísticos apontando para resposta a motivações diversificadas de clima, natureza, desporto, cultura, gastronomia e vinhos;
- Mercados-alvo prioritários na Área Metropolitana de Lisboa e nos mercados de proximidade nas restantes regiões. Os segmentos alvo são os jovens, famílias, seniores e escolar de crianças e jovens em programas escolares e de férias, segmento muito interessante devido ao efeito influenciador sob o segmento famílias;
- Posicionamento por diferenciação, com reforço do atributo natureza, gastronomia e vinhos;
- Atracção de eventos com projecção regional, nacional e internacional em domínios como música, conservação da natureza, montado, agricultura e pecuária.

Este plano de desenvolvimento do turismo pretende:

Colocar as questões críticas sobre a situação actual e identificar as questões-chave e os desafios para o futuro;

- Focar as intervenções sobre o turismo numa perspectiva de antecipação de futuros possíveis, estimulando a proactividade da política municipal;
- Especificar os objectivos a serem alcançados, permitindo avaliar o curso dos acontecimentos;
- Estimular formas de cooperação e parcerias locais e regionais e um sistema de actividades mais consistente e sinérgico;
- Conduzir a um melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento e dos recursos do território;
- Fazer o alinhamento de um conjunto de projectos e acções públicas e privadas num conceito de visão de futuro para o turismo no concelho.

3.3.7.2. Missão territorial e objectivos

- **Missão territorial:**

Promover o desenvolvimento económico através da mobilização dos recursos do território de forma a dinamizar um sistema de actividades de turismo e lazer que crie empregos e rendimentos, no respeito pelos princípios da sustentabilidade, visando sobretudo a melhoria da qualidade de vida da população e das gerações futuras.

- **Objectivos gerais:**

Domínios de Objectivos	Objectivos Gerais
Desenvolvimento económico	Criação de empregos Geração de rendimentos
Qualidade de vida da população	Qualidade ambiental Equipamentos e actividades de lazer Desenvolvimento cultural
Sustentabilidade	Preservação da autenticidade local Durabilidade dos recursos naturais e culturais

Os objectivos pretendem-se consistentes, isto é, procura-se evitar fixar objectivos que possam ser conflituais. Assim, o desenvolvimento económico visa melhorar a qualidade de vida da população e ambos são subordinados à sustentabilidade.

Importa também definir critérios de avaliação para aplicação aos desenvolvimentos propostos:

- Desenvolvimento económico
 - Criação de empregos:
 - O conteúdo emprego dos desenvolvimentos propostos é uma prioridade a respeitar e um critério de decisão fundamental.
 - Geração de rendimentos:
 - O efeito multiplicador de rendimento dos desenvolvimentos propostos deve ser maximizado potenciando também os seus efeitos induzidos;
 - Neste sentido, os empreendimentos de turismo em espaço rural serão prioritariamente estimulados pelo seu potencial de indução de desenvolvimento em meio rural;
 - O aumento do número de visitantes a uma determinada atracção turística será acompanhado por acções de estímulo à difusão de fluxos para outras atracções ou actividades para se obter maior impacte total de rendimento. Isto consegue-se através do desenvolvimento das ofertas, da promoção cruzada das atracções e da informação e sinalização turística.
- Qualidade de vida da população
 - Qualidade ambiental:
 - As actividades turísticas a incentivar não devem provocar situações de desconforto em termos de tráfego, de ruído ou de poluição sob qualquer outra forma:
 - Em meio urbano;
 - Em meio rural;
 - Em meio natural.
 - Equipamentos e actividades de lazer:
 - Aplica-se um princípio de não-segregação, isto é, os equipamentos e actividades destinados aos turistas e visitantes são igualmente acessíveis aos residentes.
 - Desenvolvimento cultural:
 - O sentido do progresso do turismo e lazer deve reforçar os conteúdos culturais das experiências;
 - A aposta em actividades ligadas ao ensino e à cultura pode resultar
- Sustentabilidade
 - Preservação da autenticidade local:

- Prioridade absoluta aos recursos endógenos, respeito total pela não-descaracterização do património, dos sítios e das actividades tradicionais e valorização prioritária do que é localmente genuíno.
- Durabilidade dos recursos naturais e culturais:
 - Qualquer desenvolvimento proposto será sempre subordinado a critérios de equilíbrio ecológico e de respeito pela diversidade cultural.
 - As capacidades de carga dos recursos e dos sítios serão sempre respeitadas.

3.3.7.3. Questões-chave para o Futuro

A essência da estratégia é apostar na concentração dos recursos num determinado rumo, ancorar o desenvolvimento num conjunto definido de iniciativas e lançar processos estruturantes.

O plano serve para focar acções, para estimular iniciativas, para coordenar esforços, para alavancar recursos, para lançar processos, não pretendendo limitar o curso das acções, nem condicionar dinâmicas instaladas ou potenciais.

Muitas vezes, o que é imediatamente lucrativo não é estrategicamente correcto e isto significa que se deve apontar para objectivos enquadrados numa visão de futuro para um horizonte de longo prazo e tendo sempre presente que a sustentabilidade, que é durabilidade, tem que ser inscrita em futuros mais longos.

Opta-se por um horizonte a 10 anos porque a próxima década está inevitavelmente marcada por grandes mudanças.

Como construir uma visão de futuro que possa ser partilhada e mobilizadora dos actores do processo de desenvolvimento turístico?

É a isto que se pretende responder com este plano: encontrar os pontos de força para apoiar intenções estratégicas de forma a influenciar o desenvolvimento do turismo. As questões-chave que marcam as opções da estratégia turística para o concelho de Coruche colocam-se em dois níveis:



3.3.7.4. *Articulação de estratégias competitivas*

Na concepção de um plano de desenvolvimento, as estratégias, acções e projectos propostos não pretendem descrever exaustivamente as actividades a desenvolver mas sim constituírem âncoras e propostas estruturantes dentro do conceito de planeamento inicialmente exposto.

As acções estratégicas propostas têm sobretudo efeitos de alavanca e de âncora para o desenvolvimento e pretendem ser estruturantes no sentido exposto: o essencial da estratégia visa definir um conceito para o território enquanto destino turístico e tomar opções sobre as fontes de vantagens competitivas em que se deve apostar.

As propostas centrais do plano apontam intervenções consideradas estruturantes, i.e. com capacidade de integrarem um fio condutor de uma estratégia integradora de projectos e acções com efeitos sinérgicos sobre um produto turístico total a consolidar no território.

A competitividade constrói-se com um sistema de actividades que se reforçam mutuamente e que apresentam para os mercados emissores de turistas e investidores uma posição competitiva clara e diferenciada.

Como se afirmou inicialmente, o plano não pretende abarcar a totalidade do processo de evolução do sistema turístico local no futuro, não tem um carácter regulamentar, nem é exaustivo, o plano apresenta propostas com efeitos de alavanca, i.e. com capacidade para gerarem impactes positivos que ampliem o seu efeito isolado, e com um sentido estratégico unificado numa visão de futuro que dá um fio condutor à estratégia global deste território enquanto destino turístico.

No processo de gestão estratégica, deverá haver interacção com os diversos actores relevantes para o processo de desenvolvimento turístico, nem sempre em busca de consensos ou de acordo pleno com o que o plano preconiza, mas sim em busca de plataformas de avanço e de contratualização de acções, atentos o rumo e as linhas de orientação estratégica, mas sem pretensões de encerrar as iniciativas e as dinâmicas emergentes em programas pré-estabelecidos de forma rígida.

3.3.8. Plano de acção

A implementação global da Estratégia preconizada assenta num conjunto diverso de propostas de acções (Anexo 7) que procuram responder de forma operativa e eficiente às orientações apresentadas.

Definem-se três programas de Intervenção, de acordo com a sua dimensão ou vertente estratégica, por serem as que se evidenciam como estruturantes da globalidade do processo de desenvolvimento turístico preconizado:

Vertente do Desenvolvimento Turístico, que contempla o conjunto de acções com incidência no território que visa garantir a qualidade e a diferenciação dos recursos turísticos, da oferta e dos serviços através de medidas e acções de requalificação, de reorganização e de animação

Vertente da Promoção Turística, que contempla as acções prioritárias de divulgação e lançamento dos produtos turísticos

Vertente do Investimento Turístico, que cria condições mais favoráveis de atractividade e de incentivo ao desenvolvimento turístico no concelho

Quadro 1 - Plano de acção: Distribuição das acções pelos programas

ACÇÕES		PRIORIDADES				
		CP	C e MP	M e LP	1ª	2ª
Desenvolvimento Turístico						
1	Valorização de Coruche como Destino Turístico		↓		↓	
1.1	Revitalização do centro histórico da Vila de Coruche		X		O	
1.2	Arranjo paisagístico da margem esquerda do Rio Sorraia	X			O	
1.3	Construção de ponte/dique no Rio Sorraia	X			O	
1.4	Requalificação dos espaços públicos dos núcleos urbanos		X			O
1.5	Beneficiação da Herdade dos Concelhos	X			O	
1.6	Construção de Centro de Interpretação Ambiental na Herdade dos Concelhos	X			O	
1.7	Construção de percursos interpretativos na Herdade dos Concelhos	X			O	
1.8	Projecto Coruche com Vida	X			O	
1.9	Valorização turística das artes e ofícios tradicionais	X			O	
1.10	Dinamização do Núcleo Museológico “Escola Museu Salgueiro Maia”	X			O	
1.11	Construção do Núcleo Museológico “Casa Tradicional na Erra”	X			O	
1.12	Construção do Núcleo Museológico “Resistência no Couço”	X			O	
1.13	Dinamização do Núcleo Museológico “Tauromáquico”	X			O	
1.14	Aplicação de sinalética de Roteiro Megalítico	X			O	
1.15	Actividades relacionadas com o Observatório do Sobreiro e da Cortiça	X			O	
1.16	Construção de parque temático sobre o montado		X			O
1.17	Construção de um parque de campismo e caravanismo		X		O	
2	Organização da Oferta e da Animação Turística					
2.1	Requalificação dos meios de alojamento existentes		X		O	
2.2	Apoio à Instalação de novas unidades de alojamento	X			O	
2.3	Requalificação dos estabelecimentos de restauração		X		O	
2.4	Criação de uma agenda de eventos turísticos de médio prazo	X			O	
2.5	Criação de novos eventos gastronómicos	X			O	
2.6	Feira Internacional da Cortiça	X			O	
3	Estruturação dos Serviços e Equipamentos de Apoio					
3.1	Criação de uma base de dados para o turismo	X			O	
3.2	Estratégia de Formação para a Valorização dos Serviços Turísticos	X				O
Promoção Turística						
4	Planeamento do Marketing					
4.1	Implementação de um plano de Marketing	X			O	
4.2	Estudos de opinião periódicos	X				O
5	Promoção de imagem turística do destino “Coruche”					
5.1	Optimização de “marca turística” já criada	X			O	
5.2	Presença de Coruche em feiras, workshops e eventos similares	X			O	
Investimento Turístico						
6	Guia do investidor					
6.1	Elaboração e implementação do guia do investidor	X				O
7	Apoio ao desenvolvimento empresarial e ao investimento					
7.1	Criação de um serviço de apoio aos investidores	X				O

Legenda: CP – Curto Prazo; C e MP – Curto e Médio Prazo; M e LP – Médio e Longo Prazo; 1ª, 2ª e 3ª Ordens de execução.

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES FINAIS

O conceito de sustentabilidade do turismo é complexo e abrangente e pode assumir significados distintos consoante o grupo de *stakeholders* em causa.

Procurando sintetizar as ideias subjacentes à noção de sustentabilidade do turismo, pode-se afirmar que uma actividade turística sustentável é aquela que proporciona uma experiência de qualidade aos visitantes, enquanto contribui para a melhoria da qualidade de vida da população local e para a protecção da qualidade do ambiente; é aquela que oferece uma experiência satisfatória aos visitantes, assegurando, paralelamente, a continuidade dos recursos naturais em que se baseia e a continuidade da identidade cultural da comunidade receptora; é aquela que permite encontrar um equilíbrio entre as necessidades dos agentes que operam no sector, as necessidades de protecção ambiental e as necessidades da população local; é aquela que enfatiza a defesa dos interesses comuns e a cooperação entre os visitantes, a comunidade receptora e o destino.

É de ressaltar que a opinião dos autarcas, empresários e membros das associações foi muito consensual.

Verifica-se unanimidade no conjunto de debilidades apontadas ao destino turístico Coruche, onde se destaca: ausência de produtos turísticos integrados e estruturados capazes de atrair investimentos especializados; carências na qualificação dos recursos humanos especializados em turismo; concorrência no uso do solo com actividades incompatíveis; deficientes acessibilidades locais que não acompanham a melhoria das acessibilidades regionais; dificuldade de integração do Turismo e Lazer na actividade agrícola regional; existência de áreas ambiental e paisagisticamente desqualificadas; falta de formatação e promoção de produtos turísticos e de lazer adequados aos recursos da região; falta de iniciativa privada e de capacidade empreendedora na formatação de novos negócios com base nos recursos endógenos; e fraca capacidade do concelho para atrair e fixar populações, principalmente no que se refere às camadas jovens e de estratos socioeconómicos médios e médios-altos.

Verifica-se também unanimidade no conjunto de medidas apontadas para estimular a atractividade e aumentar a competitividade do destino turístico Coruche, onde se destaca: *marketing* territorial e promoção; aposta na floresta de Montado como factor primordial de desenvolvimento local; aposta nos produtos e serviços locais, produzidos e prestados com base nos recursos endógenos; aposta na atracção de investimentos na área do alojamento turístico; aposta no apoio ao empreendedorismo; e aposta na exaltação da identidade e tradições singulares.

No que respeita ao estado actual da oferta turística do concelho, verifica-se alguma incerteza perante a qualidade da oferta de determinadas infra-estruturas, nomeadamente no que

respeita ao alojamento, e de alguns equipamentos e serviços turísticos, o que denuncia o prevalecimento de importantes carências nestas áreas (espaços temáticos, restauração e animação turística).

No que respeita às percepções dos residentes inquiridos em relação ao “seu” espaço de residência e modo de vida, ao desenvolvimento do turismo no concelho de Coruche, ao desenvolvimento local e às questões da sustentabilidade e às potencialidades da floresta de Montado, e após análise dos resultados integrada com as entrevistas aos *stakeholders*, verificam-se algumas conclusões que importa referenciar.

Começando pelas percepções dos residentes inquiridos em relação ao seu espaço de residência e modo de vida, constata-se que estes afirmam de forma contundente gostar de residir no concelho de Coruche, apontando como principais factores para esta afirmação a facilidade de deslocação, resultante das boas acessibilidades existentes, a qualidade ambiental, a proximidade com os familiares, a poupança de tempo nos transportes e o acesso a um estilo de vida mais de acordo com as suas preferências. Destacam no entanto alguns factores mais negativos que se verificam no concelho, nomeadamente a dificuldade de acesso a bens e serviços culturais e em beneficiar de boas lojas, restaurantes, escolas e espaços de lazer.

A esmagadora maioria dos residentes inquiridos afirma ter familiares a residir no concelho, afirmando também manter estreitas relações de sociabilidade com os restantes residentes da comunidade, nomeadamente relações de grande proximidade com os seus vizinhos de residência.

Em relação aos grupos determinantes na vida do concelho, os residentes inquiridos apontam os donos de fábricas como o grupo mais influente na vida do concelho, nomeadamente por deterem o “poder” de empregar, destacando também os jovens, os comerciantes e os agricultores tradicionais como grupos influentes. Quanto às entidades consideradas mais importantes para a vida do concelho, destaca-se a figura do Presidente da Câmara Municipal como aquela que mais influência exerce, seguida de entidades como a Guarda Nacional Republicana, os estabelecimentos escolares, os bombeiros e o tribunal.

Os acontecimentos culturais no concelho (eventos, espectáculos e outras iniciativas de cariz cultural) são as actividades mais frequentadas pelos residentes inquiridos. As festas religiosas do concelho e as actividades desportivas estão também entre as actividades mais participadas, numa comunidade que se caracteriza por uma fraquíssima participação cívica. Participação em comissões de festas, em reuniões da Câmara Municipal ou em reuniões de vizinhos são actividades com residuais níveis de participação.

Em relação à população jovem, o futuro avizinha-se, segundo os resultados, difícil. Metade dos residentes inquiridos julga que no futuro a maior parte dos jovens que vivem no concelho irão residir para outro sítio. São relativamente poucos os residentes que acreditam num

futuro de ganhos populacionais para o concelho, com novas famílias de jovens a vir viver para o concelho.

Relativamente às percepções dos residentes inquiridos em relação ao turismo no concelho de Coruche, constata-se que estes, no que se refere ao nível de desenvolvimento actual do turismo no concelho, manifestam uma opinião que condiz com um desenvolvimento turístico satisfatório, acreditando porém que na próxima década um sector conquistará outro nível de proeminência, podendo vir-se a tornar fundamental no desenvolvimento económico, social e ambiental do concelho. O turismo, quando comparado com outros sectores potenciadores de desenvolvimento económico, revela-se como sector imprescindível, a par dos sectores tradicionais presentes no território, nomeadamente os sectores agrícola, florestal e industrial.

A opinião dos residentes, relativamente à actividade turística em concreto, é a de que o turismo pode contribuir para a recuperação e aproveitamento de locais de interesse cultural, histórico e arquitectónico, sendo também considerado uma actividade que ajuda a preservar a cultura e a estimular a preservação das tradições locais. O recurso apontado como aquele que maior potencial oferece ao desenvolvimento turístico é a floresta de Montado. Aliás, os recursos naturais do concelho, na sua globalidade, a gastronomia local e os vinhos regionais são identificados como aqueles que mais potencial possuem para o desenvolvimento turístico.

Relativamente às percepções dos residentes inquiridos em relação ao desenvolvimento local e às questões do desenvolvimento sustentável, constata-se que estes se encontram bastante familiarizados com os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo, estando portanto, na sua grande maioria, conscientes da necessidade de garantir formas de desenvolvimento no presente que não comprometam o acesso a iguais recursos no futuro pelas gerações vindouras. Esta consciência encontra reflexos nos modos de consumo dos residentes que afirmam optar com relativa frequência pela aquisição de serviços e produtos locais quando disponíveis.

No que respeita à identificação das entidades ou iniciativas que mais podem contribuir para a concretização, ou construção, de um desenvolvimento local sustentado, os residentes são unânimes em apontar como principal “motor” neste processo a Câmara Municipal, por via do seu papel agregador de vontades e meios e pela sua capacidade e competência de investimento no território em benefício de toda a comunidade local. A nível privado a instalação de novas indústrias e apoio às já existentes e a instalação de novas actividades de uso do espaço (turismo, lazer e recreio) são iniciativas apontadas como cruciais para o desenvolvimento local.

Relativamente às percepções dos residentes inquiridos em relação às potencialidades da floresta de Montado, constata-se que estes identificam como principal potencialidade económica da floresta de Montado a extracção de cortiça. As actividades turísticas e a produção de lenha e

carvão vegetal são também destacadas como potencialidades importantes no aproveitamento económico dos recursos da floresta de Montado.

No que respeita à importância da preservação da floresta de Montado, a esmagadora maioria dos residentes inquiridos afirmam que a preservação do ecossistema de montado é fundamental, nomeadamente por se tratar de uma paisagem de grande valor, que congrega no seu âmbito uma enorme riqueza económica, natural, social e cultural, desempenhando inclusive um papel basilar a nível climático. A importância da floresta de Montado reflecte-se especialmente na garantia de factores como a produção de cortiça, a produção de madeira e carvão, a manutenção do habitat de espécies animais residentes e migratórias, entre outros.

Finalmente, no que respeita às ameaças à manutenção da floresta de Montado, os residentes são unânimes em apontar as doenças, pragas e o aumento do risco de incêndios florestais como os factores que mais ameaçam este ecossistema. A escolha de vedantes sintéticos em detrimento das rolhas de cortiça e a expansão urbanística são também destacados como ameaças importantes para a continuidade e preservação da floresta de Montado tal qual a conhecemos. As actividades desportivas e as actividades turísticas em espaço de montado são totalmente desvalorizadas pelos residentes inquiridos enquanto ameaças à manutenção daquele espaço.

Os estudo dos *stakeholders* colocou em evidência um conjunto de atributos importantes na construção de Coruche como destino turístico sustentável, suscitando algumas recomendações específicas para as autoridades responsáveis pelo planeamento e gestão, de modo a garantir a competitividade e a sustentabilidade do turismo:

- Protecção e melhoria da qualidade do ambiente e dos recursos naturais, através da implementação de sistemas de planeamento e de licenciamento eficazes e sensíveis em matéria de ambiente e de ordenamento do território, assim como de sistemas de conservação da natureza, que permitam ter em conta a diversidade ecológica, delimitando áreas sensíveis e definindo zonas de potencial desenvolvimento turístico, tendo em vista a operacionalização da componente ambiental da sustentabilidade;
- A manutenção da “tranquilidade” deve ser uma prioridade, pois este é um atributo muito valorizado pelos visitantes que procuram destinos turísticos em áreas rurais;
- Implementação de campanhas de sensibilização ambiental e difusão de códigos de conduta e de guias de boas práticas para os turistas e para a comunidade local;
- Envolvimento da comunidade (empresários e residentes) no processo de tomada de decisão sobre o desenvolvimento do turismo, de modo a fomentar uma atitude positiva em relação ao turismo e aos turistas (construir uma mentalidade ou uma cultura de turismo), que se reflecte, em última instância, no acolhimento ao turista e na qualidade da prestação dos serviços turísticos, ou seja, na atmosfera de hospitalidade do destino;

- Criação de rótulos ecológicos, selos ou prémios de qualidade ambiental, que reconheçam e aprovem as práticas adoptadas e premeiem as empresas que tenham melhorado o seu desempenho em relação ao ano anterior. Estes distintivos são importantes para a criação de um posicionamento do destino, se forem devidamente comunicados junto dos circuitos de distribuição;

As recomendações mencionadas não pretendem de forma alguma ser exaustivas, pois a sustentabilidade a longo prazo do destino turístico não pode assentar unicamente nestes elementos, até porque alguns deles são difíceis de controlar e muitas vezes dependem da actuação concertada de várias entidades.

A presente dissertação, ao longo do seu desenvolvimento, vai apontando medidas que podem ser implementadas para a concretização do desenvolvimento de um turismo sustentável no concelho de Coruche a partir da sua base de recursos endógenos, isto é, nomeadamente a partir da sua floresta de Montado, por via de intervenções e acções integradas que fomentem novas oportunidades para o território. Espera-se que com esta contribuição se consiga contribuir para uma maior reflexão da temática, para uma consciencialização sobre o potencial da floresta de Montado, enquanto elemento central para a formatação de serviços e produtos turísticos, mas também ter contribuído para demonstrar a necessidade de concertação estratégica entre o sector público e privado, para um melhor aproveitamento e utilização dos diversos recursos e esforços. O plano de desenvolvimento do turismo proposto no Capítulo 3 da presente dissertação é a ferramenta que tenta reflectir, de forma pragmática e concreta, as conclusões resultantes da reflexão ora realizada.

No que respeita às contribuições do estudo, às limitações enfrentadas e às pistas para investigação futura, importa referir algumas constatações e ambições importantes.

Fazendo alusão às diversas recomendações da Organização Mundial do Turismo, pode-se argumentar, por via do estudo ora realizado, que o desenvolvimento turístico sustentável exige a participação informada de todos os *stakeholders* relevantes, assim como uma liderança política local forte para assegurar uma ampla participação e a criação de consensos. A prossecução da sustentabilidade do turismo é um processo contínuo, que requer a constante monitorização de impactes e a atempada introdução das medidas necessárias em termos preventivos ou correctivos. O destino deve oferecer uma experiência turística de qualidade (não necessariamente a mesma) a cada um dos segmentos da procura turística, de modo a satisfazê-los, estimulando paralelamente a adopção de práticas mais sustentáveis e influenciando o comportamento dos turistas tendo em vista a protecção do ambiente e a preservação da identidade cultural da comunidade de destino.

No que concerne à principal limitação do estudo, deve-se referir a impossibilidade de extrapolar as conclusões do caso estudado para outros territórios, mesmo aqueles que se revestem de idênticas características sociais, demográficas, económicas ou paisagísticas. O facto de se ter optado pelo estudo de caso, independentemente das suas vantagens, acarreta a incapacidade de se poder extrapolar as conclusões obtidas a outros territórios similares. Não obstante, esta limitação abre portas para a realização de uma abordagem mais alargada, centrada na metodologia do estudo de múltiplos casos, que poderá resultar em conclusões universais que permitam definir propostas de desenvolvimento turístico sustentável mais optimizadas.

O conhecimento obtido dos potenciais efeitos do turismo sobre o ambiente natural, social, económico e cultural de Coruche, enquanto concelho marcadamente rural, contribui para reduzir os riscos devidos a erros ou insuficiências de planeamento, ao identificar ameaças e oportunidades, proporcionando informação útil para a tomada de decisão e potenciando a melhoria contínua, ao induzir a procura de soluções adequadas. O crescente interesse revelado, um pouco por todo o mundo, pelo desenvolvimento do turismo nos territórios rurais, tem dirigido a discussão para a vulnerabilidade destes espaços perante forças externas, surgindo apelos no sentido de se reduzir a dependência económica da actividade turística e de se adoptar uma abordagem enformada pelos princípios do desenvolvimento sustentável.

Por isso, futuramente é preciso ter em conta que a eficácia de qualquer plano de desenvolvimento depende não só da sua coerência e lógica estrutural, como também da sua aceitação e compromisso por parte de todos os que estão envolvidos, pelo que é fundamental aumentar a consciencialização ao nível local sobre as especificidades do concelho.

Por fim, constatando-se que a literatura sobre o desenvolvimento sustentável do turismo confere preponderância ao estudo dos efeitos do turismo sobre o ambiente e a economia, em detrimento dos seus efeitos sobre as comunidades locais, o que esta dissertação propõe é atribuir maior ênfase à participação pública e ao envolvimento dos *stakeholders* do sector no processo de planeamento e de gestão do destino turístico.

Crê-se que a busca da sustentabilidade do turismo não é certamente um problema só do domínio público: todos os grupos interessados no desenvolvimento do turismo devem partilhar desta responsabilidade comum, atendendo necessariamente a aspirações, metas e prioridades diferentes. Por isso, é fundamental desenvolver formas flexíveis de cooperação entre o sector público e o sector privado, que permitam dar resposta àquele que parece ser o maior desafio das sociedades contemporâneas: passar da teoria à acção, ou seja, operacionalizar o conceito de sustentabilidade do turismo.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, F., Cândido, G., Costa, M., & Goedert, A. (2000). Metodologia para formação de redes de inovação entre pequenas e médias empresas. Anais do XXI Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo. (2001). Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Verbo.

Albino, J. (2004). Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal. Vialonga: ANIMAR.

Amaro, R. (1990). O Puzzle territorial dos anos 90 - Uma territorialidade flexível e uma nova base para as relações entre nações e regiões. *Vértice*, N.º 22.

Amaro, R. (1991). Desenvolvimento regional e local: afirmações e constrangimentos. *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 10.

Amaro, R. (1992). Iniciativas de Desenvolvimento Local – Caracterização de alguns exemplos. Lisboa: ISCTE/IEFP.

Amaro, R. (2000). O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In ESDIME, *Desenvolver (Des)Envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*. Messejana: Esdime – Agência para o Desenvolvimento do Alentejo Sudoeste .

Amaro, R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Caderno de Estudos Africanos*, N.º 4.

AMORIM. (2011). A Cortiça. Obtido em 7 de Jan. de 2011, de Corticeira Amorim: http://www.amorim.com/cor_glob_cortica.php

Andrade, J. (2007). Metodologia de estimação da demanda por turismo doméstico no Brasil: aspectos teóricos e evidência empírica. *Revista de Economia*, Vol. 33.

ANIMAR. (2003). Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local. Vialonga: ANIMAR.

ANIMAR. (2006). *VeZ e Voz*, n.º 90. Obtido em 11 de Jan. de 2011, de ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local: Uma Agenda para as Áreas Rurais de Baixa Densidade

ANIMAR. (2008). O que é a ANIMAR? - Breve apresentação. Obtido em 6 de Jan. de 2011, de ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local: <http://www.animar-dl.pt/associacao.php?id=14>

Antunes, M. (2004). Do Crescimento Económico ao Desenvolvimento Humano em Tempos de Globalização. *Campus Social: Revista Lusófona de Ciências Sociais* , N.º 1.

Ap, J. (1992). Residents perceptions on tourism impacts. *Annals of Tourism Research* , Vol. 19.

APCOR. (2010). *Cortiça – Importância Ambiental*. Santa Maria de Lamas: Associação Portuguesa de Cortiça (Cork Information Bureau).

APCOR. (2011a). *Cortiça - Os factos*. Obtido em 6 de Jan. de 2011, de Associação Portuguesa de Cortiça: <http://www.realcork.org/artigo.php?art=344>

APCOR. (2011b). *O Montado*. Obtido em 7 de Jan. de 2011, de CORK, Associação Portuguesa da Cortiça: <http://www.realcork.org/artigo/271.htm>

Arndt, H. (1987). *Economic Development: The history of an idea*. London: The University of Chicago press.

Augé, M. (2005). *Não-lugares*. Lisboa: 90º Editora.

Bahia, E., Fortes, T., & Ferreira, M. (2005). *Gestão de Desenvolvimento Ambiental para Destinos Turísticos*. *Turismo - Visão e Acção* , Vol. 7.

Bahia, M., & Sampaio, T. (2005). *O turismo de aventura na região amazônica: desafios e potencialidades*. São Paulo: Aleph.

Banducci Jr., Á. (2003). *Turismo Cultural e Património: A Memória Pantaneira no Curso do Rio Paraguai*. *Horizontes Antropológicos* (Ano 9) .

Barbosa, L. (2002). Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: o caso do município de Macaé-RJ, Brasil. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Lisboa: CLAD.

Bardgett, L. (2000). The Tourism Industry - Research paper 00/66. Obtido em 13 de Dez. de 2010, de Commons Library Research Papers: <http://www.parliament.uk/documents/commons/lib/research/rp2000/rp00-066.pdf>

Bardin, L. (1999). Análise de Conteúdo. Rio de Janeiro: Edições 70.

Bartoli, H. (1999). Repenser le Développement, En Finir avec la Pauvreté. Paris: UNESCO/MOST/Económica.

BdP. (2010). BP stat: Estatísticas online. Obtido em Dez./Jan. de 2010/2011, de Banco de Portugal: <http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/%28S%28lha4y155grar01550ovs2xat%29%29/Default.aspx>

Bell, J. (2008). Como Realizar um Projecto de Investigação (4^a ed.). Lisboa: Gradiva.

Bercial, R., & Timón, D. (2005). Nuevas tendencias en el desarrollo de destinos turísticos: marcos conceptuales y operativos para su planificación y gestión. Cuadernos de Turismo , Vol. 15.

Bote, V. (2001). Turismo en espacio rural. Rehabilitación del patrimonio sociocultural y de la economía local. Madrid: Popular.

Boullón, R. (2000). Ecoturismo – Sistemas naturales y urbanos. Buenos Aires: Librerías y Distribuidora Turísticas.

Bramwell, B., & Lane, B. (1993). Sustainable tourism: An evolving global approach. Journal of Sustainable Tourism , Vol. 1.

Branco, O., Bugalho, M., Neves Silva, L., Barreira, R., Vaz, P., & Dias, F. (2010). Hotspot Areas for Biodiversity and Ecosystem Services in Montados. Lisboa: WWF Mediterranean Portugal and Centre for Applied Ecology Prof. Baeta Neves.

- Brasseul, J. (1993). *Les nouveaux pays industrialisés et l'industrialisation du Tiers Monde*. Paris: Armand Colin.
- Brown, G. (1996). *Environmental Awareness and Obligations: An Australian Management Perspective*. Kew: Centre for Professional Development.
- Bustelo, P. (1999). *Teorías Contemporáneas del Desarrollo Económico*. Madrid: Síntesis.
- Butler, R. (1993). *Tourism: An evolutionary perspective*. In J. Nelson, R. Butler, & G. Wall, *Tourism and Sustainable Development: Monitoring, Planning and Managing* (Department of Geography Publication Series, n.º 37). Waterloo: University of Waterloo.
- Butler, R. (1999). *Sustainable tourism: A state-of-the-art review*. *Tourism Geographies*, Vol. 1.
- Cadima Ribeiro, J. (2001). *Turismo no espaço rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal* -. In APDR, *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu (Actas do VIII Encontro Nacional APDR)* (Vol. 1). Coimbra: APDR.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia de Investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade aberta.
- Carmo, R. (2007). *De aldeia a subúrbio - trinta anos de uma comunidade alentejana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Carroll, A., & Buchholtz, A. (2003). *Business & Society: Ethics and Stakeholder Management* (5.ª ed.). Mason: Thomson South-Western.
- Cassim, R., Jackson, W., & Gavera, L. (2004). *International Trade in Services and Sustainable Development: The Case of Tourism in South Africa*. Trade Knowledge Network .
- Cater, E. (1995). *Environmental contradictions in sustainable tourism*. *The Geographical Journal*, Vol. 161.
- Cavaco, C. (1999). *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Centro de Estudos de Turismo e Cultura do IPT. (2005). Plano Estratégico de Turismo de Santiago do Cacém. Santiago do Cacém: Município de Santiago do Cacém.

CMC CLAS. (2004). Rede Social: Diagnóstico Social do Concelho de Coruche. Coruche: Câmara Municipal de Coruche - Conselho Local de Acção Social.

CMC. (2009). Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Acção 2013 para o concelho de Coruche. Coruche: Câmara Municipal de Coruche.

Coccosis, H. (1996). Tourism and sustainability: Perspectives and implications. In G. Priestley, J. Edwards, & H. Coccosis, Sustainable tourism? European experiences. Oxon: CAB International.

Comissão das Comunidades Europeias. (1995). O Papel da União em Matéria de Turismo – Livro Verde da Comissão. Bruxelas: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Cooper, C., Fletcher, J., Wanhill, S., Gilbert, D., & Shepherd, R. (1998). Tourism: Principles and Practice (2ª ed.). Harlow: Pearson Education.

Costa, R. (2001). Avaliação do potencial de crescimento e de desenvolvimento das pequenas e microempresas do sector do turismo. Investigação em Turismo: Ciclo de debates .

Coutinho, M. (2003). Economia social em Portugal: a emergência do terceiro sector na política social. Lisboa: CPIHTS (Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social) e APSS (Associação dos Profissionais de Serviço Social).

Creswell, J. (2003). Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches. Thousand Oaks: Sage.

Croall, J. (1995). Preserve or Destroy: Tourism and the Environment. London: Calouste Gulbenkian Foundation.

Cruz, M. (2004). Os determinantes do Turismo Internacional e as restrições à inserção dos países em desenvolvimento: Uma Análise comparativa entre as regiões da América do Sul, África e Sul da Ásia (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Económico). Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

CULT. (2006). Plano de elaboração da Agenda 21 para a Lezíria do Tejo. Santarém: Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT).

Cunha, L. (2001). Introdução ao Turismo. Lisboa: Editorial Verbo.

Cunha, L. (2006). Economia e Política do Turismo. Lisboa: Editorial Verbo.

Daveau, S., Lautensach, H., & Ribeiro, O. (1999). Geografia de Portugal II: O Ritmo Climático e a Paisagem. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

DGOTDU. (1996). Guia para a Elaboração de Planos Estratégicos para as Cidades Médias. Lisboa: Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Diane, A. (2003). A Importância do Planeamento para a Prática da Atividade Turística em Áreas de Protecção Ambiental. Obtido em 23 de Dez. de 2010, de Revista Turismo: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/planejamento.html>

Dresner, S. (2002). The Principles of Sustainability. London: Earthscan.

Eisenhardt, K. (1989). Building Theories from Case Study Research. Academy of Management Review. Vol. 14, n.º 4 .

Europa.eu. (2007). Agenda para um turismo europeu competitivo e sustentável. Obtido em 22 de Dez. de 2010, de Europa.eu: Sínteses da legislação da UE: http://europa.eu/legislation_summaries/enterprise/industry/l10132_pt.htm

Eusébio, C. (2001). Potenciais métodos para avaliar o impacte económico do turismo e nível regional. Investigação em Turismo: Ciclo de debates .

Eusébio, C. (2006). Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional: O caso da Região Centro de Portugal (Tese de doutoramento em Turismo). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Fabião, A. (2007). Os Mitos Urbanos da Floresta: A Floresta Natural. (O. d. Engenheiros, Ed.) Ingenium: A engenharia portuguesa em revista , II Série, n.º 99, 56-60.

Figueiredo, E. (2004). Quantas mais aldeias típicas conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. Encontro de

turismo em espaços rurais e naturais - Turismo em Espaços Rurais e Naturais: actas. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Fonseca, A. (2007). Montado. Obtido em 28 de Março de 2011, de Herdade do Freixo do Meio, Agricultura Biológica: <http://herdadedofreixodomeio.com/mdf/editor/30>

Fratucci, A. C. (2000). Os Lugares Turísticos: Territórios do Fenómeno Turístico. *Geographia* (Ano II), N.º 4.

Freitas, H. (2009). Sobre a importância da conservação dos Montados. Obtido em 23 de Dez. de 2010, de [Nатурlink: http://nатурlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=21&cid=11868&bl=1&viewall=true#Go_1](http://nатурlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=21&cid=11868&bl=1&viewall=true#Go_1)

Friedmann, J. (1996). *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.

Fullana, P., & Ayuso, S. (2002). *Turismo Sostenible*. Barcelona: Rubes Editorial.

Garrido, I. (2001). *Modelos Multiorganizacionais no Turismo: Cadeias, Clusters e Redes* (Dissertação de mestrado profissional em Administração). Bahia: Universidade Federal da Bahia.

Garrod, B., & Fyall, A. (1998). Beyond the rhetoric of sustainable tourism? *Tourism Management*, Vol. 19.

Gaston, K., & Spicer, J. (2004). *Biodiversity: An Introduction* (2ª ed.). Cornwall: Blackwell Science.

Gellner, E. (1998). *Nacionalismo*. Barcelona: Ediciones Destino.

Goodall, B. (1994). Environmental auditing: Current best practice (with special reference to British tourism firms). In A. Seaton, C. Jenkins, R. Wood, P. Dieke, M. Bennett, L. MacLellan, et al., *Tourism: The State of the Art*. Chichester: Wiley.

Goodall, B., & Stabler, M. (1994). Tourism-environment issues and approaches to their solution. In H. Voogd, *Issues in Environmental Planning - European Research in Regional Science* (Vol. Vol. 4). London: Piton.

Hardy, A., & Beeton, R. (2001). Sustainable tourism or maintainable tourism: Managing resources for more than average outcomes. *Journal of Sustainable Tourism* , Vol. 9.

Hardy, A., Beeton, R., & Pearson, L. (2002). Sustainable tourism: An overview of the concept and its position in relation to conceptualisations of tourism. *Journal of Sustainable Tourism* , Vol. 10.

Henriques, J. (1990). *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis*. Lisboa: Escher Publicações.

Hill, M., & Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

Hunt, D. (1989). *Economic theories of development: an analysis of competing paradigms*. London: Harvester Wheatsheaf.

Hunter, C. (1995). On the need to re-conceptualise sustainable tourism development. *Journal of Sustainable Tourism* , Vol. 3.

Hunter, C. (1997). Sustainable tourism as an adaptive paradigm. *Annals of Tourism Research* , Vol. 24.

Hunter, C., & Green, H. (1995). *Tourism and the Environment: A Sustainable Relationship?* London: Routledge.

ICC. (1991). *Business Charter for Sustainable Development*. Paris: International Chamber of Commerce (ICC).

INE. (1983a). *Recenseamentos da População e da Habitação 1981 (resultados definitivos)*, Distrito de Évora. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (1983b). *Recenseamentos da População e da Habitação 1981 (resultados definitivos)*, Distrito de Portalegre. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (1983c). *Recenseamentos da População e da Habitação 1981 (resultados definitivos)*, Distrito de Santarém. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (1983d). *Recenseamentos da População e da Habitação 1981 (resultados definitivos)*, Distrito de Setúbal. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (1984). Recenseamentos da População e da Habitação 1981 (resultados definitivos), Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (1993a). Censos 1991: resultados definitivos, região do Alentejo. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (1993b). Censos 1991: resultados definitivos, região de Lisboa e Vale do Tejo. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (1994). Formação bruta de capital fixo. Obtido em 6 de Janeiro de 2011, de Meta Informação INE:
http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/Detalle.aspx?cnc_cod=2672&cnc_ini=24-05-1994%20:00:00

INE. (1996). Censos 1991: resultados definitivos, Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (2002a). Censos 2001: resultados definitivos, Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (2002b). Censos 2001: resultados definitivos, Lisboa. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (2002c). Censos 2001: resultados definitivos, Alentejo. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (2003). Estudos de implementação da Conta Satélite do Turismo em Portugal: Relatório final. Direcção Geral do Algarve: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (2009). Estudo do Poder de Compra Concelho 2007. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (2009a). Anuário Estatístico de Portugal 2008. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE. (2009b). Anuário Estatístico da Região Lisboa 2008. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

- INE. (2009c). Anuário Estatístico da Região Alentejo 2008. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Inskeep, E. (1991). *Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- IUCN, UNEP, & WWF. (1980). *World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development*. Gland: IUCN.
- Janssen, H., Kiers, M., & Nijkamp, P. (1995). Private and public development strategies for sustainable tourism development of island economies. (H. Coccossis, & P. Nijkamp, Edits.) *Sustainable Tourism Development* .
- Jesus, L. d., Kastenholz, E., & Figueiredo, E. (2008). *A Oferta do Turismo no Espaço Rural: Estudo de Caso da Região Dão-Lafões*. Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território. Coimbra.
- Jornal i. (2010). UNESCO, Património Mundial: Turismo do Alentejo quer ver montado alentejano reconhecido pela. *Jornal i* .
- Lim, C. (1997). Review of International Tourism Demand Models. *Annals of Tourism Research* , Vol. 24.
- Lopez-Gonzalez, G. (2004). *Guía de los Árboles y Arbustos de la Península Ibérica e Baleares* (2ª ed.). Madrid: Mundi-Prensa.
- Mak, J. (2004). *Tourism and the Economic: understanding the economics of tourism*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- Manning, E. (1999). Indicators of tourism sustainability. *Tourism Management* , Vol. 20.
- Massukado, M. (2008). *Análise Comparativa de Estratégias Qualitativas de Investigação: Possibilidades para a Pesquisa em Turismo*. Obtido em 24 de Nov. de 2010, de Universidade de São Paulo: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/turismo/article/view/11921/8409>
- Matias, A. (2007). *Economia do turismo: Teoria e Prática*. Lisboa: Instituto Piaget - Divisão Editorial (Coleção Sociedade e Organizações).

- Matias, S. (2002). Tendências da evolução do desenvolvimento humano em Portugal. *Prospectiva e Planeamento*, Vol. 8.
- McKercher, B. (1993). Some fundamental truths about tourism: Understanding tourism's social and environmental impacts. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 1.
- Medeiros, C. (2000). *Geografia de Portugal: Ambiente Natural e Ocupação Humana - Uma introdução*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mowforth, M., & Munt, I. (1998). *Tourism and Sustainability: New Tourism in the Third World*. London: Routledge.
- Müller, H. (1994). The thorny path to sustainable tourism development. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 2.
- Murphy, P. (1994). Tourism and sustainable development. In W. Theobald, *Global tourism: The next decade*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Naudé, W., & Saayman, A. (2004). The determinants of tourist arrivals in Africa: A panel data regression analysis. International Conference, University of Oxford. Oxford: Centre for the study of African Economies - University of Oxford.
- Neto, P., & Natário, M. (2009). *O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os pólos de excelência rural*. CEFAGE-UE.
- Nunes, J. (2008). *Roadbook: Os Caminhos do Turismo Sustentável - Manual de Boas Práticas de Desenvolvimento Turístico*. Ferreira do Alentejo: ADTR, Associação de Desenvolvimento Terras do Regadio.
- OMT, & UNEP. (2002). *Declaração de Ecoturismo de Quebeque*. Quebeque: Organização Mundial do Turismo / Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas.
- OMT. (1998a). *Agenda para Planificadores Locais: Turismo Sostenible y Gestión Municipal – Edición para América Latina y El Caribe*. Madrid: OMT.
- OMT. (1998b). *Introducción al Turismo*. Madrid: Organización Mundial del Turismo.

- ONU. (1995). Declaração e Programa de Acção da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social. Copenhaga: Organização das Nações Unidas.
- Padín, C. (2004). El desarrollo endógeno local. Estudio de la actividad turística como forma de aproveitamiento de los recursos: aplicación al caso del Baixo Miño (Tese de doutoramento). Vigo: Departamento de Economía Aplicada - Universidad de Vigo.
- Partidário, M. d. (1998). Ambiente e Turismo. Economia e Prospectiva, Rev. do Ministério da Economia , N.º 4.
- Patacho, D. (2007). Desafios e ameaças dos montados. (APCOR, Ed.) Obtido em 7 de Jan. de 2011, de Realcork: <http://www.realcork.org/userfiles/File/Diario%20Economico/Desafios%20e%20ameacas%20do%20montado%20de%20sobre%2004%20Setembro%202007.pdf>
- Pereiro, X. (2003). Patrimonialização e transformação das identidades culturais. In J. Portela, & J. Castro, Portugal Chão. Oeiras: Celta Editora.
- Perret, J., & Teyssandier, J. (2000). Piloter le Tourisme Durable dans les Territoires et les Entreprises. Paris: Agence Française de l'Ingénierie Touristique.
- Perroux, F. (1961). L'Economie du XXe siècle. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Pilgrim, J. (1983). Outdoor Recreation and Resource Management. London: Croom Helm.
- PNPOT. (2007). Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Relatório e Programa de Acção. Anexo à Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, que aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, rectificado pelas declarações de rectificação n.º 80-A/2007, de 7 de Setembro e n.º 103-A/2007, de 2 de Novembro.
- Poon, A. (1997). Global transformation: New consumers. In L. France (Ed.), The Earthscan Reader in Sustainable Tourism. London: Earthscan.
- Presidência do Conselho de Ministros. (Agosto de 2009). Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009 - Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT). Diário da República , 1.ª série - N.º 151.

Presstur. (2010). Análise Estatística. Obtido em 12 de Jan. de 2011, de Associação Portuguesa de Agências de Viagem e Turismo (APAVT): <http://www.apavt.net.pt/upload//6-9-23.pdf>

Proença, S., & Soukiazis, E. (2005). Demand for Tourism in Portugal: A panel data approach (discussion paper n.º 29). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: Centro de Estudos da União Europeia (CEUNEUROPE).

QREN. (2007). Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) - Portugal 2007/2013. Lisboa: Observatório do QCA III - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, J., & Vareiro, L. (2007). Turismo e desenvolvimento regional: O espaço rural como destino turístico. Congresso internacional “Casa Nobre: um património para o futuro” (actas do Congresso Internacional). Arcos de Valdevez: Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez.

Ribeiro, O. (1998). Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico (7ª ed.). Lisboa: Sá da Costa Editora.

Rodríguez, C. (2006). A eurorexión como destino de natureza: unha visión perspectiva. In X. Pardellas, Turismo e natureza na eurorexión Galicia e Norte de Portugal. Vigo: Servizo de Publicacións da Universidade de Vigo.

Saviotti, P. (2000). Networks, national innovation systems and self-organisation (4th International Conference on Technology Policy and Innovation). Curitiba: International Center for Software Technology (CITS).

Seddighi, H., & Theocharous, A. (2002). A model of tourism destination choice: a theoretical and empirical analysis. *Tourism Management*, Vol. 23.

Silva et al., J. (. (2007). Árvores e Florestas de Portugal: Os montados, muito para além das árvores. Lisboa: Público, Comunicação Social, S.A. e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Silva, J. (2004). Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster (Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação). São Paulo: Universidade de São Paulo - Escola de Comunicação e Artes.

Silva, J. (2005a). O Turismo: Uma actividade económica? Obtido em 22 de Dez. de 2010, de Contribuicoes a la economia: <http://www.eumed.net/ce/>

Silva, J., & Perna, F. (2005). Turismo e Desenvolvimento Auto-Sustentado. In *Compêndio de Economia Regional* (2ª ed.). Coimbra: Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional.

Silva, J., Mendes, J., & Guerreiro, M. (2001). *Construção de Indicadores de Avaliação da Qualidade no Turismo* (Projecto de Investigação: Relatório final). Faro: Universidade do Algarve.

Silva, L. N. (2005b). Primeira cortiça certificada pelo sistema FSC: Uma nova garantia de sustentabilidade. Obtido em 22 de Dez. de 2010, de Naturlink, a ligação à natureza: <http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=3&cid=770&bl=1&viewall=true>

Stöhr, W., & Taylor, D. (1981). *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries*. Chichester: John Wiley and Sons Ltd.

Swarbrooke, J. (1999). *Sustainable Tourism Management*. Wallingford: CAB Publishing.

TIES. (1990). What is Ecotourism? The Definition. Obtido em 11 de Dez. de 2010, de The International Ecotourism Society (TIES): <http://www.ecotourism.org>

Tisdell, C. (2000). Introduction: Basic economics of tourism: An overview mainly of Volume 1. In C. Tisdell, & E. Elgar (Ed.), *The Economics of Tourism*. Cheltenham: School of Economics Publications.

Trindade, B. (2011). *Intervenção do Senhor Secretário de Estado do Turismo. Cimeira do Turismo Português 2011: Cidades, pólos do crescimento económico e do turismo do século XXI*. Estoril: MEID, Gabinete do Secretário de Estado do Turismo.

Turismo de Portugal. (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)*. Obtido em 23 de Nov. de 2010, de Turismo de Portugal, ip: http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/planoestrategiconacionaldo_turismo/Anexos/PENT_VERSAO_REVISTA_PT.pdf

Turismo de Portugal. (2011). *Proturismo: Estatísticas*. Obtido em Dez./Jan. de 2010/2011, de Turismo de Portugal, ip:

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/Pages/Estat%C3%ADsticas.aspx>

UNCED. (1992). Agenda 21: A Guide to the United Nations Conference on Environment and Development (United Nations Conference on Environment and Development). Geneva: UN Publications Service.

UNEP-IE. (1995). Environmental Codes of Conduct for Tourism, Technical Report N° 29. Paris: United Nations Environment Programme: Industry and Environment (UNEP-IE).

UNWTO. (2001). Facts & Figures - Tourism 2020 Vision. Obtido em 14 de Dez. de 2010, de Tourism 2020 Vision: <http://www.unwto.org/facts/eng/vision.htm>

UNWTO. (2011a). About UNWTO. Obtido em 6 de Jan. de 2011, de World Tourism Organization UNWTO: <http://unwto.org/en/about/unwto>

UNWTO. (2011b). Facts & Figures: Information, analysis and know-how. Obtido em Dez. / Jan. de 2010 / 2011, de World Tourism Organization UNWTO: <http://www.unwto.org/facts/menu.html>

Valls, J. (2003). Las claves del mercado turístico. Bilbao: Ediciones Deusto.

Vázquez, A. (2005). Las nuevas fuerzas del desarrollo. Barcelona: Antoni Bosh.

Vidal, I. (2001). Economia Social e Cidadania - Economia social e promoção de recursos locais. In IIEFP, Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social - Comunicações. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Vieira, J. (2007). Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo: Uma perspectiva estratégica. Lisboa: Editorial Verbo.

Wall, G. (1993). Towards a tourism typology. In J. Nelson, R. Butler, & G. Wall, Tourism and Sustainable Development: Monitoring, Planning and Managing (Department of Geography Publication Series, n.º 37). Waterloo: University of Waterloo.

WCED. (1987). World Commission on Environment and Development: Our Common Future (Brundtland Commission). Oxford: Oxford University Press.

Wight, P. (1994). The greening of the hospitality industry: Economic and environmental good sense. In A. Seaton, C. Jenkins, R. Wood, P. Dieke, M. Bennett, L. MacLellan, et al., *Tourism: The State of the Art*. Chichester: Wiley.

Wikipédia. (2011). Trade-off. Obtido em 12 de Jan. de 2011, de Wikipédia, a enciclopédia livre: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Trade-off>

WTO, General Assembly. (2001). Resolution adopted by the General Assembly: Global Code of Ethics for Tourism. Madrid: UNWTO.

WTO. (1993). *Sustainable Tourism Development: Guide for Local Planners*. Madrid: WTO.

WTO. (1995). WTO Asian Tourism Conference, Technical Session (Islamabad). *Sustainable tourism development, Background Paper by WTO Secretariat*. Madrid: WTO.

WTO. (1998). *Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism*. Madrid: World Tourism Organization.

WTO. (1999). *International tourism: A global perspective (2ª ed.)*. Madrid: WTO.

WTO. (2000). *Sustainable development of tourism: A compilation of good practices*. Madrid: World Tourism Organization.

WTO. (2001). *Sustainable development of ecotourism: A compilation of good practices*. Madrid: World Tourism Organization.

WTO. (2003). *Sustainable development of ecotourism: A compilation of good practices in SMEs*. Madrid: World Tourism Organization.

WTTC, WTO, & EC. (1995). *Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*. London: World Travel and Tourism Council/World Tourism Organization/Earth Council.

WTTC. (1991). *WTTC Policy: Environmental Principles*. Brussels: World Travel and Tourism Council (WTTC).

WWF, CEABN, & FAUNALIA. (2010). Cartografia das áreas florestais extensas à escala da paisagem: áreas extensas de montado de sobreiro. Obtido em 6 de Jan. de 2011, de HABEaS - Hotspot Areas for Biodiversity and Ecosystem Services: <http://www.habeas.com.pt>

WWF. (2008). O sobreiro, uma barreira contra a desertificação. Lisboa: World Wild Found (WWF) Mediterrâneo - Portugal.

Yin, R. (2003). Applications of Case Study Research. Thousand Oaks: Sage.

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 - ELEMENTOS DE APOIO A “CORUCHE: NA BUSCA DE NOVOS VECTORES DE DESENVOLVIMENTO”	218
ANEXO 2 - GUIÕES DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRURADAS REALIZADAS AOS <i>STAKEHOLDERS</i> ..	234
ANEXO 3 - GRELHAS DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRURADAS REALIZADAS AOS <i>STAKEHOLDERS</i>	243
ANEXO 4 - INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS RESIDENTES NO CONCELHO DE CORUCHE	261
ANEXO 5 - ELEMENTOS DE APOIO À DETERMINAÇÃO DO UNIVERSO DO ESTUDO E DA AMOSTRA DO INQUÉRITO AOS RESIDENTES NO CONCELHO DE CORUCHE.....	270
ANEXO 6 - ELEMENTOS DE APOIO À ANÁLISE DOS DADOS DO INQUÉRITO AOS RESIDENTES NO CONCELHO DE CORUCHE	272
ANEXO 7 - PLANO DE ACÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE CORUCHE, POR ACÇÕES.....	273

ÍNDICE DE APÊNDICES

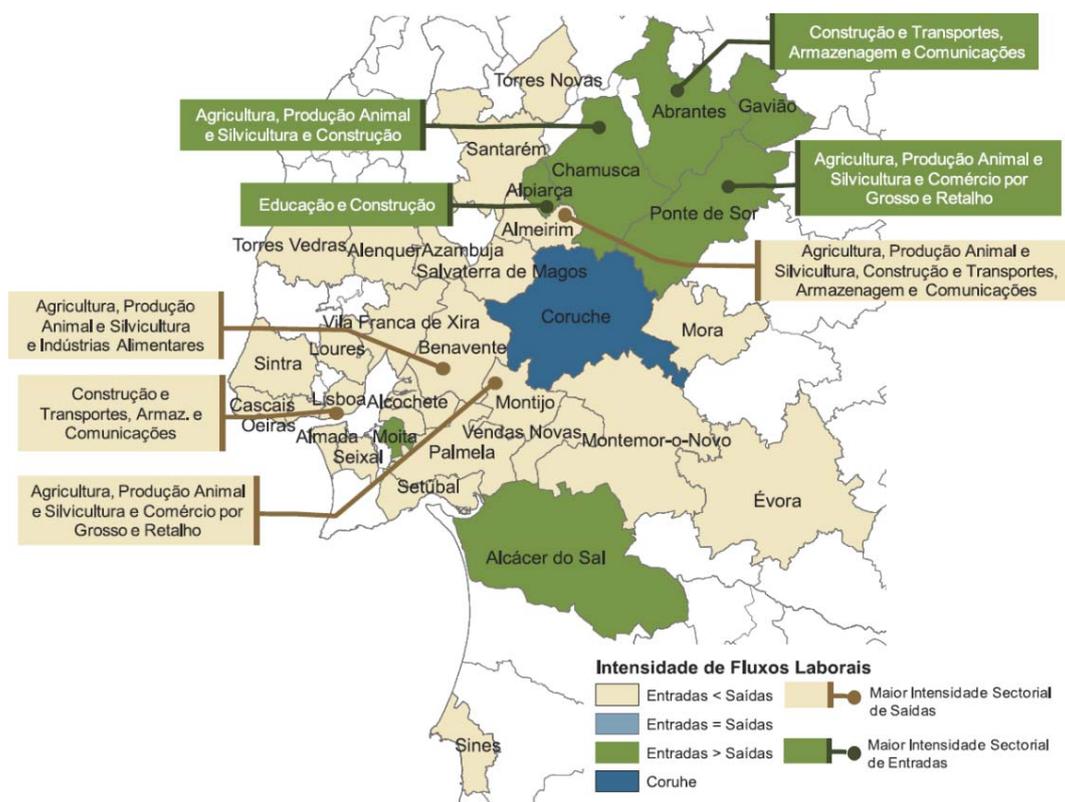
APÊNDICE 1 - TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS REALIZADAS AOS <i>STAKEHOLDERS</i>	283
--	-----

ANEXOS

Anexo 1 - Elementos de apoio a “Coruche: Retrato Territorial”

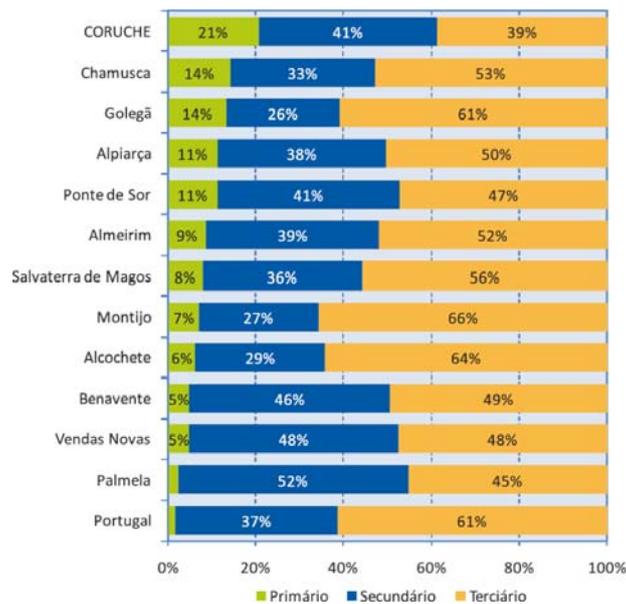
Anexo 1.1 – Movimentos laborais, estrutura do emprego de trabalhadores por conta de outrem e área portuguesa de Montado de sobro

Figura 31 - Intensidade de movimentações laborais (2001)



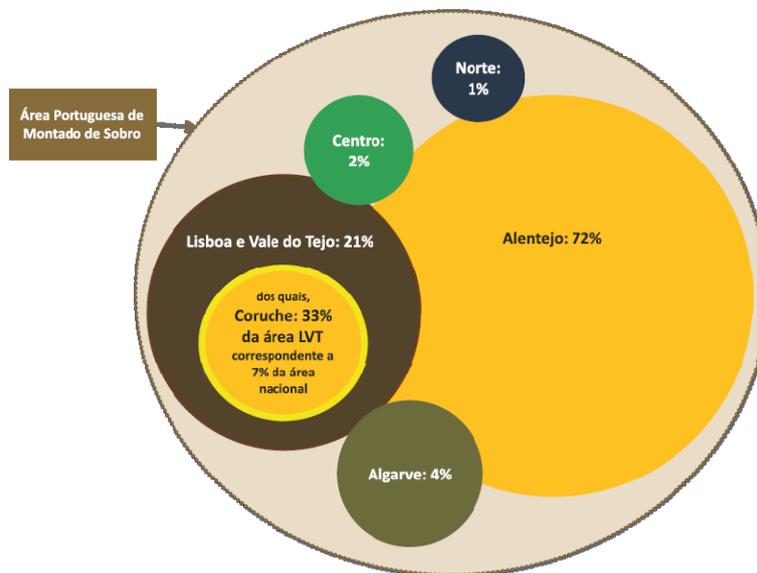
Fonte: INE, 2001, utilizado por CMC, 2009

Gráfico 18 - Estrutura do emprego de trabalhadores por conta de outrem por sectores de actividade económica (2006)



Fonte: INE, 2007, utilizado por CMC, 2009.

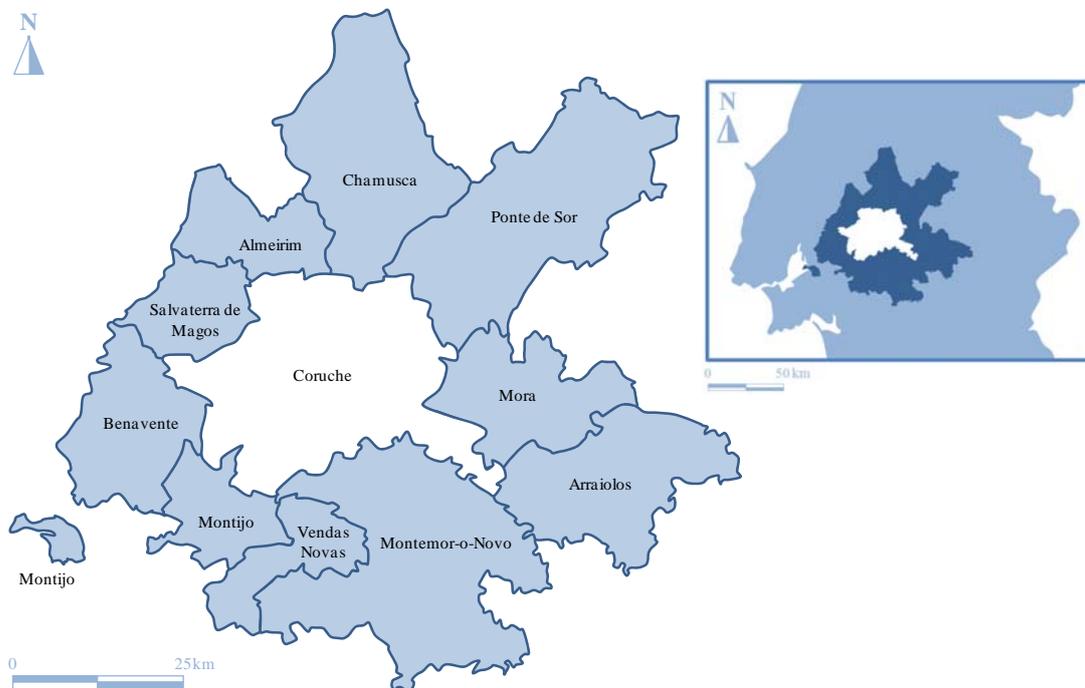
Figura 32 - Área portuguesa de Montado de sobre



Fonte: CMC, 2009

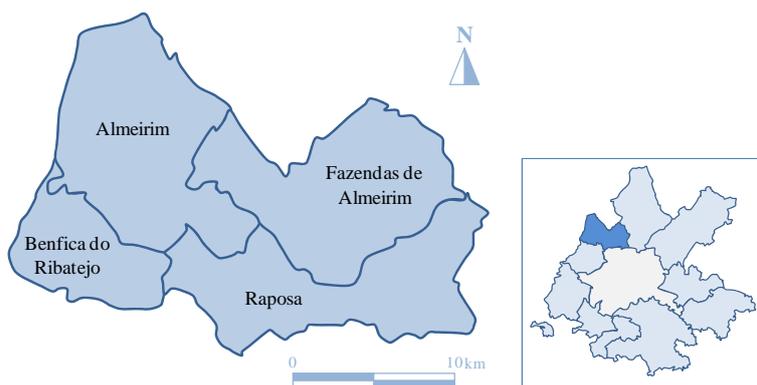
Anexo 1.2 - Breve perfil geográfico e demográfico dos concelhos contíguos ao concelho de Coruche

Mapa regional: concelhos contíguos ao concelho de Coruche



1.2.1 - Concelho de Almeirim

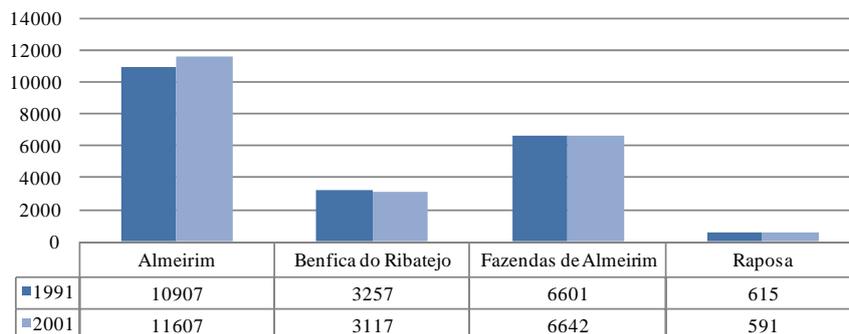
Mapa do concelho por freguesias



Unidade	Área em km ²	% Nacional	% Concelho	Densidade Populacional (2001)
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	-	116,4
Almeirim (concelho)	222,10	0,24%	100,00%	98,9
Almeirim	69,12	0,08%	31,12%	167,9
Fazendas de Almeirim	58,20	0,06%	26,20%	114,1
Benfica do Ribatejo	29,24	0,03%	13,17%	106,6
Raposa	65,54	0,07%	29,51%	9

Fonte: INE, 2002a / INE, 2002c

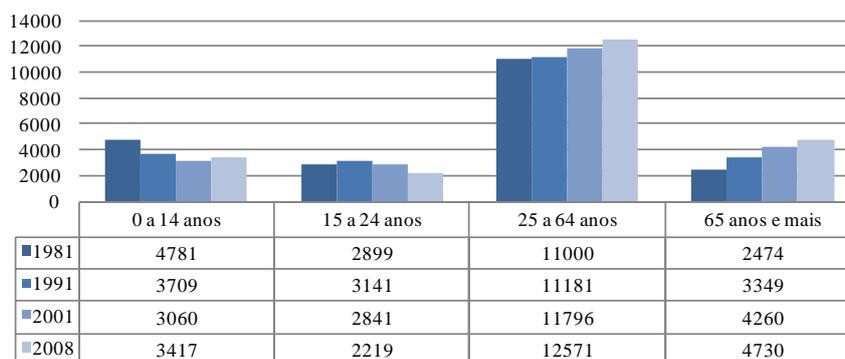
População residente nas freguesias do concelho (1991 e 2001)



Total da população residente em 1991: 21380 / Total da população residente em 2001: 21957

Fonte: INE, 1993b / INE, 2002c

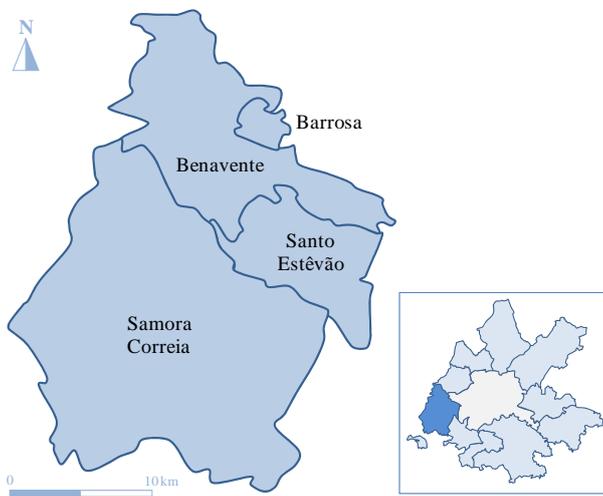
Evolução da população residente no concelho por grupos etários (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983c / INE, 1993b / INE, 2002c / INE, 2009c

1.2.2 - Concelho de Benavente

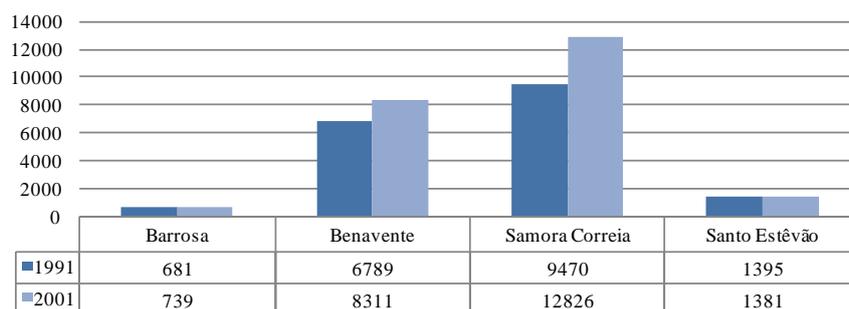
Mapa do concelho por freguesias



Unidade	Área em km ²	% Nacional	% Concelho	Densidade Populacional (2001)
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	-	116,4
Benavente (concelho)	521,40	0,57%	100,00%	44,6
Barrosa	7,30	0,01%	1,40%	101,2
Benavente	129,30	0,14%	24,80%	64,3
Samora Correia	322,40	0,35%	61,83%	39,8
Santo Estêvão	62,40	0,07%	11,97%	22,1

Fonte: INE, 2002a / INE, 2002c

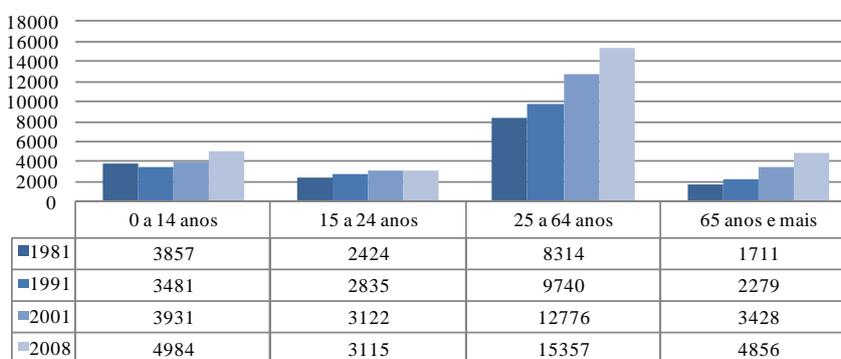
População residente nas freguesias do concelho (1991 e 2001)



Total da população residente em 1991: 18335 / Total da população residente em 2001: 23257

Fonte: INE, 1993b / INE, 2002c

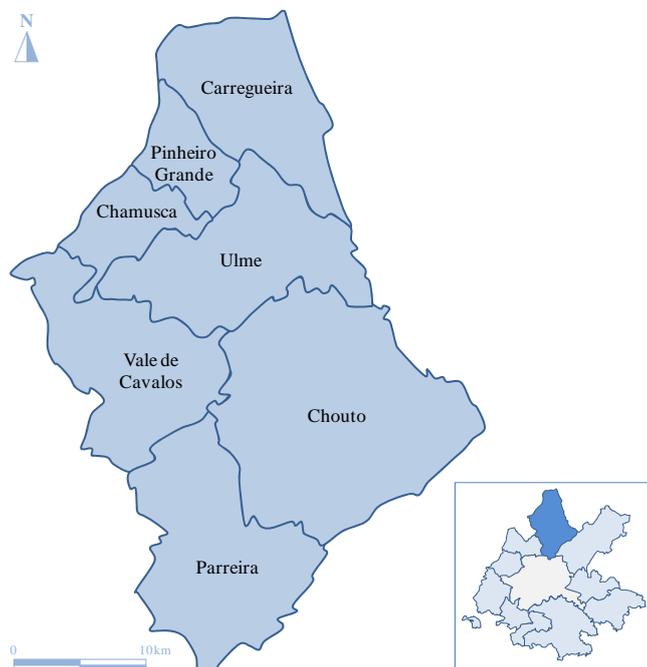
Evolução da população residente no concelho por grupos etários (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983c / INE, 1993b / INE, 2002c / INE, 2009c

1.2.3 - Concelho da Chamusca

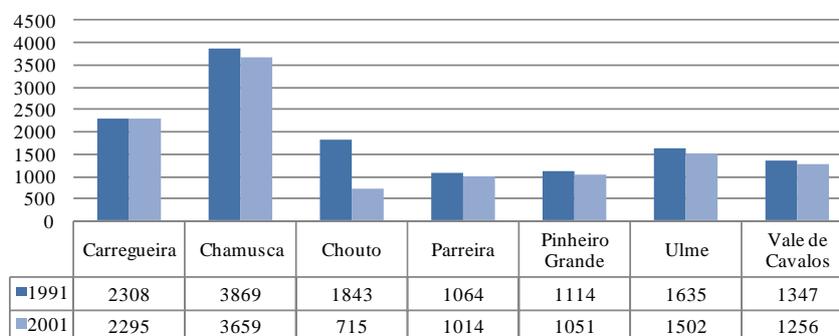
Mapa do concelho por freguesias



Unidade	Área em km ²	% Nacional	% Concelho	Densidade Populacional (2001)
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	-	116,4
Chamusca (concelho)	746,00	0,81%	100,00%	15,4
Carregueira	99,03	0,11%	13,27%	23,2
Chamusca	35,36	0,04%	4,74%	103,5
Chouto	205,36	0,22%	27,53%	3,5
Parreira	133,13	0,14%	17,85%	7,6
Pinheiro Grande	32,11	0,03%	4,30%	32,7
Ulme	121,91	0,13%	16,34%	12,3
Vale de Cavalos	119,10	0,13%	15,97%	10,5

Fonte: INE, 2002a / INE, 2002c

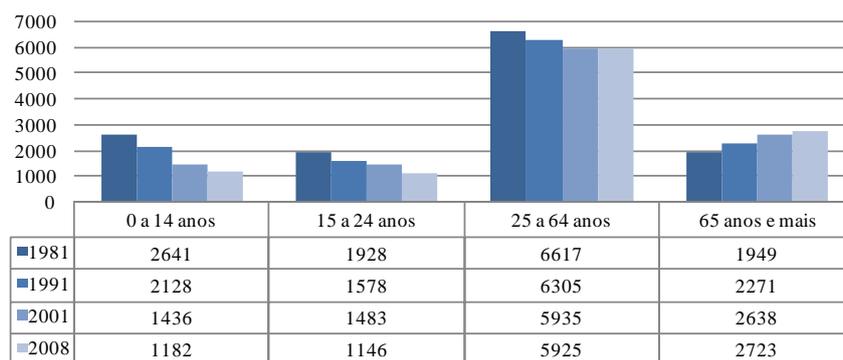
População residente nas freguesias do concelho (1991 e 2001)



Total da população residente em 1991: 12282 / Total da população residente em 2001: 11492

Fonte: INE, 1993b / INE, 2002c

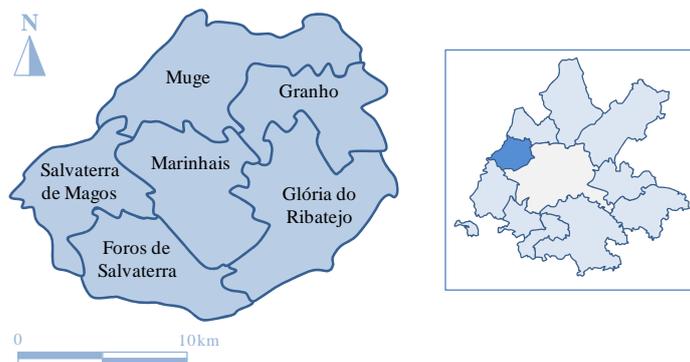
Evolução da população residente no concelho por grupos etários (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983c / INE, 1993b / INE, 2002c / INE, 2009c

1.2.4 - Concelho de Salvaterra de Magos

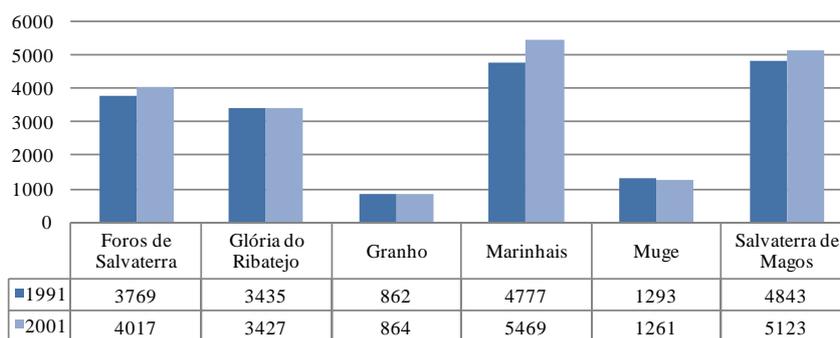
Mapa do concelho por freguesias



Unidade	Área em km2	% Nacional	% Concelho	Densidade Populacional (2001)
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	-	116,4
Salvaterra de Magos (concelho)	243,90	0,26%	100,00%	82,7
Foros de Salvaterra	35,66	0,04%	14,62%	112,6
Glória do Ribatejo	53,27	0,06%	21,84%	64,3
Granho	28,02	0,03%	11,49%	30,8
Marinhais	37,66	0,04%	15,44%	145,2
Muge	52,45	0,06%	21,50%	24
Salvaterra de Magos	36,84	0,04%	15,10%	139,1

Fonte: INE, 2002a / INE, 2002c

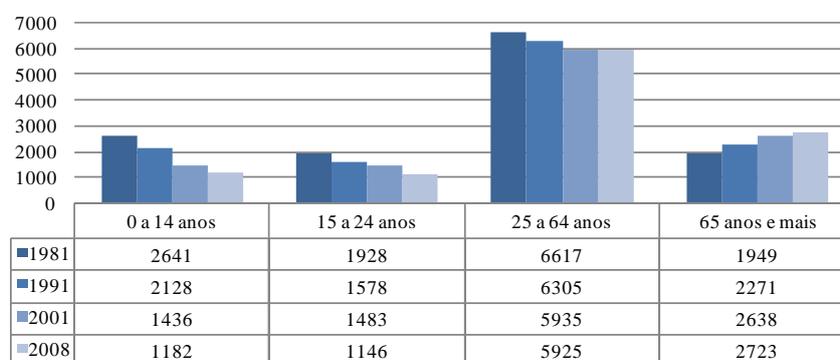
População residente nas freguesias do concelho (1991 e 2001)



Total da população residente em 1991: 18979 / Total da população residente em 2001: 20161

Fonte: INE, 1993b / INE, 2002c

Evolução da população residente no concelho por grupos etários (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983c / INE, 1993b / INE, 2002c / INE, 2009c

1.2.5 - Concelho de Arraiolos

Mapa do concelho por freguesias

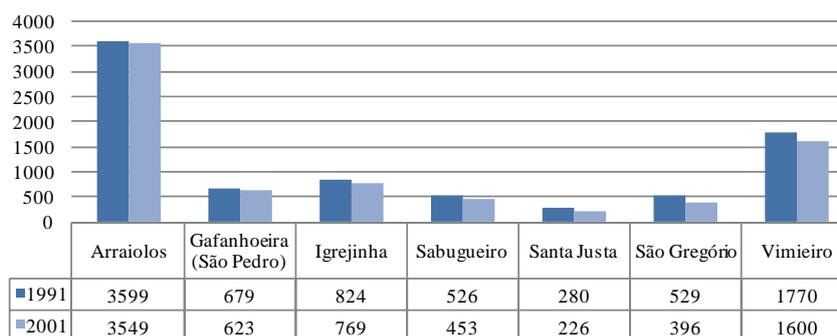


Unidade	Área em km ²	% Nacional	% Concelho	Densidade Populacional (2001)
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	-	116,4

Arraiolos (concelho)	683,80	0,74%	100,00%	11,1
Arraiolos	146,27	0,16%	21,39%	24,3
Gafanhoeira (São Pedro)	45,29	0,05%	6,62%	13,8
Igrejinha	84,59	0,09%	12,37%	9,1
Sabugueiro	38,04	0,04%	5,56%	11,9
Santa Justa	42,86	0,05%	6,27%	5,3
São Gregório	74,32	0,08%	10,87%	5,3
Vimieiro	252,43	0,27%	36,92%	6,3

Fonte: INE, 2002a / INE, 2002c

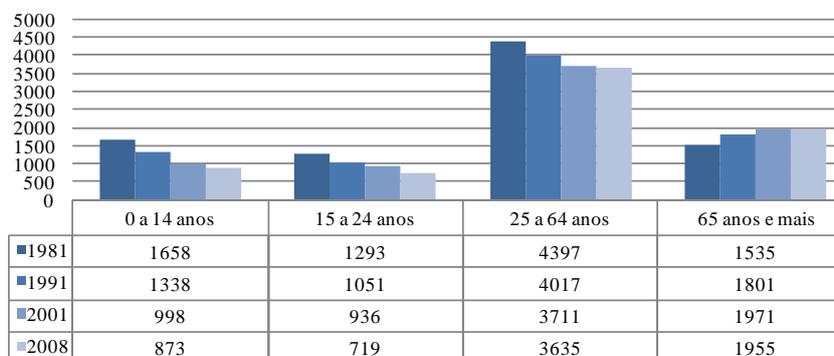
População residente nas freguesias do concelho (1991 e 2001)



Total da população residente em 1991: 8207 / Total da população residente em 2001: 7616

Fonte: INE, 1993a / INE, 2002c

Evolução da população residente no concelho por grupos etários (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983a / INE, 1993a / INE, 2002c / INE, 2009c

1.2.6 - Concelho de Montemor-o-Novo

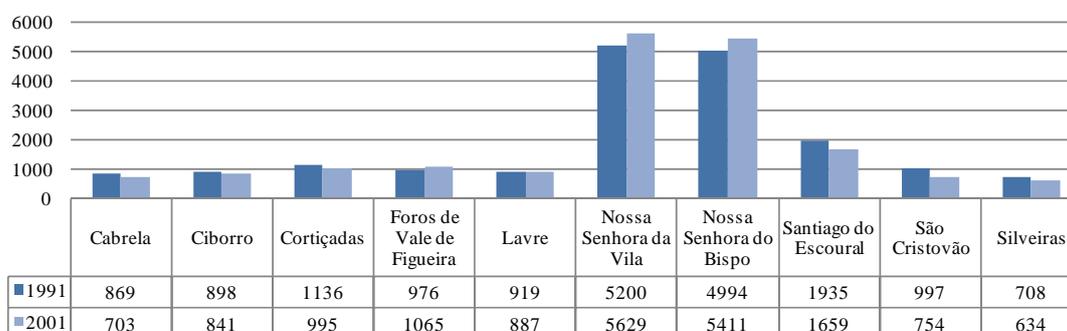
Mapa do concelho por freguesias



Unidade	Área em km ²	% Nacional	% Concelho	Densidade Populacional (2001)
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	-	116,4
Montemor-o-Novo (concelho)	1.232,90	1,34%	100,00%	15,1
Cabrela	211,53	0,23%	17,16%	3,3
Ciborro	56,38	0,06%	4,57%	14,9
Cortiçadas	100,21	0,11%	8,13%	9,9
Foros de Vale de Figueira	67,11	0,07%	5,44%	15,9
Lavre	164,46	0,18%	13,34%	5,4
Nossa Senhora da Vila	186,03	0,20%	15,09%	30,3
Nossa Senhora do Bispo	59,29	0,06%	4,81%	91,3
Santiago do Escoural	139,01	0,15%	11,28%	11,9
São Cristovão	146,22	0,16%	11,86%	5,2
Silveiras	102,66	0,11%	8,33%	6,2

Fonte: INE, 2002a / INE, 2002c

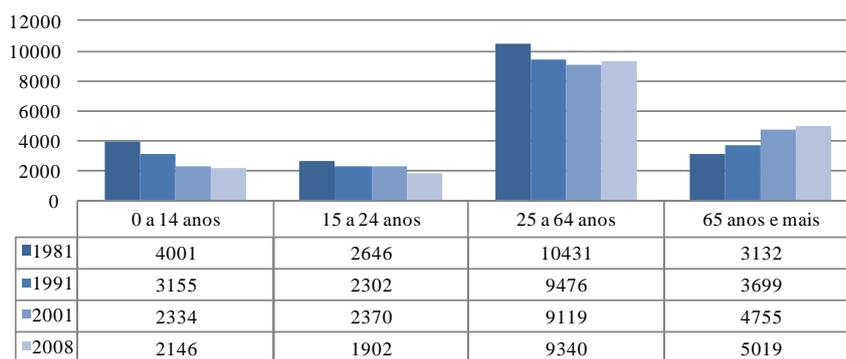
População residente nas freguesias do concelho (1991 e 2001)



Total da população residente em 1991: 18632 / Total da população residente em 2001: 18578

Fonte: INE, 1993a / INE, 2002c

Evolução da população residente no concelho por grupos etários (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983a / INE, 1993a / INE, 2002c / INE, 2009c

1.2.7 - Concelho de Mora

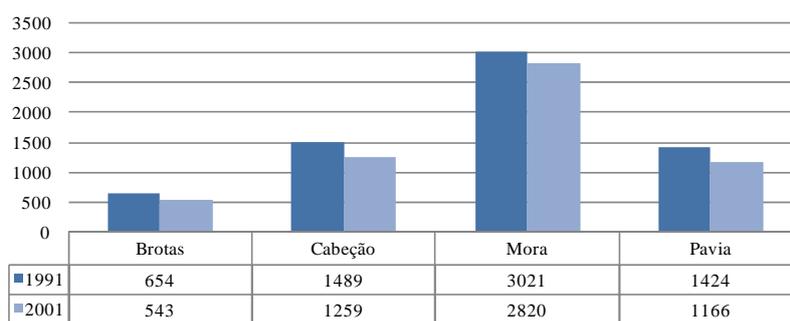
Mapa do concelho por freguesias



Unidade	Área em km2	% Nacional	% Concelho	Densidade Populacional (2001)
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	-	116,4
Mora (concelho)	444,00	0,48%	100,00%	13
Brotas	83,29	0,09%	18,76%	6,5
Cabeção	47,57	0,05%	10,71%	26,5
Mora	127,72	0,14%	28,77%	22,1
Pavia	185,42	0,20%	41,76%	6,3

Fonte: INE, 2002a / INE, 2002c

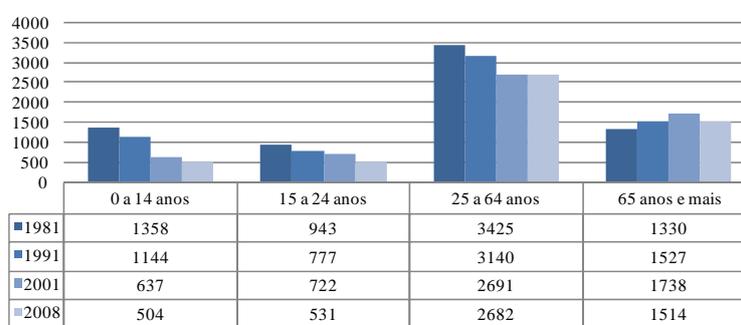
População residente nas freguesias do concelho (1991 e 2001)



Total da população residente em 1991: 6588 / Total da população residente em 2001: 5788

Fonte: INE, 1993a / INE, 2002c

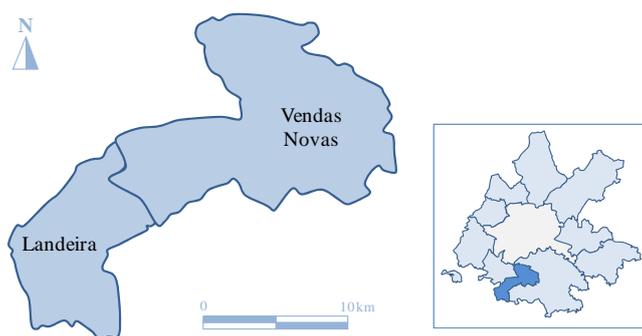
Evolução da população residente no concelho por grupos etários (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983a / INE, 1993a / INE, 2002c / INE, 2009c

1.2.8 - Concelho de Vendas Novas

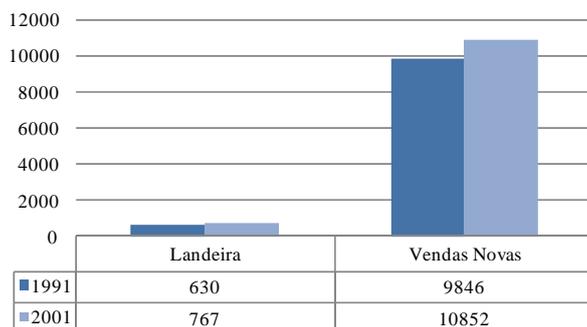
Mapa do concelho por freguesias



Unidade	Área em km ²	% Nacional	% Concelho	Densidade Populacional (2001)
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	-	116,4
Vendas Novas (concelho)	222,40	0,24%	100,00%	52,2
Landeira	69,59	0,08%	31,29%	11
Vendas Novas	152,81	0,17%	68,71%	71

Fonte: INE, 2002a / INE, 2002c

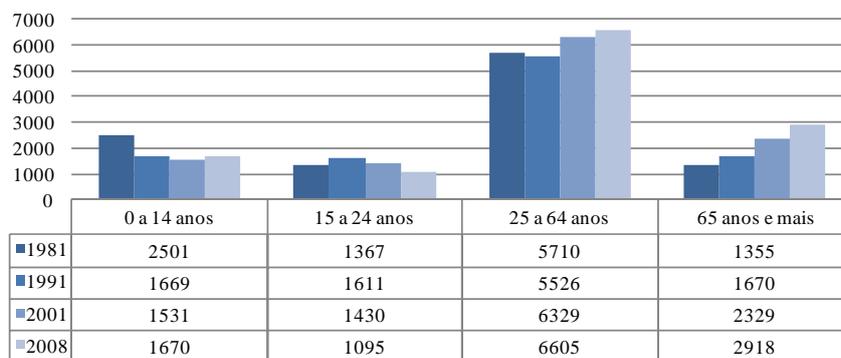
População residente nas freguesias do concelho (1991 e 2001)



Total da população residente em 1991: 10476 / Total da população residente em 2001: 11619

Fonte: INE, 1993a / INE, 2002c

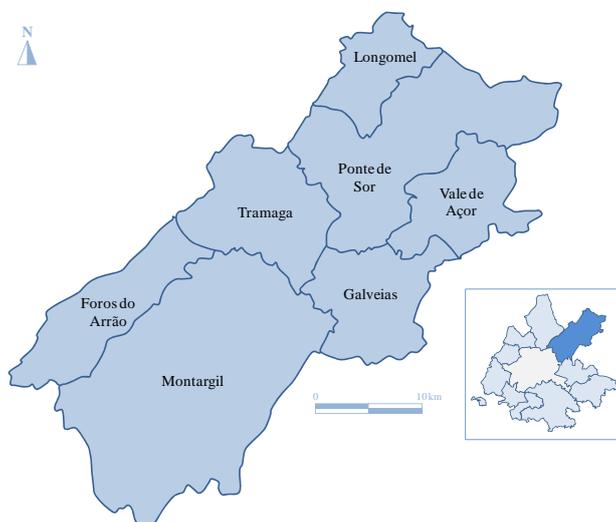
Evolução da população residente no concelho por grupos etários (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983a / INE, 1993a / INE, 2002c / INE, 2009c

1.2.9 - Concelho de Ponte de Sor

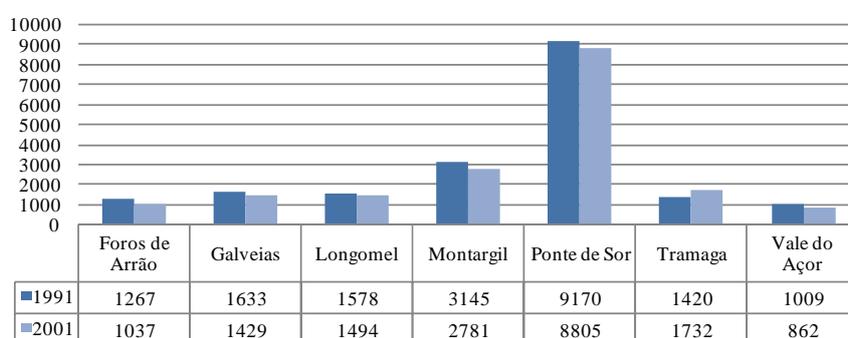
Mapa do concelho por freguesias



Unidade	Área em km ²	% Nacional	% Concelho	Densidade Populacional (2001)
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	-	116,4
Ponte de Sor (concelho)	839,70	0,91%	100,00%	21,6
Foros de Arrão	83,89	0,09%	9,99%	12,4
Galveias	79,63	0,09%	9,48%	17,9
Longomel	46,76	0,05%	5,57%	32
Montargil	296,33	0,32%	35,29%	9,4
Ponte de Sor	170,30	0,18%	20,28%	51,7
Tramaga	97,04	0,11%	11,56%	17,8
Vale do Açor	65,75	0,07%	7,83%	13,1

Fonte: INE, 2002a / INE, 2002c

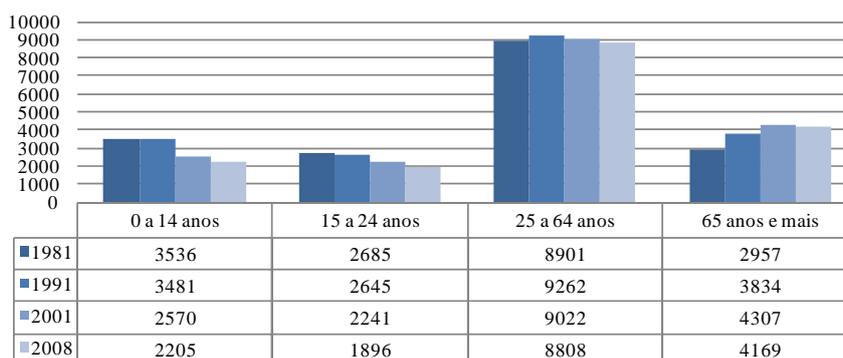
População residente nas freguesias do concelho (1991 e 2001)



Total da população residente em 1991: 19222 / Total da população residente em 2001: 18140

Fonte: INE, 1993a / INE, 2002c

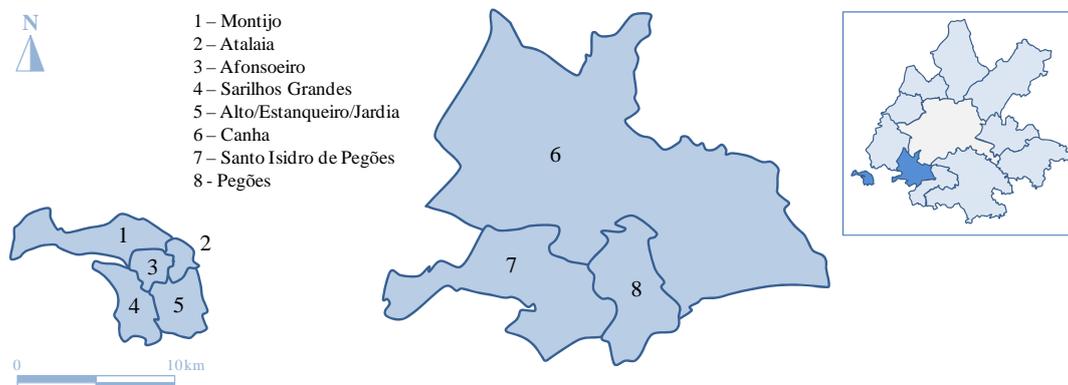
Evolução da população residente no concelho por grupos etários (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983b / INE, 1993a / INE, 2002c / INE, 2009c

1.2.10 - Concelho do Montijo

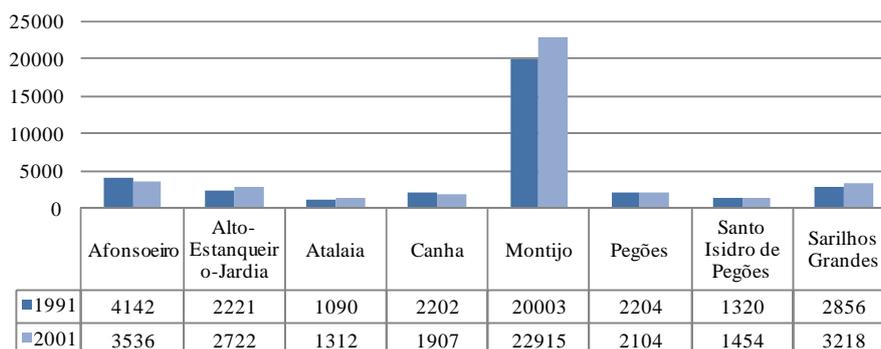
Mapa do concelho por freguesias



Unidade	Área em km ²	% Nacional	% Concelho	Densidade Populacional (2001)
Portugal Continental	88.971,30	96,61%	-	116,4
Montijo	348,60	0,38%	100,00%	112,4
Afonsoeiro	4,51	0,00%	1,29%	784
Alto-Estanqueiro-Jardia	11,31	0,01%	3,24%	240,7
Atalaia	2,80	0,00%	0,80%	468,6
Canha	207,89	0,23%	59,64%	9,2
Montijo	26,50	0,03%	7,60%	864,7
Pegões	28,25	0,03%	8,10%	74,5
Santo Isidro de Pegões	55,49	0,06%	15,92%	26,2
Sarilhos Grandes	11,85	0,01%	3,40%	271,6

Fonte: INE, 2002a / INE, 2002b

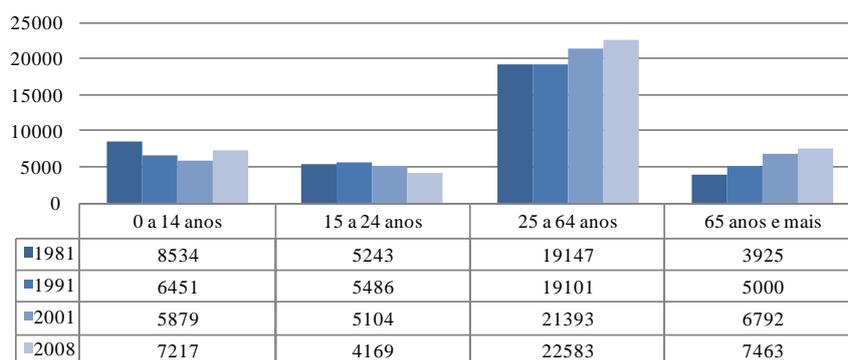
População residente nas freguesias do concelho (1991 e 2001)



Total da população residente em 1991: 36038 / Total da população residente em 2001: 39168

Fonte: INE, 1993b / INE, 2002b

Evolução da população residente no concelho por grupos etários (1981 a 2008)



Fonte: INE, 1983d / INE, 1993b / INE, 2002b / INE, 2009b

Anexo 2 - Guiões das entrevistas semi-estruturadas realizadas aos *stakeholders*

Anexo 2.1 - Entrevista: Presidente da Assembleia Geral da RETECORK (Rede Europeia de Territórios Corticeiros) e Presidente da Câmara Municipal de Coruche

I. PARTE – Introdução

1. Agradecimento, apresentação e descrição sucinta dos objectivos do estudo.

II. PARTE – Questões

2. Recolha de dados:

2.1. Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas/políticas públicas que visaram a revitalização do “mundo rural” em geral e dos territórios corticeiros em particular? Na sua opinião, as que exemplificou, alcançaram os objectivos a que se propuseram?

2.2. Quais são as principais potencialidades endógenas dos territórios corticeiros/de montado?

2.3. Que actividades económicas apresentam maior potencial de desenvolvimento nos territórios corticeiros/de montado?

2.4. Qual a importância da actividade turística para a RETECORK, e num sentido mais lato, para os territórios corticeiros/de montado?

2.5. Que medidas a RETECORK conta adoptar, ou já adoptou, no sentido da promoção do desenvolvimento dos territórios corticeiros que representa (com ênfase para eventuais medidas relacionadas com o turismo)?

2.6. Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche?

2.7. Qual a importância da floresta de montado (território corticeiro por excelência) para o concelho de Coruche?

2.8. Que oportunidades pode a actividade turística, no espaço de floresta de montado, oferecer aos diversos intervenientes na vida quotidiana do concelho de Coruche: empresas, instituições e munícipes?

3. Conclusões/observações sobre a II parte:

3.1. Comentários adicionais (algo que o entrevistado poderá gostar de ver abordado).

Anexo 2.2 - Entrevista: Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (APFC)

I. PARTE – Introdução

1. Agradecimento, apresentação e descrição sucinta dos objectivos do estudo.

II. PARTE – Questões

2. Recolha de dados:

2.1. Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a revitalização do “mundo rural” em geral e da floresta de montado em particular?

2.2. Quais são as principais potencialidades endógenas dos territórios de montado (nomeadamente aos níveis económico, social e ambiental)?

2.3. Exemplifique algumas das actividades económicas que, na actual conjuntura, apresentam maior potencial de desenvolvimento nos territórios de montado? São as actividades que enumera potenciadoras de um desenvolvimento sustentável desses territórios?

2.4. Qual a importância holística da floresta de montado para a região de actividade da APFC em geral e para o concelho de Coruche em particular?

2.5. Como caracteriza a actual oferta turística nos territórios de montado?

2.6. Que importância tem a actividade turística para a APFC? Pode o turismo constituir-se como uma actividade económica que coopere na sustentabilidade do ecossistema de montado, numa óptica de complementaridade às actividades económicas tradicionais desse território (cortiça, lenha, carvão, pastorícia, ...)?

2.7. Em que direcção “caminha” hoje a floresta de montado? Que desafios enfrenta esse território de génese singular?

2.8. Possuem as “várias” florestas de montado iguais hipóteses de subsistência (considerando a existência de diversas tipologias de montado – com abrangências geográficas e características relativamente distintas –, com diversas capacidades de atracção e rentabilidade económicas)?

2.9. Que medidas a APFC conta apresentar/ adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de potencializar o desenvolvimento sustentável da floresta de montado (com ênfase para eventuais medidas relacionáveis com o turismo)?

3. Conclusões/observações sobre a II parte:

3.1. Comentários adicionais (algo que o entrevistado poderá gostar de ver abordado).

Anexo 2.3 - Entrevista: Herdade da Agolada de Cima

I. PARTE – Introdução

1. Agradecimento, apresentação e descrição sucinta dos objectivos do estudo.

II. PARTE – Questões

2. Recolha de dados:

2.1. Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas que visaram a revitalização e promoção dos territórios rurais, “espaço” no qual a Herdade da Agolada de Cima (HAC) se insere?

2.2. Considerando a forte componente florestal da HAC, nomeadamente a presença da floresta de montado de sobreiro, quais são as principais potencialidades endógenas que identifica nos territórios de montado (nomeadamente aos níveis económico, social e ambiental)?

2.3. Exemplifique algumas das actividades económicas que, na actual conjuntura, apresentam maior potencial de desenvolvimento nos territórios de montado? São as actividades que enumera potenciadoras de um desenvolvimento sustentável desses territórios?

2.4. Partindo do pressuposto que o desenvolvimento sustentável se concretiza indubitavelmente com a participação e envolvimento activos da comunidade local, a que níveis interage a HAC com a comunidade local?

2.5. Que importância tem o turismo para a HAC?

2.6. Caracterize a actual oferta turística da HAC?

2.7. Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar na preservação do conjunto de valores inerentes à HAC (valores do passado no presente: história, património, cultura, etc.)?

2.8. No que respeita ao turismo, identifique os principais sucessos que a HAC tem obtido e as maiores dificuldades que a HAC enfrenta?

2.9. No concelho de Coruche temos assistido, nos últimos anos, a um investimento público, nomeadamente por parte do Município de Coruche, em projectos/medidas de “marketing territorial” (eventos, televisão, etc.). Como caracteriza esta forma de promoção do território e que principais vantagens ela oferece?

2.10. Considera que os diversos agentes económicos do concelho de Coruche, com interesses no turismo, estão despertos e imbuídos de espírito empreendedor para aproveitar as sinergias geradas pela visibilidade crescente do concelho?

3. Conclusões/observações sobre a II parte:

3.1. Comentários adicionais (algo que o entrevistado poderá gostar de ver abordado).

Anexo 2.4 - Entrevista: Escola Náutica Búzios Coruche (ENBC)

I. PARTE – Introdução

1. Agradecimento, apresentação e descrição sucinta dos objectivos do estudo.

II. PARTE – Questões

2. Recolha de dados:

2.1. Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a promoção da “prática náutica”, enquanto actividade desportiva, lúdica e turística, no concelho de Coruche?

2.2. Quais são as principais potencialidades endógenas do território onde a ENBC actua (território de raiz rural, onde a floresta de montado e o rio Sorraia representam recursos fundamentais)?

2.3. A actividade náutica, nos moldes que a ENBC promove, possui potencial de desenvolvimento/crescimento na região?

2.4. Como caracteriza a actual oferta turística no concelho de Coruche? Julga ser a adequada?

2.5. Que papel representa o turismo para a ENBC?

2.6. Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar/potenciar a preservação dos valores ambientais, culturais, sociais, históricos e patrimoniais do território de acção da ENBC?

2.7. Que medidas/projectos a ENBC conta apresentar/adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável do seu território de acção (com ênfase para eventuais medidas/projectos relacionados/relacionáveis com o turismo)?

2.8. Exemplifique algumas das actividades (de cariz ambiental/desportivo/social/cultural), de índole turística que considera encontrarem lugar, sem incurrir constrangimentos negativos, no território de acção da ENBC (isto é, o rio Sorraia)?

2.9. Qual a importância holística do rio Sorraia e da floresta de montado (que marca e caracteriza o território percorrido pelo rio) para o concelho de Coruche?

3. Conclusões/observações sobre a II parte:

3.1. Comentários adicionais (algo que o entrevistado poderá gostar de ver abordado).

Anexo 2.5 - Entrevista: Associação dos Comerciantes do Concelho de Coruche (ACCC)

I. PARTE – Introdução

1. Agradecimento, apresentação e descrição sucinta dos objectivos do estudo.

II. PARTE – Questões

2. Recolha de dados:

2.1. Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a revitalização do comércio local no concelho de Coruche?

2.2. No seio do comércio local de Coruche, quais são as áreas de negócio que apresentam maior potencial de desenvolvimento/crescimento? No mesmo sentido, que negócios emergentes de comércio devem ser apoiados/potencializados?

2.3. Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche?

2.4. O que deve oferecer o comércio local do concelho de Coruche a quem o visita numa perspectiva de lazer e turismo?

2.5. Em que aspectos a actividade turística é importante para a ACCC?

2.6. Entende que o turismo é uma actividade que pode ajudar a potenciar/a dar continuidade a/à tão desejada revitalização do comércio local no concelho de Coruche?

2.7. Que medidas a ACCC conta apresentar/adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de potenciar o desenvolvimento do comércio local (com ênfase para eventuais medidas relacionadas/relacionáveis com o turismo)?

2.8. Em relação ao concelho de Coruche, marcado pela presença da importante floresta de montado, que actividades (de cariz económico/social/cultural/etc.) de índole turística encontram lugar neste território sem incurrir constrangimentos negativos?

2.9. O consumo crescente de produtos provenientes do “mundo rural” (por exemplo os originários da floresta de montado: cortiça, mel, cogumelos, caça, etc.) pode representar uma oportunidade para quem pretende investir no sector do comércio no concelho de Coruche? Se sim, o que falta para que isso aconteça com acutilância/mais acutilância?

3. Conclusões/observações sobre a II parte:

3.1. Comentários adicionais (algo que o entrevistado poderá gostar de ver abordado).

Anexo 2.6 - Entrevista: Coruche Outdoor Adventure Club (COAC)

I. PARTE – Introdução

1. Agradecimento, apresentação e descrição sucinta dos objectivos do estudo.

II. PARTE – Questões

2. Recolha de dados:

2.1. Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a promoção da Orientação (enquanto actividade desportiva mas também de forte cariz ambiental e social) no concelho de Coruche?

2.2. Quais são as principais potencialidades que identifica no “território” onde o COAC desenvolve as suas actividades (no qual a floresta de montado se constitui recurso basilar)?

2.3. A prática da Orientação no concelho de Coruche possui potencial de desenvolvimento/crescimento?

2.4. Como caracteriza a actual oferta turística no concelho de Coruche?

2.5. Que papel representa o turismo para o COAC?

2.6. Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar/potenciar a preservação dos valores ambientais, culturais, sociais, históricos e patrimoniais do território de acção do COAC?

2.7. Que medidas/projectos o COAC conta apresentar/adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de promover a prática desportiva e contribuir para um desenvolvimento da sustentável do seu território de acção (com ênfase para eventuais medidas/projectos relacionados/relacionáveis com o turismo)?

2.8. Que actividades ambientais/económicas/sociais/culturais/desportivas, de índole turística, encontram lugar, sem incurrir constrangimentos negativos, no território de acção do COAC?

2.9. Qual a importância holística da floresta de montado (que marca e caracteriza o território de acção do COAC) para o concelho de Coruche?

3. Conclusões/observações sobre a II parte:

3.1. Comentários adicionais (algo que o entrevistado poderá gostar de ver abordado).

Anexo 2.7 - Entrevista: Restaurantes “Sabores de Coruche” e “Ponte da Coroa”

I. PARTE – Introdução

1. Agradecimento, apresentação e descrição sucinta dos objectivos do estudo.

II. PARTE – Questões

2. Recolha de dados:

2.1. Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas e/ou privadas que visaram a promoção/revitalização do sector da restauração no concelho de Coruche?

2.2. Quais são as principais potencialidades que entende o concelho de Coruche possuir (partindo do princípio que se trata de um território marcado pela paisagem de floresta de montado)?

2.3. Quais são as actividades económicas que apresentam maior potencial de desenvolvimento/crescimento na região onde os vossos restaurantes se inserem?

2.4. Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche?

2.5. Qual é o perfil padrão de cliente de cada um dos vossos restaurantes, Sabores de Coruche e Ponte da Coroa?

2.6. Entende que o turismo é uma actividade que pode potenciar a preservação dos valores ambientais, culturais, sociais e económicos do território onde se inserem os vossos restaurantes?

2.7. Que medidas, enquanto empresário de restauração, conta adoptar, ou já adoptou, no sentido de se auto-promover, angariar mais e novos clientes e contribuir para a promoção do desenvolvimento do turismo de Coruche?

2.8. Que actividades de índole turística (económicas, sociais, culturais, etc.), encontram lugar, sem incurrir constrangimentos negativos, no território de floresta de montado?

2.9. Na sua opinião em que sentido deve caminhar o turismo de Coruche?

2.10. Qual a importância da floresta de montado (que caracteriza grande parte do território do concelho de Coruche) para o concelho de Coruche e para a região onde este se insere?

3. Conclusões/observações sobre a II parte:

3.1. Comentários adicionais (algo que o entrevistado poderá gostar de ver abordado).

Anexo 2.8 - Entrevista: Jornal “Mais Região”

I. PARTE – Introdução

1. Agradecimento, apresentação e descrição sucinta dos objectivos do estudo.

II. PARTE – Questões

2. Recolha de dados:

2.1. Indique algumas medidas públicas e/ou privadas que, na sua opinião, visaram nos últimos anos de forma adequada a revitalização económica e social da região onde o concelho de Coruche se insere?

2.2. Quais são as principais potencialidades que identifica na região onde o concelho de Coruche se insere (território, pessoas, património, cultura, etc.)?

2.3. Na sua opinião que actividades económicas apresentam maior potencial de desenvolvimento no território onde Coruche se insere?

2.4. Que importância (económica, social, etc.) atribui à floresta de montado para a região onde o concelho de Coruche se insere? Justifique.

2.5. Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche? Na sua opinião é o turismo, neste momento, um sector local dinâmico?

2.6. Que importância atribui ao turismo no concelho de Coruche? Considera que os principais intervenientes privados e públicos presentes no território se revêem no nível de importância que define para o turismo?

2.7. Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar/potenciar a preservação dos valores ambientais, culturais, sociais, económicos, etc. do território onde Coruche se insere?

2.8. Em que medida pode o JMR contribuir para a concretização de um desenvolvimento sustentável do concelho de Coruche?

2.9. Exemplifique algumas actividades de índole turística (de cariz económico ou não) que a seu ver encontram lugar, sem incurrir constrangimentos negativos no território, no concelho de Coruche?

3. Conclusões/observações sobre a II parte:

3.1. Comentários adicionais (algo que o entrevistado poderá gostar de ver abordado).

**Anexo 2.9 - Entrevista: Câmara Municipal de Coruche: Projecto de marketing territorial
“Coruche Inspira”**

I. PARTE – Introdução

1. Agradecimento, apresentação e descrição sucinta dos objectivos do estudo.

II. PARTE – Questões

2. Recolha de dados:

2.1. Nos últimos anos quais foram as principais medidas do Município de Coruche no sentido da revitalização ambiental, económica, social e cultural do seu território?

2.2. Quais são as principais potencialidades endógenas que identifica na região onde se insere o concelho de Coruche?

2.3. Que actividades económicas apresentam maior potencial de crescimento e dinamização no concelho de Coruche? Considera que os agentes económicos do concelho estão despertos e imbuídos de espírito empreendedor para abraçar essas actividades que identifica como potenciadoras de crescimento?

2.4. Qual a importância holística da floresta de montado para a região onde se insere o concelho de Coruche?

2.5. Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche? Considera que é a adequada para o actual patamar de procura turística do concelho?

2.6. Qual a importância do turismo para o concelho de Coruche?

2.7. O Município de Coruche tem, nos últimos anos, investido recursos financeiros e humanos em projectos/medidas de “marketing territorial” (eventos, televisão, etc.). Considera que esta forma de promoção do território, muito em voga, encontra posterior equivalência ao nível da estrutura da oferta (nos vários planos: restauração, alojamento, serviços, comércio, etc.)?

2.8. O projecto “Coruche Inspira”, e, mas recentemente, o portal na internet “Coruche Inspira Turismo”, expressam a importância que o município atribui à oferta cultural e turística. Que outras medidas conta o Município de Coruche apresentar/implementar no sentido de potenciar a vertente do desenvolvimento sustentável da actividade turística no concelho de Coruche e na região onde se insere?

2.9. Que actividades ambientais/económicas/sociais/culturais/desportivas, de índole turística, encontram lugar, sem incurrir constrangimentos negativos, na região onde o concelho de Coruche se insere?

3. Conclusões/observações sobre a II parte:

3.1. Comentários adicionais (algo que o entrevistado poderá gostar de ver abordado).

Anexo 3 - Grelhas de análise das entrevistas semi-estruturadas realizadas aos stakeholders

Anexo 3.1 - Rede Europeia de Territórios Corticeiros (RETECORK): Dionísio Mendes, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral da RETECORK e Presidente da Câmara Municipal de Coruche

Pergunta	Dimensão	Categoria	Excerto da entrevista
1 - Na sua opinião, qual a principal medida política/pública que visou a revitalização do “mundo rural” em geral e dos territórios corticeiros em particular?	Desenvolvimento local	Mundo rural / Territórios corticeiros	“(…) implementação de um conjunto de boas práticas e de procedimentos, que neste momento se materializa, por exemplo, na certificação florestal. (...) os autores que intervêm hoje no mundo rural estão muito mais informados e tem muito mais apetrechamento técnico e científico (...) Se não houver uma garantia de retorno económico e se não houver uma perspectiva de longo prazo com aposta na certificação florestal, a continuidade do montando e do mundo rural a ele associado será posta em causa (...)”
2 - Quais são as principais potencialidades endógenas dos territórios corticeiros/de Montado?	Desenvolvimento local	Recursos endógenos	“As potencialidades endógenas derivam do facto do Montado ser um ecossistema muito amplo, com uma biodiversidade muito significativa e onde se integram vários tipos de actividade económica e produtiva associada a essa biodiversidade. (...) destaca-se o sobreiro por via da produção de cortiça, depois o subcoberto permite várias formas de pastorícia – vacas, cabras, ovelhas, porco preto –, permite a caça – o coelho, a lebre, a perdiz, o pombo –, permite a disseminação de produtos como os espargos, os cogumelos, as túbaras, que são efectivamente um complemento à actividade principal que é a cortiça (...) o turismo que é uma vertente que será cada vez mais uma alternativa de exploração das herdades e de geração de actividade económica (...) possibilidade de recolha dos produtos naturais de cariz gastronómico que surgem no Montado (...)”
3 - Que actividades económicas apresentam maior potencial de desenvolvimento nos territórios corticeiros/de Montado?	Desenvolvimento local	Actividades económicas	“O turismo é a actividade económica que estará menos explorada. (...) Acho assim que o turismo é uma vertente interessantíssima (...) Há outros exemplos de aproveitamento, nomeadamente no que se refere ao aproveitamento dos produtos do Montado (...) Existem ainda outros produtos, como a caça e o próprio porco criado no Montado (...)”
4 / 5 – Qual a importância da actividade turística para a RETECORK, e num sentido mais lato, para os territórios corticeiros/de Montado? e que medidas a	Turismo / Floresta de Montado	Mundo rural / Territórios corticeiros / Desenvolvimento	“A actividade turística é um tipo de vertente económica que não temos trabalhado muito. A RETECORK tem-se debruçado sobretudo em dar visibilidade internacional ao mundo da cortiça e ao Montado (...) enormes vantagens competitivas e ambientais da rolha de cortiça face a outros produtos de fim similar, porque é um produto natural extraído da árvore sem lhe incutir qualquer tipo de dano (...) divulgação e generalização do conceito de sustentabilidade associada à cortiça, ao Montado e ao mundo

RETECORK conta adoptar, ou já adoptou, no sentido da promoção do desenvolvimento dos territórios corticeiros que representa (com ênfase para eventuais medidas relacionadas com o turismo)?			rural têm sido as principais preocupações da RETECORK (...) Tem também sido prioritário para a RETECORK fazer chegar a mensagem, numa primeira fase, aos países da Comunidade Europeia, de que o ecossistema de Montado é um ecossistema extremamente equilibrado, valioso e importantíssimo para garantir futuro para a humanidade, nomeadamente nos países da bacia mediterrânica (...)
6 - Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche?	Turismo	Oferta turística	“Do ponto de vista do potencial do território temos certamente uma excelente oferta turística resultante de recursos naturais, culturais e patrimoniais interessantíssimos presentes no território. Do ponto de vista das infra-estruturas, nomeadamente ao nível da hotelaria e da oferta de camas somos sem dúvida deficitários. Penso que estamos a desaproveitar um potencial que o concelho de Coruche possui e que é o mundo rural e as suas especificidades (...).”
7 - Qual a importância da floresta de Montado (território corticeiro por excelência) para o concelho de Coruche?	Floresta de Montado	Floresta de Montado no concelho de Coruche	“É decisiva (...) É pois fundamental para a economia local e uma garantia de complementaridade para as explorações agrícolas. Se a utilização da rolha de cortiça continuar a floresta de Montado e o seu ecossistema singular terão futuro (...) Neste momento apostar no Montado é compensador, existem um conjunto de políticas sectoriais para a floresta que apoiam a reflorestação com espécies autóctones, nomeadamente o sobreiro (...) A garantia quanto ao futuro passará, não tenho dúvidas, por novas aplicações e cada vez mais promoção do Montado e dos produtos e serviços associados.”
8 - Que oportunidades pode a actividade turística, no espaço de floresta de Montado, oferecer aos diversos intervenientes na vida quotidiana do concelho de Coruche: empresas, instituições e municípios?	Turismo / Floresta de Montado / Desenvolvimento local	Oportunidades / Empresas, instituições e cidadãos / Desenvolvimento económico	“Saliento o papel muito relevante das empresas turísticas. Existe uma oportunidade que podia ser aproveitada, em Coruche necessitamos de uma empresa que funcione como central de reservas, que agarre na oferta que existe, a estructure em termos de pacote turístico, a promova e a consiga vender (...) Coruche possui um perfil para a realização de programas de fim-de-semana e mini-férias, pois a oferta que existe, seja a descida do rio, os passeios equestres ou os passeios de balão, permite que se estructurem produtos turísticos interessantes e com potencial de procura. (...)”

Anexo 3.2 - Câmara Municipal de Coruche: Célia Ramalho, na qualidade de vereadora e coordenadora do programa de *marketing* territorial “Coruche Inspira”

Pergunta	Dimensão	Categoria	Excerto da entrevista
1 - Nos últimos anos quais foram as principais medidas do	Desenvolvimento local	Desenvolvimento	“Nos últimos anos temos estado concentrados no potencial daquilo que é o nosso território. (...) Apresentámos uma candidatura e erguemos um observatório do sobreiro e da cortiça, isso já revela

<p>Município de Coruche no sentido da revitalização ambiental, económica, social e cultural do seu território?</p>			<p>só por si que estamos concentrados naquilo que é a preservação da nossa floresta e na chamada de atenção para as questões da sustentabilidade (...) a todos os níveis (social, cultural, financeiro, ambiental, etc.) (...).”</p>
<p>2 - Quais são as principais potencialidades endógenas que identifica na região onde se insere o concelho de Coruche?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Recursos endógenos</p>	<p>“No Ribatejo destacasse uma paisagem de floresta de Montado, neste caso um Montado misto, de sobro e de pinheiro, que é naturalmente uma característica da nossa região e do nosso concelho (...) Um outro factor que nos caracteriza está relacionado com os vinhos, cuja produção usufrui de boas condições de solo e clima. Partilhamos solos agrícolas férteis, dos mais férteis do país. A identidade ribatejana é também um outro elemento comum, muito relacionada com o mundo taurino (...).”</p>
<p>3 - Que actividades económicas apresentam maior potencial de crescimento e dinamização no concelho de Coruche? Considera que os agentes económicos do concelho estão despertos e imbuídos de espírito empreendedor para abraçar essas actividades que identifica como potenciadoras de crescimento?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Actividades económicas / Desenvolvimento</p>	<p>“O crescimento e a dinamização do concelho passarão, no futuro, pelo aproveitamento por parte dos diversos agentes económicos das sinergias criadas pela instalação do novo aeroporto de Lisboa. (...) poderemos procurar vectores de crescimento económico junto do sector dos serviços, serviços esses que estarão certamente relacionados com a melhoria das condições de vida de determinados grupos de população, estou a referir-me, por exemplo, a áreas como a educação, a acção social ou a saúde, isto aproveitando os recursos endógenos que possuímos enquanto território, nomeadamente na componente “qualidade de vida” e “natureza”. (...) não posso infelizmente afirmar que os agentes económicos do concelho estão despertos e imbuídos de espírito empreendedor para abraçar as oportunidades que “esperam” este território (...) Devemos fazer o possível para sensibilizar as pessoas para a necessidade de apostar em novos negócios que ofereçam serviços de maior valor e qualidade (...) pois o mais difícil de mudar é mentalidade das pessoas.”</p>
<p>4 - Qual a importância holística da floresta de Montado para a região onde se insere o concelho de Coruche?</p>	<p>Floresta de Montado</p>	<p>Recursos endógenos</p>	<p>“É muito grande. Coruche é o concelho português líder na produção de cortiça, indústria que gera muito emprego e rendimento (...) Outra área importante, igualmente demonstrativa da importância da floresta de Montado, é a dos produtos naturais derivados do Montado, alguns deles sazonais, que não estão a ser trabalhados, nem do ponto de vista turístico, nem do ponto de vista gastronómico, e necessitam naturalmente de ser potenciados (...).”</p>
<p>5 - Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche? Considera que é a adequada para o actual patamar de procura turística do concelho?</p>	<p>Turismo</p>	<p>Oferta turística</p>	<p>“A oferta actual não é a que desejamos (...) É nosso objectivo atrair turistas, aqueles que permanecem no destino mais de 24 horas (...) A oferta que existe no concelho, no que respeita ao alojamento, é dispersa e não está próxima da vila. (...) existem já condições mínimas para podermos acolher alguns tipos de grupos, não temos efectivamente uma oferta hoteleira estruturada para grupos maiores e para fluxos turísticos com mais expressão (...) Para haver capacidade hoteleira instalada tem que haver condições propícias ao retorno financeiro dos investimentos feitos pela indústria hoteleira e neste momento não temos programação estruturada que permita ter</p>

			exactamente esta rentabilidade de forma duradoura e regular. (...) No que se refere à procura, em termos médios ela é suficiente, mas temos alguns problemas, pois em alguns períodos ela é insuficiente, não tem expressão, nós queremos colmatar esta sazonalidade.”
6 - Qual a importância do turismo para o concelho de Coruche?	Turismo	Desenvolvimento económico, social e cultural	“É muita. (...) Pelo sol, pela nossa qualidade ambiental, pela nossa floresta. (...) A proximidade de Coruche com as grandes zonas urbanas, também nos faz apetecíveis, e a calma que aqui se vive, porque vivemos ainda em comunidade, torna-nos igualmente atractivos (...) Vivemos com tranquilidade, e é exactamente essa a grande condição que queremos preservar.”
7 - O Município de Coruche tem, nos últimos anos, investido recursos financeiros e humanos em projectos/medidas de “marketing territorial” (eventos, televisão, etc.). Considera que esta forma de promoção do território, muito em voga, encontra posterior equivalência ao nível da estrutura da oferta (nos vários planos: restauração, alojamento, serviços, comércio, etc.)?	Turismo	Marketing territorial / Oferta turística / Desenvolvimento económico	“O município tem feito trabalho e investido recursos na promoção do território, o objectivo desse “marketing” territorial é focar atenções nas nossas qualidades e peculiaridades e fazer a promoção da vila e do concelho. O trabalho de promoção do nosso território, das suas valias e potencialidades próprias, é o trabalho que nos cabe fazer, porque não podemos substituir o investidor, que deve ser privado, e nem podemos substituir os diversos operadores turísticos. (...) Trabalha-mos também na sensibilização daqueles que tem soluções turísticas para oferecer a quem nos procura. (...) julgo que a resposta é sim, há sobretudo uma boa base para a estruturação de uma oferta diferenciadora estamos a fazer um trabalho de proximidade com a população e com os agentes económicos e continuaremos a fazê-lo, porque achamos que esse é o caminho para nos conseguirmos fortalecer a nível regional e nacional do ponto de vista turístico.”
8 - O projecto “Coruche Inspira”, e, mas recentemente, o portal na internet “Coruche Inspira Turismo”, expressam a importância que o município atribui à oferta cultural e turística. Que outras medidas conta o Município de Coruche apresentar/implementar no sentido de potenciar a vertente do desenvolvimento sustentável da actividade turística no concelho de Coruche e na região onde se insere?	Turismo	Oferta turística / Desenvolvimento sustentável do turismo	“Aquilo que temos feito é a base, a estrutura para conseguirmos desde já trazer visitantes e alimentar a esperança de um aumento de turistas que tenham como destino o nosso território. (...) Primeiro concentrámo-nos em dar reconhecimento “externo”, isto é, fora do concelho, ao nosso território, reconhecimento que crie condições de retorno económico aos investidores e retorno do ponto de vista do incremento da actividade turística (...) estamos confiantes que através de medidas de sensibilização e de formação dos agentes económicos os principais objectivos serão alcançados a curto/médio prazo. (...) Uma outra medida que merece destaque é a internacionalização do nosso “território turístico” por via do “marketing” territorial que realizamos (...) Um outro projecto que temos em “carteira” diz respeito a um centro que tencionamos criar na Herdade dos Concelhos, propriedade municipal, centro esse que funcionará como parque temático, onde irão existir várias amenidades (...)”

<p>9 - Que actividades ambientais/económicas/sociais/culturais/desportivas, de índole turística, encontram lugar, sem incurrir em constrangimentos negativos, na região onde o concelho de Coruche se insere?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Potencialidades / Oportunidades</p>	<p>“(…) passeios turísticos no Rio Sorraia, são portanto descidas turísticas mas ao mesmo tempo pedagógicas, que chamam a atenção para a fauna e para a flora do rio. (...) Orientação, uma actividade que, para além da actividade física e cognitiva que a compõe, possui uma forte componente pedagógica na promoção do “espaço natural”, alertando para a necessidade e obrigação que todos temos de preservar a natureza. (...) andar de bicicleta, actividade nada nociva para a natureza, muito pelo contrário, permite que os trilhos traçados se mantenham limpos e disponíveis. (...) os passeios pedestres, outra actividade sem impacto na natureza. (...)”</p>
---	------------------------------	--	---

Anexo 3.3 - Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (APFC): António Gonçalves Ferreira, na qualidade de Membro da direcção da APFC

Pergunta	Dimensão	Categoria	Excerto da entrevista
<p>1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a revitalização do “mundo rural” em geral e da floresta de Montado em particular?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Território / Floresta de Montado</p>	<p>“Em termos produtivos e económicos têm sido os quadros comunitários de apoio, nomeadamente o terceiro e o quarto, na actualidade com o programa PRODER, que foi precedido pelo AGRO, as principais medidas direccionadas para o mundo rural.”</p>
<p>2 - Quais são as principais potencialidades endógenas dos territórios de Montado (nomeadamente aos níveis económico, social e ambiental)?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Recursos endógenos</p>	<p>“A grande característica do Montado é a sua funcionalidade e a riqueza da sua fauna e flora e são esses factores que traduzem o potencial endógeno do Montado. (...) O Montado tem também um valor ambiental e até social pelos serviços que presta, falo, por exemplo, da protecção do ciclo da água e da diminuição do risco de erosão, estes aspectos são de facto valias ambientais proporcionadas pelo Montado. A nível social, como proporciona a existência de actividades económicas em espaço rural, ajuda a dinamizar um território que é mais frágil e menos apto na fixação da população.”</p>
<p>3 - Exemplifique algumas das actividades económicas que, na actual conjuntura, apresentam maior potencial de desenvolvimento nos territórios de Montado?</p>	<p>Desenvolvimento local / Floresta de Montado</p>	<p>Actividades económicas / Desenvolvimento</p>	<p>“Parece haver algum potencial para o turismo de natureza e para esse tipo de actividades, mas não vejo que no curto prazo, nestes territórios, se viva dessas actividades, haverá sempre quem consiga um nicho de mercado onde actue com alguma rentabilidade, mas não será prática generalizada. Vejo a existência dessas actividades no território de Montado numa óptica de complementaridade às actividades tradicionais que decorrem no território e não o contrário.”</p>
<p>4 - Qual a importância holística da floresta de Montado para a região de actividade</p>	<p>Floresta de Montado</p>	<p>Potencialidades</p>	<p>“É uma importância muito grande porque a floresta de Montado representa entre 70% a 80% da área onde desenvolvemos a nossa actividade e os nossos associados são essencialmente produtores de cortiça.”</p>

da APFC em geral e para o concelho de Coruche em particular?			
5 - Como caracteriza a actual oferta turística nos territórios de Montado?	Turismo	Oferta turística	“(…) a oferta turística é fraca. (…) O concelho está na proximidade de Lisboa e por este motivo considero que as pessoas que aqui se deslocam com fins turísticos fazem-no sobretudo durante curtos períodos de tempo, ou mesmo durante algumas horas, chegando ao concelho e regressando às suas residências em apenas um dia. (…) Começa a haver bons exemplos, mas na área de acção desta associação uma oferta turística estruturada é ainda algo inexistente.”
6 - Que importância tem a actividade turística para a APFC? Pode o turismo constituir-se como uma actividade económica que coopere na sustentabilidade do ecossistema de Montado, numa óptica de complementaridade às actividades económicas tradicionais desse território (cortiça, lenha, carvão, pastorícia, …)?	Turismo	Actividades económicas	“O turismo tem muito pouca importância para esta associação. Pode no entanto constituir-se uma actividade complementar importante desde que passe a existir um turismo mais massificado, que tenha por objecto o usufruto da natureza.”
7 - Em que direcção “caminha” hoje a floresta de Montado? Que desafios enfrenta esse território de génese singular?	Floresta do Montado / Desenvolvimento local	Oportunidades / Recursos endógenos	“Julgo que a floresta de Montado é uma floresta com o futuro assegurado. A sua manutenção tem por base um produto de valor acrescentado, a cortiça, produto natural, sustentável, reciclável, portanto à partida tem todos os ingredientes para ter futuro. (…) há a apontar apenas dois desafios: o primeiro é a qualidade, isto é, deve-se garantir que os produtos são de qualidade e o segundo é a imagem, e enfrentar este desafio passa por comunicar exactamente a qualidade do produto e as suas características singulares.”
8 - Possuem as “várias” florestas de Montado iguais hipóteses de subsistência (considerando a existência de diversas tipologias de Montado – com abrangências geográficas e características relativamente distintas –, com diversas capacidades de atracção e rentabilidade económicas)?	Floresta de Montado	Oportunidades / Recursos	“Os Montados onde subsiste sobretudo a Azinheira são Montados mais expostos devido ao facto de não se extrair desses espaços tanto rendimento económico quanto aquele que se retira de uma floresta onde subsista maioritariamente o Sobreiro. Os Montados de azinho estão mais sujeitos a pressões que conduzam a alterações do seu uso, é um facto.”

<p>9 - Que medidas a APFC conta apresentar/ adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de potencializar o desenvolvimento sustentável da floresta de Montado (com ênfase para eventuais medidas relacionáveis com o turismo)?</p>	<p>Desenvolvimento local / Floresta de Montado</p>	<p>Desenvolvimento sustentável</p>	<p>“O nosso grande projecto dos últimos anos tem sido a certificação florestal. (...) Em termos de futuro o nosso projecto âncora, para os próximos 2 a 3 anos, será mais na área da sustentabilidade produtiva dos serviços do ecossistema (...) pensamos que pode ser uma componente muito interessante em termos de rendimento nas áreas de Montado.”</p>
--	--	------------------------------------	--

Anexo 3.4 - Associação dos Comerciantes do Concelho de Coruche (ACCC): Vítor Rouxinol, na qualidade de Presidente da ACCC

Pergunta	Dimensão	Categoria	Excerto da entrevista
<p>1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a revitalização do comércio local no concelho de Coruche?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Comércio local</p>	<p>“O projecto MODCOM, um sistema de incentivo a projectos de modernização do comércio, e o projecto Coruche Inspira Comércio são as medidas que nos últimos anos mais contribuíram para a revitalização do comércio local em Coruche.”</p>
<p>2 - No seio do comércio local de Coruche, quais são as áreas de negócio que apresentam maior potencial de desenvolvimento/crescimento? No mesmo sentido, que negócios emergentes de comércio devem ser apoiados/potencializados?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Comércio local / Desenvolvimento económico</p>	<p>“Os produtos produzidos localmente e, por conseguinte, os negócios na base da produção desses produtos, são áreas de negócio que a meu ver apresentam um forte potencial de crescimento e que podem conduzir ao desenvolvimento do comércio local e ao aparecimento de projectos empresariais inovadores no concelho e na região.”</p>
<p>3 - Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche?</p>	<p>Turismo</p>	<p>Oferta turística</p>	<p>“A oferta turística do concelho é muito fraca. Há muito por fazer e algum potencial para precisamente potenciar.”</p>
<p>4 - O que deve oferecer o comércio local do concelho de Coruche a quem o visita numa perspectiva de lazer e turismo?</p>	<p>Turismo</p>	<p>Oferta turística / Comércio local</p>	<p>“Penso que o que temos neste momento para oferecer a quem nos visita são os artigos de artesanato de produção local.”</p>
<p>5 - Em que aspectos a actividade turística é importante para a ACCC?</p>	<p>Turismo</p>	<p>Desenvolvimento do comércio local</p>	<p>“A actividade turística é importante porque quando existe e é estruturada permite o desenvolvimento do comércio tradicional, principalmente o comércio que comercialize produtos de produção regional.”</p>
<p>6 - Entende que o turismo é uma</p>	<p>Turismo</p>	<p>Desenvolvimento do comércio local</p>	<p>“Sem dúvida, mas para isso é necessário que o turismo se torne mais capaz no concelho, tem de</p>

<p>actividade que pode ajudar a potenciar/a dar continuidade a/à tão desejada revitalização do comércio local no concelho de Coruche?</p>			<p>estar devidamente organizado e estruturado, e logo que cheguem visitantes em maior quantidade e com mais regularidade estou certo que o comércio tradicional será potenciado.”</p>
<p>7 - Que medidas a ACCC conta apresentar/adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de potenciar o desenvolvimento do comércio local (com ênfase para eventuais medidas relacionadas/relacionadas com o turismo)?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Desenvolvimento do comércio local</p>	<p>“Divulgação do projecto MODCOM e comunicação das mais-valias que a medida oferece. A associação promove também a formação profissional, factor considerado muito importante pelos comerciantes. Destaco também as parcerias diversas com a Câmara Municipal, nomeadamente com a realização de eventos e animação das ruas em dias específicos.”</p>
<p>8 - Em relação ao concelho de Coruche, marcado pela presença da importante floresta de Montado, que actividades (de cariz económico/social/cultural/etc.) de índole turística encontram lugar neste território sem incurrir constrangimentos negativos?</p>	<p>Desenvolvimento local / Turismo</p>	<p>Oportunidades / Recursos</p>	<p>“São algumas. São bons exemplos a gastronomia, a caça e pesca, a prática de BTT, as actividades motorizadas (por exemplo o motocrosse e os passeios todo-o-terreno), o atletismo, entre muitas outras. Estas actividades não implicam, a meu ver, constrangimentos negativos relevantes, e a existirem são suplantados pelas mais-valias que podem realizar.”</p>
<p>9 - O consumo crescente de produtos provenientes do “mundo rural” (por exemplo os originários da floresta de Montado: cortiça, mel, cogumelos, caça, etc.) pode representar uma oportunidade para quem pretende investir no sector do comércio no concelho de Coruche? Se sim, o que falta para que isso aconteça com acutilância/mais acutilância?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Desenvolvimento do comércio local / Mundo rural</p>	<p>“Sim, essa realidade representa certamente uma oportunidade para o comércio, todavia para que isso aconteça é necessária uma maior aposta na divulgação e promoção desses produtos. Mas a falta de empresários e ausência de gente com atitude empreendedora são também realidades que tem de ser forçosamente ultrapassadas para que o sector do comércio se fortaleça por via da comercialização dos produtos mais característicos desta região.”</p>

Anexo 3.5 - Escola Náutica Búzios Coruche (ENBC): Alexandre Tadeia, na qualidade de Presidente da ENBC

Pergunta	Dimensão	Categoria	Excerto da entrevista
1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a promoção da “prática náutica”, enquanto actividade desportiva, lúdica e turística, no concelho de Coruche?	Desenvolvimento local / Turismo	Actividade náutica	“(…) decidimos avançar com a criação de um projecto, um projecto a que chamámos «sentir o Sorraia», sob o grande lema «o rio como fonte de vida». (...) Criámos assim três grandes áreas na escola náutica. Uma área turística direccionada para descidas e passeios no rio Sorraia, com grupos. Outra área é a de competição (...) temos também uma terceira área, a da formação, que tem por objectivo ministrar os cursos de marinheiro e patrão local (...) As medidas de promoção da prática náutica no concelho têm sido exactamente as iniciativas da Búzios.”
2 - Quais são as principais potencialidades endógenas do território onde a ENBC actua (território de raiz rural, onde a floresta de Montado e o rio Sorraia representam recursos fundamentais)?	Desenvolvimento local / Turismo	Recursos endógenos	“Eu penso que nós temos uma forte componente «natureza», é a grande mais-valia de Coruche, componente esta que pode ser aliada a várias vertentes e a vários tipos de actividades. Eu acho que Coruche vale pela natureza e pela tranquilidade que tem e que oferece. (...) A componente agrícola é também relevante, possuímos potencialidades nessa área, temos o rio e solos férteis.”
3 - A actividade náutica, nos moldes que a ENBC promove, possui potencial de desenvolvimento/crescimento na região?	Desenvolvimento local	Potencialidades / Actividade náutica	“Na área do turismo de natureza e de aventura relacionado com a canoagem, nas áreas da formação e da competição náutica julgo que sim, existe muito potencial. (...) Existem excelentes condições no rio, com uma interessante diversidade de paisagens. (...) É evidente que a actividade náutica pode contribuir para um desenvolvimento mais lato da região, evidentemente agregada a actividades de outro tipo.”
4 - Como caracteriza a actual oferta turística no concelho de Coruche? Julga ser a adequada?	Turismo	Oferta turística	“Existe alguma oferta mas ela caracteriza-se por ser sobretudo desorganizada. (...) Verifica-se também um problema com os operadores turísticos em Coruche (...), eles estão mais preocupados com a concorrência entre eles do que com o que uma boa capacidade de entajuda lhes pode trazer, não se preocupam com o facto de que se todos fizerem publicidade a todos, todos forçosamente sairão a ganhar. (...) A existência de um portal na internet não basta, porque a pessoa que chegar a Coruche pode não ter acesso a esse meio informativo, tem de haver um local que garanta esse serviço.”
5 - Que papel representa o turismo para a ENBC?	Turismo	Actividade náutica	“É absolutamente fundamental, como já afirmei.”
6 - Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar/potenciar a preservação dos valores ambientais,	Turismo	Actividades / Potencialidades	“Sim. A nossa matéria-prima principal é a natureza, é a nossa história, a nossa identidade, para além, obviamente, da componente técnica que acompanha as nossas actividades. Na medida do que já fui referindo, claro, o turismo é uma actividade que auxilia e potencia a

culturais, sociais, históricos e patrimoniais do território de acção da ENBC?			preservação do conjunto de valores que nos caracteriza.”
7 - Que medidas/projectos a ENBC conta apresentar/adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável do seu território de acção (com ênfase para eventuais medidas/projectos relacionados/relacionáveis com o turismo)?	Desenvolvimento local	Desenvolvimento / Sustentabilidade	“É a formação, são as nossas actividades, é o conjunto de medidas pedagógicas que pretendemos transpor para o terreno, é, no fundo, tudo aquilo que fui referindo. Temos uma acção muito integrada e que contribui, não tenho dúvida, para que ocorra um desenvolvimento sustentado do território, e dos territórios, onde agimos.”
8 - Exemplifique algumas das actividades (de cariz ambiental/desportivo/social/cultural), de índole turística que considera encontrarem lugar, sem incurrir em constrangimentos negativos, no território de acção da ENBC (isto é, o rio Sorraia)?	Desenvolvimento local / Turismo	Potencialidades / Oportunidades	“Aqueles que começamos a identificar como óbvias para estes territórios relativamente rurais onde nos inserimos: o balonismo, o BTT, a orientação, a observação de aves, e muitas outras. Há imensas actividades que podemos realizar sem incurrir em constrangimentos negativos no ecossistema que nos circunda.”
9 - Qual a importância holística do rio Sorraia e da floresta de Montado (que marca e caracteriza o território percorrido pelo rio) para o concelho de Coruche?	Desenvolvimento local / Floresta de Montado	Recursos endógenos	“Sem o rio não haveria Coruche. O rio é a base do início histórico de Coruche. Para a agricultura o rio é fundamental, ainda hoje. Relativamente ao Montado, esta floresta é fundamental para Coruche, se perdêssemos o Montado seria catastrófico, haveria muito desemprego e imensas dificuldades económicas surgiriam. (...) Em resumo posso afirmar que estes dois habitats, o rio e o Montado, possuem uma importância holística muitíssimo grande e potencialidades de aproveitamento económico sustentável muito interessantes.”

Anexo 3.6 - Coruche Outdoor Adventure Club (COAC): Hugo Borda d’Água, na qualidade de Presidente do COAC

Pergunta	Dimensão	Categoria	Excerto da entrevista
1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a promoção da Orientação (enquanto actividade	Desenvolvimento local	Prática desportiva / Modalidades desportivas	“A principal medida, e a primeira de todas, foi a criação de um clube que fizesse o contacto directo com a população (...) A Orientação apresenta-se assim como uma mais-valia para Coruche em termos turísticos, contribuindo para o desenvolvimento do concelho (...) o trabalho a fazer é aquele que nós prosseguimos, um trabalho de desenvolvimento local, é isso que temos feito ao longo da nossa existência.”

desportiva mas também de forte cariz ambiental e social) no concelho de Coruche?			
2 - Quais são as principais potencialidades que identifica no “território” onde o COAC desenvolve as suas actividades (no qual a floresta de Montado se constitui recurso basilar)?	Desenvolvimento local	Potencialidades / Recursos endógenas	“A Orientação é muitas vezes reconhecida como um desporto da floresta e um desporto de família, mas é cada vez mais um desporto que permite a competição, ou seja, tal como existem outros desportos como o atletismo, o BTT, entre outros. (...) um terreno onde se pratique Orientação tenha que ter não só uma vertente de beleza natural mas também um conjunto de factores importantes para a competição e Coruche consegue ter isso, os terrenos são muito diversificados. (...) as potencialidades em termos de floresta, só fazem sentido se houver conservação (...) A existência de condições naturais permite que em Coruche (...) se pratique a Orientação.”
3 - A prática da Orientação no concelho de Coruche possui potencial de desenvolvimento/crescimento?	Desenvolvimento local	Prática desportiva / Desenvolvimento da Orientação	“A Orientação possui um grande potencial de desenvolvimento, mas é necessário reunir algumas condições para esse desenvolvimento (...) uma das coisas que é muito importante na Orientação, e que ainda não se consegue ter, é a capacidade financeira para se poder ter um treinador de Orientação (...) de facto Coruche tem muito potencial para que a Orientação se desenvolva (...)”
4 - Como caracteriza a actual oferta turística no concelho de Coruche?	Turismo	Oferta turística	“A oferta turística baseada no Montado de sobro, baseada na cortiça, que é o que de melhor temos em Coruche para nos distinguir dos outros, passa hoje por todas as actividades desportivas, muitas delas em contacto com o Montado de sobro, desde a canoagem, que acaba por se desenvolver no Rio que percorre o concelho junto ao Montado de sobro, ao BTT, à Orientação, agora existe também o páramotor, ou seja é uma oferta variada, mas que se nota ter sido pensada para potenciar o que de melhor há em Coruche (...) Os agentes económicos que trabalharam em Coruche a nível da potencialização dos seus recursos conseguiram trabalhar para reunir todos as actividades que tenho vindo a mencionar e que reflectem a oferta turística de Coruche (...)”
5 - Que papel representa o turismo para o COAC?	Turismo	Desenvolvimento da Orientação	“Hoje em dia, a Orientação, e sobretudo os grandes eventos de Orientação, são eventos que têm um papel turístico muito grande. (...) Quando um evento de orientação se realiza juntam-se pessoas de todo o território nacional. Se o evento for em Coruche junta pessoas de todo o território nacional igualmente, o que gera um impacto turístico muito grande. (...) Existe um favorecimento recíproco entre a Orientação e o turismo (...) há aqui uma relação entre as duas actividades.”
6 - Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar/potenciar a preservação dos valores ambientais, culturais, sociais, históricos e patrimoniais do território de acção do COAC?	Turismo / Desenvolvimento local	Potencialidades / Oportunidades	“Claramente. As pessoas estão cada vez mais sensibilizadas para a preservação dos locais que visitam, e se esse espaço for emblemático em termos turísticos, as pessoas acabam por ter ainda um maior cuidado na sua preservação. (...) O turismo é uma grande mais-valia no esforço de promoção e protecção dos valores referidos.”
7 - Que medidas/projectos o	Desenvolvimento local	Desporto / Desenvolvimento	“Já fizemos um trabalho muito grande com os jovens para tentar captar pessoas mais novas para a

<p>COAC conta apresentar/adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de promover a prática desportiva e contribuir para um desenvolvimento da sustentável do seu território de acção (com ênfase para eventuais medidas/projectos relacionados/relacionáveis com o turismo)?</p>		<p>/ Sustentabilidade</p>	<p>prática da Orientação e o nosso objectivo neste momento é levar a Orientação às pessoas mais velhas e às pessoas com deficiência. Cumprindo a nossa missão, a promoção do desporto em especial da modalidade Orientação, e através da importância social que possuímos, contribuimos certamente para um desenvolvimento sustentável deste território.”</p>
<p>8 - Que actividades ambientais/económicas/sociais/culturais /desportivas, de índole turística, encontram lugar, sem incurrir constrangimentos negativos, no território de acção do COAC?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Actividades / Recursos endógenos / Ambiente</p>	<p>“(…) o número de pessoas que pratica BTT é impressionante, porque é um desporto que consegue preservar o ambiente, consegue fazer com que as pessoas andem pelo Montado de sobro, que andem por esses locais com potencialidade turística e que não afecta o ecossistema (…) Todas as actividades desenvolvidas em Coruche, os passeios pedestres, a canoagem, o ski aquático, o BTT, o paramotor, acabam por não danificar o património natural. Todas estas actividades são também realizadas em contacto com o Montado de sobro, e no usufruto deste espaço o papel dos proprietários é muito relevante (…) sempre que analisar o ponto de vista dos proprietários e ter sempre em conta que estas actividades podem ter impactos naquele ecossistema e nos investimentos realizados pelos proprietários (…) Os proprietários são agentes muito importantes (…) é necessário mantermos uma grande proximidade com eles (…)”</p>
<p>9 - Qual a importância holística da floresta de Montado (que marca e caracteriza o território de acção do COAC) para o concelho de Coruche?</p>	<p>Floresta de Montado</p>	<p>Desenvolvimento / Recursos endógenos</p>	<p>“A floresta de Montado é para o concelho de Coruche, e para todos os concelhos que têm este tipo de floresta, uma área muito importante em termos económicos, nomeadamente por via da produção da cortiça (…) Tem-se apostado em afirmar Coruche como capital mundial da cortiça, o que incrementa a importância da fileira corticeira no desenvolvimento económico e social do concelho e da região. (…) Há toda uma fileira a explorar no que se refere à floresta de Montado: economia (os produtores, os donos das fábricas, etc.), o turismo (organização de eventos: feiras, desfiles de moda, etc.), ciência (o observatório do sobreiro e da cortiça), etc. Estes recursos provam a importância estratégica que o Montado tem para o nosso concelho.”</p>

Anexo 3.7 - Herdade da Agolada de Cima: António Sommer de Mello, proprietário da Herdade da Agolada de Cima

Pergunta	Dimensão	Categoria	Excerto da entrevista
<p>1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas que visaram a</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Promoção do território</p>	<p>“Talvez possa salientar alguma coisa relativamente à caracterização destes territórios nos últimos anos, nomeadamente uma certa ambiguidade na sua caracterização enquanto zonas desfavorecidas. Por exemplo na zona da Chamusca, a zona</p>

<p>revitalização e promoção dos territórios rurais, “espaço” no qual a Herdade da Agolada de Cima (HAC) se insere?</p>			<p>desfavorecida é a charneca. Isto aqui é charneca pura, mas como está inserida numa zona mais perto de Lisboa, não sei bem qual foi o critério mas é zona não desfavorecida. Digamos que esta classificação terá sido uma medida administrativa, de classificação do território, que não resultou. Mas talvez nalguns casos tenha resultado.”</p>
<p>2 - Considerando a forte componente florestal da HAC, nomeadamente a presença da floresta de Montado de sobro, quais são as principais potencialidades endógenas que identifica nos territórios de Montado (nomeadamente aos níveis económico, social e ambiental)?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Recursos endógenos</p>	<p>“Há várias. (...) A caça é uma actividade turística que fomenta a economia local, existe consumo directo. Vêm pessoas de vários locais, da cidade, ficam um dia ou vários, permanecem em locais como este, vão aos restaurantes. (...) Depois há muitas actividades ligadas ao campo, como o BTT e as actividades com veículos todo-o-terreno. Estas actividades estão na moda, as pessoas estão sedentas de natureza, tem sede de voltar às origens. O “birdwatching” e a pesca são outros dois exemplos de actividades que aproveitam os recursos próprios deste ecossistema. A sua prática resulta em proveitos económicos e também sociais e ambientais.”</p>
<p>3 - Exemplifique algumas das actividades económicas que, na actual conjuntura, apresentam maior potencial de desenvolvimento nos territórios de Montado? São as actividades que enumera potenciadoras de um desenvolvimento sustentável desses territórios?</p>	<p>Desenvolvimento local / Floresta de Montado</p>	<p>Actividades económicas / Sustentabilidade</p>	<p>“A floresta em si é uma geradora de fundos, fundos directos. (...) Espécies como o sobreiro, o pinheiro manso, a própria azinheira, mais no Alentejo, possibilitam a existência de actividade económica. (...) No caso do Montado de azinho existe a criação do porco preto, um produto com muito valor económico e até cultural. O pastorei também é uma actividade que existe, através do aproveitamento do subcoberto do Montado. (...) A extracção da cortiça continua a ser aquela actividade que mais proveito económico pode gerar (...)”</p>
<p>4 - Partindo do pressuposto que o desenvolvimento sustentável se concretiza indubitavelmente com a participação e envolvimento activa da comunidade local, a que níveis interage a HAC com a comunidade local?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Comunidade local / Desenvolvimento / Sustentabilidade</p>	<p>“Há uma interacção relativa. As pessoas da zona já não procuram tanto a floresta como o faziam antigamente. (...) Hoje as pessoas vão à floresta por causa da caça ou da pesca, já não têm tantas razões para vir à floresta, a não ser que queiram andar de bicicleta ou praticar outra actividade do género.”</p>
<p>5 - Que importância tem o turismo para a HAC? / 6 - Caracterize a actual oferta turística da HAC?</p>	<p>Turismo</p>	<p>Potencialidades / Oferta turística</p>	<p>“Tem uma importância muito grande. Nós temos aqui uma actividade que é a realização de casamentos (...) Temos alguma actividade de caça e pesca, mas a pesca não é um negócio. Temos campos de férias no verão e agora estamos a tentar implementar um albergue de juventude (...) esta é uma actividade importante, especialmente para estas herdades maiores, que tem edificações que se não tiveram qualquer tipo de actividade ligada a elas acabam por se degradar e ruir e o rendimento da floresta não chega para tudo, é dispendioso</p>

			manter uma floresta limpa e cuidada, e se não houver actividades paralelas que ajudem a criar algum rendimento não será possível manter os edifícios em condições razoáveis de conservação.”
7 - Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar na preservação do conjunto de valores inerentes à HAC (valores do passado no presente: história, património, cultura, etc.)?	Turismo / Desenvolvimento local	Potencialidades / Oportunidades	“Pode, claro que pode. Tudo o que contribua para a eternização da herdade como a conhecemos é válido e importante. A actividade turística é mais uma actividade que ajuda a que a identidade deste espaço se mantenha e até pode contribuir para que essa identidade seja realçada.”
8 - No que respeita ao turismo, identifique os principais sucessos que a HAC tem obtido e as maiores dificuldades que a HAC enfrenta?	Turismo	Oferta turística / Actividade económica	“(…) as dificuldades têm a ver com a localização da herdade. Coruche não é uma zona turística (…) Apesar de Coruche se localizar perto de Lisboa debate-se com os problemas da interioridade, tem pouca gente, as pessoas gostam de ir gastar dinheiro à cidade, hoje os meios de transporte mais acessíveis e as acessibilidades permitem que as pessoas se desloquem com rapidez (…) Mas no que se refere à qualidade de vida não há qualquer comparação. (…) O sucesso surge pelas razões opostas. As pessoas querem vir gozar o desafio que o campo possibilita, querem vir experimentar boa gastronomia (…) Há no entanto uma grande competição e rivalidade entre os territórios e as câmaras municipais têm que ser agressivas, agressivas no bom sentido, na promoção dos seus territórios, as que não o forem podem ficar para trás.”
9 - No concelho de Coruche temos assistido, nos últimos anos, a um investimento público, nomeadamente por parte do Município de Coruche, em projectos/medidas de “marketing territorial” (eventos, televisão, etc.). Como caracteriza esta forma de promoção do território e que principais valias ela oferece?	Desenvolvimento local	Marketing territorial / Oportunidades	“Essa forma de promoção é válida. (…) Em termos locais, acho que este tipo de promoção é, de modo geral, bem visto (…)”
10 - Considera que os diversos agentes económicos do concelho de Coruche, com interesses no turismo, estão despertos e imbuídos de espírito empreendedor para aproveitar as sinergias geradas	Turismo	Actividade económica / Oportunidades	“Não sei responder a essa pergunta, mas nota-se que ao nível do turismo em espaço rural há alguma actividade, nalguns casos concretos. De modo geral não sei se haverá grande entusiasmo por parte dos agentes económicos do concelho. (…) Em relação aos agentes económicos, se estes vêem grandes investimentos do município em promoção e se depois vêem as pessoas a ir comprar fora do concelho gera-se um certo descontentamento.”

pela visibilidade crescente do concelho?			
--	--	--	--

Anexo 3.8 - Restaurantes “Ponte da Coroa” e “Sabores de Coruche”: António Macedo, proprietário dos restaurantes

Pergunta	Dimensão	Categoria	Excerto da entrevista
1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas e/ou privadas que visaram a promoção/revitalização do sector da restauração no concelho de Coruche?	Actividade económica	Restauração	“As medidas mais importantes vieram da parte do município, estou a recordar-me por exemplo “Os sabores do toiro bravo”, foi esta a principal alteração que mexeu muito com a gastronomia em Coruche. (...) A nível do privado, nomeadamente da restauração, cada um trabalha para si, no entanto nestes eventos existe sempre uma cooperação entre os restaurantes que participam.”
2 - Quais são as principais potencialidades que entende o concelho de Coruche possuir (partindo do princípio que se trata de um território marcado pela paisagem de floresta de Montado)?	Potencialidades / Mundo rural	Recursos endógenos	“Podemos começar pelo Montado, sem dúvida, embora tenhamos que reconhecer que se deve ao município a promoção do Montado. Este tipo de floresta era uma coisa que nem toda a gente conhecia, mas agora sabe-se que Coruche é o maior produtor de cortiça a nível mundial, era uma área que até aqui não tinha sido explorada e afirmada (...) penso que neste momento é o principal atractivo do concelho”
3 - Quais são as actividades económicas que apresentam maior potencial de desenvolvimento/crescimento na região onde os vossos restaurantes se inserem?	Desenvolvimento local	Actividades económicas / Desenvolvimento	“O processamento da cortiça é actualmente a principal indústria presente no concelho. Em relação ao turismo é um turismo mais itinerante, mais de fim-de-semana, pois ainda não temos condições para receber pessoas em maior número. (...) a Câmara tem feito também um grande esforço para atrair as pessoas de fora, divulgando o concelho (...)”
4 - Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche?	Turismo	Oferta turística	“Ainda há muita coisa para fazer. (...) O alojamento é um factor ainda muito frágil, tem de ser melhorado e têm de ser feitas coisas novas, diferentes, temos de inovar. (...) essa falta de condições também se deve à pouca procura turística do concelho o que torna complicado atrair investidores para essa área.”
5 - Qual é o perfil padrão de cliente de cada um dos vossos restaurantes, Sabores de Coruche e Ponte da Coroa?	Turismo	Oferta turística / Procura turística	“No Restaurante Ponte da Coroa o perfil padrão são pessoas que precisam de almoçar fora no seu dia-a-dia (...) No restaurante Os Sabores de Coruche o perfil padrão é diferente, são sobretudo pessoas que andam à procura de comer algo diferente (...) pessoas de fora que se deslocam propositadamente (...)”
6 - Entende que o turismo é uma actividade que pode potenciar a preservação dos valores ambientais, culturais, sociais e	Turismo	Recursos endógenos / Desenvolvimento / Oportunidades	“(…) hoje em dia existe uma consciência diferente nas pessoas, elas sabem que temos de ter cuidado e preservar os nossos recursos para que as pessoas do futuro também os possam usufruir, as pessoas quando vão visitar alguma coisa já estão mentalizadas para isso, têm cuidado em apreciar e não estragar.”

económicos do território onde se inserem os vossos restaurantes?			
7 - Que medidas, enquanto empresário de restauração, conta adoptar, ou já adoptou, no sentido de se auto-promover, angariar mais e novos clientes e contribuir para a promoção do desenvolvimento do turismo de Coruche?	Turismo	Oferta turística / Desenvolvimento económico / Promoção turística	“A principal medida é manter uma oferta de boa qualidade, sobretudo isto, e sempre com a intenção de melhorar. (...) ser diferente e procurar ter aquilo que existe aqui, produtos de origem local. Nós temos aqui produtos com muita qualidade, temos a carne que é uma das melhores do país, e é através destes produtos que temos de fazer gastronomia com qualidade e inovar sempre que possível (...) penso que mantendo esta postura, a médio prazo se conseguem bons resultados.”
8 - Que actividades de índole turística (económicas, sociais, culturais, etc.), encontram lugar, sem incurrir constrangimentos negativos, no território de floresta de Montado? / 9 - Na sua opinião em que sentido deve caminhar o turismo de Coruche?	Turismo / Floresta de Montado	Desenvolvimento económico / Desenvolvimento / Recursos	“(…) as actividades que podem ser implementadas aqui, atendendo às próprias características do concelho, são aquelas que tiram proveito dos nossos recursos naturais, portanto actividades praticadas no espaço de Montado e no rio. O concelho tem recursos naturais de grande valia, apenas falta atrair mais pessoas.”
10 - Qual a importância da floresta de Montado (que caracteriza grande parte do território do concelho de Coruche) para o concelho de Coruche e para a região onde este se insere?	Floresta de Montado	Recursos endógenos / Desenvolvimento / Ambiente	“(…) a floresta de Montado é fundamental, porque hoje em dia, e mais do que nunca, é um recurso que temos que preservar a todo o custo e que temos que divulgar, é uma riqueza incomparável. A grande maioria das pessoas vai tendo consciência disso e vai adquirindo essa consciência e estamos todos, cada vez mais, no bom caminho.”

Anexo 3.9 - Jornal “Mais Região”: Florbela Machado, directora do jornal

Pergunta	Dimensão	Categoria	Excerto da entrevista
1 - Indique algumas medidas públicas e/ou privadas que, na sua opinião, visaram nos últimos anos de forma adequada a revitalização económica e social da região onde o concelho de Coruche se insere?	Desenvolvimento local	Desenvolvimento económico e social	“O município é a entidade que mais medidas tem implementado, tem realizado várias actividades para desenvolver o comércio e para atrair o turismo. (...) O município tem desenvolvido várias actividades para atrair pessoas de fora, gerar transacções comerciais e principalmente para desenvolver o comércio local. (...) O município é a única entidade, na minha opinião, que está a fazer algo para revitalizar Coruche e atrair novos investimentos e turistas. A nível privado, não me ocorre (...) nada realmente relevante.”
2 - Quais são as principais potencialidades que	Desenvolvimento local	Recursos endógenos / Potencialidades	“Existiam duas áreas de lazer muito boas que traziam muita gente no Verão, os açudes (...) mas agora, os proprietários vedaram os terrenos e

<p>identifica na região onde o concelho de Coruche se insere (território, pessoas, património, cultura, etc.)?</p>			<p>praticamente proibiram o acesso, o que faz com que as pessoas saiam de Coruche e procurem outros locais onde possam ter esse tipo de lazer. (...) Um outro recurso que pode atrair as pessoas é o Rio Sorraia (...) Relativamente ao Montado, a não ser que esse espaço se realizem eventos, é uma área realmente interessante, mas que a nível turístico interessa pouco às pessoas (...) Fala-se de facto do grande potencial do Montado (...) mas na realidade não existe um plano concreto para tirar proveito desses recursos (...) o município ainda não conseguiu definir em concreto o que pretende para o concelho, se pretende que seja um concelho agrícola, se um concelho direccionado para o turismo, se um concelho virado para a indústria (...)”</p>
<p>3 - Na sua opinião que actividades económicas apresentam maior potencial de desenvolvimento no território onde Coruche se insere?</p>	<p>Desenvolvimento local</p>	<p>Actividades económicas</p>	<p>“A agricultura é a actividade que sempre teve o maior impacto, e continua a ter (...) Depois temos a cortiça (...) acho que existe potencial para que se desenvolva no concelho a actividade turística, porque estamos perto de Lisboa e de outras cidades importantes. (...) Contudo, deveria existir uma maior iniciativa privada no esforço de desenvolvimento do concelho, nomeadamente em relação à área do Montado, que guarda grande parte do nosso potencial, nomeadamente o turístico e natural. (...)”</p>
<p>4 - Que importância (económica, social, etc.) atribui à floresta de Montado para a região onde o concelho de Coruche se insere? Justifique.</p>	<p>Floresta de Montado</p>	<p>Recursos endógenos / Potencialidades</p>	<p>“A floresta de Montado é uma das coisas mais importantes que o concelho de Coruche possui, em termos económicos, naturais e patrimoniais. O concelho possui no seu território uma grande área de Montado, mas a sua “exploração”, julgo eu, não ocupa muita mão-de-obra, embora seja uma área com forte componente económica, onde se consegue ganhar muito dinheiro, julgo que podia existir outro tipo de exploração e aproveitamento.”</p>
<p>5 - Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche? Na sua opinião é o turismo, neste momento, um sector local dinâmico?</p>	<p>Turismo</p>	<p>Oferta turística / Desenvolvimento económico</p>	<p>“(…) o município está a fazer um trabalho muito bom de promoção do concelho, através das actividades que dinamiza, de revitalização da vila e de atracção de pessoas para a vila (...) No entanto, estas iniciativas são apenas do município. Haverá uma altura em que não será possível ser o município a comportar todos os investimentos, o que colocará em causa o desenvolvimento destas actividades se não houver mais proactividade por parte dos agentes privados.”</p>
<p>6 - Que importância atribui ao turismo no concelho de Coruche? Considera que os principais intervenientes privados e públicos presentes no território se revêem no nível de importância que define para o turismo?</p>	<p>Turismo / Desenvolvimento local</p>	<p>Oferta turística / Importância do turismo no desenvolvimento local</p>	<p>“Os agentes privados em Coruche não tomam nenhuma iniciativa porque (...) estão sempre à espera que seja o município a fazer os investimentos (...) O sector privado está apático, sempre à espera que façam algo que melhore as suas condições, sem a preocupação de, por meios próprios, inovarem, mudarem. (...) Mas também a forma de realizar os investimentos municipais poderá não ser, pontualmente, a mais adequada. Por exemplo, quando o município realiza a FICOR, está a fazer um investimento sobretudo para um grupo restrito de interessados (...) o que me leva a questionar se os milhares de euros investidos pelo município na FICOR trazem vantagens efectivas em termos turísticos. (...) talvez investindo esse dinheiro num programa específico, com as universidades, com as escolas, ou mesmo estabelecendo protocolos com os próprios proprietários, havendo uma interacção diferente</p>

			dentro das propriedades, se calhar o dinheiro era melhor investido em vez de beneficiar um grupo, beneficiar-se-ia a comunidade toda.”
7 - Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar/potenciar a preservação dos valores ambientais, culturais, sociais, económicos, etc. do território onde Coruche se insere?	Turismo	Recursos endógenos / Potencialidades	“Claro que sim, desde que as coisas sejam feitas com objectivos concretos. Nós somos muito ricos em termos etnográficos, existem muitos grupos folclóricos que fazem um trabalho muito sério de pesquisa sobre tradições, costumes, formas de estar, música, poesia, etc., têm uma recolha muito rica nessa área e que poderia também ser aproveitada em projectos de âmbito turístico. (...) Em termos culturais conseguia-se a preservação desses valores e uma passagem de cultura para o exterior.”
8 - Em que medida pode o JMR contribuir para a concretização de um desenvolvimento sustentável do concelho de Coruche?	Desenvolvimento local	Desenvolvimento / Sustentabilidade	“Nós contribuímos bastante, é nossa filosofia divulgar gratuitamente todas as actividades da nossa comunidade, sejam elas promovidas por associações, jovens desportistas ou outras entidade (...) Nós de alguma forma fazemos esse trabalho com o objectivo de atrair pessoas. Anunciamos o evento para “convidar” as pessoas a participar e depois fazemos a cobertura do evento para informar a população do seu impacto. Julgo que assim contribuímos, e muito, para um desenvolvimento desta terra.”
9 - Exemplifique algumas actividades de índole turística (de cariz económico ou não) que a seu ver encontram lugar, sem inculir constrangimentos negativos no território, no concelho de Coruche?	Turismo	Oportunidades / Potencialidades / Recursos / Desenvolvimento	“Os passeios pedestres. Podíamos fazer passeios direccionados para o Montado e isso não teria nenhum impacto negativo. O uso do rio com actividades não motorizadas também não teria impacto negativo. Ao nível do turismo em Coruche, não encontro aspectos negativos. A caça também não tem impactos negativos, porque a maioria dos caçadores possui uma importante consciência ecológica, regendo-se por leis muito rígidas, só caçam em áreas específicas, devidamente geridas e organizadas, próprias para a prática da caça, promovendo o repovoamento com as espécies autóctones.”

Anexo 4 - Inquérito por questionário aos residentes no concelho de Coruche

Universidade de Évora
Escola de Ciências Sociais

Exmo.(a) Senhor(a),

Este inquérito é realizado no âmbito de uma dissertação inserida no Curso de Mestrado em Turismo a decorrer na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora.

Esta dissertação visa investigar alternativas de desenvolvimento local sustentado com base no desenvolvimento de um turismo sustentável nos territórios rurais de Montado, em resposta a um desejo crescente de aproximação à natureza e de conhecimento e fruição dos valores e saberes do mundo rural.

O interesse deste estudo é meramente científico, não havendo qualquer outro fim na utilização da informação recolhida. Como tal as pessoas inquiridas não serão identificadas, sendo assegurado o anonimato das respostas.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração e a boa vontade que demonstra ao responder às nossas questões.

Cumprimentos cordiais.

O responsável pelo estudo



(Dr. Carlos Manuel Freira Palmeiro)

É RESIDENTE NO CONCELHO DE CORUCHE?

SIM (continua) NÃO (termina)

I. IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO

1. Freguesia de residência do inquirido:

- 1 - Freguesia de Coruche.....
- 2 - Freguesia do Couço.....
- 3 - Freguesia da Lamarosa.....
- 4 - Freguesia de Branca
- 5 - Freguesia do Biscainho
- 6 - Freguesia da Erra
- 7 - Freguesia de Santana do Mato.....
- 8 - Freguesia do Fajarda

2. Sexo:

- 1 - Masculino.....
- 2 - Feminino

3. Idade: |__| |__| anos

4. Estado civil:

- 1 - Solteiro/a
- 2 - Casado/Vive com companheiro/a.....
- 3 - Outro

5. Número de pessoas no agregado familiar: |__| |__| pessoas

6. Naturalidade (concelho de Portugal ou país estrangeiro): |_____|

7. Nível de escolaridade:

- 1 - Analfabeto/a.....
- 2 - 1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe).....
- 3 - 2º Ciclo Ensino Básico (6º ano)
- 4 - 3º Ciclo Ensino Básico (9º ano)
- 5 - Ensino Secundário (12º ano)
- 6 - Ensino Médio (por exemplo: CET)
- 7 - Ensino Superior.....

8. Situação profissional:

- 1 - Empresário/a
- 2 - Trabalhador/a por conta própria
- 3 - Trabalhador/a por conta de outrem
- 4 - Trabalhador/a familiar não remunerado/a
- 5 - Desempregado/a.....
- 6 - Doméstico/a
- 7 - Estudante.....
- 8 - Reformado/a.....
- 9 - Outra Qual? |_____|

II. O ESPAÇO LOCAL

9. Gosta de residir neste concelho:

- 1 - Sim.....
- 2 - Não.....
- 3 - NS/NR (não sabe ou não responde)

10. Na sua opinião residir neste concelho é-lhe:

	Favorável	Desfavorável	NS/NR
1 - Acesso à habitação	1	2	3
2 - Receber/dar apoio de/aos familiares	1	2	3
3 - Facilidade de deslocação	1	2	3
4 - Viver num melhor ambiente	1	2	3
5 - Beneficiar das infra-estruturas de que necessita	1	2	3
6 - Beneficiar de boas lojas, restaurantes, escolas e espaços de lazer	1	2	3
7 - Valorizar a sua carreira profissional	1	2	3
8 - Poupar tempo nos transportes	1	2	3
9 - Dar continuidade a negócios familiares	1	2	3
10 - Almoçar em casa todos os dias	1	2	3
11 - Ter uma vida mais descansada	1	2	3
12 - Levar os filhos à escola	1	2	3
13 - Ter acesso à informação	1	2	3
14 - Ter acesso a um estilo de vida mais de acordo com as suas preferências	1	2	3
15 - Conviver com pessoas com interesses mais próximos dos seus	1	2	3
16 - Frequentar um maior número de espectáculos, livrarias,	1	2	3
17 - Praticar actividades desportivas	1	2	3
18 - Assistir a espectáculos desportivos	1	2	3
19 - Educar os filhos	1	2	3
20 - Ter acesso à saúde	1	2	3
21 - Participar na vida política	1	2	3
22 - Participar na vida sindical	1	2	3
23 - Participar na vida associativa	1	2	3

11. Tem familiares a residir neste concelho:

- 1 - Sim.....
- 2 - Não.....
- 3 - NS/NR.....

12. Conhece outros residentes no local onde reside:

- 1 - Muitos
- 2 - Poucos
- 3 - Só os familiares ou vizinhos mais próximos
- 4 - nenhuns

13. Na sua opinião, qual é a influência destes grupos na vida deste concelho:

	Muita influência	Alguma influência	Pouca influência	Não tem influência	NS/NR
1 - Agricultores modernos / empresários agrícolas (i.e., que introduziram novas culturas, criação de animais, produzem com tecnologias modernas, ...)	1	2	3	4	5
2 - Agricultores tradicionais	1	2	3	4	5
3 - Donos de fábricas	1	2	3	4	5
4 - Comerciantes	1	2	3	4	5
5 - Trabalhadores rurais	1	2	3	4	5
6 - Operários	1	2	3	4	5
7 - Estudantes	1	2	3	4	5
8 - Reformados/Pensionistas	1	2	3	4	5
9 - Pessoas ligadas a actividades culturais/desportivas	1	2	3	4	5
10 - Pessoas ligadas às actividades desenvolvidas pela Igreja	1	2	3	4	5
11 - Jovens (entre os 18 e os 35 anos)	1	2	3	4	5
12 - Portugueses e/ou estrangeiros que têm residência secundária (de fim-de-semana, férias) no concelho	1	2	3	4	5
13 - Turistas portugueses que visitam o concelho	1	2	3	4	5
14 - Turistas estrangeiros que visitam o concelho	1	2	3	4	5
15 - Estrangeiros não residentes (no concelho) que têm feito investimentos produtivos (Ex: novas actividades agrícolas, industriais, turismo) no concelho	1	2	3	4	5
16 - Imigrantes a residir no concelho	1	2	3	4	5
17 - Portugueses não residentes (no concelho) que têm feito investimentos produtivos (exemplo: novas actividades agrícolas, industriais, turismo) no concelho	1	2	3	4	5
18 - Os emigrantes que enviam dinheiro para os familiares que cá vivem	1	2	3	4	5
19 - Os ex-emigrantes que entretanto regressaram	1	2	3	4	5
20 - As pessoas que viviam na cidade, se reformaram e agora vieram viver para este concelho	1	2	3	4	5

14. No último ano quantas vezes participou em:

	Nenhuma	Uma vez	Duas ou mais vezes	NS/NR
1 - Festas religiosas do concelho	1	2	3	4
2 - Acontecimentos culturais do concelho	1	2	3	4
3 - Reuniões da Câmara Municipal	1	2	3	4
4 - Reuniões da sociedade recreativa/clube desportivo/grupo cultural do concelho	1	2	3	4
5 - Comissões de festas	1	2	3	4
6 - Reuniões de vizinhos para tratar de assuntos do lugar onde reside	1	2	3	4
7 - Reuniões de pais da escola dos seus filhos	1	2	3	4
8 - Actividades desportivas	1	2	3	4
9 - Actividades turísticas promovidas no concelho	1	2	3	4

15. Na sua opinião, qual a importância destas entidades na vida deste concelho:

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
1 - Presidente da Junta de Freguesia	1	2	3	4	5
2 - Presidente da Câmara Municipal	1	2	3	4	5
3 - Associações de Desenvolvimento Local	1	2	3	4	5
4 - Escolas	1	2	3	4	5
5 - GNR	1	2	3	4	5
6 - Bombeiros	1	2	3	4	5
7 - Igreja/Pároco	1	2	3	4	5
8 - Tribunal	1	2	3	4	5
9 - Repartição de Finanças	1	2	3	4	5

16. Com qual destas frases está de acordo:

- 1 - No futuro a maior parte dos jovens que vivem neste concelho irão residir para outro sítio
- 2 - No futuro a maior parte dos jovens que vivem neste concelho vão continuar a viver nele
- 3 - No futuro, para além dos jovens que existem, novas famílias jovens virão viver neste concelho.....

III. O TURISMO NO CONCELHO DE CORUCHE

17. Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento do turismo neste concelho:

- 1 - Muito bom.....
- 2 - Bom.....
- 3 - Satisfatório
- 4 - Insatisfatório
- 5 - Muito insatisfatório
- 6 - NS/NR.....

18. Qual é a importância que acha que a actividade turística vai desempenhar no concelho de Coruche nos próximos 10 anos:

- 1 - Muito mais
- 2 - Mais
- 3 - A mesma
- 4 - Menos.....
- 5 - Muito menos
- 6 - NS/NR.....

19. Na sua opinião, qual é a importância destas actividades para o desenvolvimento deste concelho:

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR	
1 -	Agricultura	1	2	3	4	5
2 -	Floresta	1	2	3	4	5
3 -	Indústria	1	2	3	4	5
4 -	Indústria alimentar	1	2	3	4	5
5 -	Construção civil	1	2	3	4	5
6 -	Serviços/Comércio	1	2	3	4	5
7 -	Serviços/Turismo	1	2	3	4	5
8 -	Serviços/Apoio às empresas	1	2	3	4	5
9 -	Serviços/Administração pública	1	2	3	4	5
10 -	Serviços/Educação e saúde	1	2	3	4	5
11 -	Outros serviços à população	1	2	3	4	5
12 -	Novas actividades relacionadas com a natureza e o lazer (pesca desportiva/profissional, caça, passeios pedestres, BTT, desportos radicais, ...)	1	2	3	4	5

20. Qual a sua opinião relativamente a cada uma das seguintes afirmações:

	Discordo plenamente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo plenamente	
1 -	A floresta de Montado possui potencial turístico	1	2	3	4	5
2 -	O concelho de Coruche possui iniciativa privada	1	2	3	4	5
3 -	O desenvolvimento do turismo deve concretizar-se aproveitando os valores endógenos (próprios) do concelho e da região	1	2	3	4	5
4 -	O turismo ajuda a preservar a cultura e estimula a preservação das tradições locais	1	2	3	4	5
5 -	O turismo contribui para a deterioração do ambiente no concelho	1	2	3	4	5
6 -	O turismo é responsável por alterações na paisagem e na biodiversidade (animais e plantas) do concelho	1	2	3	4	5
7 -	O turismo permite criar emprego para os residentes no concelho	1	2	3	4	5
8 -	O turismo perturba o comportamento dos residentes, levando à perda da identidade cultural da população	1	2	3	4	5
9 -	O turismo pode contribuir para a recuperação/aproveitamento de locais de interesse cultural, histórico e arquitectónico	1	2	3	4	5
10 -	O turismo pode contribuir para a dinamização do comércio tradicional	1	2	3	4	5
11 -	O turismo poderá agravar os problemas sociais no concelho	1	2	3	4	5
12 -	Os produtos provenientes da floresta de Montado (cortiça, mel, cogumelos, caça, etc.) são a base para o desenvolvimento do turismo no concelho	1	2	3	4	5
13 -	Tem havido uma preocupação em melhorar a qualidade do ambiente e o ordenamento do território no concelho	1	2	3	4	5

21. Na sua opinião, quais os recursos que este concelho possui que permitirão um desenvolvimento turístico adequado (escolha apenas 3 recursos, identificando-os por ordem de preferência: 1º, 2º e 3º):

- 1 - Recursos naturais (por exemplo a floresta)|____|
- 2 - Património construído|____|
- 3 - Clima.....|____|
- 4 - Artesanato|____|
- 5 - Gastronomia e vinhos.....|____|
- 6 - Usos e costumes|____|
- 7 - Festas e festividades religiosas.....|____|

IV. DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE

22. Já ouviu falar de desenvolvimento sustentável:

- 1 - Sim.....
- 2 - Não.....
- 3 - NR (não responde)

23. Já ouviu falar de sustentabilidade do turismo:

- 1 - Sim.....
- 2 - Não.....
- 3 - NR.....

24. Adquire produtos locais sempre que disponíveis:

- 1 - Sempre
- 2 - Quase sempre
- 3 - Às vezes
- 4 - Raramente
- 5 - Nunca
- 6 - NR.....

25. Quais são as entidades ou iniciativas mais influentes para promover o desenvolvimento deste concelho (escolha apenas 2 entidades/iniciativas, identificando-as por ordem de preferência: 1º e 2º):

- 1 - Associações industriais|____|
- 2 - Associações de comerciantes|____|
- 3 - Associações agrícolas (por exemplo cooperativas)|____|
- 4 - Autarquias (Câmara Municipal ou Junta de Freguesia).....|____|
- 5 - Associações de desenvolvimento local|____|
- 6 - Iniciativas individuais|____|
- 7 - Organizações de solidariedade social.....|____|
- 8 - Serviços públicos instalados localmente (escolas, centro de saúde, etc.)|____|

26. Na sua opinião que entidades podem contribuir, através da sua acção, para o desenvolvimento sustentável da actividade turística neste concelho:

	Discordo plenamente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo plenamente
1 - A comunicação social	1	2	3	4	5
2 - A Junta de Freguesia	1	2	3	4	5
3 - As associações ambientalistas	1	2	3	4	5
4 - As associações de empresários	1	2	3	4	5
5 - As empresas	1	2	3	4	5
6 - As escolas	1	2	3	4	5
7 - O Governo	1	2	3	4	5
8 - O Município	1	2	3	4	5
9 - Os cidadãos	1	2	3	4	5

27. Quais são as melhores opções para promover o desenvolvimento deste concelho (*escolha apenas 3 opções, identificando-as por ordem de preferência: 1º, 2º e 3º*):

- 1 - Apoiar e fortalecer a agricultura..... |____|
- 2 - Instalar novas indústrias e apoiar as já existentes..... |____|
- 3 - Apoiar iniciativas comerciais inovadoras..... |____|
- 4 - Apoiar e fortalecer o comércio tradicional..... |____|
- 5 - Apoiar a instalação de actividades de uso do espaço (turismo, lazer e recreio, etc.)..... |____|
- 6 - Favorecer a aquisição/construção de residências secundárias..... |____|
- 7 - Favorecer a instalação de equipamentos colectivos (lares de idosos, etc.)..... |____|
- 8 - Apoiar a instalação de serviços inovadores (investigação, novas tecnologias, etc.)..... |____|
- 9 - Favorecer e apoiar o fortalecimento de serviços (públicos, associativos e privados)..... |____|

V. A FLORESTA DE MONTADO

28. Na sua opinião, quais as potencialidades da floresta de Montado (*escolha apenas 2 potencialidades, identificando-as por ordem de preferência: 1º e 2º*):

- 1 - Agricultura..... |____|
- 2 - Extração de cortiça..... |____|
- 3 - Produção de lenha e carvão vegetal..... |____|
- 4 - Pastorícia e criação de gado..... |____|
- 5 - Produtos complementares (mel, cogumelos, plantas, etc.)..... |____|
- 6 - Actividades cinegéticas (caça e pesca)..... |____|
- 7 - Actividades turísticas..... |____|
- 8 - Actividades desportivas (BTT, Orientação, etc.)..... |____|

29. Considera fundamental a preservação da floresta/paisagem de Montado (actividades, flora, fauna):

- 1 - Sim.....
- 2 - Não.....
- 3 - NS/NR.....

30. Na sua opinião, qual a importância do Montado na garantia dos seguintes factores:

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
1 -	1	2	3	4	5
2 -	1	2	3	4	5
3 -	1	2	3	4	5
4 -	1	2	3	4	5
5 -	1	2	3	4	5
6 -	1	2	3	4	5
7 -	1	2	3	4	5
8 -	1	2	3	4	5
9 -	1	2	3	4	5
10 -	1	2	3	4	5
11 -	1	2	3	4	5
12 -	1	2	3	4	5
13 -	1	2	3	4	5

31. Na sua opinião, quais as principais ameaças ao Montado (escolha apenas 2 ameaças, identificando-as por ordem de preferência: 1º e 2º):

- 1 - Doenças, pragas e aumento do risco de incêndio florestal|_____|
- 2 - Expansão urbanística.....|_____|
- 3 - Promoção de empreendimentos turísticos|_____|
- 4 - A escolha de vedantes sintéticos em detrimento das rolhas de cortiça|_____|
- 5 - Diminuição do consumo de produtos do Montado (mel, cogumelos, plantas, etc.)|_____|
- 6 - O avanço da agricultura sobre as áreas de Montado.....|_____|
- 7 - Actividades turísticas|_____|
- 8 - Actividades desportivas (BTT, Orientação, etc.).....|_____|

Obrigado pela sua colaboração.

Anexo 5 - Elementos de apoio à determinação do universo do estudo e da amostra do inquérito aos residentes no concelho de Coruche

Tabela 56 - Determinação das quotas de residentes a inquirir

	A	B	C	D	E	F				
Dimensão da amostra:	175	casos								
UNIDADE	HM	H	M	15 a 24 anos HM	25 a 64 anos HM	65 e + anos HM				
				18833 residentes nas 3 grupos etários alvo de inquérito ↓						
Coruche (concelho)	21332 100%	10329 48%	11003 52%	2536 13%	10974 58%	5323 28%	1 2			
4 Freguesias que integram os principais centros urbanos do concelho ↓	← Total de população residente nas 4 freguesias			Número de residentes a inquirir por género e grupo etário ↓						
	HM	H	M	H	M	H	M			
	Dos 0 aos 65 e + anos			15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 e + anos				
Coruche	9221 57%	4374 47%	4847 53%				3 4			
N.º inquéritos a realizar nesta freguesia, por género e grupo etário >	99	47	52	6	7	27	30	13	15	5
Couço	3180 19%	1547 49%	1633 51%							6 7
N.º inquéritos a realizar nesta freguesia, por género e grupo etário >	34	17	18	2	2	10	10	5	5	8
Fajarda	1893 12%	915 48%	978 52%							9 10
N.º inquéritos a realizar nesta freguesia, por género e grupo etário >	20	10	10	1	1	6	6	3	3	11
Lamarosa	2017 12%	986 49%	1031 51%							12 13
N.º inquéritos a realizar nesta freguesia, por género e grupo etário >	22	11	11	1	1	6	6	3	3	14
Totais →	175	84	91	11	12	49	53	24	26	

Exemplo de cálculo:

Cálculo do número de residentes a inquirir, do sexo masculino, do grupo etário dos 15 a 24 anos, residentes no concelho de Coruche:
 $D2 * B4$ (D2 obtido de $D1 * 18833$ e B4 obtido de $B3 / A3$)

Fonte: INE, 2002c / Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Tabela 57 - Caracterização da amostra final (por sexo e freguesia / por grupo etário e freguesia / por idade e sexo)

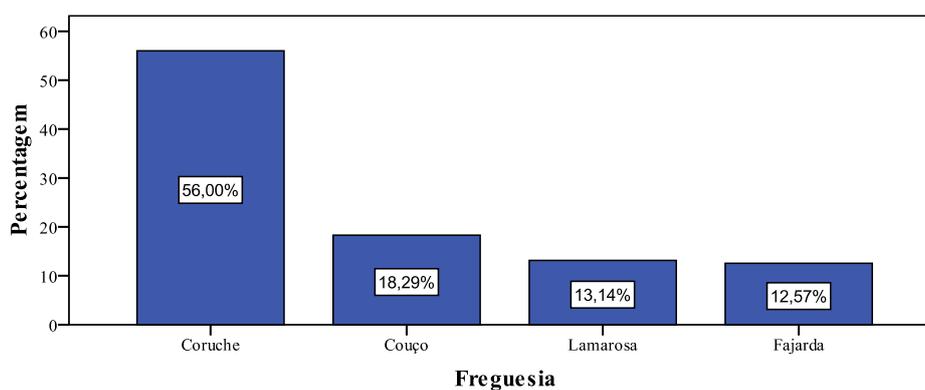
		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Freguesia	Coruche	48	50	98
	Couço	14	18	32
	Lamarosa	11	12	23
	Fajarda	10	12	22
Total		83	92	175

		Grupos etários						Total
		15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	65 e + anos	
Freguesia	Coruche	15	25	16	17	1	24	98
	Couço	3	6	6	3	2	12	32
	Lamarosa	3	8	3	3	2	4	23
	Fajarda	2	11	3	1	0	5	22
Total		23	50	28	24	5	45	175

		Idade						Total
		15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	65 e + anos	
Sexo	Masculino	13	21	14	11	2	22	83
	Feminino	10	29	14	13	3	23	92
Total		23	50	28	24	5	45	175

Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

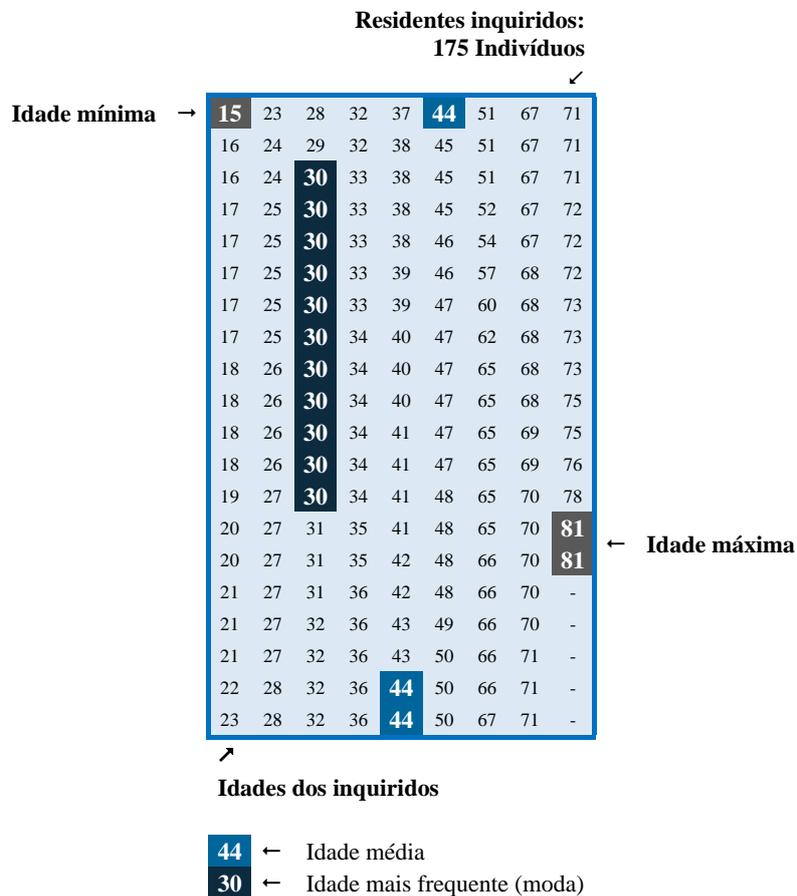
Gráfico 19 - Distribuição dos inquiridos por freguesia



Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Anexo 6 - Elementos de apoio à análise dos dados do inquérito aos residentes no concelho de Coruche

Figura 33 - Idade mínima, máxima, média e mais frequente dos residentes inquiridos



Fonte: Questionário aplicado à população do concelho de Coruche, 2010

Anexo 7 - Plano de acções do plano de desenvolvimento do turismo de Coruche

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Revitalização do centro histórico da Vila de Coruche	1.1
Descrição	Intervenções em edifícios antigos (p.e. recuperação de fachadas), promoção da mobilidade, apoio à instalação de serviços e apoio à ocupação de edifícios devolutos.	
Principais promotores	Município de Coruche, Investidores privados com interesse em rentabilizar imóveis	
Principais beneficiários:	População do concelho, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	Projecto municipal “Casas com Gente”, que visa o repovoamento do centro histórico	
Fontes de financiamento	Administração pública local e entidades privadas e/ou públicas	
Prioridade	Curto e médio prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Arranjo paisagístico da margem esquerda do Rio Sorraia	1.2
Descrição	Valorização da longa margem esquerda do Rio Sorraia com o melhoramento de acessibilidades, dotação do espaço de equipamentos	
Principais promotores	Município de Coruche	
Principais beneficiários:	População do concelho, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	Revitalização do centro histórico da Vila de Coruche na medida em que complementar a oferta desse núcleo	
Fontes de financiamento	Administração pública local e entidades privadas e/ou públicas	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Construção de ponte/dique no Rio Sorraia	1.3
Descrição	Construção de uma ponte/dique no Rio Sorraia com a consequente criação de um longo espelho de água na frente ribeirinha da vila, o que criará condições excepcionais à prática desportiva aquática, praia fluvial, pesca, etc.	
Principais promotores	Empresa Intermunicipal Águas do Ribatejo e Município de Coruche	
Principais beneficiários:	População do concelho, desportistas, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	Eventos turísticos e desportivos	
Fontes de financiamento	Empresa pública e administração pública local	

Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	
Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Requalificação dos espaços públicos dos núcleos urbanos	1.4
Descrição	Requalificação dos espaços públicos e dotação desses espaços de equipamentos	
Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas	
Principais beneficiários:	População, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	-	
Fontes de financiamento	Administração pública local e entidades privadas e/ou públicas	
Prioridade	Curto e médio prazo, 2ª Ordem	
Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Beneficiação da Herdade dos Concelhos	1.5
Descrição	Beneficiação de toda a área florestal, com arranjo e melhoramento de acessos e de caminhos no interior da herdade, dotação do espaço de equipamentos de apoio e sinalização	
Principais promotores	Município de Coruche	
Principais beneficiários:	População do concelho, desportistas, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	Construção de Centro de Interpretação Ambiental na Herdade dos Concelhos e Construção de percursos interpretativos na Herdade dos Concelhos	
Fontes de financiamento	Administração pública local	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	
Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Construção de Centro de Interpretação Ambiental na Herdade dos Concelhos	1.6
Descrição	Construção do centro e de equipamentos de apoio	
Principais promotores	Município de Coruche	
Principais beneficiários:	População do concelho, comunidade escolar da região, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	Beneficiação da Herdade dos Concelhos e Construção de percursos interpretativos na Herdade dos Concelhos	
Fontes de financiamento	Administração pública local	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Construção de percursos interpretativos na Herdade dos Concelhos	1.7
Descrição	Dotação da herdade de sinalização interpretativa e desenvolvimento de material didáctico ou promocional de apoio	
Principais promotores	Município de Coruche	
Principais beneficiários:	População do concelho, comunidade escolar da região, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	Construção de Centro de Interpretação Ambiental na Herdade dos Concelhos e Beneficiação da Herdade dos Concelhos	
Fontes de financiamento	Administração pública local	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Projecto Coruche com Vida	1.8
Descrição	Medidas de dinamização e animação e eventos	
Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas	
Principais beneficiários:	População do concelho, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	-	
Fontes de financiamento	Administração pública local e entidades privadas	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Valorização turística das artes e ofícios tradicionais	1.9
Descrição	Promoção e dinamização das artes e ofícios tradicionais, participação em certames	
Principais promotores	Município de Coruche e associação local de artesãos	
Principais beneficiários:	Artesãos, população do concelho, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	-	
Fontes de financiamento	Administração pública local	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Dinamização do Núcleo Museológico “Escola Museu Salgueiro Maia”	1.10

Descrição	Dinamização e promoção das mais-valias museológicas do concelho
Principais promotores	Município de Coruche
Principais beneficiários:	População do concelho, visitantes e turistas
Interacção com outros projectos	Vários, dinamizados pelo Museu Municipal de Coruche
Fontes de financiamento	Administração pública local
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Construção do Núcleo Museológico “Casa Tradicional na Erra”	1.11
Descrição	Dinamização e promoção das mais-valias museológicas do concelho	
Principais promotores	Município de Coruche	
Principais beneficiários:	População do concelho, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	Vários, dinamizados pelo Museu Municipal de Coruche	
Fontes de financiamento	Administração pública local	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Construção do Núcleo Museológico “Resistência no Couço”	1.12
Descrição	Dinamização e promoção das mais-valias museológicas do concelho	
Principais promotores	Município de Coruche	
Principais beneficiários:	População do concelho, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	Vários, dinamizados pelo Museu Municipal de Coruche	
Fontes de financiamento	Administração pública local	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Dinamização do Núcleo Museológico “Tauromáquico”	1.13
Descrição	Dinamização e promoção das mais-valias museológicas do concelho	
Principais promotores	Município de Coruche	
Principais beneficiários:	População do concelho, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	Vários, dinamizados pelo Museu Municipal de Coruche	
Fontes de financiamento	Administração pública local	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Aplicação de sinalética de Roteiro Megalítico	1.14
Descrição	Dinamização e promoção da rota megalítica	
Principais promotores	Município de Coruche e Museu Nacional da Arqueologia	
Principais beneficiários:	População do concelho, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	-	
Fontes de financiamento	Administração pública local e administração central	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Actividades relacionadas com o Observatório do Sobreiro e da Cortiça	1.15
Descrição	Promoção da cortiça e do montado de sobreiro através da actividade científica de investigação	
Principais promotores	Município de Coruche e Rede Europeia de Regiões Corticeiras	
Principais beneficiários:	Produtores, investigadores, população do concelho, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	-	
Fontes de financiamento	Administração pública local e administração central	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Construção de parque temático sobre o montado	1.16
Descrição	Construção de parque temático relacionado com o montado e com o rio	
Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas	
Principais beneficiários:	População do concelho, população escolar da região e do país, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	Vários	
Fontes de financiamento	Administração pública local e investimento privado	
Prioridade	Curto e médio prazo, 2ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Valorização de Coruche como Destino Turístico	1
	Construção de um parque de campismo e caravanismo	1.17
Descrição	Construção de um parque de campismo e caravanismo e a sua dinamização	

Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas
Principais beneficiários:	População do concelho, população escolar da região e do país, desportistas, visitantes e turistas
Interacção com outros projectos	Vários
Fontes de financiamento	Administração pública local e investimento privado
Prioridade	Curto e médio prazo, 1ª Ordem

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico
Acção	Organização da Oferta e da Animação Turística 2
	Requalificação dos meios de alojamento existentes 2.1
Descrição	Apoio na requalificação, promoção e dinamização dos meios de alojamento do concelho
Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas
Principais beneficiários:	Visitantes e turistas
Interacção com outros projectos	Vários
Fontes de financiamento	Administração pública local e investimento privado
Prioridade	Curto e médio prazo, 1ª Ordem

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico
Acção	Organização da Oferta e da Animação Turística 2
	Apoio à Instalação de novas unidades de alojamento 2.2
Descrição	Apoio à fixação de novas unidades de alojamento, nomeadamente mais um hotel na área urbana e outras unidades de alojamento em herdades do concelho
Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas
Principais beneficiários:	Visitantes e turistas
Interacção com outros projectos	Vários
Fontes de financiamento	Administração pública local e investimento privado
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico
Acção	Organização da Oferta e da Animação Turística 2
	Requalificação dos estabelecimentos de restauração 2.3
Descrição	Apoio na requalificação, promoção e dinamização das unidades de restauração (p.e. através de jornadas gastronómicas e festivais de gastronomia temática)
Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas
Principais beneficiários:	População do concelho, visitantes e turistas
Interacção com outros	Vários

projectos	
Fontes de financiamento	Administração pública local e investimento privado
Prioridade	Curto e médio prazo, 1ª Ordem

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico
Acção	Organização da Oferta e da Animação Turística 2
	Criação de uma agenda de eventos turísticos de médio prazo 2.4
Descrição	Criação, planificação e realização de eventos locais, regionais e nacionais
Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas
Principais beneficiários:	Empresas, população do concelho, visitantes e turistas
Interacção com outros projectos	Vários
Fontes de financiamento	Administração pública local e investimento privado
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico
Acção	Organização da Oferta e da Animação Turística 2
	Criação de novos eventos gastronómicos 2.5
Descrição	Criação e promoção de eventos gastronómicos de referência a nível nacional
Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas
Principais beneficiários:	Empresas, população do concelho, visitantes e turistas
Interacção com outros projectos	Vários
Fontes de financiamento	Administração pública local e investimento privado
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico
Acção	Organização da Oferta e da Animação Turística 2
	Feira Internacional da Cortiça 2.6
Descrição	Realização de certame de referência internacional para a promoção da cortiça, do montado de sobro, dos produtos do montado e da investigação
Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas/públicas
Principais beneficiários:	Empresas, população do concelho, visitantes e turistas
Interacção com outros projectos	-
Fontes de financiamento	Administração pública local, central e investimento privado
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Estruturação dos Serviços e Equipamentos de Apoio	3
	Criação de uma base de dados para o turismo	3.1
Descrição	Monitorização da actividade turística no concelho	
Principais promotores	Município de Coruche	
Principais beneficiários:	Entidades públicas e privadas interessadas no fenómeno turístico no concelho	
Interacção com outros projectos	Vários	
Fontes de financiamento	Administração pública local	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Desenvolvimento Turístico	
Acção	Estruturação dos Serviços e Equipamentos de Apoio	3
	Estratégia de Formação para a Valorização dos Serviços Turísticos	3.1
Descrição	Promoção da formação e valorização de recursos humanos da área do turismo (p.e. restauração e hotelaria)	
Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas/públicas	
Principais beneficiários:	Os empresários do sector turístico/restauração	
Interacção com outros projectos	-	
Fontes de financiamento	Administração pública local, central e investimento privado	
Prioridade	Curto prazo, 2ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Promoção Turística	
Acção	Planeamento do <i>Marketing</i>	4
	Implementação de um plano de <i>Marketing</i>	4.1
Descrição	Desenvolvimento de uma política de promoção do território e das suas potencialidades endógenas	
Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas	
Principais beneficiários:	Empresas, população do concelho, visitantes e turistas	
Interacção com outros projectos	Criação de “marca turística”	
Fontes de financiamento	Administração pública local e investimento privado	
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem	

Dimensão Estratégica	Promoção Turística	
Acção	Planeamento do <i>Marketing</i>	4
	Estudos de opinião periódicos	4.2
Descrição	Auscultação do mercado e dos visitantes/turistas periodicamente	

Principais promotores	Município de Coruche e entidades privadas
Principais beneficiários:	Empresas, população do concelho, visitantes e turistas
Interacção com outros projectos	-
Fontes de financiamento	Administração pública local e investimento privado
Prioridade	Curto prazo, 2ª Ordem

Dimensão Estratégica	Promoção Turística
Acção	Promoção de imagem turística do destino “Coruche” 5
	Dinamização de “marca turística” já criada 5.1
Descrição	Reconhecimento de Coruche no mercado nacional
Principais promotores	Município de Coruche
Principais beneficiários:	Empresas, população do concelho, visitantes e turistas
Interacção com outros projectos	Implementação de um plano de <i>Marketing</i>
Fontes de financiamento	Administração pública local
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem

Dimensão Estratégica	Promoção Turística
Acção	Promoção de imagem turística do destino “Coruche” 5
	Presença de Coruche em feiras, workshops e eventos similares 5.2
Descrição	Promoção do concelho em certames
Principais promotores	Município de Coruche
Principais beneficiários:	Empresas, população do concelho, visitantes e turistas
Interacção com outros projectos	Implementação de um plano de <i>Marketing</i>
Fontes de financiamento	Administração pública local
Prioridade	Curto prazo, 1ª Ordem

Dimensão Estratégica	Investimento Turístico
Acção	Guia do investidor 6
	Elaboração e implementação do guia do investidor 6.1
Descrição	Apoio aos investidores
Principais promotores	Município de Coruche
Principais beneficiários:	Empresários e população em geral
Interacção com outros projectos	Vários
Fontes de financiamento	Administração pública local
Prioridade	Curto prazo, 2ª Ordem

Dimensão Estratégica	Investimento Turístico	
Acção	Apoio ao desenvolvimento empresarial e ao investimento	7
	Criação de um serviço de apoio aos investidores	7.1
Descrição	Promoção do investimento e apoio aos investidores	
Principais promotores	Município de Coruche	
Principais beneficiários:	Empresários e população em geral	
Interacção com outros projectos	Vários	
Fontes de financiamento	Administração pública local	
Prioridade	Curto prazo, 2ª Ordem	

APÊNDICES

Apêndice 1 - Transcrição integral das entrevistas semi-estruturadas realizadas aos *stakeholders*

1.1 - Rede Europeia de Territórios Corticeiros (RETECORK): Dionísio Mendes, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral da RETECORK e Presidente da Câmara Municipal de Coruche

1 - Na sua opinião, qual a principal medida política/pública que visou a revitalização do “mundo rural” em geral e dos territórios corticeiros em particular?

Quando estamos a falar de montado de sobro e quando estamos a divulgar e a promover o montado de sobro ou o produto cortiça estamos simultaneamente a afirmar o mundo rural e aquilo que são as características do mundo rural, nomeadamente a economia que está associada a esse mundo, a cortiça e a produção de cortiça tem a ver especificamente com o montado e o montado é um ecossistema onde se pretende que haja um equilíbrio e uma relação, digamos, saudável entre o homem e a natureza. Ancestralmente, ou tradicionalmente, era assim, havia um equilíbrio “natural” entre o homem e o ecossistema onde ele estava inserido porque era aí que ele tinha o seu habitat, era aí que ele vivia, era aí que ele garantia o seu sustento. Hoje, com a industrialização, com a mecanização, com o desenvolvimento das grandes cidades e das grandes urbes, assistimos, pouco a pouco, a um contínuo êxodo rural e ao afastamento das pessoas do mundo rural. A valorização daquilo que é o montado de sobro e o produto cortiça permitiu uma nova visão e um novo enfoque do mundo rural. E de que maneira? Todos nos apercebemos que esse mundo rural no que respeita aos ecossistemas e à manutenção desse equilíbrio da natureza é fundamental para o futuro, e é fundamental para o futuro porque garante uma economia sustentável, que é a economia assente na produção florestal, nomeadamente do montado de sobro, e garante também um ambiente que está de acordo com aquilo que pretendemos para o futuro do planeta. Portanto, por um lado o aspecto económico e por outro lado o aspecto ambiental. Como é que hoje se consegue isso? Hoje a grande maioria das pessoas que não vive no espaço rural têm uma relação de grande respeito e de atenção para com esse mundo rural, o que tem vindo a conduzir à implementação de um conjunto de boas práticas e de procedimentos, que neste momento se materializa, por exemplo, na certificação florestal. O homem vive hoje em menor contacto com a natureza, mas em contrapartida tem também um conjunto de princípios e segue um conjunto de normas que aplica na relação com a natureza, o que tem permitido a preservação e a continuidade desse mundo rural, sobretudo dos ecossistemas que são hoje unanimemente considerados como

extremamente valiosos para a perpetuação das espécies, para a biodiversidade e para garantia a economia que daí deriva, ou seja, hoje não se trata de explorar o mundo rural ou a produção do mundo rural de uma forma tradicional, trata-se explorar de uma forma eventualmente mais intensiva mas também com um conjunto de cuidados e de normas que se estão a materializar através de um processo de certificação florestal e que hoje começa a ser uma preocupação dominante em qualquer parte do dominado mundo rural, no qual nos inserimos.

Falando do montado de sobro e da cortiça, as preocupações mais prementes passam pela certificação florestal, uma preocupação que é transversal a vários países. Em Portugal estamos até provavelmente mais avançados do que em outros países, nomeadamente em relação ao montado de sobro, mas a preocupação já é partilhada quer por Espanha, quer pelas regiões do sul da França, quer pela Itália, a tendência vai ser generalizar essa preocupação, relativamente à forma de o Homem intervir por meio de boas práticas, também aos países do norte de África. Hoje em termos de mundo rural e mundo rural associado à cortiça o norte de África – falamos de Marrocos, Argélia e Tunísia – é uma zona onde a mensagem da exploração florestal com critérios ainda não passou, aliás essa exploração é perfeitamente tradicional e efectuada num sentido de recolção, em vez de ser efectuada num sentido produtivo, extrai-se assim sem grandes regras e sem grandes critérios, sem planos de exploração e sem a aplicação das boas práticas conhecidas.

Fundamentalmente o que há a dizer é que nos últimos 20 a 30 anos deixou-se de ter aquela relação “natural” que o homem tinha com o mundo rural, porque estava inserido nesse mundo rural, houve um abandono dos campos, do mundo rural e das florestas, mas hoje em substituição dessa presença quotidiana, dessa presença mais massiva do homem no mundo rural há um conjunto de boas práticas e de intervenções correctas que valorizam o espaço rural, valorizam muito a produção do mundo rural e nomeadamente da floresta e dão-nos garantias de perpetuar, ou pelo menos ter um património que será extensível às gerações vindouras e portanto com alguma longevidade. Se por um lado há menos pessoas a viver no campo e há um abandono e um afastamento do mundo rural, por outro lado os autores que intervêm hoje no mundo rural estão muito mais informados e tem muito mais apetrechamento técnico e científico para que a intervenção, ainda que mecanizada, seja uma intervenção com muito respeito pelo ambiente.

O culminar do processo é a certificação florestal, matéria na qual Portugal é líder, nomeadamente na área do montado de sobro e no caso concreto de Coruche a Associação de Produtores Florestais é daquelas que mais tem investido junto dos produtores no sentido de garantir essa certificação florestal. Penso que a questão da certificação florestal é uma das principais medidas aplicadas ao espaço florestal e rural e que define da melhor forma a matriz orientadora do que deve ser a relação do homem com a natureza e nomeadamente com a

floresta produtiva. Aquela ideia da floresta virgem, intocada e inacessível é impossível de manter, e nomeadamente em relação ao montado de sobreiro a continuidade deste só é possível numa perspectiva de rentabilidade e como se sabe o sobreiro só começa a produzir ao fim de 30 a 35 anos, é aquele tipo de investimento que os agricultores definem de “investimento para os netos”. Se não houver uma garantia de retorno económico e se não houver uma perspectiva de longo prazo com aposta na certificação florestal, a continuidade do montado e do mundo rural a ele associado será posta em causa, mas julgo que traçamos um caminho interessante, assente em directrizes sustentadas cientificamente que virão a ser o garante futuro do espaço rural e das populações que o habitam.

2 - Quais são as principais potencialidades endógenas dos territórios corticeiros/de montado?

As potencialidades endógenas derivam do facto do montado ser um ecossistema muito amplo, com uma biodiversidade muito significativa e onde se integram vários tipos de actividade económica e produtiva associada a essa biodiversidade. Desde logo destaca-se o sobreiro por via da produção de cortiça, depois o subcoberto permite várias formas de pastorícia – vacas, cabras, ovelhas, porco preto –, permite a caça – o coelho, a lebre, a perdiz, o pombo –, permite a disseminação de produtos como os espargos, os cogumelos, as túbaras, que são efectivamente um complemento à actividade principal que é a cortiça. Hoje associados aos produtos naturais do montado, muito importantes para a gastronomia regional e para a rentabilidade económica das propriedades, desçam-se um conjunto de oportunidades de cariz turístico, o turismo que é uma vertente que será cada vez mais uma alternativa de exploração das herdades e de geração de actividade económica, e que passa pelas visitas guiadas, pelas visitas de estudo, que passa por criar circuitos de visita ao montado, e essas visitas podem materializar-se de várias formas – BTT, orientação, “birdwatching”, fotografia, entre outras –, há assim um conjunto de ofertas que o montado aporta na área daquilo que é definido como turismo de natureza, e que em espaço de montado se torna único e significativo, nomeadamente devido à biodiversidade desta tipologia de floresta, eventualmente muito mais rica nesse aspecto do que outras tipologias de floresta, até porque o montado tem a si associado todo um modo diferente de ecossistema, que não sendo explorado de forma intensiva, mas de forma mista, em que se inclui o pastoreio e a possibilidade de recolha dos produtos naturais de cariz gastronómico que surgem no montado, isso permitirá que a fauna e a flora sejam extremamente significativas. Essa virtualidade dos recursos endógenos do montado é extraordinária e é, do ponto de vista da floresta mediterrânica, muito interessante em relação a outros tipos de floresta e de ocupação florestal. O montado tem assim uma vantagem, vantagem estratégica se quisermos.

3 - Que actividades económicas apresentam maior potencial de desenvolvimento nos territórios corticeiros/de montado?

O turismo é a actividade económica que estará menos explorada. O turismo propício para os territórios de montado é o chamado turismo de natureza, sendo possível em relação a esta actividade fazer uma abordagem diversa, com destaque para as potencialidades gastronómicas, a observação de aves, a fotografia, os passeios pedestres e de BTT, entre outros. Acho assim que o turismo é uma vertente interessantíssima em associação com as visitas ao Montado por via do turismo rural, do turismo de habitação, do agro-turismo, actividades turísticas que beneficiam da presença do Montado. Há outros exemplos de aproveitamento, nomeadamente no que se refere ao aproveitamento dos produtos do Montado, como a bolota, a Herdade do Freixo do Meio, localizada no concelho vizinho de Montemor-o-Novo faz o aproveitamento desse produto, e de outros com origem no Montado, e tem-lo feito de forma inovadora e com sucesso. Em relação à bolota há inclusive registos que indicam que na antiguidade se fazia pão de bolota e até mesmo cerveja de bolota, embora o seu uso culinário na actualidade seja relativamente incipiente. Existem ainda outros produtos, como a caça e o próprio porco criado no montado, que se alimenta precisamente de bolota, que representam potencial económico a partir do Montado. A partir do montado e das herdades rurais que há décadas nele se encontram instaladas é também possível que os proprietários façam algum trabalho museológico e o potenciem, é relativamente fácil a partir do montado encontrar um conjunto de alfaias, ferramentas, imagens e outro tipo de espólio e com base nesses elementos fundar um núcleo museológico, onde as pequenas peças artesanais, elaboradas em cortiça, também podem conquistar uma outra dimensão. A criação destes núcleos museológicos no seio das herdades rurais existentes, podem ser pontos de interesse para atrair turistas e clientes consumidores de outros tipos de produtos produzidos a partir do montado ou naturalmente presentes neste espaço natural. Há todo um aproveitamento que os proprietários podem fazer dos seus espaços de montado de modo a valorizá-los.

4 / 5 – Qual a importância da actividade turística para a RETECORK, e num sentido mais lato, para os territórios corticeiros/de montado? e que medidas a RETECORK conta adoptar, ou já adoptou, no sentido da promoção do desenvolvimento dos territórios corticeiros que representa (com ênfase para eventuais medidas relacionadas com o turismo)?

A actividade turística é um tipo de vertente económica que não temos trabalhado muito. A RETECORK tem-se debruçado sobretudo em dar visibilidade internacional ao mundo da cortiça e ao montado. Aquilo que os países produtores de cortiça sabem sobre o produto e sobre a floresta onde é naturalmente produzido é um saber nosso mas que não é de

conhecimento generalizado em termos mundiais. A maior dificuldade até à alguns anos atrás era fazer passar a mensagem que a cortiça é ambientalmente um produto sustentável, ou contrário de outros tipos de vedantes e refiro-me aos vedantes porque hoje a cortiça é fundamentalmente a rolha, porque sem a produção de rolhas não haveria provavelmente montado de sobro e é essa produção que sustenta o sector e por conseguinte o ecossistema de montado e a economia rural a ele associada. Foi preciso avançar com uma campanha muito forte para reverter essa percepção em termos mundiais e hoje a campanha está consolidada junto dos países vinhateiros e dos países consumidores de vinho, tendo-se procurado comunicar as enormes vantagens competitivas e ambientais da rolha de cortiça face a outros produtos de fim similar, porque é um produto natural extraído da árvore sem lhe incutir qualquer tipo de dano. Esta divulgação e generalização do conceito de sustentabilidade associada à cortiça, ao montado e ao mundo rural têm sido as principais preocupações da RETECORK. Tem também sido prioritário para a RETECORK fazer chegar a mensagem, numa primeira fase, aos países da Comunidade Europeia, de que o ecossistema de montado é um ecossistema extremamente equilibrado, valioso e importantíssimo para garantir futuro para a humanidade, nomeadamente nos países da bacia mediterrânica. Tem também sido objectivo da RETECORK agregar parceiros numa fileira, numa perspectiva transversal: sindicatos de operários corticeiros, industriais, municípios, museus, associações produtores florestais, universidades, entre outras entidades com participação no ciclo da cortiça, propondo políticas de protecção e simultaneamente políticas a potencialização do mundo rural em torno da cortiça.

6 - Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche?

Essa análise tem de ser forçosamente dividida por sectores. Do ponto de vista do potencial do território temos certamente uma excelente oferta turística resultante de recursos naturais, culturais e patrimoniais interessantíssimos presentes no território. Do ponto de vista das infra-estruturas, nomeadamente ao nível da hotelaria e da oferta de camas somos sem dúvida deficitários. Penso que estamos a desaproveitar um potencial que o concelho de Coruche possui e que é o mundo rural e as suas especificidades. Estão também a ser desaproveitadas as potencialidades que as herdades possuem, com os seus montes, as suas casas senhoriais, essa instalação das herdades, aquilo a que se chamava na primeira metade do século XX o assento agrícola (formado pelo conjunto das casas dos trabalhadores, a casa do proprietário, a adega quando existe, o armazém, os barracões agrícolas, as instalações do gado, etc.), possui um potencial enorme de reconversão para fins turísticos. Eu penso que é sobretudo por uma questão de mentalidades e atitude perante a vida que ainda não ocorreu a abertura desse espaço rural para aproveitamento turístico. Ao longo do Vale do Sorraia e do Vale do Divor há um substancial conjunto de herdades que possuem esse potencial, embora

possuindo construções com necessidades de alguma requalificação e reconstrução, de reconversão para o tal turismo rural, agro-turismo, etc. Ainda em relação ao alojamento, Coruche necessita de um hotel, do chamado hotel de província, que possibilite uma oferta de camas relativamente adequada à procura que se verifica deste tipo de alojamento. Do ponto de vista da gastronomia penso que possuímos uma oferta razoável interessante. Relativamente à oferta cultural, embora não possuamos uma grande monumentalidade nem grandes elementos de arquitectura, possuímos um centro histórico com muito interesse em termos de conjunto, salvaguardado e minimamente mantido, digamos que é atractivo e vale pelo seu conjunto. No centro histórico integram-se algumas igrejas com interesse. Em resumo, na minha opinião, penso que o que pode ser mais valioso para os próximos tempos, considerando o tipo de turista que cada vez mais existe e a proximidade de Coruche a Lisboa, em termos turísticos é o turismo de aventura, o turismo de natureza, o ecoturismo, os passeios na natureza, a fotografia.

7 - Qual a importância da floresta de montado (território corticeiro por excelência) para o concelho de Coruche?

É decisiva. O concelho é historicamente o maior produtor de cortiça em Portugal, possuímos uma grande área de montado que tem inclusive crescido nos últimos anos fruto de uma política de repovoamentos por parte dos gestores florestais. É pois fundamental para a economia local e uma garantia de complementaridade para as explorações agrícolas. Se a utilização da rolha de cortiça continuar a floresta de montado e o seu ecossistema singular terão futuro. Eu prevejo que será cada vez mais fundamental garantir outro tipo de usos da cortiça e esse uso passa por um forte investimento da indústria em investigação e desenvolvimento de novas aplicações, investimento esse que já está a ser realizado por exemplo pelo Grupo Amorim, empresa líder mundial na produção corticeira. Para além da empresa mencionada existem outros “players” que já estão a investir no desenvolvimento de novas aplicações, com investimentos ao nível do “design” de novos produtos e novas funções para a cortiça, verifica-se também uma grande aposta na investigação científica por parte das associações do sector e das universidades. Penso que o futuro passa pela aposta em novas vertentes de uso (revestimentos, vestuário, construção civil, etc.), porque a rolha está no seu expoente máximo, estabilizou, e agora tem o seu mercado relativamente garantido, nomeadamente no engarrafamento de vinhos de gama média e alta, relativamente aos vinhos mais concorrenciais é difícil assegurar mercado para a rolha devido à forte concorrência dos vedantes sintéticos e dos “packs” de cartão. Neste momento apostar no montado é compensador, existem um conjunto de políticas sectoriais para a floresta que apoiam a reflorestação com espécies autóctones, nomeadamente o sobreiro. A garantia quanto ao futuro

passará, não tenho dúvidas, por novas aplicações e cada vez mais promoção do montado e dos produtos e serviços associados.

8 - Que oportunidades pode a actividade turística, no espaço de floresta de montado, oferecer aos diversos intervenientes na vida quotidiana do concelho de Coruche: empresas, instituições e munícipes?

Por tudo o que foi dito, ficaram espelhadas as várias as oportunidades que a actividade turística oferece a quem quer investir e, conseqüentemente, a quem reside no concelho de Coruche. Saliento o papel muito relevante das empresas turísticas. Existe uma oportunidade que podia ser aproveitada, em Coruche necessitamos de uma empresa que funcione como central de reservas, que agarre na oferta que existe, a estructure em termos de pacote turístico, a promova e a consiga vender. Hoje com os meios informáticos que existem, é possível uma empresa, local ou não, pegar no que existe e acrescentar algum valor económico comercializando estes serviços em meio “on-line”. Coruche possui um perfil para a realização de programas de fim-de-semana e mini-férias, pois a oferta que existe, seja a descida do rio, os passeios equestres ou os passeios de balão, permite que se estructurem produtos turísticos interessantes e com potencial de procura. As oportunidades são algumas, basta haver um pouco mais de espírito empreendedor a alguma adaptação de mentalidades.

1.2 - Câmara Municipal de Coruche: Célia Ramalho, na qualidade de vereadora e coordenadora do programa de *marketing* territorial “Coruche Inspira”

1 - Nos últimos anos quais foram as principais medidas do Município de Coruche no sentido da revitalização ambiental, económica, social e cultural do seu território?

Nos últimos anos temos estado concentrados no potencial do nosso território. Como sabemos, o concelho de Coruche tem cerca de 1120 km², grande parte dessa área é floresta, portanto devemos concentrar-nos naquilo que nos faz diferentes e apetecíveis, precisamente a floresta de Montado de sobro, preservando-a como o nosso principal recurso, uma mais-valia, por isso temos tentado atrair sinergias, para além daquelas que já reunimos. Apresentámos uma candidatura e erguemos um observatório do sobreiro e da cortiça, isso já revela só por si que estamos concentrados naquilo que é a preservação da nossa floresta e na chamada de atenção para as questões da sustentabilidade, para nos podermos direccionar no sentido do aproveitamento deste tipo de recursos. Neste momento o objectivo de direccionar atenções para o nosso espaço de floresta está cumprido, procedemos a alguns estudos, encomendamos um estudo técnico muito completo quando construímos o observatório da cortiça, com o objectivo de identificar o impacto do projecto a todos os níveis (social, cultural, financeiro, ambiental,

etc.) e também, obviamente, em relação às questões do montado. Delineamos um programa de crescimento que contamos seguir.

2 - Quais são as principais potencialidades endógenas que identifica na região onde se insere o concelho de Coruche?

Como nos estamos a referir a toda uma região, e não apenas a Coruche, tenho de direccionar a resposta nesse sentido, procurando aqui identificar pontos comuns em toda a região. No Ribatejo destacasse uma paisagem de floresta de montado, neste caso um montado misto, de sobro e de pinheiro, que é naturalmente uma característica da nossa região e do nosso concelho. Isto significa que em termos da paisagem temos esta característica que é comum e portanto justifica-se realizar um trabalho de “desenho” do nosso futuro. Um outro factor que nos caracteriza está relacionado com os vinhos, cuja produção usufrui de boas condições de solo e clima. Partilhamos solos agrícolas férteis, dos mais férteis do país. A identidade ribatejana é também um outro elemento comum, muito relacionada com o mundo taurino. Temos, portanto, bons elementos para trabalhar em termos de região, cooperando.

3 - Que actividades económicas apresentam maior potencial de crescimento e dinamização no concelho de Coruche? Considera que os agentes económicos do concelho estão despertos e imbuídos de espírito empreendedor para abraçar essas actividades que identifica como potenciadoras de crescimento?

Estamos atentos às orientações estratégicas preconizadas no plano estratégico Coruche 2020, já elaborado. O crescimento e a dinamização do concelho passarão, no futuro, pelo aproveitamento por parte dos diversos agentes económicos das sinergias criadas pela instalação do novo aeroporto de Lisboa. Considerando também a aproximação do concelho à zona metropolitana de Lisboa, penso que poderemos procurar vectores de crescimento económico junto do sector dos serviços, serviços esses que estarão certamente relacionados com a melhoria das condições de vida de determinados grupos de população, estou a referir-me, por exemplo, a áreas como a educação, a acção social ou a saúde, isto aproveitando os recursos endógenos que possuímos enquanto território, nomeadamente na componente “qualidade de vida” e “natureza”. No que diz respeito ao turismo, iremos trabalhar nos próximos tempos nalgumas vertentes que consideramos estratégicas. Vamos procurar estruturar uma oferta turística que possa atrair pessoas para estas paragens, para este potencial destino, ainda não estruturado, e nesse sentido estamos a trabalhar com os diversos prestadores de serviços, estamos a dialogar com a hotelaria, com a restauração, enfim, com os restantes actores do sector turístico regional. Uma outra área que poderá desenvolver-se nesta

região será a da logística, numa óptica de rentabilização da proximidade ao novo aeroporto, o que é bastante atractivo para quem pretende investir.

Quanto ao nível de envolvimento dos agentes económicos locais no esforço de desenvolvimento do concelho, não posso infelizmente afirmar que os agentes económicos do concelho estão despertos e imbuídos de espírito empreendedor para abraçar as oportunidades que “esperam” este território, e esta é a nossa principal preocupação, enquanto autarcas e dinamizadores temos essa responsabilidade e esse ponto importante na agenda. Devemos fazer o possível para sensibilizar as pessoas para a necessidade de apostar em novos negócios que ofereçam serviços de maior valor e qualidade, essa é uma preocupação que temos hoje, e que teremos amanhã, mas sabemos que temos que trabalhar muito, pois o mais difícil de mudar é mentalidade das pessoas.

4 - Qual a importância holística da floresta de montado para a região onde se insere o concelho de Coruche?

É muito grande. Coruche é o concelho português líder na produção de cortiça industria que gera muito emprego e rendimento. Localiza-se precisamente em Coruche uma forte indústria corticeira, mas falta-nos ainda trabalhar um outro ponto, que é o da investigação e por isso mesmo estamos a trabalhar no sentido de termos aqui um centro tecnológico para a realização de investigação relacionada com a floresta e com o montado de sobre.

Outra área importante, igualmente demonstrativa da importância da floresta de montado, é a dos produtos naturais derivados do montado, alguns deles sazonais, que não estão a ser trabalhados, nem do ponto de vista turístico, nem do ponto de vista gastronómico, e necessitam naturalmente de ser potenciados, refiro-me, por exemplo, aos espargos, às túberas, aos cogumelos ou até mesmo à caça, que não sendo um produto é uma actividade para a qual o montado tem especial apetência.

5 - Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche? Considera que é a adequada para o actual patamar de procura turística do concelho?

A oferta actual não é a que desejamos. Estamos a trabalhar, diariamente, para trazer mais pessoas a Coruche. É nosso objectivo atrair turistas, aqueles que permanecem no destino mais de 24 horas, e quanto à atracção deste tipo de pessoas temos de ser sinceros, este objectivo não está conseguido, e não está conseguido porque não há neste momento uma oferta adequada de camas. A oferta que existe no concelho, no que respeita ao alojamento, é dispersa e não está próxima da vila. Relativamente às actividades de animação que existem no concelho elas são, na sua maioria, realizadas nas imediações da sede de concelho, junto à zona mais urbana, portanto a alguma distância das “fontes” de alojamento. Este facto tem uma

importância relativa se considerarmos que algumas das unidades de alojamento localizam-se a 5 km, outras a 10 km e um outro caso, uma unidade de 32 camas, a 25 km. Se compararmos com outros locais estas distâncias não são significativas, pelo que existem já condições mínimas para podermos acolher alguns tipos de grupos, não temos efectivamente uma oferta hoteleira estruturada para grupos maiores e para fluxos turísticos com mais expressão. Este é um problema com duas faces, um ciclo difícil de inverter. Para haver capacidade hoteleira instalada tem que haver condições propícias ao retorno financeiro dos investimentos feitos pela indústria hoteleira e neste momento não temos programação estruturada que permita ter exactamente esta rentabilidade de forma duradoura e regular. Como já foi referido, estamos a trabalhar no sentido de podermos ter essa oferta de programação. Se nós tivermos um destino estruturado, com roteiros culturais e parceiros turísticos a trabalhar em conjunto e a divulgar da melhor forma os seus produtos e serviços, também conseguiremos crescer e talvez um dia possamos estar aqui a anunciar que um hotel está a instalar-se em Coruche, num sinal de que possuímos um território com interesse para os investidores.

No que se refere à procura, em termos médios ela é suficiente, mas temos alguns problemas, pois em alguns períodos ela é insuficiente, não tem expressão, nós queremos colmatar esta sazonalidade. Somos ambiciosos e queremos trazer mais retorno económico e visibilidade para Coruche.

6 - Qual a importância do turismo para o concelho de Coruche?

É muita. Por tudo aquilo que já foi dito. Pelo sol, pela nossa qualidade ambiental, pela nossa floresta. Temos todas as hipóteses de construir um destino para diversos tipos de mercados. Temos uma certa procura para programas que se relacionam com a cortiça. A proximidade de Coruche com as grandes zonas urbanas, também nos faz apetecíveis, e a calma que aqui se vive, porque vivemos ainda em comunidade, torna-nos igualmente atractivos, tudo isto são factores que para nós são diferenciadores, porque na verdade estamos próximos, tão próximos, mas somos tão diferentes. Vivemos com tranquilidade, e é exactamente essa a grande condição que queremos preservar.

7 - O Município de Coruche tem, nos últimos anos, investido recursos financeiros e humanos em projectos/medidas de “marketing territorial” (eventos, televisão, etc.). Considera que esta forma de promoção do território, muito em voga, encontra posterior equivalência ao nível da estrutura da oferta (nos vários planos: restauração, alojamento, serviços, comércio, etc.)?

O município tem feito trabalho e investido recursos na promoção do território, o objectivo desse “marketing” territorial é focar atenções nas nossas qualidades e peculiaridades

e fazer a promoção da vila e do concelho. O trabalho de promoção do nosso território, das suas valias e potencialidades próprias, é o trabalho que nos cabe fazer, porque não podemos substituir o investidor, que deve ser privado, e nem podemos substituir os diversos operadores turísticos. Cabe-nos o papel de mediador neste processo de construção da oferta turística, numa mediação entre o turista que nos procura e o investidor que tem o seu serviço ou o seu produto para oferecer. Trabalha-mos também na sensibilização daqueles que tem soluções turísticas para oferecer a quem nos procura. Já percebemos que temos no nosso território pessoas que estão a trabalhar bem, talvez por uma questão de experiência e porque muitos dos serviços que oferecem têm uma base familiar sólida, assentam em elementos, património, identidade muito própria ou actividades, que têm passado de geração em geração. Há outros que seguem métodos de trabalho que também herdaram do passado empreendedor dos seus antepassados, são operadores que por vezes, com algum comodismo, não estão muito conscientes de uma necessidade de mudança e adaptação ao negócio turístico do presente, esses têm que melhorar e esse é também um papel que nos cabe. Respondendo em concreto à pergunta, julgo que a resposta é sim, há sobretudo uma boa base para a estruturação de uma oferta diferenciadora, estamos a fazer um trabalho de proximidade com a população e com os agentes económicos e continuaremos a fazê-lo, porque achamos que esse é o caminho para nos conseguirmos fortalecer a nível regional e nacional do ponto de vista turístico.

8 - O projecto “Coruche Inspira”, e, mas recentemente, o portal na internet “Coruche Inspira Turismo”, expressam a importância que o município atribui à oferta cultural e turística. Que outras medidas conta o Município de Coruche apresentar/implementar no sentido de potenciar a vertente do desenvolvimento sustentável da actividade turística no concelho de Coruche e na região onde se insere?

Temos ainda muito para fazer. Aquilo que temos feito é a base, a estrutura para conseguirmos desde já trazer visitantes e alimentar a esperança de um aumento de turistas que tenham como destino o nosso território. As medidas de “marketing” territorial que temos vindo a adoptar pretendem atingir esse objectivo, agora temos que trabalhar para melhorar aquilo que já conseguimos, para alcançarmos outro patamar de desenvolvimento, por isso, como já referi, temos de trabalhar internamente, com a nossa comunidade, para melhorarmos a oferta. Primeiro concentrámo-nos em dar reconhecimento “externo”, isto é, fora do concelho, ao nosso território, reconhecimento que crie condições de retorno económico aos investidores e retorno do ponto de vista do incremento da actividade turística. Estamos a fazer a avaliação do trabalho desenvolvido e concluímos que há ainda todo um trabalho de fundo a realizar junto dos nossos agentes locais, no sentido de os sensibilizar para a necessidade que têm de se apresentar melhor e servir melhor quem nos visita, este é de facto um dos objectivos primeiros

e que merecem a nossa atenção, até porque nos momentos como aquele que vivemos, que é de crise, temos que nos avaliar e reflectir sobre o que somos, o que temos e o que podemos oferecer, para podermos estruturar um ciclo regular de oferta turística. A oferta julgo que está a melhorar e estamos confiantes que através de medidas de sensibilização e de formação dos agentes económicos os principais objectivos serão alcançados a curto/médio prazo.

Uma outra medida que merece destaque é a internacionalização do nosso “território turístico” por via do “marketing” territorial que realizamos, estamos confiantes que a nossa oferta poderá ir para além do mercado doméstico, nomeadamente através do segmento de mercados e feiras que têm a ver com a área da floresta de montado, tencionamos reforçar esta aposta em termos internacionais, nomeadamente, mas não só, em relação ao mercado “Espanha”.

Um outro projecto que temos em “carteira” diz respeito a um centro que tencionamos criar na Herdade dos Concelhos, propriedade municipal, centro esse que funcionará como parque temático, onde irão existir várias amenidades, alojamento, equipamentos de contacto com a natureza, hortas pedagógicas, entre outras, portanto, por esta via, estaremos a atrair a atenção para Coruche e a criar um “equipamento” de atracção de fluxos turísticos, uma vez mais sublinhando as questões que têm a ver com a grande qualidade de vida que aqui temos.

9 - Que actividades ambientais/económicas/sociais/culturais/desportivas, de índole turística, encontram lugar, sem incutir constrangimentos negativos, na região onde o concelho de Coruche se insere?

Estamos muito concentrados em incentivar práticas amigas do ambiente e também actividades desportivas e culturais que possam ser, elas próprias, amigas do ambiente. As associações do concelho, promotoras de um grande número de iniciativas, têm uma ligação muito estreita com o município, associações como a Búzios, que para além da natação de salvamento, promovem uma escola náutica que está a entrar em grande força na área dos passeios turísticos no Rio Sorraia, são portanto descidas turísticas mas ao mesmo tempo pedagógicas, que chamam a atenção para a fauna e para a flora do rio. Uma outra associação é a COAC, que promove a prática do desporto Orientação, uma actividade que, para além da actividade física e cognitiva que a compõe, possui uma forte componente pedagógica na promoção do “espaço natural”, alertando para a necessidade e obrigação que todos temos de preservar a natureza. Depois posso referir um conjunto de actividades que não incutem constrangimentos negativos no nosso território, como andar de bicicleta, actividade nada nociva para a natureza, muito pelo contrário, permite que os trilhos traçados se mantenham limpos e disponíveis. Temos também os passeios pedestres, outra actividade sem impacto na natureza. Tencionamos estruturar roteiros que promovam o uso da bicicleta ou a prática

pedestre, roteiros que pretendemos diversificados, em vários pontos do concelho, também com o objectivo de criar condições à contemplação da natureza. Portanto, nenhuma das actividades que pretendemos potenciar é nociva para o meio ambiente, muito pelo contrário.

1.3 - Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (APFC): António Gonçalves Ferreira, na qualidade de Membro da direcção da APFC

1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a revitalização do “mundo rural” em geral e da floresta de montado em particular?

Em termos produtivos e económicos têm sido os quadros comunitários de apoio, nomeadamente o terceiro e o quarto, na actualidade com o programa PRODER, que foi precedido pelo AGRO, as principais medidas direccionadas para o mundo rural. Os quadros tinham uma componente mais direccionada para as actividades complementares da agricultura, por via do programa LEADER, com a existência de um líder regional, que era o LEADER + no último quadro. Neste momento é a acção LEADER que abarca mais as áreas complementares como o agro-turismo e o património em espaço rural.

2 - Quais são as principais potencialidades endógenas dos territórios de montado (nomeadamente aos níveis económico, social e ambiental)?

A grande característica do montado é a sua funcionalidade e a riqueza da sua fauna e flora e são esses factores que traduzem o potencial endógeno do montado. Resta saber se o potencial endógeno do montado é transformável em negócio, porque esse recurso tem de facto um valor teórico, saber se é concretizável em termos económicos é um desafio. O montado tem também um valor ambiental e até social pelos serviços que presta, falo, por exemplo, da protecção do ciclo da água e da diminuição do risco de erosão, estes aspectos são de facto valias ambientais proporcionadas pelo montado. A nível social, como proporciona a existência de actividades económicas em espaço rural, ajuda a dinamizar um território que é mais frágil e menos apto na fixação da população.

3 - Exemplifique algumas das actividades económicas que, na actual conjuntura, apresentam maior potencial de desenvolvimento nos territórios de montado?

Parece haver algum potencial para o turismo de natureza e para esse tipo de actividades, mas não vejo que no curto prazo, nestes territórios, se viva dessas actividades, haverá sempre quem consiga um nicho de mercado onde actue com alguma rentabilidade, mas não será prática generalizada. Vejo a existência dessas actividades no território de montado

numa óptica de complementaridade às actividades tradicionais que decorrem no território e não o contrário.

4 - Qual a importância holística da floresta de montado para a região de actividade da APFC em geral e para o concelho de Coruche em particular?

É uma importância muito grande porque a floresta de montado representa entre 70% a 80% da área onde desenvolvemos a nossa actividade e os nossos associados são essencialmente produtores de cortiça.

5 - Como caracteriza a actual oferta turística nos territórios de montado?

Tenho ideia que a oferta turística é fraca. Já vai no entanto havendo alguma oferta de qualidade. O concelho está na proximidade de Lisboa e por este motivo considero que as pessoas que aqui se deslocam com fins turísticos fazem-no sobretudo durante curtos períodos de tempo, ou mesmo durante algumas horas, chegando ao concelho e regressando às suas residências em apenas um dia. Se nos deslocarmos mais para o interior, para concelhos como Mora e Avis constatamos que já começam nessas zonas a haver unidades de turismo de grande qualidade e alguma dinâmica turística. Começa a haver bons exemplos, mas na área de acção desta associação uma oferta turística estruturada é ainda algo inexistente.

6 - Que importância tem a actividade turística para a APFC? Pode o turismo constituir-se como uma actividade económica que coopere na sustentabilidade do ecossistema de montado, numa óptica de complementaridade às actividades económicas tradicionais desse território (cortiça, lenha, carvão, pastorícia, ...)?

O turismo tem muito pouca importância para esta associação. Pode no entanto constituir-se uma actividade complementar importante desde que passe a existir um turismo mais massificado, que tenha por objecto o usufruto da natureza. E considero que os proprietários têm abertura suficiente para acolher essas actividades, investindo inclusive, se necessário.

7 - Em que direcção “caminha” hoje a floresta de montado? Que desafios enfrenta esse território de génese singular?

Julgo que a floresta de montado é uma floresta com o futuro assegurado. A sua manutenção tem por base um produto de valor acrescentado, a cortiça, produto natural, sustentável, reciclável, portanto à partida tem todos os ingredientes para ter futuro. Quanto aos desafios que enfrenta, nomeadamente o principal produto que resulta deste tipo de floresta, há a apontar apenas dois desafios: o primeiro é a qualidade, isto é, deve-se garantir que os

produtos são de qualidade e o segundo é a imagem, e enfrentar este desafio passa por comunicar exactamente a qualidade do produto e as suas características singulares.

8 - Possuem as “várias” florestas de montado iguais hipóteses de subsistência (considerando a existência de diversas tipologias de montado – com abrangências geográficas e características relativamente distintas –, com diversas capacidades de atracção e rentabilidade económicas)?

Os montados onde subsiste sobretudo a Azinheira são montados mais expostos devido ao facto de não se extrair desses espaços tanto rendimento económico quanto aquele que se retira de uma floresta onde subsista maioritariamente o Sobreiro. Os montados de azinho estão mais sujeitos a pressões que conduzam a alterações do seu uso, é um facto.

9 - Que medidas a APFC conta apresentar/ adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de potencializar o desenvolvimento sustentável da floresta de montado (com ênfase para eventuais medidas relacionáveis com o turismo)?

O nosso grande projecto dos últimos anos tem sido a certificação florestal. Somos a entidade associativa que tem mais área florestal certificada, temos inclusive uma perspectiva de a curto prazo duplicar esta área. Em termos de futuro o nosso projecto âncora, para os próximos 2 a 3 anos, será mais na área da sustentabilidade produtiva dos serviços do ecossistema, mais na parte de campo, a certificação foi mais na parte de gestão e organização, e agora queremos complementar isso com uma presença forte ao nível da produção e de quantificação dos serviços do ecossistema, pensamos que pode ser uma componente muito interessante em termos de rendimento nas áreas de montado.

1.4 - Associação dos Comerciantes do Concelho de Coruche (ACCC): Vítor Rouxinol, na qualidade de Presidente da ACCC

1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a revitalização do comércio local no concelho de Coruche?

O projecto MODCOM, um sistema de incentivo a projectos de modernização do comércio, e o projecto Coruche Inspira Comércio são as medidas que nos últimos anos mais contribuíram para a revitalização do comércio local em Coruche.

2 - No seio do comércio local de Coruche, quais são as áreas de negócio que apresentam maior potencial de desenvolvimento/crescimento? No mesmo sentido, que negócios emergentes de comércio devem ser apoiados/potencializados?

Os produtos produzidos localmente e, por conseguinte, os negócios na base da produção desses produtos, são áreas de negócio que a meu ver apresentam um forte potencial de crescimento e que podem conduzir ao desenvolvimento do comércio local e ao aparecimento de projectos empresariais inovadores no concelho e na região.

3 - Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche?

A oferta turística do concelho é muito fraca. Há muito por fazer e algum potencial para precisamente potenciar.

4 - O que deve oferecer o comércio local do concelho de Coruche a quem o visita numa perspectiva de lazer e turismo?

Penso que o que temos neste momento para oferecer a quem nos visita são os artigos de artesanato de produção local.

5 - Em que aspectos a actividade turística é importante para a ACCC?

A actividade turística é importante porque quando existe e é estruturada permite o desenvolvimento do comércio tradicional, principalmente o comércio que comercialize produtos de produção regional.

6 - Entende que o turismo é uma actividade que pode ajudar a potenciar/a dar continuidade a/à tão desejada revitalização do comércio local no concelho de Coruche?

Sem dúvida, mas para isso é necessário que o turismo se torne mais capaz no concelho, tem de estar devidamente organizado e estruturado, e logo que cheguem visitantes em maior quantidade e com mais regularidade estou certo que o comércio tradicional será potenciado.

7 - Que medidas a ACCC conta apresentar/adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de potenciar o desenvolvimento do comércio local (com ênfase para eventuais medidas relacionadas/relacionáveis com o turismo)?

Divulgação do projecto MODCOM e comunicação das mais-valias que a medida oferece. A associação promove também a formação profissional, factor considerado muito importante pelos comerciantes. Destaco também as parcerias diversas com a Câmara Municipal, nomeadamente com a realização de eventos e animação das ruas em dias específicos.

8 - Em relação ao concelho de Coruche, marcado pela presença da importante floresta de montado, que actividades (de cariz económico/social/cultural/etc.) de índole turística encontram lugar neste território sem incurrir constrangimentos negativos?

São algumas. São bons exemplos a gastronomia, a caça e pesca, a prática de BTT, as actividades motorizadas (por exemplo o motocrosse e os passeios todo-o-terreno), o atletismo, entre muitas outras. Estas actividades não implicam, a meu ver, constrangimentos negativos relevantes, e a existirem são suplantados pelas mais-valias que podem realizar.

9 - O consumo crescente de produtos provenientes do “mundo rural” (por exemplo os originários da floresta de montado: cortiça, mel, cogumelos, caça, etc.) pode representar uma oportunidade para quem pretende investir no sector do comércio no concelho de Coruche? Se sim, o que falta para que isso aconteça com acutilância/mais acutilância?

Sim, essa realidade representa certamente uma oportunidade para o comércio, todavia para que isso aconteça é necessária uma maior aposta na divulgação e promoção desses produtos. Mas a falta de empresários e ausência de gente com atitude empreendedora são também realidades que tem de ser forçosamente ultrapassadas para que o sector do comércio se fortaleça por via da comercialização dos produtos mais característicos desta região.

1.5 - Escola Náutica Búzios Coruche (ENBC): Alexandre Tadeia, na qualidade de Presidente da ENBC

1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a promoção da “prática náutica”, enquanto actividade desportiva, lúdica e turística, no concelho de Coruche?

Criámos a escola náutica em 2009, reavivando a prática da canoagem, actividade que aqui no concelho estava há muitos anos adormecida. A Búzios possui caiaques de salvamento que utiliza na sua actividade e durante o verão colocávamos essas embarcações à disposição dos nossos sócios para que esses pudessem treinar. Começámos a perceber que o público perguntava se poderia também utilizar as embarcações. Percebido esse interesse decidimos avançar com a criação de um projecto, um projecto a que chamámos “sentir o Sorraia”, sob o grande lema “o rio como fonte de vida”. Criámos assim três grandes áreas na escola náutica. Uma área turística direccionada para descidas e passeios no rio Sorraia, com grupos. Outra área é a de competição, retomando o equipamento que já existia. Temos neste momento 17 atletas em competição (este número de atletas é relativamente volátil). Adicionalmente temos também uma terceira área, a da formação, que tem por objectivo ministrar os cursos de marinheiro e patrão local, com aulas teóricas ministradas nas nossas instalações e aulas práticas ministradas noutra local com as condições exigidas, para além disso temos também uma

formação pioneira em Portugal que é a iniciação à condução de mota de água. As medidas de promoção da prática náutica no concelho têm sido exactamente as iniciativas da Búzios.

2 - Quais são as principais potencialidades endógenas do território onde a ENBC actua (território de raiz rural, onde a floresta de montado e o rio Sorraia representam recursos fundamentais)?

Eu penso que nós temos uma forte componente “natureza”, é a grande mais-valia de Coruche, componente esta que pode ser aliada a várias vertentes e a vários tipos de actividades. Eu acho que Coruche vale pela natureza e pela tranquilidade que tem e que oferece. Em termos económicos considero que poderão gerar-se grandes mais-valias se ocorrer um desenvolvimento da actividade turística com base na componente natureza, nas vertentes da tranquilidade, da contemplação, do desporto. O turismo radical, de aventura também aqui encontram lugar, porque tiram partido das potencialidades próprias deste território. A componente agrícola é também relevante, possuímos potencialidades nessa área, temos o rio e solos férteis.

3 - A actividade náutica, nos moldes que a ENBC promove, possui potencial de desenvolvimento/crescimento na região?

Na área do turismo de natureza e de aventura relacionado com a canoagem, nas áreas da formação e da competição náutica julgo que sim, existe muito potencial. Em relação a algumas descidas do rio realizadas, 7 ou 8 que realizámos no verão, mesmo com pouca publicidade, houve muita procura e o “feedback” dos participantes foi excelente. Existem excelentes condições no rio, com uma interessante diversidade de paisagens. A área pedagógica, com descidas do rio acompanhadas por um biólogo destinadas a jovens das escolas ou a grupos, é também uma área com muito futuro e como potencial de desenvolvimento. É evidente que a actividade náutica pode contribuir para um desenvolvimento mais lato da região, evidentemente agregada a actividades de outro tipo.

4 - Como caracteriza a actual oferta turística no concelho de Coruche? Julga ser a adequada?

Existe alguma oferta mas ela caracteriza-se por ser sobretudo desorganizada. Fui um dos impulsionadores do portal “on-line” Coruche Inspira Turismo, porque percebi, e outros perceberam também, que quem queria saber o que se podia fazer em Coruche não conseguia, não havia qualquer informação estruturada. Verifica-se também um problema com os operadores turísticos em Coruche – as unidades de turismo rural, o balonismo, o hipismo, a restauração, entre outros –, eles estão mais preocupados com a concorrência entre eles do que com o que uma boa capacidade de entreatajuda lhes pode trazer, não se preocupam com o facto de que se todos fizerem publicidade a todos, todos forçosamente sairão a ganhar. Quando se realizou o projecto Coruche Inspira Turismo sugeri que qualquer operador com interesse na captação de visitantes para comercialização dos seus produtos ou serviços, tivesse num local bem visível do seu espaço comercial ou do seu “website” informação sobre

toda a oferta de âmbito turístico do concelho, por exemplo um folheto promocional que agregasse informação sobre a oferta. A ideia não foi muito bem recebida, as pessoas estão de facto muito preocupadas com a concorrência e acabam por não perceber que em comunhão se consegue mais. O facto de em Coruche não existir neste momento um posto de turismo é também uma barreira de informação que não ajuda, e nem necessita de ser um posto de turismo convencional com pessoas, basta que exista um local com informação turística, que permita ou não interactividade com o visitante. A existência de um portal na internet não basta, porque a pessoa que chegar a Coruche pode não ter acesso a esse meio informativo, tem de haver um local que garanta esse serviço.

5 - Que papel representa o turismo para a ENBC?

É absolutamente fundamental, como já afirmei.

6 - Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar/potenciar a preservação dos valores ambientais, culturais, sociais, históricos e patrimoniais do território de acção da ENBC?

Sim. A nossa matéria-prima principal é a natureza, é a nossa história, a nossa identidade, para além, obviamente, da componente técnica que acompanha as nossas actividades. Na medida do que já fui referindo, claro, o turismo é uma actividade que auxilia e potencia a preservação do conjunto de valores que nos caracteriza.

7 - Que medidas/projectos a ENBC conta apresentar/adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável do seu território de acção (com ênfase para eventuais medidas/projectos relacionados/relacionáveis com o turismo)?

É a formação, são as nossas actividades, é o conjunto de medidas pedagógicas que pretendemos transpor para o terreno, é, no fundo, tudo aquilo que fui referindo. Temos uma acção muito integrada e que contribui, não tenho dúvida, para que ocorra um desenvolvimento sustentado do território, e dos territórios, onde agimos.

8 - Exemplifique algumas das actividades (de cariz ambiental/desportivo/social/cultural), de índole turística que considera encontrarem lugar, sem inculir constrangimentos negativos, no território de acção da ENBC (isto é, o rio Sorraia)?

Aquelas que começamos a identificar como óbvias para estes territórios relativamente rurais onde nos inserimos: o balonismo, o BTT, a orientação, a observação de aves, e muitas outras. Há imensas actividades que podemos realizar sem inculir constrangimentos negativos no ecossistema que nos circunda.

9 - Qual a importância holística do rio Sorraia e da floresta de montado (que marca e caracteriza o território percorrido pelo rio) para o concelho de Coruche?

Sem o rio não haveria Coruche. O rio é a base do início histórico de Coruche. Para a agricultura o rio é fundamental, ainda hoje. Relativamente ao montado, esta floresta é fundamental para Coruche, se perdêssemos o montado seria catastrófico, haveria muito desemprego e imensas dificuldades económicas surgiriam. Não conheço suficientemente o mundo do montado, nomeadamente a parte mais relacionada com a produção florestal, da qual sobressai a produção de Cortiça, mas sei haver ameaças a este ecossistema e nesse quadro a rentabilidade económica resultante do montado tem de se manter para que o montado continue importante. Em resumo posso afirmar que estes dois habitats, o rio e o montado, possuem uma importância holística muitíssimo grande e potencialidades de aproveitamento económico sustentável muito interessantes.

1.6 - Coruche Outdoor Adventure Club (COAC): Hugo Borda d'Água, na qualidade de Presidente do COAC

1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas/privadas que visaram a promoção da Orientação (enquanto actividade desportiva mas também de forte cariz ambiental e social) no concelho de Coruche?

A principal medida, e a primeira de todas, foi a criação de um clube que fizesse o contacto directo com a população, isto é, nós vimos muitas vezes em Portugal, e no caso específico da Orientação, que existem grandes eventos de Orientação que conseguem trazer muitos estrangeiros, mas enquanto evento passa completamente ao lado das populações. Por exemplo, nós temos o caso de Coruche, que teve uma prova do campeonato nacional de Orientação em Novembro de 2008, organizada por outro clube, que teve mais de 800 pessoas a participar, mas ninguém praticamente soube da existência do evento, e o primeiro ponto que foi importante para o desenvolvimento da Orientação no concelho foi a criação de um clube, porque é preciso um trabalho local, um trabalho de desenvolvimento local, porque o trabalho tem de ser contínuo e não basta haver um evento para desenvolver a Orientação. Esse foi o primeiro passo e o primeiro grande passo para o desenvolvimento da Orientação, mas como em tudo na vida, não se caminha sozinho e desde o primeiro momento que houve muitas entidades que abraçaram este projecto de Orientação e que tiveram atitudes proactivas para o seu desenvolvimento, porque acreditaram que a Orientação pode ser uma mais-valia para Coruche, uma mais-valia para os jovens, pela índole da Orientação com objectivo de ter de correr e de ter de se raciocinar em simultâneo. A Orientação apresenta-se assim como uma mais-valia para Coruche em termos turísticos, contribuindo para o desenvolvimento do concelho. A Câmara Municipal de Coruche desde o primeiro momento que abraçou este projecto e sentiu

que este projecto tinha pernas para crescer, a Junta de Freguesia da Erra foi outra das entidades a abraçar o projecto, e foram sempre tomadas opções no sentido de valorizar os locais onde era feita a Orientação. Se nós formos ver, todo o trajecto que tem sido feito com muitas organizações ao nível local, houve sempre uma aposta grande nas organizações que trouxeram muitas pessoas fora de Coruche ao nosso concelho, ou seja, houve aqui uma junção em termos de desenvolvimento local e Orientação com pessoas da terra e com a criação do clube e com a criação da possibilidade dessas pessoas praticarem essa modalidade. Por outro lado a organização de eventos permite que as pessoas de fora visitem e conheçam a terra, Coruche, e que também contribuam para o desenvolvimento da Orientação em Coruche. Tem que haver as duas coisas e foram estes os dois aspectos principais que existiram no nosso concelho, ou seja, não se partiu para a organização de grandes eventos, e até podíamos ter feito isso, podíamos ter feito uma parceria com uma organização de fora para trazer um grande evento para Coruche, mas se não existisse um clube em Coruche a Orientação não iria continuar. Temos o exemplo de Mora, que tem muitos mapas de Orientação, foram organizados vários eventos internacionais no concelho, mas não tem clube de Orientação. O exemplo de Mora demonstra que o trabalho a fazer é aquele que nós prosseguimos, um trabalho de desenvolvimento local, é isso que temos feito ao longo da nossa existência.

2 - Quais são as principais potencialidades que identifica no “território” onde o COAC desenvolve as suas actividades (no qual a floresta de montado se constitui recurso basilar)?

A Orientação é muitas vezes reconhecida como um desporto da floresta e um desporto de família, mas é cada vez mais um desporto que permite a competição, ou seja, tal como existem outros desportos como o atletismo, o BTT, entre outros. A Orientação tem que ser um misto entre a competição e apenas recreio, ou seja, tem que ser um desporto que permita que ao fim-de-semana uma família inteira ou um grupo de amigos vá conhecer um verdadeiro património natural, possa ir a andar ou vá a correr, mas tem que permitir também que no mesmo evento exista um grande número de pessoas que faça competição a sério, que treine 5, 6 ou 7 dias por semana, que faça imensos estágios para desenvolver competição a sério, o que obriga a que um terreno onde se pratique Orientação tenha que ter não só uma vertente de beleza natural mas também um conjunto de factores importantes para a competição e Coruche consegue ter isso, os terrenos são muito diversificados. Em Portugal, na zona do Alentejo, os terrenos têm muitas pedras, em Coruche não há, se formos para a zona de Leiria temos um micro relevo no pinhal de Leiria, mas em Coruche temos um tipo de terreno que está no meio destes dois tipos de terreno, não temos pedras, não temos esse micro relevo, mas temos o montado de sobro e características de relevo e temos zonas com muito relevo ao longo do montado de sobro que conseguem ter aspectos naturais de grande relevo, em que as pessoas

conseguem caminhar, conseguem ver a nossa floresta. Só quando contactamos as pessoas de fora é que percebemos o quão bonito elas acham esses espaços. Mas também conseguimos ter zonas de bastante declive e zonas com determinadas características de relevo que permitem fazer competição de Orientação em Coruche. Nós, o primeiro mapa de Orientação que fizemos em Coruche foi um exemplo disso mesmo, ou seja, a herdade dos concelhos foi um exemplo claro de que o mapa foi muito bom para fazer competição, tem muitas características de relevo mas também é um espaço onde se consegue encontrar excelentes características para quem quer passear, porque a pessoas conseguem ir ali, passear, apreciar o montado de sobro, apreciar todas as características da floresta de Coruche e num espaço que está muito bem conservado. Tudo isto, e as potencialidades em termos de floresta, só fazem sentido se houver conservação, ou seja, nunca se pode praticar nenhum desporto em floresta quando vamos para um sítio onde temos mato até ao pescoço ou acima da cintura, ou seja, quando esta conservação não é feita é impossível desenvolvermos qualquer actividade. A existência de condições naturais permite que em Coruche, e noutros locais, se pratique a Orientação.

3 - A prática da Orientação no concelho de Coruche possui potencial de desenvolvimento/crescimento?

A Orientação possui um grande potencial de desenvolvimento, mas é necessário reunir algumas condições para esse desenvolvimento – temos o exemplo do futebol, que para se desenvolver necessita de campos de futebol. Na Orientação o campo de futebol são os mapas e a qualidade dos mapas, isto é, se tivermos um campo de futebol em que a relva tenha buracos, não se vai lá conseguir desenvolver uma equipa de futebol e a Orientação é a mesma coisa, se tivermos um mapa de terrenos sem qualidade não se vai conseguir desenvolver esse desporto. Em Coruche existem esses campos de futebol, os mapas com qualidade, o que potencia o desenvolvimento do desporto, mas o desenvolvimento da Orientação não passa só por aí, passa pela capacidade de colocar em prática um trabalho contínuo e de proximidade em que é preciso que as pessoas acreditem que a Orientação é para eles um desporto como o atletismo, o futebol e que as pessoas precisam de treinar, é preciso fazer um trabalho contínuo junto das escolas, no intuito de captar as pessoas e perceber o que os jovens pensam da Orientação, de correr e raciocinar ao mesmo tempo. A opinião dos jovens é que quase sempre unânime, praticamente na totalidade eles gostam da Orientação, uns acabam por não fazer porque têm outros desportos, mas o sentimento é que as pessoas gostam da Orientação, mas este desenvolvimento é um desenvolvimento que tem que ser conseguido congregando vários agentes, ou seja, congregando não só um desporto mas construindo um clube desportivo que seja capaz de congrega um conjunto de questões, não só económicas, para manter essa actividade e conseguir ter pessoas que façam esse trabalho de proximidade como o desporto

escolar de Orientação que não existe em Coruche e que é importante para que a Orientação se desenvolva, ou seja, a Orientação tem potencial para se desenvolver. A Orientação desenvolveu-se ao longo deste dois anos, dois anos e meio. Em termos de organização de eventos desenvolveu-se muito bem, conseguimos atrair muita gente para Coruche e criámos em Coruche um sítio onde as pessoas gostam de fazer Orientação, mas a nível competitivo existe ainda um grande trabalho para fazer que passa por todos os aspectos referidos anteriormente, de conseguir congregar um conjunto de agentes em torno da Orientação. Por exemplo, uma das coisas que é muito importante na Orientação, e que ainda não se consegue ter, é a capacidade financeira para se poder ter um treinador de Orientação, como se tem um treinador de judo ou um treinador de futebol e nenhum clube pode crescer sem ter um treinador durante um número razoável de horas por semana, nenhuma modalidade. Nós, apesar disso tudo, temos sempre tido a capacidade de organizar treino, estágios e ter provas quase todos os finais de semana, o que permitiu à Orientação, nestes dois anos, passar dos zero praticantes para cerca de 20 praticantes regulares em termos competitivos. Fizemos neste período milhares de quilómetros, durante os 10 meses ou 11 meses que dura a época de Orientação, portanto é um trabalho que penso que precisa de ser continuado, mas de facto Coruche tem muito potencial para que a Orientação se desenvolva, porque também esses agentes de que falo, e que é preciso congregar em torno deste esforço, estão aptos a desenvolver esse esforço em torno deste desporto e isso é o mais importante.

4 - Como caracteriza a actual oferta turística no concelho de Coruche?

Em Coruche vivemos actualmente um momento complicado em termos da desertificação das zonas rurais, das zonas do interior, ou seja, ainda à pouco tempo assistíamos ao problema das escolas que iam fechando, sem alunos, mas não é só isso, são o número de pessoas que vão saindo dos meios rurais, do interior, porque não há forma de fixar as pessoas e muitos locais do interior apostam cada vez mais na potencialidade de haver eventos, haver grandes eventos turísticos ou não mas um evento acaba por ser sempre turístico por atrair muitas pessoas, leva as pessoas a conhecer o que melhor há naquela região e acabam por ser esses eventos que levam as pessoas a visitar esses espaços e a desenvolver um conjunto de actividades que permita que as pessoas gostem desse espaço. Coruche tem a vantagem ou não, de estar numa zona de transição, pelo menos esta é a minha opinião pessoal, Coruche não está nem no meio urbano, numa zona urbana para atrair pessoas, mas também não está no interior em que as pessoas todas estão “a fugir” para o litoral à procura das condições profissionais, de subir a nível profissional, o que no interior nem sempre é possível. O facto de Coruche estar nesta zona de transição, o concelho e todas as pessoas que têm gerido o concelho, perceberam, e muito bem, o potencial de estar nesta zona de transição e conseguir através de uma oferta

turística variada e de potencialização de tudo o que há de bom no concelho a nível turístico, conseguir atrair as pessoas para o concelho, trazer as pessoas a Coruche e as pessoas conhecerem Coruche, porque não há nenhum concelho de Portugal, ou onde for, que consiga ter um potencial, levar lá as pessoas com algo que não se distinga dos outros. Nós temos o leitão da Bairrada, temos os tapetes de Arraiolos, temos o vinho do Porto do Douro, temos as vinhas do Douro, temos o Gerês, ou seja, cada concelho deve esforçar-se para ter algo que “chame” as pessoas, elas lembram-se de ir a determinado concelho porque tem algo de diferente. Por exemplo, as pessoas vêm a Coruche porque é a terra da cortiça. A oferta turística baseada no montado de sobro, baseada na cortiça, que é o que de melhor temos em Coruche para nos distinguir dos outros, passa hoje por todas as actividades desportivas, muitas delas em contacto com o montado de sobro, desde a canoagem, que acaba por se desenvolver no Rio que percorre o concelho junto ao montado de sobro, ao BTT, à Orientação, agora existe também o paramotor, ou seja é uma oferta variada, mas que se nota ter sido pensada para potenciar o que de melhor há em Coruche, e quando á uma potencialização do que de melhor há essa oferta tem que ser boa, porque obviamente nós não podemos fazer pão sem ter a farinha, ou seja não podemos ter uma oferta turística diferente daquilo que não temos. Os agentes económicos que trabalharam em Coruche a nível da potencialização dos seus recursos conseguiram trabalhar para reunir todos as actividades que tenho vindo a mencionar e que reflectem a oferta turística de Coruche, esta dinâmica é uma grande mais-valia para o concelho. Acrescento que a existência de oferta turística se deve ao conjunto de entidades que trabalha continuamente para a divulgação turística do concelho.

5 - Que papel representa o turismo para o COAC?

Hoje em dia, a Orientação, e sobretudo os grandes eventos de Orientação, são eventos que têm um papel turístico muito grande. Por exemplo, no início do ano de 2010, em Leiria, ocorreu o maior evento anual de orientação que se realiza em Portugal (Portugal “O” Meeting). O evento reuniu na zona de Leiria, Figueira da Foz, cerca de 1700 pessoas, dessas 1700 pessoas, 1200 eram pessoas provenientes do estrangeiro. Em 2009 este evento realizou-se em Mora e reuniu cerca de 1200 pessoas, cerca de 700 pessoas eram estrangeiras. O número de estrangeiros varia de ano para ano. Ao longo dos dois meses que antecederam esse evento em Mora, instalaram-se nesse concelho cerca de 200 estrangeiros a estagiar, ou seja, se analisarmos todos estes factores a nível de estrangeiros, conseguimos perceber o impacto que a Orientação pode ter no panorama turístico de qualquer zona e sobretudo nas zonas rurais, no interior, onde há uma menor densidade populacional. Quando um evento de orientação se realiza juntam-se pessoas de todo o território nacional. Se o evento for em Coruche junta pessoas de todo o território nacional igualmente, o que gera um impacto turístico muito

grande. O impacto turístico para as regiões pode ser a nível nacional ou internacional, consoante as provas. Existe um favorecimento recíproco entre a Orientação e o turismo, a Orientação tem algo a oferecer, enquanto oferta turística, mas também recebe e a Orientação é potenciada por via do turismo, há aqui uma relação entre as duas actividades.

6 - Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar/potenciar a preservação dos valores ambientais, culturais, sociais, históricos e patrimoniais do território de acção do COAC?

Claramente. As pessoas estão cada vez mais sensibilizadas para a preservação dos locais que visitam, e se esse espaço for emblemático em termos turísticos, as pessoas acabam por ter ainda um maior cuidado na sua preservação. A Orientação, assim como todas as actividades que se realizam em contacto próximo com a natureza, auxiliam também na preservação dos valores que a pergunta enuncia. O turismo é uma grande mais-valia no esforço de promoção e protecção dos valores referidos.

7 - Que medidas/projectos o COAC conta apresentar/adoptar, ou já apresentou/adoptou, no sentido de promover a prática desportiva e contribuir para um desenvolvimento sustentável do seu território de acção (com ênfase para eventuais medidas/projectos relacionados/relacionáveis com o turismo)?

Já tentámos desenvolver alguns projectos para a promoção da prática desportiva, sobretudo ao nível da Orientação, tivemos uma pequena entrada pelo atletismo, mas realizámos trabalho sobretudo nas vertentes de Orientação Pedestre e Orientação BTT. Já fizemos um trabalho muito grande com os jovens para tentar captar pessoas mais novas para a prática da Orientação e o nosso objectivo neste momento é levar a Orientação às pessoas mais velhas e às pessoas com deficiência. Cumprindo a nossa missão, a promoção do desporto em especial da modalidade Orientação, e através da importância social que possuímos, contribuímos certamente para um desenvolvimento sustentável deste território.

8 - Que actividades ambientais/económicas/sociais/culturais/desportivas, de índole turística, encontram lugar, sem incurrir constrangimentos negativos, no território de acção do COAC?

Hoje em dia vivemos a moda do BTT, não há dúvidas que o desporto dos últimos anos, diria até da última década, é o BTT, sobretudo nestas zonas mais rurais, mais do interior, o número de pessoas que pratica BTT é impressionante, porque é um desporto que consegue preservar o ambiente, consegue fazer com que as pessoas andem pelo montado de sobro, que andem por esses locais com potencialidade turística e que não afecta o ecossistema. É uma

pena que até hoje Coruche não tenha recebido, por exemplo, uma prova de Triatlo, possui o Rio Sorraia, que tem excelentes condições para se organizar uma prova dessa modalidade. Todas as actividades desenvolvidas em Coruche, os passeios pedestres, a canoagem, o ski aquático, o BTT, o paramotor, acabam por não danificar o património natural. Todas estas actividades são também realizadas em contacto com o montado de sobro, e no usufruto deste espaço o papel dos proprietários é muito relevante porque são eles que são os donos dos terrenos e muitas vezes temos dificuldade em perceber porque razão alguns não permitem a realização de actividades nos seus terrenos, mas temos sempre que analisar o ponto de vista dos proprietários e ter sempre em conta que estas actividades podem ter impactos naquele ecossistema e nos investimentos realizados pelos proprietários nas suas propriedades. Os proprietários são agentes muito importantes para a actividade da Orientação, é necessário mantermos uma grande proximidade com eles, fazê-los perceber que a nossa actividade é muito amiga da natureza e explicar-lhes como de facto as coisas acontecem.

9 - Qual a importância holística da floresta de montado (que marca e caracteriza o território de acção do COAC) para o concelho de Coruche?

A floresta de montado é para o concelho de Coruche, e para todos os concelhos que têm este tipo de floresta, uma área muito importante em termos económicos, nomeadamente por via da produção da cortiça. Todos sabemos que ao longo dos anos a indústria corticeira tem sido um factor de desenvolvimento económico fundamental para as regiões rurais que possuem florestas de montado de sobro. Se repararmos no exemplo de Coruche, não é só a floresta de montado que existe no concelho que tem sido importante, mas também os proveitos que resultam da exploração da floresta de montado. A produção de cortiça atraiu para Coruche as fábricas que trabalham a cortiça, é obvio que essa cortiça não é toda proveniente de Coruche, mas certamente esteve na origem da decisão da fixação dessas fábricas em Coruche o facto de Coruche ser conhecido pela sua floresta produtora de cortiça.

Tem-se apostado em afirmar Coruche como capital mundial da cortiça, o que incrementa a importância da fileira corticeira no desenvolvimento económico e social do concelho e da região. Coruche precisava afirmar-se como um concelho com um determinado produto, com o trabalho de promoção que tem sido feito Coruche já é conhecido como a terra da cortiça, esta aposta é uma aposta de futuro e que, cada vez mais, vai ganhar peso no desenvolvimento local. Há toda uma fileira a explorar no que se refere à floresta de montado: economia (os produtores, os donos das fábricas, etc.), o turismo (organização de eventos: feiras, desfiles de moda, etc.), ciência (o observatório do sobreiro e da cortiça), etc. Estes recursos provam a importância estratégica que o montado tem para o nosso concelho.

1.7 - Herdade da Agolada de Cima: António Sommer de Mello, proprietário da Herdade da Agolada de Cima

1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas que visaram a revitalização e promoção dos territórios rurais, “espaço” no qual a Herdade da Agolada de Cima (HAC) se insere?

Não me ocorre de momento qualquer medida com os objectivos que enumera. Talvez possa salientar alguma coisa relativamente à caracterização destes territórios nos últimos anos, nomeadamente uma certa ambiguidade na sua caracterização enquanto zonas desfavorecidas. Por exemplo na zona da Chamusca, a zona desfavorecida é a charneca. Isto aqui é charneca pura, mas como está inserida numa zona mais perto de Lisboa, não sei bem qual foi o critério mas é zona não desfavorecida. Digamos que esta classificação terá sido uma medida administrativa, de classificação do território, que não resultou. Mas talvez nalguns casos tenha resultado.

2 - Considerando a forte componente florestal da HAC, nomeadamente a presença da floresta de montado de sobreiro, quais são as principais potencialidades endógenas que identifica nos territórios de montado (nomeadamente aos níveis económico, social e ambiental)?

Há várias. A que me vem à cabeça é a caça. A caça é uma actividade turística que fomenta a economia local, existe consumo directo. Vêm pessoas de vários locais, da cidade, ficam um dia ou vários, permanecem em locais como este, vão aos restaurantes. Esta herdade, e locais similares, beneficiam dessa actividade. Depois há muitas actividades ligadas ao campo, como o BTT e as actividades com veículos todo-o-terreno. Estas actividades estão na moda, as pessoas estão sedentas de natureza, tem sede de voltar às origens. O “birdwatching” e a pesca são outros dois exemplos de actividades que aproveitam os recursos próprios deste ecossistema. A sua prática resulta em proveitos económicos e também sociais e ambientais.

3 - Exemplifique algumas das actividades económicas que, na actual conjuntura, apresentam maior potencial de desenvolvimento nos territórios de montado? São as actividades que enumera potenciadoras de um desenvolvimento sustentável desses territórios?

A floresta em si é uma geradora de fundos, fundos directos. Não gera tantos fundos como no passado, porque antigamente havia mais pessoas a viver do campo, mas mesmo assim gera proveitos económicos. Espécies como o sobreiro, o pinheiro manso, a própria azinheira, mais no Alentejo, possibilitam a existência de actividade económica. No caso do montado de azinho existe a criação do porco preto, um produto com muito valor económico e até cultural. O pastoreio também é uma actividade que existe, através do aproveitamento do subcoberto do montado. A indústria não têm muito lugar nestes espaços, essas instalações estão limitadas a determinados espaços. Outra actividade que talvez se insira nesses pressupostos é instalação de zonas de irrigação, estabelecidas dentro das

florestas, algumas dessas instalações tiveram sucesso, servindo, por exemplo, de corta-fogo, portanto um meio de protecção da restante floresta. A extracção da cortiça continua a ser aquela actividade que mais proveito económico pode gerar, mas esse proveito só é possível de nove em nove anos, a cada tirada, a não ser que seja possível realizar várias tiradas a cada ano, assim seriam possíveis rendimentos mais regulares. Com tiradas a cada nove anos, dividindo o rendimento por esse período, resultam rendimentos mais curtos. Eu diria que estamos a voltar ao passado, antigamente havia sempre uma mistura de gado dentro do montado, e isso faz sentido, ajuda a manter o mato controlado. Por exemplo, em primaveras como a que tivemos, com muita chuva e muita produção de mato, a existência de pastorei é uma clara mais-valia, mas esse pastorei tem de ser muito controlado, para que o ecossistema faça um renovo natural, porque o gado pode danificar o renovo do montado do sobro. O renovo é essencial para que este ecossistema se eternize e se eternize todo o seu potencial económico e ambiental.

4 - Partindo do pressuposto que o desenvolvimento sustentável se concretiza indubitavelmente com a participação e envolvência activas da comunidade local, a que níveis interage a HAC com a comunidade local?

Há uma interacção relativa. As pessoas da zona já não procuram tanto a floresta como o faziam antigamente. Antigamente qualquer família tinha um membro que trabalhava ou já tinha trabalhado na floresta. As pessoas conheciam muito bem o ecossistema porque passavam grande parte da sua vida profissional na floresta. Hoje as pessoas vão à floresta por causa da caça ou da pesca, já não têm tantas razões para vir à floresta, a não ser que queiram andar de bicicleta ou praticar outra actividade do género. Pontualmente existem também pessoas que pedem para ir apanhar cogumelos ou espargos e acabam também, de certa forma, por interagir com esse ecossistema.

5 - Que importância tem o turismo para a HAC? / 6 - Caracterize a actual oferta turística da HAC?

Tem uma importância muito grande. Nós temos aqui uma actividade que é a realização de casamentos, vamos agora entrar no décimo ano que o fazemos. Temos alguma actividade de caça e pesca, mas a pesca não é um negócio. Temos campos de férias no verão e agora estamos a tentar implementar um albergue de juventude, em inglês chama-se “youth hostel”, já temos a estrutura toda montada e agora é uma questão de lançamento, esta é uma actividade importante, especialmente para estas herdades maiores, que tem edificações que se não tiveram qualquer tipo de actividade ligada a elas acabam por se degradar e ruir e o rendimento da floresta não chega para tudo, é dispendioso manter uma floresta limpa e cuidada, e se não houver actividades paralelas que ajudem a criar algum rendimento não será possível manter os edifícios em condições razoáveis de conservação.

7 - Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar na preservação do conjunto de valores inerentes à HAC (valores do passado no presente: história, património, cultura, etc.)?

Pode, claro que pode. Tudo o que contribua para a eternização da herdade como a conhecemos é válido e importante. A actividade turística é mais uma actividade que ajuda a que a identidade deste espaço se mantenha e até pode contribuir para que essa identidade seja realçada.

8 - No que respeita ao turismo, identifique os principais sucessos que a HAC tem obtido e as maiores dificuldades que a HAC enfrenta?

Dificuldades, as dificuldades tem a ver com a localização da herdade. Coruche não é uma zona turística, como a zona do Oeste, do Algarve ou o litoral. Apesar de Coruche se localizar perto de Lisboa debate-se com os problemas da interioridade, tem pouca gente, as pessoas gostam de ir gastar dinheiro à cidade, hoje os meios de transporte mais acessíveis e as acessibilidades permitem que as pessoas se desloquem com rapidez a Lisboa, ao Montijo ou a Santarém. Há despovoamento, as pessoas não se fixam tanto, preferem ir consumir nas cidades porque os preços são mais baixos. Mas no que se refere à qualidade de vida não há qualquer comparação. Uma pessoa para estacionar em Lisboa tem muitas vezes de andar longos minutos às voltas para conseguir um lugar de estacionamento e aqui nem sequer se pensa nisso.

O sucesso surge pelas razões opostas. As pessoas querem vir gozar o desafio que o campo possibilita, querem vir experimentar boa gastronomia. Coruche oferece uma boa gastronomia. Também é fácil virem até cá as pessoas da cidade, e as mesmas condições de acessibilidade que levam as pessoas daqui à cidade também serve para colmatar essa sede de campo que os cidadãos têm. Para haver sucesso ao nível turístico é necessário haver promoção dos locais e nesse aspecto a Câmara Municipal de Coruche tem tido um papel fundamental, alertando as pessoas para a existência desta zona, as pessoas não percebem muito bem que esta zona está aqui. No fundo esta zona é uma extensão do Alentejo, mas um Alentejo com água e com árvores. Tem as paisagens desafogadas que caracterizam o Alentejo, mas com uma floresta mais exuberante, com a presença do rio e com a existência de certo reboço que também é necessário haver. Coruche está a um passo de Lisboa e estará, tudo indica, muito perto do novo aeroporto de Lisboa e esse misto de ruralidade e proximidade à urbe que tornam esta zona de certa forma especial. Há uma coroa em torno de Lisboa onde penso que Coruche se poderá inserir, sem que por isso perca a sua identidade. Há no entanto uma grande competição e rivalidade entre os territórios e as câmaras municipais têm que ser agressivas, agressivas no bom sentido, na promoção dos seus territórios, as que não o forem podem ficar para trás.

9 - No concelho de Coruche temos assistido, nos últimos anos, a um investimento público, nomeadamente por parte do Município de Coruche, em projectos/medidas de “marketing territorial”

(eventos, televisão, etc.). Como caracteriza esta forma de promoção do território e que principais valias ela oferece?

Essa forma de promoção é válida. O Presidente da Câmara Municipal de Coruche tem feito muito e bom trabalho nesse aspecto, não só através das campanhas que o município tem realizado, como o Coruche Inspira, mas participando também sempre que pode em programas de rádio e televisão, não perdendo uma oportunidade para promover Coruche. O Presidente tem muito jeito para esse tipo de trabalho que acho tem dado resultado. Este tipo de promoção do território é um trabalho muito intenso e que tem de durar muitos anos, porque as pessoas estão muito imunes a publicidade, recebem muita informação de todos os lados.

Em termos locais, acho que este tipo de promoção é, de modo geral, bem visto, tenho visto pela telenovela “espírito indomável” que aqui tem sido em parte gravada, as pessoas estão orgulhosas. As pessoas que trabalham connosco não perdem um episódio. Eu notei uma grande diferença em ir a Coruche antes e depois da telenovela, agora as pessoas falam do que se passa diariamente, falam que viram a Agolada, que viram Coruche, as pessoas estão contentes. Fala-se todos os dias de Coruche e isso tem trazido algum benefício para o concelho e também aqui para a herdade que é agora um pouco mais procurada.

10 - Considera que os diversos agentes económicos do concelho de Coruche, com interesses no turismo, estão despertos e imbuídos de espírito empreendedor para aproveitar as sinergias geradas pela visibilidade crescente do concelho?

Não sei responder a essa pergunta, mas nota-se que ao nível do turismo em espaço rural há alguma actividade, nalguns casos concretos. De modo geral não sei se haverá grande entusiasmo por parte dos agentes económicos do concelho, mas tenho esta opinião porque desconheço a realidade dos agentes económicos locais, dos restaurantes, das lojas, etc. Eu acho que deve haver entusiasmo, nomeadamente por parte dos donos de restaurantes, tenho ouvido alguns comentários sobre um maior afluxo de pessoas devido à telenovela. As pessoas gostam de ouvir falar de Coruche. Em relação aos agentes económicos, se estes vêem grandes investimentos do município em promoção e se depois vêem as pessoas a ir comprar fora do concelho gera-se um certo descontentamento.

1.8 - Restaurantes “Ponte da Coroa” e “Sabores de Coruche”: António Macedo, proprietário dos restaurantes

1 - Quais foram, nos últimos anos, as principais medidas públicas e/ou privadas que visaram a promoção/revitalização do sector da restauração no concelho de Coruche?

As medidas mais importantes vieram da parte do município, estou a recordar-me por exemplo “Os sabores do toiro bravo”, foi esta a principal alteração que mexeu muito com a

gastronomia em Coruche. É um evento que se realiza anualmente e veio chamar a atenção para um tipo de carne que até então estava um bocadinho esquecida e que as pessoas não consideravam muito ou pelo menos não admitiam que tivesse muita qualidade, a carne do gado bravo, e a câmara com esta iniciativa e outras associadas, porque esta iniciativa não é só gastronómica, associam-se também outros eventos de forma a atrair as pessoas também por outras razões e tem sido até agora um êxito, salvo um ano ou dois que não correspondeu tanto às expectativas por este ou aquele motivo, depende também da conjuntura e das datas em que são realizadas, mas da minha parte considero que têm sido um êxito, as pessoas têm aderido muito bem e é uma coisa que podemos dizer que é inédita, pois não se tem memória de acontecer noutra concelho, além disso tem o pormenor de ser efectuado na própria praça de toiros o que torna o acontecimento mais característico, as pessoas podem sem sair da praça de toiros assistir a programas que vão ocorrendo, nomeadamente na própria arena, pelo que julgo que esta foi a principal iniciativa da câmara. A nível do privado, nomeadamente da restauração, cada um trabalha para si, no entanto nestes eventos existe sempre uma cooperação entre os restaurantes que participam.

2 - Quais são as principais potencialidades que entende o concelho de Coruche possuir (partindo do princípio que se trata de um território marcado pela paisagem de floresta de montado)?

Podemos começar pelo montado, sem dúvida, embora tenhamos que reconhecer que se deve ao município a promoção do montado. Este tipo de floresta era uma coisa que nem toda a gente conhecia, mas agora sabe-se que Coruche é o maior produtor de cortiça a nível mundial, era uma área que até aqui não tinha sido explorada e afirmada e dada a conhecer até mesmo às pessoas de Coruche e penso que se deve à câmara esta promoção do montado e que tem conseguido fazer disso o ex-líbris do próprio concelho. Ainda há pouco tempo houve uma representação numa feira em Badajoz, outra em Portel na feira do montado, pelo que penso que neste momento é o principal atractivo do concelho, sendo muito importante a FICOR que é uma feira e que já se está a tornar internacional e para um concelho como Coruche é muito bom. A nível da restauração tenho tido o cuidado, por exemplo o porco preto, como sabemos o porco preto alimenta-se da bolota, a própria caça que provém da floresta, do campo, do montado, a própria raça brava que pastoreia também no montado, é fundamentalmente esse tipo de carnes que temos aqui do montado. Depois temos os cogumelos e os espargos.

3 - Quais são as actividades económicas que apresentam maior potencial de desenvolvimento/crescimento na região onde os vossos restaurantes se inserem?

A agricultura já passou por melhores dias no nosso concelho, mas isso não é um problema só de Coruche, é um problema a nível nacional. O processamento da cortiça é actualmente a principal indústria presente no concelho, existem duas fábricas grandes que empregam muita gente. Em relação ao turismo é um turismo mais itinerante, mais de fim-de-semana, pois ainda não temos condições para receber pessoas em maior número. Julgo que a Câmara tem feito um esforço nesse sentido, de criar melhores condições e de incentivar os próprios agentes e melhorarem o que tem para oferecer. Em simultâneo a Câmara tem feito também um grande esforço para atrair as pessoas de fora, divulgando o concelho, relativamente a todos os aspectos que temos vindo a falar, mas é como referi, temos um turismo mais de fim-de-semana, o que tem ajudado a melhorar bastante os proveitos da restauração.

4 - Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche?

Ainda há muita coisa para fazer. O concelho de Coruche está muito perto de Lisboa sendo essa uma das nossas principais mais-valias, e atendendo às potencialidades que temos vindo a falar, muita coisa tem sido feita para atrair visitantes dessa área, mas ainda há muito para fazer. O alojamento é um factor ainda muito frágil, tem de ser melhorado e têm de ser feitas coisas novas, diferentes, temos de inovar. Ao nível do turismo rural e do turismo de habitação já vai existindo no nosso concelho alguma coisa, no entanto, na vila não existem as condições mínimas de alojamento, essa falta de condições também se deve à pouca procura turística do concelho o que torna complicado atrair investidores para essa área.

5 - Qual é o perfil padrão de cliente de cada um dos vossos restaurantes, Sabores de Coruche e Ponte da Coroa?

No Restaurante Ponte da Coroa o perfil padrão são pessoas que precisam de almoçar fora no seu dia-a-dia, pessoas que vão de passagem, mas também temos alguma procura por parte das famílias. As pessoas que vêm ao Ponte da Coroa procuram principalmente o frango assado, a especialidade da casa.

No restaurante Os Sabores de Coruche o perfil padrão é diferente, são sobretudo pessoas que andam à procura de comer algo diferente, mais a nível familiar e também muitas pessoas de fora que se deslocam propositadamente ou que passam por aqui e que vêm provar qualquer coisa de diferente. Existem outras pessoas que passam aqui quase todos os fins-de-semana.

6 - Entende que o turismo é uma actividade que pode potenciar a preservação dos valores ambientais, culturais, sociais e económicos do território onde se inserem os vossos restaurantes?

Penso que sim, que pode preservar, hoje em dia existe uma consciência diferente nas pessoas, elas sabem que temos de ter cuidado e preservar os nossos recursos para que as pessoas do futuro também os possam usufruir, as pessoas quando vão visitar alguma coisa já estão mentalizadas para isso, têm cuidado em apreciar e não estragar.

7 - Que medidas, enquanto empresário de restauração, conta adoptar, ou já adoptou, no sentido de se auto-promover, angariar mais e novos clientes e contribuir para a promoção do desenvolvimento do turismo de Coruche?

A principal medida é manter uma oferta de boa qualidade, sobretudo isto, e sempre com a intenção de melhorar. Depois tento procurar não ser mais um daqueles que servem as “febras com batatas fritas” ou o “bitoque”, mas sim ser diferente e procurar ter aquilo que existe aqui, produtos de origem local. Nós temos aqui produtos com muita qualidade, temos a carne que é uma das melhores do país, e é através destes produtos que temos de fazer gastronomia com qualidade e inovar sempre que possível e apresentar às pessoas coisas que não se comem em todo o lado, temos de ser diferentes, inovadores. Tem sido esta a nossa postura e penso que temos estado no bom caminho, tem valido a pena, embora todos saibamos que a conjuntura actual não é a melhor para as pessoas frequentarem os restaurantes, mas penso que mantendo esta postura, a médio prazo se conseguem bons resultados.

8 - Que actividades de índole turística (económicas, sociais, culturais, etc.), encontram lugar, sem inculir constrangimentos negativos, no território de floresta de montado? / 9 - Na sua opinião em que sentido deve caminhar o turismo de Coruche?

Eu penso que as actividades que podem ser implementadas aqui, atendendo às próprias características do concelho, são aquelas que tiram proveito dos nossos recursos naturais, portanto actividades praticadas no espaço de montado e no rio. O concelho tem recursos naturais de grande valia, apenas falta atrair mais pessoas.

10 - Qual a importância da floresta de montado (que caracteriza grande parte do território do concelho de Coruche) para o concelho de Coruche e para a região onde este se insere?

Acho que a floresta de montado é fundamental, porque hoje em dia, e mais do que nunca, é um recurso que temos que preservar a todo o custo e que temos que divulgar, é uma riqueza incomparável. A grande maioria das pessoas vai tendo consciência disso e vai adquirindo essa consciência e estamos todos, cada vez mais, no bom caminho.

1.9 - Jornal “Mais Região”: Florbela Machado, directora do jornal

1 - Indique algumas medidas públicas e/ou privadas que, na sua opinião, visaram nos últimos anos de forma adequada a revitalização económica e social da região onde o concelho de Coruche se insere?

O município é a entidade que mais medidas tem implementado, tem realizado várias actividades para desenvolver o comércio e para atrair o turismo. Por exemplo, o programa Coruche Inspira, com a realização de vários eventos, na realidade quase todos os meses há eventos, gastronómicos, desportivos, culturais. O município tem desenvolvido várias actividades para atrair pessoas de fora, gerar transacções comerciais e principalmente para desenvolver o comércio local. Por outro lado destaco também o facto de o concelho possuir o observatório do sobreiro e da cortiça, um projecto interessante que está em desenvolvimento. Realiza-se também, já com duas edições, a FICOR, certame que trouxe muitas pessoas de vários países, um evento que ajudou também a promover a vila.

No entanto, na minha opinião, o efeito das medidas que referi, e de outras que não referi, ainda não se nota significativamente, mas acredito que a longo prazo esse reconhecimento vá acontecer com maior significado. O município é a única entidade, na minha opinião, que está a fazer algo para revitalizar Coruche e atrair novos investimentos e turistas. A nível privado, não me ocorre de momento nada realmente relevante.

2 - Quais são as principais potencialidades que identifica na região onde o concelho de Coruche se insere (território, pessoas, património, cultura, etc.)?

Em termos de natureza sou um pouco crítica. Existiam duas áreas de lazer muito boas que traziam muita gente no Verão, os açudes, local onde as pessoas podiam ir fazer os seus piqueniques e tomar os seus banhos, mas agora, os proprietários vedaram os terrenos e praticamente proibiram o acesso, o que faz com que as pessoas saiam de Coruche e procurem outros locais onde possam ter esse tipo de lazer. Um outro recurso que pode atrair as pessoas é o Rio Sorraia, pode ser feita canoagem, campeonatos de pesca, mas este recurso ainda está muito pouco desenvolvido ao nível das infra-estruturas, é necessário potenciar melhor este recurso e as modalidades que dele fazem uso.

Relativamente ao montado, a não ser que esse espaço se realizem eventos, é uma área realmente interessante, mas que a nível turístico interessa pouco às pessoas. Para criar atracção será necessário que existam empresas que façam, por exemplo, passeios guiados, com forte componente pedagógica, essa empresa, ou empresas, poderia fazer protocolos com as escolas de todo o país e universidades com o objectivo de sensibilizar os jovens para algumas das problemáticas que se verificam nesse habitat, no intuito de proteger as espécies importantes que ocorrem na floresta de montado, muito importantes ambientalmente. Mas a

dinâmica que falo ainda não existe. Fala-se de facto do grande potencial do montado, os cogumelos, os espargos, etc. mas na realidade não existe um plano concreto para tirar proveito desses recursos, portanto, na minha opinião, o município ainda não conseguiu definir em concreto o que pretende para o concelho, se pretende que seja um concelho agrícola, se um concelho direccionado para o turismo, se um concelho virado para a indústria. Está a tentar-se um bocadinho de tudo, mas não se desenvolve nada com relevância.

3 - Na sua opinião que actividades económicas apresentam maior potencial de desenvolvimento no território onde Coruche se insere?

Sinceramente é difícil responder. A agricultura é a actividade que sempre teve o maior impacto, e continua a ter, embora utilize hoje muito pouca mão-de-obra devido à mecanização, no entanto, continua a ser a grande área de desenvolvimento do concelho. Depois temos a cortiça, com a localização de fábricas que utilizam muita mão-de-obra local.

Na minha opinião acho que existe potencial para que se desenvolva no concelho a actividade turística, porque estamos perto de Lisboa e de outras cidades importantes. Contudo, deveria existir uma maior iniciativa privada no esforço de desenvolvimento do concelho, nomeadamente em relação à área do montado, que guarda grande parte do nosso potencial, nomeadamente o turístico e natural. No concelho existe um projecto muito bem concebido e que está a ser, julgo eu, um sucesso, que é o Cantar de Galo. Este “equipamento” foi instalado numa herdade, e caracteriza-se como quinta pedagógica direccionada para o público infantil e juvenil, as crianças podem participar em diversas actividades lúdicas, interagindo com animais, plantas e tradições locais. A entidade dinamizadora estabeleceu protocolos com diversas entidades, o que faz com que o espaço seja visitado por diversas escolas, do concelho, de Lisboa, do Porto, de muitos lugares diferentes. As crianças passam um dia agradável, têm contacto com a natureza, interagindo directamente com essa natureza. Há semelhança deste projecto, poderia desenvolver-se um outro para o montado com uma vertente mais científica, mais ambiental e com componente turística destino para públicos diversos.

4 - Que importância (económica, social, etc.) atribui à floresta de montado para a região onde o concelho de Coruche se insere? Justifique.

A floresta de montado é uma das coisas mais importantes que o concelho de Coruche possui, em termos económicos, naturais e patrimoniais. O concelho possui no seu território uma grande área de montado, mas a sua “exploração”, julgo eu, não ocupa muita mão-de-obra, embora seja uma área com forte componente económica, onde se consegue ganhar muito dinheiro, julgo que podia existir outro tipo de exploração e aproveitamento.

5 - Como caracteriza a actual oferta turística do concelho de Coruche? Na sua opinião é o turismo, neste momento, um sector local dinâmico?

Na minha opinião o município está a fazer um trabalho muito bom de promoção do concelho, através das actividades que dinamiza, de revitalização da vila e de atracção de pessoas para a vila, julgo que é objectivo tornar hábito a vinda de pessoas ao concelho. No entanto, estas iniciativas são apenas do município. Haverá uma altura em que não será possível ser o município a comportar todos os investimentos, o que colocará em causa o desenvolvimento destas actividades se não houver mais proactividade por parte dos agentes privados.

6 - Que importância atribui ao turismo no concelho de Coruche? Considera que os principais intervenientes privados e públicos presentes no território se revêem no nível de importância que define para o turismo?

Os agentes privados em Coruche não tomam nenhuma iniciativa porque, na minha opinião, estão sempre à espera que seja o município a fazer os investimentos, o que não está de todo certo. O sector privado está apático, sempre à espera que façam algo que melhore as suas condições, sem a preocupação de, por meios próprios, inovarem, mudarem.

Mas também a forma de realizar os investimentos municipais poderá não ser, pontualmente, a mais adequada. Por exemplo, quando o município realiza a FICOR, está a fazer um investimento sobretudo para um grupo restrito de interessados, ou seja, principalmente para os proprietários das explorações florestais e agentes económicos do sector corticeiro, embora esteja também a atrair algumas pessoas à vila, mas se calhar são pessoas que só vêm mesmo para a feira e já possuem alguma afinidade com o sector corticeiro. O investimento no evento é brutal e apenas beneficia um grupo restrito de agentes e indirecta poderá beneficiar também os trabalhadores das fábricas de cortiça, no entanto, não acredito que os trabalhadores saiam muito beneficiados, porque a fábrica já está instalada, propriedade de uma entidade multinacional, pelo que não precisam propriamente de nenhum tipo de promoção, e a havê-la devem ser eles a promovê-la e a financiá-la.

É sabido que a principal empresa portuguesa, e mundial, do sector da cortiça, a Amorim, dita o preço da cortiça que adquire junto dos produtores, monopoliza esse mercado, o que torna a cortiça menos rentável para o produtor florestal podendo-o fazer perder o interesse pela manutenção daquele tipo de floresta, o que me leva a questionar se os milhares de euros investidos pelo município na FICOR trazem vantagens efectivas em termos turísticos. Em termos turísticos estou certa que não nos traz muito, talvez investindo esse dinheiro num programa específico, com as universidades, com as escolas, ou mesmo estabelecendo protocolos com os próprios proprietários, havendo uma interacção diferente dentro das

propriedades, se calhar o dinheiro era melhor investido em vez de beneficiar um grupo, beneficiar-se-ia a comunidade toda.

7 - Entende que o turismo é uma actividade que pode auxiliar/potenciar a preservação dos valores ambientais, culturais, sociais, económicos, etc. do território onde Coruche se insere?

Claro que sim, desde que as coisas sejam feitas com objectivos concretos. Nós somos muito ricos em termos etnográficos, existem muitos grupos folclóricos que fazem um trabalho muito sério de pesquisa sobre tradições, costumes, formas de estar, música, poesia, etc., têm uma recolha muito rica nessa área e que poderia também ser aproveitada em projectos de âmbito turístico. Nessa área existe um trabalho desenvolvido voluntariamente que podia ser aproveitado de outra forma. Em termos culturais conseguia-se a preservação desses valores e uma passagem de cultura para o exterior.

8 - Em que medida pode o JMR contribuir para a concretização de um desenvolvimento sustentável do concelho de Coruche?

Nós contribuímos bastante, é nossa filosofia divulgar gratuitamente todas as actividades da nossa comunidade, sejam elas promovidas por associações, jovens desportistas ou outras entidades. Promovemos as actividades que as associações promovem, os eventos, tudo isso é divulgado gratuitamente e nós fazemos questão de dar voz a essas pequenas associações, entidades e grupos que se organizam para criar “movimento” cultural que muitas das vezes tem como objectivo atrair pessoas. Nós de alguma forma fazemos esse trabalho com o objectivo de atrair pessoas. Anunciamos o evento para “convidar” as pessoas a participar e depois fazemos a cobertura do evento para informar a população do seu impacto. Julgo que assim contribuímos, e muito, para um desenvolvimento desta terra.

9 - Exemplifique algumas actividades de índole turística (de cariz económico ou não) que a seu ver encontram lugar, sem inculir constrangimentos negativos no território, no concelho de Coruche?

Os passeios pedestres. Podíamos fazer passeios direccionados para o montado e isso não teria nenhum impacto negativo. O uso do rio com actividades não motorizadas também não teria impacto negativo. Ao nível do turismo em Coruche, não encontro aspectos negativos. A caça também não tem impactos negativos, porque a maioria dos caçadores possui uma importante consciência ecológica, regendo-se por leis muito rígidas, só caçam em áreas específicas, devidamente geridas e organizadas, próprias para a prática da caça, promovendo o repovoamento com as espécies autóctones.

